



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

CÁSSIO GUILHERME FRANCO DE ANDRADE

**ENTRE BANCOS E ESPADAS: OS BASTIDORES DA
MEDIAÇÃO NO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO PARÁ
ENTRE 1964 E 1974**



**BELÉM
2006**

CÁSSIO GUILHERME FRANCO DE ANDRADE

**ENTRE BANCOS E ESPADAS: OS BASTIDORES DA
MEDIÇÃO NO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO PARÁ
ENTRE 1964 E 1974**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará – PPGCS/CFCH/UFPA – na área de concentração em Sociologia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eleanor Gomes da Silva Palhano.

BELÉM
2006

A553 ANDRADE, Cássio Guilherme Franco de.
Entre bancos e Espadas: Os Bastidores da Mediação no Sindicato dos Bancários do Pará (1964-1974)/ Cássio Guilherme Franco de Andrade; Orientadora Eleanor Gomes da Silva Palhano: PPGCS/CFCH/UFPA, Belém, 2006.
272p.; il.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PPGCS/CFCH/UFPA, 2006.

1. Sociologia do Trabalho. 2. Trabalho e Sociedade Global . 3. Movimento Sindical. 4. Mediação. 5. Sindicatos dos Bancários/PA. I. Palhano, Eleanor Gomes da Silva, Orient. II. Título.

CDD: 306.36

CÁSSIO GUILHERME FRANCO DE ANDRADE

ENTRE BANCOS E ESPADAS: OS BASTIDORES DA
MEDIÇÃO NO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO PARÁ
ENTRE 1964 E 1974

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará – PPGCS/CFCH/UFPA – na área de concentração em Sociologia, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eleanor Gomes da Silva Palhano.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Eleanor Gomes da Silva Palhano - Orientadora

Doutora em Ciências Sociais

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, Brasil.

EXAMINADOR (A)

EXAMINADOR (A)

**A MEU AVÔ AVELINO NEVES FRANCO (IN
MEMORIAM).**

**A MEUS PAIS OLIVAR CASTELO BRANCO DE
ANDRADE E OSVALDINA FRANCO DE ANDRADE.**

**POR TUDO QUE CONTRIBUIRAM A MINHA
FORMAÇÃO INTELECTUAL, ÉTICA E MORAL.**

AGRADECIMENTOS

Fazer agradecimentos públicos, em ocasiões como esta não é fácil. Tantas pessoas colaboraram no trilhar deste trabalho que me arrisco a cometer injustiças com as não citadas. Feita a ressalva, reconheço insuficiente, gostaria de agradecer a algumas pessoas, entidades e instituições – sem deixar de reconhecer a importância das não citadas – que foram essenciais, direta e indiretamente, ao desenvolvimento deste estudo.

À *Eleanor Palhano*, orientadora e amiga. Exigente profissional que não perde jamais a ternura.

À *Fátima* e ao *Rodrigo* pela paciência em agüentar minhas “neuroses diurnas e noturnas” e a ausência física e psicológica.

À *Secretaria Executiva de Educação do Estado do Pará – SEDUC*, e à *Secretaria Municipal de Educação do Município de Belém – SEMEC*, pela liberação integral de minha carga horária, sem prejuízos de vencimentos.

Ao corpo diretivo da *Escola de Ensino Fundamental e Médio Tenente Rego Barros da Aeronáutica – I COMAR*, por ter permitido liberação parcial de minha carga horária e pelo uso dos equipamentos de informática para a pesquisa em rede e a confecção do texto dissertativo. Em especial, aos professores e professoras da área de *Estudos Sociais* desta instituição.

Aos dirigentes do *SEEB/Pa-Ap*, por terem confiado a mim a pesquisa de sua memória e onde exerci a função de assessor técnico, entre 2001 e 2003. Em especial, aos diretores da gestão “Por um Sindicato Cidadão”, *André Farias, Salete, Antônia Lopes, Betinho, Waltinho, Vera Paoloni, Gaia, Paulo Cunha, Igor, Everton,*

Josenildo, Manoel, Paula Gotto, Roberto, Alexandre, Marcelo e outros que não citei, traído pela memória. Aos bancários e bancárias, meus mais sinceros agradecimentos, por terem permitido o uso de seus arquivos. Estendo meus agradecimentos aos funcionários da entidade: *Nelson* e *Luiz Alberto* – este último, a memória viva da burocracia jurídica deste sindicato e uma de minhas fontes. Agradeço também a Sra. *Ana Júlia Carepa*, bancária e representante do Pará no Senado Federal, pelo acesso ao SEEB/Pa-Ap.

Aos amigos e colegas de ofício do *Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará*, em especial *Edilza Fontes* por ter participado da banca de qualificação com “toques” teóricos preciosos ao aprofundamento deste estudo.

Aos professores e aos colegas do *Mestrado* que de todas as formas, foram essenciais também ao desenvolvimento da pesquisa. Aos dois funcionários da secretaria do PPGCS da UFPA pela atenção e desprendimento ao que buscava sempre solicitar do Programa.

Às duas estagiárias que participaram em momentos diferentes da pesquisa, *Iza* e *Conceição*, então estudantes do curso de História da UFPA, atualmente graduadas.

Aos bancários ainda vivos da geração dos *Independentes*, *Artur Gomes da Silva*, o “Seu Artur” e *Alonso Rocha*, o “Príncipe dos Poetas”, pelos testemunhos redivivos nesta pesquisa. Ao *Alonso*, meu agradecimento especial, pela liberação de seus documentos históricos e as fotografias constantes nos anexos deste texto, além de ter me dado o prazer de degustar de sua bela poesia e seu suco de araçá.

Aos funcionários do arquivo do *Tribunal Regional do Trabalho – 8ª Região/ Pa* pela solicitude em permitir o uso de seus documentos.

À *Sandra Gorayeb* e à *Graça* pela revisão dos textos e aos seletos amigos e amigas, companheiros e companheiras de todas as horas, nos bares, academias, salas de aula, correções de provas, seminários, corredores universitários e debates teóricos/ideológicos e prosaicos: *Catarina, Joana D'Arc, Jairo de Jesus, Idilene, Fernando Arthur, Alexandre, Otaviano, Geraldo Coelho, Leila, José Alves, Armando Alves, Décio, Stella, Eliana, Ceiça, José Maia, Watrin, Petit, Aldrin, Magda, Naná, os Ximenes (Laura, Manfredo e Romero), Gaia, Fernando Maia, Daltro, Rui, Luizão, Edmir, Aracelli Lemos, Marinor, Olivar Andrade* e os outros irmãos, *Edmilson Rodrigues, Márcia, Oliviomar, Nádia Brasil, Edilson Moura, Fernando Dias, Artur Dias, Osvandro, Lurdinha, Malheiro, Souza, Aldenor Jr., Manoel, Roberto Leal, Otávio Rangel, Venize, Marcus, Jorge, Zélia Amador, Fátima Cravo, Bárbara Guedes e Roberto, Wilton Moreira, Ciro Pimenta (in memoriam), Lúcia Carvalho, Ricardo, Wandré* e outros (as) que o espaço e a memória não permitem mais citar.

A todos e todas, indistintamente, muito obrigado...

“Os banqueiros só vêem o lado de seus lucros, ganhos pelo trabalho do bancário. Precisávamos agir com cautela, para arrancar deles o que era resultado de nosso justo trabalho. Trabalhando nas bases, organizando comissões, fazendo piquetes e negociando com as autoridades, conseguíamos nosso intento”.

Artur Gomes da Silva – Presidente do *Sindicato dos Bancários do Pará* entre 1961 e 1964

SUMÁRIO

RESUMO	10
ABSTRACT	11
LISTA DE QUADROS	12
LISTA DE TABELAS	13
LISTA DE SIGLAS	14
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I – MOVIMENTO SINDICAL: ORGANIZAÇÃO, TRADIÇÕES E REFORMAS.	
1. 1– Organização sindical: tradições e estratégias.	43
1.1.1 – Movimento sindical em gênese.	45
1.1.2 – Quadro histórico das tradições e estratégias sindicais.	50
1.1.3 – Os movimentos sindicais e os diferentes cenários de atuações negociais na contemporaneidade	55
1.2 – Sindicatos, classes e organização dos trabalhadores no Brasil: as diversas tradições de luta e negociações.	62
1.2.1 – Quadro histórico das tradições sindicais no Brasil: da gênese aos anos 30.	62
1.2.2 – Estado, capital e sindicatos no período populista.	77
CAPÍTULO II – MOVIMENTO SINDICAL BANCÁRIO.	
2.1 – Tradições sindicais bancárias no Brasil: reformas e organização sindical.	82
2.1.1 – Do trabalho manual aos CPDs/on line.	83
2.1.2 – Das origens do movimento sindical bancário ao sindicalismo institucionalizado dos anos 30.	86
2.2 – Trabalhistas, Comunistas e Independentes: tradições sindicais bancárias e experiências de classe nos anos 50 e 60.	91
2.2.1 – Reconhecimento legal e o controle do IAPB.	94
2.2.2 – Redemocratizações e greves.	98
2.3 – Organização sindical bancária nacional.	105
2.3.1 – Congressos, federações e confederações.	105
2.3.2 – O papel da CONTEC na luta sindical dos bancários	107
2.4 – Organização sindical bancária no Pará.	112
2.4.1 – História e Memória: Sindicato dos Bancários do Pará.	112
2.4.2 – Do contexto da redemocratização às disputas por hegemonia nos anos 50/60: Trabalhistas, Comunistas e Independentes no Pará.	119

CAPÍTULO III – A MEDIAÇÃO SINDICAL BANCÁRIA NO PARÁ PÓS-64: CAPITAL, TRABALHO E ESTADO.

3.1 – Reforma Bancária: Estado, Capital e Reestruturação Produtiva no Sistema Financeiro.	142
3.1.1 – Reforma Bancária /Reestruturação Produtiva e a condição bancária.	142
3.1.2 – Regulamentação do sistema financeiro: o papel do Estado.	151
3.1.3 – O Estado Autoritário e o ambiente da 1ª Reforma Bancária no Pará.	160
3.2 – Ação Sindical: entre <i>Bancos</i> e <i>Espadas</i> .	165
3.2.1 – Os Independentes e a mediação com o regime militar.	165
3.2.2 – Negociações e resistências nas estratégias mediadoras.	176
3.2.3 – No ambiente do ativismo e da negociação.	188
3.3.– Os Bastidores da Mediação Bancária: Articulação Sindical, Atuação Negocial e Ações Trabalhistas.	200
3.3.1 – Intervenção e Articulação Sindical.	200
3.3.2 – Atuações Negociais: o uso das estratégias mediadoras nos conflitos e negociações.	213
3.3.3 – Ações Trabalhistas: para além dos bastidores da mediação sindical.	224
CONSIDERAÇÕES FINAIS.	236
REFERÊNCIAS	243
ANEXOS	258

RESUMO

O estudo aborda o impacto da 1ª Reforma Bancária no Pará entre 1964 e 1974 e a institucionalização do Estado Autoritário pelo Regime Militar pós-64. O Estado Autoritário, justamente com políticas de controle social e fechamento político contribuiu para um arrocho salarial, controlando reivindicações e reações dos trabalhadores. Com o cenário da Reforma Bancária, os bancos tiveram que se adaptar ao novo formato do sistema com aumento de capital e mais adiante se desenvolveu um clima propício à reivindicação englobando a luta dos trabalhadores ao longo de várias etapas. Fruto de uma tradição anterior, a experiência de classe presente na prática de movimento sindical assumiu a mediação nas negociações junto aos representantes do Estado.

Palavras-chave: Reforma Bancária – Estado Autoritário – experiência de classe – mediação – Sindicato dos Bancários.

ABSTRACT

The study it approaches the impact of 1ª the Banking Reformation in Pará between 1964 and 1974 and the institutionalization of the Authoritarian State for the Military Regimen after-64. The Authoritarian State, exactly with politics of social control and closing politician contributed for a wage freeze, controlling claims and reactions of the workers. With the scene of the Banking Reformation, the banks had that to adapt it the new format of the system with capital increase and more ahead developed a propitious climate the claim to involve the fight of the workers throughout some stages. Fruit of a previous tradition, the experience of present classroom in the practical one of syndical movement assumed the mediation in the negotiations together to the representatives of the State.

Word-key: The Banking Reformation - State Authoritarian - experience of classroom - mediation - Union of the Bank clerks.

LISTA DE QUADROS

- 01.** QUADRO DE NEGOCIAÇÃO SALARIAL EM QUATRO PAÍSES EUROPEUS, ENTRE 1950 E 1975 – p. 60.
- 02.** IDENTIFICAÇÃO DE ALGUNS JORNAIS DA IMPRENSA SINDICAL QUE CIRCULOU NO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO ENTRE 1902 E 1919 – p. 71.
- 03.** AÇÕES SINDICAIS OCORRIDAS DO MOVIMENTO BANCÁRIO LOCAL EM 1951 – p. 123.
- 04.** LEVANTAMENTO DAS PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS POLÍTICAS NOTICIADAS NO PARÁ EM ABRIL DE 1964 – p. 169.
- 05.** COMISSÃO INSTITUÍDA PARA A AQUISIÇÃO DA SEDE PRÓPRIA DO SEEB/PA-AP (1963) – p. 192.
- 06.** COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA DO SEEB/Pa-Ap – 1971/1974 – p. 201.

LISTA DE TABELAS

- 01.** DADOS ACERCA DA CONCENTRAÇÃO OPERÁRIA NO BRASIL ENTRE 1907 e 1920 – 67.
- 02.** ASSEMBLÉIAS E REUNIÕES DAS JUNTAS ADMINISTRATIVAS EM 1937 – 119.
- 03.** SINDICATOS NO PARÁ ENTRE 1936 E 1955 – p. 134.
- 04.** DESENVOLVIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DOS SETORES ECONÔMICOS NA RENDA REGIONAL, INCLUINDO OS INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS NA REGIÃO NORTE ENTRE 1950 – 78 (em %) – p. 162.
- 05.** TABELA EMPREGO – 1965: 1. NÚMERO DE EMPREGADOS POR FUNÇÃO E GRUPO DE IDADE, SEGUNDO A ATIVIDADE NO PARÁ – p. 176.
- 06.** REAJUSTAMENTOS SALARIAIS ACORDADOS NAS CONVENÇÕES COLETIVAS ENTRE BANQUEIROS E BANCÁRIOS NO PARÁ, DE 1956 A 1974 – p. 177.
- 07.** PROCESSOS DE AÇÕES TRABALHISTAS ENVOLVENDO BANCOS E BANCÁRIOS NO PERÍODO DE 1964 A 1974, NO PARÁ – p. 225.
- 08.** PROCESSOS DE AÇÕES TRABALHISTAS ENVOLVENDO BANCOS E BANCÁRIOS NO PERÍODO DE 1964 A 1974, NO PARÁ, SEGUNDO A ORDEM DE QUESTÕES TRABALHISTAS E AS DECISÕES JUDICIAIS – p. 230.

LISTA DE SIGLAS

AI – 01: *Ato Institucional nº 01.*

AI – 05: *Ato Institucional nº 05.*

AP: *Ação Popular.*

ARENA: *Aliança Renovadora Nacional.*

BASA: *Banco da Amazônia.*

BCB: *Banco de Crédito da Borracha.*

CBT: *Confederação Brasileira do Trabalho.*

CEPAL: *Centro de Estudos para a América Latina.*

CGT: *Comando Geral dos Trabalhadores.*

CLT: *Consolidação das Leis do Trabalho.*

CNT: *Confederação Nacional dos Trabalhadores.*

COB: *Confederação Operária Brasileira.*

CONTEC: *Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Créditos.*

CPDs: *Centros de Processamentos de Dados.*

CSUB: *Confederação Sindical Unitária do Brasil.*

DRT – PA: *Delegacia Regional do Trabalho do Estado do Pará.*

FBTPa: *Federação Brasileira do Trabalho no Pará.*

FENABAM: *Federação Nacional dos Bancos.*

FUP: *Frente Única Paraense.*

IAPB: *Instituto de Assistência e Previdência dos Bancários.*

IC: *Internacional Comunista.*

JEC: *Juventude Estudantil Católica.*

JOC: *Juventude Operária Católica.*

JUC: *Juventude Universitária Católica.*

MDB: *Movimento Democrático Brasileiro.*

MEB: *Movimento de Educação de Base.*

MTIC: *Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio.*

MTPS: *Ministério do Trabalho e Previdência Social.*

PAEG: *Plano de Ação Econômica do Governo.*

PCB: *Partido Comunista Brasileiro.*

PIB: *Produto Interno Bruto.*

PL: *Partido Liberal.*

PPP: *Partido Popular do Pará.*

PSB: *Partido Socialista Brasileiro.*

PST: *Partido Social Trabalhista.*

PTB: *Partido Trabalhista Brasileiro.*

PTP: *Partido Trabalhista do Pará.*

SEEB/Pa-Ap: *Sindicato dos Empregados de Estabelecimentos Bancários do Pará e Amapá.*

SUMOC: *Superintendência da Moeda e do Crédito.*

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é o resultado da pesquisa de mestrado em torno da temática da mediação no Sindicato dos Bancários do Pará, entre 1964 e 1974. *Bancos e Espadas* são alegorias que metaforizam o *Capital* e o *Estado* na mediação estabelecida pelo *Trabalho* e, por ela o sindicato vai tecendo suas relações com os banqueiros em uma conjuntura histórica, econômica e politicamente complexa, restritiva à adoção de práticas sindicais baseadas em ações reivindicatórias.

Este estudo teve suas raízes plantadas entre 2001 e 2003, quando o autor iniciou sua identificação com o objeto de estudo, ao exercer a função de *Assessor Técnico da Diretoria de Formação Política e Cultural do Sindicato dos Bancários do Pará – SEEB/Pa-Ap* – e uma de suas tarefas seria a de sistematizar a memória sindical dos bancários, em torno dos 70 anos de existência da entidade de classe. Naquele momento, coordenou um projeto de pesquisa denominado *Memória e Fazer-se: os 70 anos do Sindicato dos Bancários no Pará (1933 – 2003)*. A partir da documentação existente e após o trabalho de reconstituição da memória de um dos mais antigos sindicatos paraenses ainda em atividade, o resultado foi a elaboração de monografia (SEEB/Pa-Ap, 2003) entregue à diretoria do sindicato para publicação na data comemorativa da efeméride.

Este trabalho foi fonte inspiradora do projeto de pesquisa desenvolvido no programa de pós-graduação. Por ele, tentou-se construir outra mediação – além da analisada na dissertação – esta pessoal: o equilíbrio entre o envolvimento subjetivo – quase militante – e a tentativa da objetividade acadêmica que um trabalho dessa natureza requer. Mais que isto, abria-se, pela pesquisa, a possibilidade de mediar as

fronteiras de formação acadêmica entre a História e a Sociologia em um programa de pós-graduação em Ciências Sociais, na linha de pesquisa Trabalho e Sociedade Global. De um trabalho de memória, com as especificidades típicas do ofício do historiador, foi necessário todo um esforço teórico-metodológico para a definição do recorte e delimitação do próprio problema da pesquisa.

A partir das matrizes clássicas do movimento sindical o objetivo central da pesquisa consistiu em problematizar: que forma assumiu a prática sindical das lideranças bancárias no Pará, entre 1964 e 1974, no decurso da mediação tecida pelas direções sindicais com o Estado e o Capital, no contexto da 1ª Reforma Bancária e consolidação do Estado Autoritário no Brasil?

Em meio às reflexões teóricas que ensejou o problema, o estudo permitiu a investigação histórica e sociológica quanto à política do SEEB/Pa-Ap, durante e após a intervenção militar, a partir de suas linhas de propostas desenvolvidas, formas de articulações e confrontos com as políticas nacionais para o setor e os limites dos espaços permitidos para o caminho da mediação política.

O problema pretendeu inicialmente partir da hipótese segundo a qual, a forma de atuação sindical das lideranças bancárias, no período, teria se constituído na síntese entre as tradições de conflitos e mediações, construídas por sua experiência de classe, em um momento peculiar de reestruturação do trabalho bancário e de consolidação do Regime Militar no Brasil, considerando-se que as práticas sindicais dos bancários, historicamente foram exercitadas por diferentes atores na trajetória das lutas sociais sob diversos contextos, compondo uma identidade de classe entre o conflito e a negociação.

A partir da hipótese principal, desdobraram-se as seguintes derivadas:

I – A consolidação do Estado Autoritário, a 1ª Reforma Bancária e a experiência de classe revelada nas práticas adotadas pelas direções sindicais no Pará, criaram as condições necessárias para a mediação do sindicato com o Estado e o Capital.

II – As direções sindicais, herdaram a práxis sindical dos anos 50 e 60, provocando relações de tensões com os banqueiros, passando a utilizar, por meio da interlocução com o poder militar, estratégias que consideravam adequadas nas resoluções dos conflitos.

A perspectiva colocada ao sindicato no estudo foi a de considerá-lo como espaço de atuação dos sujeitos em um tipo de movimento social orgânico. De modo geral, mais que instituições representativas de categorias, os sindicatos se fazem como movimentos sociais pela dinâmica estabelecidas por seus agentes, sejam dirigentes ou não, e por esta razão, podem permitir, pelo diálogo da práxis sociológica, um campo de investigação à teoria social. Possibilitam apontar indicadores para a construção de uma produção teórica que avance para além do ensaísmo, sob limites paradigmáticos que estimulem problemas sociológicos e exercitem a reflexão analítica, conforme Gonh (1997), em suas *formas históricas observáveis*, na dinâmica diversa e oxigenada pelos *ares ritmados das múltiplas ações dos atores sociais* e das instituições em devir.

Pensar sindicatos e trabalhadores no estudo em questão, nesta perspectiva, implicou no acionamento de conceitos que objetivaram sustentar teoricamente o problema colocado o qual o campo empírico não suficientemente sustenta, daí o recurso ao uso das categorias de análise, adentrando-se no campo explicativo das hipóteses e deduções, ofício que a teoria social internalizou em seu métier. À consecução deste ofício, delimitou-se uma forma clássica de movimento social

orgânico e urbano de sindicato de trabalhadores, no caso, os bancários no Pará, procurando investigar os caminhos da mediação, ancorando-a em categorias histórico-sociais.

Postulado em torno da *história social do trabalho*, o estudo teórico alicerçou-se na *concepção histórico-dialética* de sociedade, a partir da perspectiva de uma ciência social assentada, segundo a classificação de Ianni (2003), na razão crítica e na interpretação dialética da realidade social, percebida em sua historicidade. Uma delimitação teórico-metodológica que não ausentou o diálogo com outras visões de mundo, sem com elas necessariamente concordar ou aderir de forma voluntariosa, *sistêmicas* – quando acionadas aos conceitos de *funcionalidade do sistema produtivo* na perspectiva da *complexidade do sistema financeiro* – e/ou *fenomenológicas* – nos conceitos relacionais de *identidade e cotidianidade* presentes nas representações dos discursos das lideranças sindicais, naquilo que possibilitaram contribuir à elucidação das especificidades dos processos apreendidos no decorrer do estudo.

Para alinhar as questões suscitadas pelo estudo, os conceitos de *Classes Sociais, Conflito/Mediação, Estado e Capital*, transversalizaram o problema proposto.

Quanto ao conceito de *Classes Sociais*, as bases teórico-metodológicas da *história social clássica* – marxiana – e *recente* – em Thompson (1987) ou mesmo em Hobsbawm (1999) – na análise das contradições e do próprio devir sindical, fundamentaram o estudo. O conceito de *classe* ancorou-se na perspectiva da *identidade de classe*, resignificada no *fazer-se* da categoria bancária, delimitada no mundo do trabalho e no devir sindical em torno da conflitualidade entre *Capital e Trabalho*.

Esta ancoragem permitiu o desvelo de tradições sindicais (Capítulo I) refletidas no cotidiano do trabalho bancário e do sindicato, com histórias e visões muitas vezes diversas no espectro da luta de classes, mas partilhadas por experiências, tradições e identidades comuns (THOMPSON, 1998). Ao se lançar ao desafio da investigação sobre a prática sindical dos sujeitos – representados pelas lideranças sindicais bancárias em estudo – a análise os concebe, sob uma dupla dimensão teórica: enquanto classes, na luta social em devir e atores que estabelecem relações sociais em um contexto histórico peculiar, de 1964 a 1974, na efervescência de consolidação do *Estado Autoritário* no Brasil.

Ao se abrir à possibilidade de analisar a tradição de luta das lideranças sindicais bancárias (Capítulo II) no plano teórico da *experiência de classe*, ainda que no limite da instituição – o próprio sindicato – alguns riscos foram possíveis de serem assumidos, posto que a categoria bancária situa-se na ponta do processo de circulação do capital – instrumento do fetiche do capital financeiro – na função essencialmente mediadora pela interlocução entre *trabalho vivo* e *trabalho morto* (MARX, 1985), com tendências, portanto, à análise estrutural de sua configuração enquanto classe social, no plano meramente econômico.

No estudo, a definição de classe, ainda que resvalando questões estruturais, foi repensada quanto à determinação econômica a si continuamente atribuída. A posição econômica dos agentes sociais pode ser principal, mas não é determinante na formação das classes, como sustenta teoricamente, a rigor, Poulantzas (1971), para quem a *definição da classe* seria resultante de sua posição no *conjunto das práticas sociais existentes na divisão social do trabalho*. Mesmo esta eminente leitura teórica estrutural-marxista percebe que a classe se articula com as práticas sociais estabelecidas no interior da divisão do trabalho, mediada no processo de

produção, nas relações dos sujeitos com os meios, e não por determinações tecnológicas resultantes de exclusivas determinações econômicas. Portanto, as relações sociais se estabelecem em conjunto com a formação das classes o que possibilita à análise teórica deste processo, uma abertura categorial em relação aos diversos fenômenos sociais que ensejam.

Por esse prisma, se fez necessário avançar a análise das classes no Brasil às especificidades de sua formação capitalista, marcada pelas frações e composições sociais heterogêneas, diversas na pluricomposição dos mundos do trabalho e a partir desses elementos, pensar as mutações que envolvem a própria conflitualidade de estruturas clássicas presentes nas análises dos movimentos sindicais. Uma conflitualidade que a rigor, é histórica e social por envolver composições de classes, frações e categorias (SANTOS, 2003) no âmbito da relação entre capital e trabalho, e por ela, seguir as trilhas dos conflitos e das mediações nas tradições de luta e composição de identidades de classe.

Quanto aos conceitos de *Conflito/Mediação*, foram acionados no estudo ao *fazer-se das experiências de classe* da categoria bancária, realizadas pelos atores sociais, entre continuidades e descontinuidades, levando-se em consideração a estrutura corporativa que a relação *Capital e Trabalho* no Brasil modelou historicamente no plano institucional às classes trabalhadoras. As próprias lideranças sindicais foram tecendo mediações que muitas vezes as afastaram do cotidiano do trabalho e da vida, reforçando os sindicatos como instituições corporativas e não como movimentos sociais (BLASS, 2003), porém não deixaram de ser atores sociais em movimentos orgânicos. As mediações foram resultantes de estratégias de ação política a partir de opções de formas de lutas colocadas ao e pelo movimento social, por condicionantes diversas. As características particulares

da organização sindical corporativa favoreceram práticas sindicais sob lógicas imediatistas de categorias laborais específicas, sem considerar os efeitos, segundo Almeida (1996), também imediatos sobre o movimento dos trabalhadores que representam.

A importância desses atores, reveladores de ambigüidades e paradoxos presentes nas práticas sindicais, reside em teorizar o que perpassam em suas ações, com diferentes projetos políticos e ideológicos – e por que não dizer de vida? – em confronto, com suas cisões e unidades, e na relação com o *Capital* e o *Estado*. Lideranças sindicais que atuaram na tênue fronteira entre a legalidade e a repressão; a liberdade vigiada e o ativismo de classe. Como sugere Blass (2003) caberia avaliar se suas estratégias de ação atendem aos interesses dos trabalhadores em geral, no caso específico, a categoria bancária, ou de um certo setor produtivo e do próprio Estado.

No desenrolar dos conflitos provenientes da relação *Capital e Trabalho*, no setor financeiro, banqueiros e bancários foram se representando enquanto classe, no estabelecimento de suas estruturas organizacionais corporativas. Alguns autores, como Grauert (1977) e Minella (1988), chegam a concluir, nos estudos sobre os banqueiros, que suas entidades representativas alcançam o patamar da própria configuração de classe, no plano institucional.

Grauert (1977) ao fazer a conexão entre os processos de formação da indústria, do comércio e dos bancos, analisa a composição dos banqueiros nessa correlação como um processo histórico, mas é em Minella (1988) que os estudos sobre essa classe se tornam mais fecundos. Para este autor, ocorreu no Brasil, no cenário de consolidação do regime militar, um apoio crescente de significativas parcelas da burguesia bancária nacional às pressões exercidas pelo grande capital

transnacional para que se ampliasse a abertura financeira, acelerando, por tabela, a presença do capital bancário nacional no exterior.

Por outro lado, o campo do trabalho, também procurou atuar no terreno organizacional representativo, optando por uma espécie de sindicalismo oficial. A esse respeito, Almeida (1996) analisa as estratégias sindicais marcadas por fatores de interação entre as lideranças e outros agentes (governo, empresários, partidos políticos), institucionais-organizativos – o impacto das instituições corporativas sobre o comportamento das direções sindicais e dos filiados – e representativos (campos das atuações negociais). Estes fatores teriam atuado de forma permanente sobre os movimentos sindicais e sobre os quais o estudo em questão sustenta sua análise ao explicitar a mediação bancária no Pará (Capítulo 3).

A partir desta representação, poder-se-ia afirmar que a estrutura organizativa e corporativa dos sindicatos teria permitido o oferecimento de condições materiais para a sua existência e reconhecimento legal por parte do *Estado*, mesmo em períodos autoritários. Rodrigues (1991) vai mais adiante e sustenta teoricamente que a reorganização do movimento sindical brasileiro nos anos 80, após o período de controle estabelecido pelo *Estado Autoritário* pós-64, foi possível fundamentalmente pela existência desta estrutura corporativo-sindical, cujo interior, o novo sindicalismo contraditoriamente, passou a defender ruptura. Para o autor, a manutenção desta estrutura sindical teria permanecido intacta pelo regime militar como resultado dos esforços dos governos militares em controlar os sindicatos, não dissolvê-los. A esse respeito afirma (RODRIGUES, 1991, p. 13-14) que as novas lideranças sindicais “combativas” e as correntes de esquerda:

[...] puderam contar com uma infraestrutura administrativa e um volume considerável de recursos capazes de possibilitar não apenas a realização de numerosas greves, como também o financiamento de muitos encontros, conferências, publicações

e outras atividades políticas e sindicais. [...] Ainda sob o regime autoritário, depois das cassações das lideranças sindicais ligadas ao PCB e ao antigo PTB, forma-se uma nova geração de dirigentes sindicais não vinculada ao esquema político janguista e disposta a encontrar seu espaço na vida política e econômica do país. A ascensão desses sindicalistas na estrutura sindical oficial é quase imperceptível. Tudo indica que, na maior parte dos casos, tratava-se de dirigentes sem ligações com o esquema comunista-petebista anterior a 1964 e com as organizações políticas de esquerda clandestina ou semiclandestinas que se constituíram após o golpe de 1964. Conseqüentemente, a ascensão dessa geração de sindicalistas não foi barrada pelo Ministério do Trabalho ou pelos organismos de segurança.

A descrição feita pelo autor sugere indicar a existência de uma geração de lideranças sindicais com práticas semelhantes às exercitadas pelos dirigentes bancários no Pará que denominados de *Independentes* neste estudo, atuaram no SEEB/Pa-AP, entre 1964 e 1974, praticante de um sindicalismo oficial, e por ele, pontuando suas estratégias mediadoras na relação com o *Capital*. É o espaço desta mediação que a pesquisa objetivou investigar com a preocupação de evitar a reprodução dos cânones das classificações estereotipadas que certas análises ideologizantes dos movimentos sindicais, via de regra, hermetizam e neste espaço mediador, aprofundar os impactos da formação do *Estado Autoritário* e da reestruturação produtiva no sistema financeiro – via *1ª Reforma Bancária*, ocorrida entre 1964 e 1967 nos bancos.

Quando dimensionados à análise do *Estado Autoritário* e da *1ª Reforma Bancária*, alguns problemas levantados pela teoria social contemporânea serão retomados no estudo da mediação sindical, na perspectiva de um necessário diálogo conceitual. As abordagens da Sociologia contemporânea apresentam categorias que, inevitavelmente, reatualizam a teoria social crítica acerca da razão instrumental e da modernidade. Neste sentido, o estudo permitiu um permanente reexame conceitual com as abordagens acerca da *reflexividade contemporânea* em Beck

(2001), dos *sistemas peritos/fichas simbólicas* em Giddens (1991) e da *fluidez dos desencaixes modernos* em Bauman (2001).

Estas abordagens permitem, à luz dos pressupostos diagnosticadores da modernidade, indicar os devidos limites à teoria social clássica para compreendê-la sob a forma de seus instrumentos, seja pelo *Estado*, seja pela ótica da reestruturação produtiva produzida pelo mercado. A esse respeito, afirma Touraine (1994, p. 215):

A passagem da economia de mercado para a ação de uma modernização burguesa, não é nem automática, nem simples, e o Estado tem sempre um papel a desempenhar. Concluindo: não existe modernidade sem racionalização; mas também não sem formação de um sujeito-no-mundo que se sente responsável perante a si mesmo e perante a sociedade. Não confundamos a modernidade com a moda puramente capitalista de modernização.

Um episódio ocorrido durante a campanha salarial dos bancários de 1964, é ilustrativo quanto a estas questões. Alguns diretores sindicais, no epicentro das atuações negociais com os banqueiros, em plena campanha, haviam sido intimados a prestar esclarecimentos ao *Serviço Secreto do Exército*, quanto ao estado de greve, levantado e investigado pelos órgãos de repressão, aprovado pela categoria e levado à frente pela direção sindical. Durante o interrogatório os diretores sindicais intimados exigiram dos representantes militares uma posição mais firme em relação aos banqueiros (ANDRADE, 2003, p. 52):

Os diretores Alonso Rocha, José Seabra, Olivar Brito e José Rubem, foram intimados a prestar esclarecimentos ao Serviço Secreto do Exército sobre o estado de greve aprovado pela categoria. Os diretores aproveitaram para solicitar ao Exército a intermediação com os banqueiros, endurecidos na negociação. Num momento de maior tensão, Alonso Rocha, de forma áspera discutiu com os inquisidores militares, questionando por que as Forças Armadas também não pressionavam os banqueiros, só os trabalhadores.

No edifício montado por esta base moderna e racional, abriram-se possibilidades de saídas da jaula de ferro pela fluidez dos riscos e dos desencaixes

dos atores, nas diversas formas de encaminhamentos, resistentes ou negociados. A direção do SEEB/Pa-Ap manteve, a exemplo, seus quadros de base intactos, apesar dos expurgos realizados pelo regime militar, mas esta situação não implicou em ausência de tensões entre a direção e o regime. A reflexividade crítica destes atores não esteve ausente nas tensões com o *Estado* e seus sistemas peritos de repressão.

De qualquer forma, a *Reforma Bancária*, com todas suas implicações econômicas, políticas e sociais e alçada às bases da modernidade tecnológica, integrando o processo de reestruturação produtiva no sistema financeiro, consolidou a reprodução do maior lucro possível aos banqueiros pela organização do trabalho e pela circulação ampliada do capital. Consagrou-se o que Weber (1996) classicamente definiu como união do desejo do lucro com a disciplina racional do trabalho, enquanto traço singular do capitalismo.

Em relação ao *Estado*, o estudo o postulou na complexa análise de sua relação com o processo de formação das classes trabalhadoras no Brasil. Por diversas razões estruturais é possível constatar que o processo de acumulação e a forma de intervenção do *Estado* no Brasil não reproduziu ao longo do século XX a matriz clássica do desenvolvimento do capitalismo nos países centrais. Cignolli (1985), por exemplo sustenta que a ação do *Estado* no Brasil seria coerente com a dialética interna das forças sociais e com o nível de organização e reivindicação dos trabalhadores, muitas vezes preferindo intervir no processo de acumulação capitalista, sob a lógica das condições sociais da produção e não necessariamente do consumo de bens coletivos, matriz diferenciada ao processo clássico da acumulação capitalista na Europa.

No recorte estabelecido pelo estudo, analisou-se o *Estado* no Brasil, notadamente no 3º Capítulo, sob uma situação específica. A nível global, as alterações que se vislumbram na perspectiva da crise do *Estado de Bem-Estar Social* foram aceleradamente marcando a disposição dos governos nos países centrais, enquanto desafio projetado a partir das reestruturações produtivas em curso, que nos meados dos anos 70 alcançaram um grau de gravidade incontestável, na perspectiva da acumulação capitalista. Um quadro que expressa o momento inicial do que Harvey (2000) denomina de crise do desenvolvimento do regime de acumulação fordista.

No Brasil, consolidou-se um modelo de desenvolvimento autoritário, pautado na concentração da renda e na delimitação de uma economia oligopolizada (LOUREIRO, 1992), articulado pelo *Estado*. Suas contradições incidiram justamente nas oscilações específicas da formação do capitalismo nacional, migrando de um modelo pautado na aceleração industrial e no crescimento do Produto Interno Bruto – PIB ao quadro de recessão e descontinuidade produtiva. Segundo afirmam Coriat e Sabóia (1988, p. 19):

No período de 1955 a 1985, a economia brasileira apresentou um crescimento médio anual de 6,2%, dobrando o PIB a cada 10 anos, com resultados que variam entre picos de crescimento e covas recessivas em curtos espaços de tempos. O crescimento da economia brasileira passa de 11% de 1967-73 para 1,3% no de 1980-83, ou seja, uma flutuação de 12,3%.

Em relação ao setor bancário, esse processo de acumulação foi visível na relação entre os banqueiros e o *Estado*, com o uso, segundo Minella (1988) de instrumentos fiscais e legais, em articulação com o sistema financeiro internacional. Do ponto de vista dos impactos econômicos, o *Estado Autoritário* permitiu, ao lado do fechamento político do país, uma política de abertura econômica, ainda que

gerenciada, que procurava mesclar desenvolvimento e controle social. Matoso (1995, p. 130) sustenta a esse respeito que:

[...] nas condições colocadas ao Brasil foi explícita a concentração de renda, com elevações das margens de endividamento das famílias – resultante da reforma financeira e bancária – reformas conservadoras levadas à cabo depois do golpe de 1964.

Junto a este modelo, observou-se uma forte política de controle sindical, com as permanências das vicissitudes da legislação dos anos 30, objetivando também o estabelecimento do arrocho salarial, que segundo Trindade (2001), teria como suporte o uso de práticas de cooptação de lideranças sindicais para corroborar sua política salarial e econômica.

É verdade que, no geral, persistem-se no meio acadêmico, leituras que privilegiam o papel do Estado na dinâmica da formação do capitalismo no Brasil. É preciso um certo cuidado com essas análises, pois o percebem enquanto simples aparelho ideológico de reprodução da dominação capitalista, sem levar em consideração outros movimentos que a sociedade global provoca nas cisões e contradições na forma de produção da riqueza. Mesmo recorrendo às análises estruturais da relação entre o Estado e as classes, é importante mais uma vez acionar Poulantzas (1971, p. 38) em suas clássicas recomendações sobre a teoria da dominação política:

O terreno da dominação política não está ocupado somente pela classe ou fração de classe hegemônica, mas por um conjunto de classes ou frações de classes dominantes. [...] É nesse sentido que se pode falar de uma autonomia relativa dos diversos aparatos e ramos entre eles, no seio do sistema estatal, e de uma autonomia relativa do conjunto do Estado em relação à classe ou fração hegemônica.

O Estado, segundo Weber (1976), constitui, por meio da burocracia, a plenitude da forma racional de organização da dominação e do poder. É o tipo ideal da dominação racional, baseado na legalidade e na ordem cujo interior de sua

estrutura, vislumbram-se relações de poder. É possível pensar o Estado autoritário no Brasil, a partir do diálogo com alguns elementos desta clássica representação, naquilo que possam efetivamente ilustrar as múltiplas relações sociais e econômicas, em sua textura institucional.

Ao recorrer a esses elementos, no entanto, o estudo em questão procura evitar análises explicativas que objetivem compreender a priori a construção de um espírito modelador como base racionalizante da ação social dos atores presentes na organização da burocracia estatal. É preciso redimensionar movimentos estruturais e culturais bastante diversos – patrimoniais, sociais, jurídicos, etc. –, inserindo-os na análise das singularidades acerca da formação capitalista no Brasil, no campo da produção macro e da organização de sua burocracia.

Junto a essas singularidades, não se pode perder de vista o processo de regeneração do capitalismo em curso, em nível global que, segundo Boltanski e Chiapello (2002), atingiu o ápice nos anos 70, oferecendo novos problemas para a análise desse modo de produção em torno da composição de seu espírito, haja vista que se fez acompanhar por um quadro degradante da situação social das classes excluídas. Para os autores, esse quadro possibilitou refletir sobre um novo espírito para o capitalismo, no sentido de se repensar as bases clássicas weberianas, embutindo variáveis possíveis de superação das hostilidades e diferenças entre os principais atores que constroem o sistema de produção.

Ainda que nos momentos iniciais ou de transição do modelo fordista para modelos flexibilizadores, as modificações técnicas e produtivas no sistema bancário nacional, foram abrangentes e complexas, os quais os sindicatos não se tornaram imunes. Os processos de reestruturações dirigidos institucionalmente pelo Estado foram mediados pelos diferentes ritmos atingidos no âmbito nacional, na relação

comparativa com os processos internacionais. A esse respeito, sustenta Antunes (1997, p. 79):

Quando se reflete sobre as transformações vivenciadas no mundo do trabalho e no sindicalismo dos países centrais e suas repercussões e paralelos com aquele praticado no Brasil, é preciso fazer as devidas mediações. Participamos de um contexto econômico, social, político e cultural que tem traços universais do capitalismo globalizado e mundializado, mas tem singularidades que, uma vez apreendidas, possibilitam resgatar aquilo que é típico desta parte do mundo e reter a sua particularidade. Trata-se, portanto, de uma globalidade desigualmente combinada que não deve permitir uma identificação acrítica ou epifenomênica entre o que ocorre no centro e nos países subordinados.

Mantendo-se as preocupações com os riscos teóricos das análises explicativas e estruturais acerca da natureza do *Estado* no Brasil e do processo de formação do capitalismo, o estudo reconhece a realização da *Reforma Bancária*, em sua primeira etapa, pelo *Estado Autoritário*. Ressalta, no entanto que sua necessidade premente de adaptação dos bancos ao novo formato do sistema financeiro internacional é anterior ao golpe de 1964, enquanto mecanismo de suporte ao aumento de circulação do capital.

Assistiu-se assim, a consolidação do processo de oligopolização do sistema financeiro, na composição de novas formas de acumulação do capital, no qual os bancários tiveram como objeto e labor a mercadoria-dinheiro. Por este prisma, as relações entre o *Capital* e o *Trabalho* se plasmaram no interior dos processos de concentração da riqueza e do aumento das desigualdades sociais no país.

O referencial teórico para esta dimensão do *Capital*, sustentou-se aqui no conceito de fetichização do mesmo em sua representação no cotidiano do trabalho bancário (JINKINGS, 1995), pelo qual o dinheiro gera mais dinheiro, sem qualquer mediação produtiva, de forma rápida e voraz. A circulação de dinheiro como capital é uma finalidade em si mesma, pois sua valorização somente existe no interior de

um movimento sempre renovado de reprodução do capital historicamente insaciável (MARX, 1985). A *1ª Reforma Bancária* iniciou a expansão do capital financeiro no Brasil, sob uma forte perspectiva monetarista e foi o ponto de partida para o complexo processo de reestruturação produtiva que mais tarde afetará o cotidiano do trabalho bancário (JINKINGS, 2005).

Um particular se abriu no estudo, ao se analisar o trabalho como categoria de análise, dada a alteração que o processo de reestruturação financeira provocou na organização do trabalho bancário. No campo conceitual há muito grassam densos debates teóricos quanto sua importância na racionalização produtiva. Autores como Castel (1998) analisam o trabalho assalariado associado ao estatuto da indignidade social, em numa sociedade cadastrada sobre os pressupostos da modernidade. Outros como Bouvier (1994), sob o prisma de categoria autônoma e fato social em movimento. Gorz (1980), em suas já clássicas teses sobre a divisão do trabalho, nos anos 70 e 80, aponta reflexões quanto à fratura de sua essencialidade no processo da reprodução social do lucro.

As teses fincadas em Habermas (1990), porém, são as que mais têm influenciado autores que não percebem mais no trabalho um campo de realização da racionalidade capitalista. São teses que essencializam a ciência como instrumento de desenvolvimento técnico nas suas formas sutis e veladas de ação comunicativa na modernidade. Para elucidar este quadro de formulações, é preciso identificar a frente teórica de abordagem que diz respeito à crise societal do trabalho que mais se aproxima dos pressupostos habermasianos.

A frente teórica da crise societal do trabalho procura acompanhar o processo global atual e crescente de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto no processo produtivo. Afirma uma concepção cuja representação da sociedade se

apóia sob novas bases de racionalidade, um agir comunicativo, na qual se possibilite a dotação aos indivíduos de reflexividade no processo de produção.

Na crítica às teses que versam o esvaziamento do trabalho, na perspectiva da crise societal, Trindade (2001, p. 55) sustenta que:

Diversos autores vêem nesse processo uma crise da categoria trabalho, questionando o 'mundo do trabalho' como espaço fundamental da sociedade capitalista. Está presente em Claus Orfe (1989) – mas também em Gorz (1983) – [...], assentada no questionamento do assalariamento para conformação da sociedade contemporânea.

Os discursos que representam a autonomia da ciência sobre o trabalho como força produtiva, forçam o repensar sobre o que Antunes (2000) denomina de sentido real do trabalho. Para o autor, a força de trabalho vivo ainda se constitui condição sine qua non para a reprodução do capital, porém, as formas heterogêneas, complexificadas e diferenciadas levam a refletir sobre qual trabalho vivo repousa esta produção. Em outro espaço de contribuição teórica, afirma (ANTUNES, 2003, p. 65):

Se a mensuração do valor decorre do dispêndio de energia física e intelectual necessário para a produção de mercadorias, hoje esse quantum de energia também inclui a dimensão intelectual e material do trabalho, de tal modo que, em vez de se dizer 'adeus ao trabalho', há uma relação mais complexa em função da introdução, de forma avassaladora, da ciência enquanto força produtiva, o que não suprime, no meu entender, como quer Habermas, o valor trabalho e a dimensão do trabalho vivo, mas cria, na atualidade, uma interação entre trabalho vivo e trabalho morto (ANTUNES, 2003, p. 65).

O presente estudo, mesmo reconhecendo as pertinentes contribuições das análises que privilegiam a ciência, opta teoricamente pela dimensão do trabalho na importância que ainda assume no espectro da extração da mais valia absoluta, considerando as teses marxianas de interações existentes entre o trabalho vivo e o trabalho morto, naquilo que Antunes e Sotelo (2003, p. 113) sustentam quanto ao fato de que “a ciência não pode se converter na principal força produtiva dotada de autonomia”.

A acumulação capitalista, marcada pela flexibilidade oriunda das reestruturações produtivas, ainda se constitui como forma de capitalismo no qual o crescimento em valores reais se apóia na exploração do trabalho vivo, na produção real, cuja necessidade tecnológica e dinamicidade organizacional é sua característica intrínseca. A esse respeito, sustenta Harvey (2000, p. 175-176):

Muito embora as atuais condições sejam muito diferentes em inúmeros aspectos, não há dificuldades em perceber que os elementos e relações invariantes que Marx definiu como peças fundamentais de todo modo capitalista de produção ainda estão bem vivos e, em muitos casos, com uma vivacidade ainda maior do que a de antes, por entre a agitação e evanescência tão características da acumulação flexível.

Nesse particular, o setor bancário no Brasil investiu no aprimoramento técnico e científico, mas consolidou sua expansão, a partir das alterações observadas no conteúdo do trabalho bancário, caracterizado principalmente pelo alto poder concentrador. A esse respeito, convém demonstrar que:

Desde a Reforma Bancária de 1964, o setor cresceu a partir do surgimento de grandes conglomerados e extensas redes de agências espalhadas por todo o país. Apoiados nos ganhos de floating proporcionados pelas elevadas taxas de inflação nas décadas de 70 e 80 e no financiamento da dívida pública, os bancos se caracterizaram por sua alta lucratividade

comparativamente a outros setores (CERQUEIRA; AMORIM, apud CARLEIAL; VALLE, 1997, p. 401).

É sob esta dimensão que é analisada a 1ª *Reforma Bancária*: instrumento de reestruturação do sistema financeiro para sua oligopolização, e ao mesmo tempo, desafio para a composição de novas estratégias da ação sindical, cabendo aqui as influências teóricas de Accorsi (1986) em sua análise sobre a automação bancária, Minella (1976) e Teixeira (1996) quanto à relação entre reestruturação produtiva e ação sindical.

O arsenal conceitual utilizado no estudo se diluiu ao longo das análises resultantes da pesquisa realizada. O movimento sindical, pela natureza de seus agentes e práticas, reflete uma conflitualidade essencial na relação estabelecida entre capital e trabalho – sujeitos díspares de sua formatação. Seu desafio foi o de procurar analisar as especificidades dos processos de formação e organização do capital, mediado nas negociações e resistências que os trabalhadores construíram nos espaços de representação.

A base conceitual aqui delimitada foi norteadora ao estudo da mediação problematizada, mas não sua determinação estanque. Foram recursos acionados à interlocução com o campo empírico, na tentativa de aprofundar a análise de uma específica prática sindical assumida por dados atores sociais.

A construção dessas práticas foi o resultado de históricas tradições sindicais que se projetaram em vínculos de rupturas e permanências entre o passado e o presente de suas ações. Para alinhar o construto dessas tradições procurou-se identificar suas marcas no movimento sindical bancário nacional e local, perfazendo a trajetória do próprio movimento sindical em sua gênese, do geral ao particular; no

delineamento dos sindicatos, classes e organização dos trabalhadores na Europa e no Brasil. Um necessário caminho trilhado para o desvelo possível das experiências de classe que vivenciaram os trabalhadores bancários em suas formas de representações e formação de identidade de classe. Se os sindicatos são herdeiros de formas observáveis de experiências e estratégias de lutas sociais, por elas podem ser percebidas as matrizes da conflitualidade que seus agentes pontuam em sua história social.

No esforço sistemático entre a teoria e o empírico, foi possível delimitar o objeto, explicitando suas questões centrais que poderiam ser contempladas e respondidas. Atentando à frágil fronteira metodológica entre o ato e o fato de criação do conhecimento sobre a realidade social em estudo (BANDEIRA, 2000), os referenciais teóricos foram devidamente delimitados, possibilitando a apreensão do objeto na fecunda relação entre teoria, observação, interpretação e análise.

Ao longo da realização da pesquisa, as categorias de análise foram se aprofundando, o problema redimensionado e as hipóteses reformuladas desafiando também os limites da produção do texto, do ponto de vista acadêmico, reconhecendo-os quanto ao domínio de conceitos, objetivos, métodos e sujeitos. As certezas precisaram ser colocadas a teste para assumir a necessária possibilidade do risco na aventura do conhecimento acadêmico. As orientações metodológicas da Sociologia e os diálogos entre as ciências sociais foram fundamentais para o trilhar desse caminho.

Para trazer elementos de fundamentação à análise, as bases metodológicas sedimentaram o estudo enquanto esforço sistemático da investigação científica, delimitando o objeto, cujo objetivo principal instrumentalizou-se, pela reunião,

análise e interpretação das informações (CONDURU; PEREIRA, 2005) no sentido de dar conta do problema proposto.

Levando-se em consideração a complexidade dos movimentos sociais em devir, a pesquisa assumiu um caráter essencialmente qualitativo. A pesquisa qualitativa foi a opção metodológica necessária, dada a existência de traços constantes e universais no interior das relações sociais estabelecidas na mediação sindical.

A explicação sociológica partiu de objetivos empíricos, dedicados a codificar o lado mensurável da realidade (LAKATOS; MARCONI, 1991) a partir da análise das práticas sindicais construídas entre os bancários num quadro de aferição que não passaria pelo caráter descritivo-experimental ou de campo. A forma de estudo foi para além do registro, análise, classificação e interpretação do fenômeno. Seu objetivo foi o de aprofundar o problema delimitado na reanálise das considerações críticas e paradigmáticas (PRESTES, 2002), sujeito às necessárias revisões das hipóteses. O recorte temático da mediação permitiu principalizar as lideranças sindicais enquanto atores sociais no projeto, ritmando, por suas ações, a investigação sobre as relações que estabeleceram com outros agentes – representantes do Capital e do Estado, construindo esta mediação, entre conflitos e negociações.

Os procedimentos metodológicos seguiram os passos do rigor necessário para a consecução da pesquisa, nas etapas definidas: coleta das fontes, seleção e organização das fontes e redação final/divulgação.

A etapa da coleta das fontes, dada a natureza da pesquisa qualitativa, teve como instrumentos: as entrevistas orais, a pesquisa bibliográfica e o levantamento documental.

As entrevistas foram realizadas com ex-diretores do SEEB/Pa-Ap (e lideranças que não chegaram a compor diretorias) que o conduziram no período de 1964 e 1974 não para fazer uma história oral, mas para servirem de bases para a narrativa da memória sindical do período, no campo das atuações de base. Foram realizadas 05 entrevistas, entre ex-diretores e outros que não participaram da direção, mas foram lideranças expressivas do período, identificadas com estas gestões.

A pesquisa bibliográfica referenciou-se nos estudos teóricos, clássicos e recentes, aprofundados como forma de intermediação direta no processo de seleção dos dados empiricamente coletados. Os estudos clássicos das ciências sociais assumiram importância metodológica ao apontarem elementos-chave para a compreensão dos fatos, por seus textos contribuírem ainda hoje, como afirma Alexander (apud GIDDENS; TURNER, 1998), ao procurar esses elementos no desenvolvimento da pesquisa, obviamente comparados e confrontados às publicações recentes, embasando o fio condutor teórico-metodológico do materialismo dialético, movimentado no campo da história social do trabalho.

O levantamento documental foi realizado nas fontes disponíveis para a pesquisa. Entre 2001 e 2003, o SEEB/Pa-Ap conseguiu, por meio de projetos específicos de memória, armazenar um razoável acervo do registro material do período levantado, que serviram ao embasamento documental do projeto. Relatórios, Atas de Assembléias, Memorandos, Editais, periódicos, jornais, Anais de congressos, Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, documentos de acervos doados, Livros de Assentamentos da Delegacia Regional do Trabalho, do período entre 1964 e 1974, atualmente catalogados no próprio sindicato.

A etapa de seleção e organização das fontes foi subsequente à coleta dos dados, para a análise, seleção e divisão do material coletado e constituíram as partes integrantes do trabalho. Esta etapa foi realizada, junto à reflexão teórica necessária, como forma de organização do plano definitivo do texto dissertativo que ora se apresenta.

A etapa da redação final e da divulgação da pesquisa culminou com o texto dissertativo que aqui se apresenta, a partir dos rituais exigidos pelo programa de pós-graduação. A dissertação passa a fazer parte do acervo da Universidade Federal do Pará e do Sindicato dos Bancários do Pará – SEEB/Pa-Ap.

O método hipotético-dedutivo foi aplicado na análise dos dados coletados, num diálogo epistemológico necessário com as formulações teóricas delineadas, em permanente mediação entre o teórico e o empírico, enriquecendo o problema, alterando-o ou reformulando-o, implicando na experimentação e observação constante de comprovação – ou não – da hipótese proposta.

A construção do objeto, enfim, resultou de um trabalho metodológico, propondo-se investigar um recorte da realidade social, de maneira crítica, orientado pelo espírito da descoberta e pela historicidade que qualquer fato social detém. Um processo de permanente vigilância epistemológica, procurando associar o objeto aos métodos e às técnicas de investigação no campo acadêmico, a partir da problematização sociologicamente proposta.

Ao se tomar contato com a documentação dos anos 60 e 70 do SEEB/Pa-Ap - relatórios sindicais, atas de assembleias, memorandos, editais, fontes orais – chamam atenção, as formas de atuação da direção sindical no período em que o sindicato esteve sob intervenção militar – 31 de março de 1964. Em um espaço preciso de 10 anos, esta direção se prolongou no exercício de dadas práticas que

consagradamente o movimento sindical classificaria como pelegagem ou de submissão ao Estado Autoritário.

Estas classificações, no entanto não se sustentam diante da realidade que as fontes documentais e os testemunhos orais apontavam. Algo mais se escondia por traz das consagrações do senso comum. Em face da complexidade do que significaram as ações políticas dessas gestões sindicais, percebeu-se que os reducionismos das identificações militantes e os termos consagrados até na academia, precisariam ser revistas.

A partir deste cenário, muitas questões permitiram defrontar e desafiar esforços à investigação científica em torno da interlocução entre o capital e o trabalho, em um momento de reestruturação produtiva no sistema financeiro, bem como o impacto desta relação no devir sindical. Um desafio inquietante na tentativa de articular o passado e o presente, possibilitando o mergulho na recorrência de práticas e ações, no turbilhão de perspectivas teóricas a serem colocadas no mundo do trabalho.

No cenário atual, o debate em torno da questão das mudanças no mundo do trabalho assume importância, sugerindo novos paradigmas quanto ao papel dos movimentos sindicais. As modificações nos processos produtivos têm possibilitado desafios às instituições representativas das classes laborais – em particular, com mais ênfase, no setor bancário – que exigem análises pormenorizadas não somente no campo da estrutura da produção e da gestão em si, mas também por seus impactos no campo das representações laborais.

A reestruturação capitalista re-situou o mundo do trabalho em uma dinâmica mais complexa, heterogênea e contraditória, redefinindo e reafirmando sua centralidade no interior do metabolismo social do capital (ANTUNES; SOTELO,

2003) e apresenta um desafio ao conhecimento quando dimensionada aos diversos níveis da realidade social, dentre os quais, o do cotidiano da mobilização operária e sindical. O esforço teórico reside em caminhar por onde passaram os que representavam o labor, na penumbra dos bastidores entre os Bancos e as Espadas, em um desvelo possível pelas trilhas abertas da mediação.

A construção da narrativa desses atores e suas práticas se tornaram uma obra aberta, marcada por lutas e paixões sob as tintas da ação social, ou mesmo, recorrendo-se ao signo de um pastiche metafórico do cineasta Bertolucci – sob o céu que os proteja – no ardor das rupturas e permanências abrasadas pelo sol do Equador. As certezas deixaram de estar à frente, sem a pretensão da história estar ao alcance das mãos. Um contínuo, porém se promoveu na textura dessa narrativa: as lutas por melhores condições de trabalho, remuneração justa e dignidade de vida.

Estas lutas se tornaram demandas, sedimentando o *habitus* (BOURDIEU, 1983) de uma categoria que durante muito tempo, conviveu – e ainda convive – com as mutações tecnológicas impactadas sobre e além do mundo do trabalho, oferecendo possibilidades de problemas a serem defrontadas pelo próprio movimento sindical em si, num futuro incerto, ou como sentença Lima (2003, p. 70) “a crise por que passa o movimento sindical brasileiro somente poderá encontrar soluções na medida em que algumas questões comecem a ser respondidas”. Dilemas que, sugere o autor, cabe a todos responder.

Diante dos impasses e dilemas atualmente colocados ao mundo do trabalho, a pertinência de se examinar práticas sindicais e o propósito de se buscar a recorrência ao passado nessa relação, se justificam como objeto de estudo.

Em primeiro lugar, pela relevância em reexaminar práticas sindicais em um quadro conjuntural e estrutural desafiador aos movimentos sociais, por onde

permeiam discursos que procuram desgastar as fórmulas tradicionais de mobilizações reivindicatórias. Analisá-las, implica em sair do cadastramento das verdades universais e empíricas para adentrar no epicentro de um estudo teórico que, segundo Antunes (2003) é relevante, oportuno e imprescindível, diante da intensidade da destruição social presenciada no mundo contemporâneo.

Em segundo lugar, por que os processos de mutação e refluxo do movimento sindical não são exclusivamente produtos da presente sociedade global. No caso específico dos bancários, partes dessas mutações se devem a reestruturações produtivas enraizadas nos procedimentos técnicos e legais de um passado próximo.

Sindicato e trabalhadores tornam-se sujeitos e objetos, marcados por enfoques diversos e, dependendo dos recortes, desafiadores à imaginação sociológica.

Para dar conta ao que se propôs na pesquisa, a dissertação está estruturada em capítulos que, sob específicos recortes, articulam-se naquilo que o problema central estimula à investigação teórica.

O **Capítulo I**, denominado **Movimento Sindical: Organização, Tradições e Reformas**, objetiva analisar o movimento sindical em suas diversas tradições do global ao particular, naquilo que possibilitaram refletir sobre a organização sindical dos bancários.

O **Capítulo II**, denominado **Movimento Sindical Bancário**, aborda o mapeamento detalhado das tradições de luta e das correntes sindicais em construção, no fazer-se histórico do movimento sindical bancário nacional e local. O objetivo deste capítulo reside em traçar um quadro de composição da práxis que amalgamou as experiências de classe da categoria bancária, em suas relações com o *Estado* e o *Capital*, fornecendo suportes à prática sindical estabelecida pelos bancários, após a consolidação do regime militar no Brasil.

O **Capítulo III**, como o próprio título antecipa, **Mediação Sindical Bancária no Pará pós-64: Capital, Trabalho e Estado**, adentra no problema teórico em si, proposto pela pesquisa. Aborda a *Reforma Bancária* e a consolidação do *Estado Autoritário* e seus impactos no devir sindical da categoria, avançando para os caminhos da mediação trilhados pelas lideranças bancárias com o *Capital* e o *Estado*, no Pará, entre 1964 e 1974.

Nas **Considerações Finais** estão delineados os resultados da pesquisa quanto à confirmação das hipóteses levantadas. Neste capítulo pretensamente conclusivo, algumas reflexões estão aportadas quanto a possíveis desdobramentos desta prática sindical analisada.

Enfim, a escolha do tema justificou-se por permitir o estudo de um setor da economia de serviços em Belém, recortado ao campo da representação sindical, que resvala na análise da exploração da força de trabalho, a partir da perspectiva do conflito e da mediação nas tensas relações com o capital. Uma escolha baseada na análise de uma categoria laboral em mutação que, sob uma dada perspectiva problematizadora, possa contribuir à construção da história social do trabalho em Belém, reconhecendo seus diversos caminhos naquilo que, parafraseando Fontes (2002) não seja somente resistência e disciplina, mas a história de homens que tomaram atitudes em relação ao capital com lógicas e racionalidades próprias.

CAPÍTULO I

MOVIMENTO SINDICAL: ORGANIZAÇÃO, TRADIÇÕES E REFORMAS.

“A divisão capitalista do trabalho é a fonte de todas as alienações” (KARL MARX).

1.1 – Organização sindical: tradições e estratégias.

Em trajetórias diferentes, o movimento dos trabalhadores e a organização sindical caminharam paralelamente. As formas de resistências enraizadas nas lutas sociais estabeleceram-se cotidianamente na história social dos trabalhadores, ao lado da organização de suas associações corporativas e sindicais, levando-se em consideração as bases de referências da ação social destes atores, em suas tradições e estratégias. Na constituição das tradições e estratégias, é possível inferir o grau de intensificação do movimento sindical, enquanto tipo de movimento social de trabalhadores, resultante do conflito, marcante à configuração da *identidade de classe* (THOMPSON, 1987) de seus agentes, posto que, conforme define Touraine (apud PASQUINO, 2000a, p.789):

O movimento social [...], é uma conduta coletiva orientada não para os valores da organização social ou para a participação num sistema de decisões, mas para o objeto dos conflitos de classe que é o sistema de ação histórica.

Definido como *movimento social reivindicativo* em sua tipologia – seguindo-se os critérios de *identidade, oposição e totalidade da ação de seus agentes*, a partir de pressupostos indicados por Touraine, o movimento sindical, na construção da história social do trabalho, pode ser caracterizado como movimento político e de classe no construto das lutas e organização dos trabalhadores, com distinções claras de passagem quanto a seus objetivos reais na relação estabelecida com o Estado. A esta emblemática relação, a partir das teorias sobre movimentos sociais, Pasquino (2000a, p. 791) observa:

Seguindo basilarmente as indicações de Touraine, Melucci propôs uma distinção entre movimentos reivindicativos, movimentos políticos e movimentos de classe, baseados nos objetivos perseguidos. [...]. A passagem de um tipo a outro depende de numerosos fatores, dentre os quais não é de somenos importância o tipo de resposta que o Estado agente pode dar, bem como da capacidade dos movimentos em aumentar seus seguidores e incrementar suas exigências.

Neste sentido, o movimento sindical, transversalizou-se nas interfaces do conflito social, mediando-se entre as estruturas institucionais e o movimento de seus agentes – na liderança e/ou militância dos espaços de atuação da classe trabalhadora – tornando-se assim, um elemento do *fazer-se* desta classe por suas *experiências e tradições* (THOMPSON, 1998), e em seu interior, a definição de estratégias, a partir dos *caminhos comuns* traçados por seus atores (REGINI, 2000). Movimento e organização sindical, portanto, assumiram historicamente uma distinção formal e teórica, conforme sustenta Rodrigues (1968, p. 04-05):

[...] Movimento sindical corresponde a todo esforço informal e autêntico de levar a classe trabalhadora a lutar por suas reivindicações. Organização sindical corresponde a uma tentativa formal e de cunho oficial, no sentido de levar uma ordem e um instituto à classe trabalhadora. O sindicato que surge é naturalmente diverso num e noutro caso.

A partir deste referencial, pode-se deduzir que junto ao movimento sindical, afirmou-se também o movimento operário – não necessariamente a ele subordinado ou vice-versa – como um espaço de reivindicação política e social, com o componente de classe enquanto “conjunto dos fatos políticos e organizacionais relacionados com a vida política, ideológica e social da classe operária, ou, mais em geral, do mundo do trabalho” (BRAVO, 2000b, p. 781), sob rituais próprios de passagem de uma dimensão a outra: da luta social à ação dos agentes em movimentos ao campo de sua organização, a partir de sua gênese. Por esta gênese, é possível perceber que as lutas dos trabalhadores e o surgimento de formas organizacionais – associações ou sindicatos – não se hierarquizaram de forma linear por rígidas delimitações temporais (REGALIA, 2000a), mas se constituíram na diversidade da ação dos sujeitos e nas complexas e contraditórias formas de confrontos com o capital (REGINI, 2000).

1. 1.1 – Movimento sindical em gênese.

As origens do que poder-se-ia classificar como formas primeiras de organizações sindicais são difusas. Bouvier (1994) relaciona algumas destas origens na formação das corporações de ofícios da Baixa Idade Média¹, por meio das relações de solidariedade laboral dos *compagnonage* ou *corps de métiers* – compostos por *mestres*, assistidos por *aprendizes* e *ajudantes*. Estes, para se ajudar e se defender mutuamente, se organizam a partir do século XIV, conforme descreve (IDEM, p. 05-06):

¹ Período histórico que corresponderia na Europa, aproximadamente, os séculos X a XV. As modificações econômicas deste período sugerem apontar indícios de formações sociais pré-capitalistas, pontuadas pelas crises estruturais do sistema feudal dominante na Alta Idade Média. Os historiadores, de um modo geral, consideram esta divisão cronológica obsoleta e europocêntrica. Aqui é adotada por convenção histórica e consagrada.

de atelier em atelier, esses ajudantes, operários e companheiros vão começar a se organizar [...] A partir do século XIV o 'compagnonage' se estabelece. [...] Suas rivalidades acompanham-se de conflitos entre mestres e companheiros: Greves de tipógrafos parisienses em 1539, de tecelões normandos em 1691 ou de operários da seda em Lyon, em 1744, conseguem implantar uma 'caixa de desemprego' – fundo de greve?

Narrativas e tradições inventadas (HOBSBAWM, 1994) à parte, focalizam-se as origens dos sindicatos e associações profissionais corporativas, na esteira da moderna sociedade industrial dos séculos XVIII e XIX², na qual derradeiramente o trabalho se tornara alienado pela divisão produtiva (MARX, 1985), possibilitando formas diversas de resistências dos trabalhadores por meio da representação de classe que a partir deste processo se consagra.

Para a classe trabalhadora, a moderna sociedade industrial ofereceu a *divisão do trabalho* e a *fragmentação do conteúdo laboral* no espaço produtivo (GORZ, 1980), e neste, os trabalhadores passaram a atuar na resistência à exploração do trabalho pela *necessidade gregária de solidariedade*, instituindo historicamente o que Regini (2000) define como *sindicalismo*, enquanto *ação coletiva* de proteção e melhoria do nível de vida *por quem vende sua força-de-trabalho*. Instituiu-se, portanto, o sindicato como canal institucional de representação corporativa de classe, gerando e alimentando o conflito, interna e externamente ao mundo do trabalho, mas também canalizando a “participação social e política de grandes massas, contribuindo para integrá-las na sociedade” (IDEM, p. 1150)³.

² Na Europa, entre os séculos XVIII e XIX estariam assentadas as bases de formação da modernidade cujos indícios são: o desenvolvimento tecnológico, a Revolução Industrial e o capitalismo.

³ No mergulho das teorias clássicas, Regini sustenta que o fenômeno do sindicalismo oscila entre análises que pontuam os conceitos de *integração* em *Durkheim* e de *conflito social* em *Marx*, enquanto interpretações das diversas tendências existentes no movimento social, influenciando a visão que o movimento sindical assimila de si e da história. Do ponto de vista organizacional, para o autor, os sindicatos, ainda que alimentados no conflito social da relação entre capital e trabalho, tornaram-se instituições de *integração* dos trabalhadores à ordem industrial.

Considerando-se o recorte histórico das origens dos sindicatos na modernidade, a luta global dos trabalhadores corresponde a um momento peculiar de articulação com o que historiadores sociais (RUDÉ, 1991; HOBBSAWM, 1986; THOMPSON, 1987) denominam de *fenômeno das multidões*⁴. A rigor, este fenômeno tem suas bases fincadas na sociedade industrial – ou em transição – na qual os movimentos urbanos se consagravam no rastro das transformações processadas sob os efeitos da *dupla revolução burguesa da modernidade* (HOBBSAWM, 1994)⁵, enquanto marco de alterações abruptas nos padrões sociais e políticos. Na França e na Inglaterra, os efeitos das efemérides – *Revolução Industrial e Revolução Francesa* – teriam permitido transformações, primeiro nas cidades, depois no campo, nas instituições, nos hábitos, nos modos de pensar e nas técnicas com impactos sobre as ações dos trabalhadores. A esse respeito, sustenta Rudé (1991, p. 03):

Os efeitos das revoluções política e industrial estavam transformando [...] as velhas instituições, cortando as raízes da velha sociedade [...]. Para mencionar apenas algumas inovações, as fábricas urbanas, as ferrovias, os sindicatos estáveis, um movimento trabalhista, as idéias socialistas, bem como a Nova Lei dos Pobres e uma força policial na Inglaterra, eram indícios de que uma nova era, longe de estar sendo criada, já havia surgido.

⁴ Considere-se aqui o conceito de multidão como *fenômeno histórico-social* a partir das perspectivas teóricas problematizadas por estes teóricos, em especial Rude (1991), diferentes da conceituação proposta pela psicologia comportamental. Partindo de leituras diferenciadas estes autores revelam o papel da luta social dos trabalhadores na articulação dos primeiros movimentos de massas na França e na Inglaterra, projetando tradições e formas de organização em vigor nos períodos subsequentes. Ressalve-se somente uma divergência apontada por Thompson em relação à Rudé quanto ao que denomina de exagero deste último ao “abandono dos historiadores com a chamada multidão rebelada das sociedades pré-industriais” – este debate está descrito no Capítulo II de Thompson (1987) – vide referências.

⁵ Para este autor, a *Revolução Industrial*, na Inglaterra do século XVIII e a *Revolução Francesa* de 1789 teriam sido os marcos históricos de sublimação da modernidade, com efeitos na composição da ordem burguesa e na contra-ordem proposta pelos trabalhadores por suas ações reivindicatórias.

Nas sociedades industriais de França e Inglaterra sedimentaram-se as matrizes clássicas⁶ do movimento sindical. O quadro de agitações sociais nestes países alimentou a luta dos trabalhadores que passava a assumir *formas suscetíveis de significações históricas, nas greves, disputas trabalhistas ou reuniões coletivas*. (REGINI, 2000).

Na segunda metade do século XIX, as formas de manifestações dos trabalhadores, notadamente na Inglaterra, tornavam-se distintas e radicalizadas pela agudização de problemas sociais característicos da industrialização – pobreza, miséria social, inchaço populacional – e por conta destes, as temáticas acerca do novo proletariado e da incontrolável industrialização se transformavam em “lugar-comum de sérias discussões na Europa Ocidental e no pesadelo dos políticos e administradores” (HOBBSAWM, 1994, p. 192), possibilitando o aparecimento de movimentos sociais originados do mundo do trabalho, fermentando a posteriori as diversas formas de associações profissionais e sindicais. Neste contexto de agitações sociais e manifestações radicalizadas de luta, a situação do *proletariado industrial* se deteriorava, fazendo com que os movimentos trabalhistas e socialistas nele se germinassem, conforme sustenta Hobsbawm (IDEM, p. 226):

A situação dos trabalhadores pobres, e especialmente do proletariado industrial que formava seu núcleo, era tal que a rebelião era não somente possível mas virtualmente compulsória. Nada foi mais inevitável na primeira metade do século XIX do que o aparecimento dos movimentos trabalhista e socialista, assim como a intranqüilidade das massas. A Revolução de 1848 foi sua consequência direta⁷.

⁶ Dizem respeito às formas de luta organização sindical que se afirmam na França e na Inglaterra, posto que, se a *dupla revolução burguesa*, segundo Hobsbawm (1994), teve nestes países seu coroamento, também neles se construíram formas de resistência dos trabalhadores. Na França, as matrizes sindicais se afirmam nas experiências dos grandes movimentos de agitações sociais, nas ruas e nos protestos, segundo Rudé (1991) a partir da composição da ideologia jacobina em suas formas de manifestações (assembléias, paredismos, marchas, jornadas, etc.). Na Inglaterra, são as formas associativas mutuais e cooperadas que sustentam as matrizes sindicais, segundo Regini (2000), Pianciola (2000) e Hobsbawm (1994).

⁷ O autor refere-se ao quadro das lutas liberais na França de 1848, ano também do lançamento do *Manifesto do Partido Comunista* por Marx e Engels no seio do movimento sindical europeu.

Esta forma de movimento social, construído no interior das associações profissionais e sindicais e das lutas diretas das agitações sociais, é classificada como *movimento operário* (BRAVO, 2000b), por não se assumir como a repetição das históricas reações coletivas contra a opressão e resultava das *tradições de luta das classes trabalhadoras* (THOMPSON, 1987). Estas tradições remontavam a períodos anteriores, mas que naquele momento de composição da modernidade, assumiam a condição de mobilização permanente pelas instituições trabalhistas enquanto espaços de *agitações sociais, cooperativas e solidárias*, imbuídas de *idéias coletivistas* e diversas em sua *experiência de classe* no mundo do trabalho (HOBSBAWM, 1999).

Assim, a classe trabalhadora, por suas *tradições de luta, experiência de classe*, formas de manifestação e expressão, na pauta da sociedade europeia, se constituiu como *novo ator social* na esteira de suas *representações coletivas* (HOBSBAWM, 1986). Sindicatos, associações profissionais, tornaram-se espaços de *organização, solidariedade, lutas, negociações e resistências* (WATERMAN, 2005), acomodando diversos sujeitos de diferentes matizes, mas que pontuavam aspectos diversos conjugados por tradições de luta pré-existentes.

O movimento sindical foi se instituindo, no interior das relações de conflitos estabelecidos com o *Capital*, na moderna sociedade industrial, cujas bases organizativas se afirmaram nas práticas de recrutamento e estruturação direcional de filiados, segundo critérios de referências diversas, entre *sindicatos de profissão* e *sindicatos de indústria*. A esta distinção, define Regalia (2000b, p. 870):

se se leva em conta o critério com que definem os âmbitos, as áreas onde se recrutam os membros, a distinção principal é a dos sindicatos de profissão e dos sindicatos de indústria: aqueles recrutam indivíduos pertencentes ao mesmo mister, independentemente do setor ou setores industriais onde ele é

exercido; estes fazem seu recrutamento entre os que pertencem a um determinado ramo ou categoria industrial⁸.

Thompson (1987) e Hobsbawm (1994) percebem neste processo de congregamento dos atores sociais que emergem do mundo do trabalho, um elemento histórico de fundamental importância à formação da *consciência de classe dos trabalhadores* (MARX, 1986) a partir de sua *identidade de interesses* que, segundo a teoria marxiana, não se constituiu *em si*, mas *para si*, cuja passagem não se houve automática. Marx (1989), na análise teórica acerca das lutas de classe na França, já sustentava nesta “passagem”, um ritual de difícil *afirmação histórica*, na qual nem sempre a mera *identidade de interesses* seria suficiente para fundamentar a *consciência*, portanto não suficiente para a formação da *consciência de classe*.

A reflexão marxiana sugere aos teóricos da *história social do trabalho*, privilegiar o conceito de *identidade de classe* – e não o de *identidade de interesses* – na composição desta consciência. Para Hobsbawm (1994, p. 232), nas bases desta *consciência proletária*, residiriam os traços da *consciência jacobina e sindical-trabalhista*, conforme sustenta:

A consciência proletária estava poderosamente conjugada e reformada pelo que pode ser melhor descrito como consciência jacobina, ou seja, pelo conjunto de aspirações, experiências, métodos e atitudes morais com que a Revolução Francesa (e antes a Americana) tinha imbuído os pobres que pensavam e confiavam em si mesmos. Exatamente como a expressão prática da situação da nova classe trabalhadora era o ‘movimento trabalhista’ e sua ‘ideologia’ a ‘comunidade cooperativa’, o movimento democrático era a expressão prática do povo comum, proletário ou não, a quem a Revolução Francesa tinha colocado no palco da história como atores e não como vítimas. [...] As consciências jacobina e proletária se suplementavam.

⁸ *Regalia* afirma também que nos países anglo-saxões ainda hoje existem os sindicatos gerais, grandes organizações congregadoras de várias categorias, formadas por processos sucessivos de fusões. Na Inglaterra e nos Estados Unidos da América os sindicatos de profissão são históricos, pois se formaram nas bases do movimento operário nas etapas iniciais de industrialização – ler também aspectos do movimento operário em sua estrutura histórica, a partir das análises de Bravo (2000b), Hobsbawm (1986), Regini (2000) e Piancola (2000) – vide referências / bibliográficas.

O que seria então o movimento trabalhista articulado ao e no movimento operário e sindical? Um dos espaços de construção da experiência de classe dos trabalhadores no qual os sindicatos tornaram-se instituições de autodefesa cotidiana e o campo real e simbólico das principais trincheiras da luta coletiva, pela solidariedade e a greve. Ao longo do desenvolvimento para outras formas institucionalizadas no século XX, os sindicatos tornaram-se instrumentos legais e políticos para as modificações que este movimento foi sofrendo na intensificação de lutas sindicais mediadas entre o ativismo e a negociação.

1.1.2 – Quadro histórico das tradições e estratégias sindicais.

As primeiras associações de trabalhadores se organizavam, a partir do século XIX, sob formas de reuniões consagradas de coletivos laborais urbanos, seguindo pressupostos mutualistas. O *mutualismo* se baseava nos princípios da solidariedade das classes trabalhadoras, por meio de *sociedades de socorro e ajuda mútua* ou mesmo por *caixas beneficentes* (BRAVO, 2000a), ao mesmo tempo enquanto forma histórica de organização operária. Em relação ao caráter específico do *mutualismo*, refere-se Regini (2000, p. 1151):

Em quase todos os países ocidentais, o sindicalismo tem uma dupla origem: de solidariedade e defesa de um lado, de revolta contra o modo de produção capitalista e a sociedade burguesa do outro lado. Trata-se de tendências preexistentes à formação dos verdadeiros sindicatos. A primeira se expressa na constituição da sociedade mútua ajuda e de ligas de resistência; a segunda se traduz, na fábrica, em sabotagem da produção e, na sociedade, em luta pelos direitos políticos. Ambas as tendências nascem da exclusão de uma classe operária jovem em vias de formação da sociedade existente.

Por meio destas formas, várias tradições sindicais foram se constituindo e a partir das influências do *jacobinismo francês*⁹ passaram a se constituir em coesivas tessituras solidárias com elementos pautados na lealdade e assistência, traços característicos da *identidade operária e sindical* (BRAVO, 2000b) daquele contexto. O desencadeamento de greves e o crescimento de manifestações de protestos públicos (HOBSBAWM, 1986) fizeram partes destas tradições, transformando-se em ações recorrentes ao movimento sindical que, junto às necessidades de organização, constituíam as formas de atuação da classe trabalhadora em seus espaços de representação. As marcas do *jacobinismo* – a exemplo das assembleias gerais, formação das frações e grupos de poder – foram deixando traços característicos nas práticas sindicais – militantes e lideranças – projetando configurações as mais diversas nos cenários constituintes do mundo do trabalho (HOBSBAWM, 1999).

A necessidade de ajuda mútua, já tinha conduzido os trabalhadores à recorrência das *caixas de socorro*¹⁰, para que pudessem enfrentar as *agruras do desemprego e das doenças* (HOBSBAWM, 1994). Os formatos de sindicatos gerais – de tradições *jacobinistas* e/ ou *mutualistas* – foram gradualmente transformados em *entidades corporativas* que se burocratizam e se institucionalizam, com reflexos na organização sindical e nas formas de representação sindical (BRAVO, 2000b).

Via de regra, a associação dos sindicatos, organizados e/ou burocratizados, com o movimento operário pode ser compreendida no contexto da sociedade capitalista, em torno de sindicatos representativos da classe trabalhadora e nas suas

⁹ A ideologia jacobina é um dos maiores legados da Revolução Francesa ao movimento dos trabalhadores e à sua chamada consciência de classe, segundo Hobsbawm (1994) e Rudé (1991). A expressão classe trabalhadora – essencializada em Marx na classe operária – aparece nos escritos trabalhistas ingleses somente a partir da primeira metade do século XIX. Da derivação conceitual de classe operária, sindicatos e consciência de classe nasceu a idéia de socialismo, imbuída de forte conotação jacobinista, a partir da década dos 20, do século XIX, na França e na Inglaterra.

¹⁰ Úteis também nas greves por permitirem aos operários permanecerem parados por mais tempo, aumentando o seu poder de pressão contra os proprietários do *Capital*.

manifestações reivindicativas, naquilo que o conflito social da modernidade pôde constituir, conforme delimita em relação ao sindicalismo, Regini (2000, p. 1151):

Enfim, descrevendo o associacionismo sindical como uma das diversas formas históricas de organização operária, permite avaliar suas funções específicas, seus exatos limites e as relações com outros instrumentos de ação da classe operária, ao invés de considerá-lo como a única expressão natural das necessidades e da cultura operária.

Sem entrar no mérito da questão proposta pelo autor, é possível perceber um quadro de composição histórica que oferece ao movimento sindical a coadunação de tendências e ações, manifestas nas estratégias de atuação da classe trabalhadora como sujeito histórico. Assim, a partir das tensões provocadas pela moderna sociedade capitalista, sustenta-se que os conflitos políticos e ideológicos estimulados pelo movimento operário teriam atingido em cheio o movimento sindical, incluindo-se aí, as concepções e efemérides que em seu entorno gravitavam, como conclui o autor (IDEM, p. 1154):

o que é certo é que a tensão revolucionária do movimento operário atinge seu auge no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX [sindicalismo revolucionário francês, movimento dos conselhos, revolução bolchevique, Industrial workers of the world in USA, etc] e entra em declínio constante até o fim da década de 60, embora interrompido por grandes movimentos de massa no final da década de 30 [na França e nos EUA] e no fim da Segunda Guerra Mundial.

A partir deste quadro, Regini (2000) aponta diferenças na adoção de diversas práticas sindicais, segundo reflexões indicadas por autores de concepções diferentes – Touraine (1994), Bravo (2000b), Watermam (2005), Hobsbawm (1986) – quanto ao objeto de estudo em torno de questões originadas no movimento sindical. Levando-se em consideração as especificidades dos países europeus e o quadro tipológico levantado pelos teóricos, quanto à ação social da classe operária, três matrizes se destacam:

- O Sindicalismo Francês, no qual a classe operária é minoritária e se afirma genericamente na ideologia da *ação direta* e da recusa do *Estado* – chamado também de *Sindicalismo Revolucionário*, segundo Regini (2000).
- O Sindicalismo Alemão, no qual a classe operária já possui um peso numérico e político maior e se sustenta na ação política em termos de classe – denominado também de *sindicalismo socialista*, segundo Hobsbawm (1986).
- O Sindicalismo Inglês, no qual os sindicatos procuram promover uma política autônoma e a classe operária já possui um papel importante na sociedade – chamado de *socialismo reformista* segundo Foa (2000).

As negociações sindicais, nos marcos destas tradições diversas, foram se instituindo a partir de questões centrais, sob a égide do não-reconhecimento legal das associações e sindicatos de trabalhadores pelo *Capital* e o *Estado* (PASQUINO, 2000a). As lutas contra os *baixos salários* e as *condições de trabalho* tornaram-se pontos de pautas nas tensões verificadas entre o *Capital* e o *Trabalho*, propiciando o surgimento de formas de *atuações sindicais* plasmadas por *plataformas e projetos* que buscavam *sintetizar as lutas econômicas nas lutas políticas* (BEDESCHI, 2000).

A síntese entre o *político* e o *econômico* era emblemática ao movimento sindical, dada a influência que o pensamento socialista já exercia em significativos sindicatos operários (HOBBSAWM, 1986) e as incertezas que eram alocadas ao devir sindical no período. Combinar a demanda econômica e sócio-assistencial com projeto de *transformação social* ou de *reforma* no sistema capitalista (SETEMBRINI, 2000a), seria uma perspectiva difícil às lideranças sindicais e exigia formas de

atuações que muitas vezes se tornavam inéditas ao *fazer-se* da classe trabalhadora¹¹.

Entre o final do século XIX e as décadas iniciais do século XX, a combinação entre as demandas econômicas e políticas tornava-se mais acirrada nas disputas de concepções existentes no interior do movimento sindical europeu. Em 1889 foi fundada a *Segunda Internacional Socialista*¹² em Paris, cuja estruturação refletia a cadência do debate ideológico de então (AGOSTI, 2000).

Ao contrário da experiência anterior, esta nova tentativa de organização socialista, estruturava-se com base nos partidos nacionais de trabalhadores já existentes, sendo o da Alemanha, o mais representativo – *Partido Social-Democrata Alemão* (HOBSBAWM, 1986). Cada vez mais, *socialismo* e *trabalhismo*, enquanto corpos de idéias e representações procuravam se conjugar em ações no movimento sindical¹³, cuja pauta de ação se efetivava por meio da *atuação na questão do Estado e das instituições políticas existentes* (BRAVO, 2000b).

As demandas essencialmente econômicas ficavam em segundo plano, pelas leituras dos que defendiam necessidades históricas colocadas aos trabalhadores, a partir dos *formatos ideológicos* de algumas lideranças sindicais e de intelectuais

¹¹Apesar da riqueza das análises de estudiosos marxistas sobre a atuação da classe trabalhadora no século XIX por seus protestos e organização, percebe-se uma preocupação vanguardista – em alguns casos voluntaristas – quanto ao real papel dos sindicatos e a ação de suas lideranças. Muitas refletem um certo triunfalismo anacrônico ao remeterem suas organizações ao âmbito da *Associação Internacional dos Trabalhadores* fundada em 1864, também chamada de *Primeira Internacional Socialista*. Segundo Agosti (2000), esta associação pretendia ser o centro de uma extensa organização política e operária, com ramificações internacionais, cujo objetivo seria o de dirigir a revolução socialista em toda a Terra a começar pelos países capitalistas avançados.

¹²Criada em alusão às comemorações do aniversário do centenário da Revolução Francesa. Essa efeméride é significativa aos socialistas, por acreditarem no que seria a refundação do conceito de Revolução para a classe operária, posto que, segundo Marx, a Revolução Francesa é a consagração da revolução burguesa e capitalista. Não deixa de estar presente os princípios dos mitos fundacionais neste debate ideológico de representações de símbolos e conceitos: revolução burguesa x revolução proletária.

¹³ Pode-se deduzir que a questão do poder político estaria associada ao poder econômico, nas diretrizes colocadas pelos socialistas no movimento sindical. O eixo central do debate – reforma ou revolução – procurava enquadrar o debate sindical, na perspectiva da politização, entendendo-se o campo político, na lógica da apropriação do poder burguês pela classe trabalhadora.

revolucionários¹⁴ (PIANCIOLA, 2000). Era o período de consolidação da representação política da classe trabalhadora¹⁵, nos espaços legítimos de poder, cuja *dicotomia reforma ou revolução* (SETEMBRINI, 2000b) simbolizava a expressão do papel assumido pela classe como sujeito histórico e ator social, e suas representações estavam nos sindicatos, nos partidos de base operária e também nos limites institucionais permitidos pelo poder dominante – diga-se, Governos, Parlamentos e outros canais de atuação no Estado.

1.1.3 – Os movimentos sindicais e os diferentes cenários de atuações negociais na contemporaneidade.

A Revolução Russa (1917) e a 1ª Guerra Mundial (1914-1918), marcaram profundamente o movimento operário internacional com reflexos no movimento sindical. Os partidos socialistas ligados à *Segunda Internacional* optaram pela *defesa do reformismo e do apoios aos governos europeus nos esforços de guerra* (SETTEMBRINI, 2000b). Os sindicatos alemães, franceses e ingleses, capitaneados pela social-democracia fizeram campanhas massivas de vendas de bônus de guerra¹⁶, provocando cisões no interior do movimento operário. Os que eram contrários à guerra, passaram se identificar como *socialistas revolucionários*, e sua derrota aos *reformistas*, além da eclosão da 1ª Guerra Mundial, levaram à extinção da organização em 1914 (AGOSTI, 2000). A vitória dos *bolcheviques* na Rússia, em 1917, no entanto, criou as condições necessárias para a formação de uma nova

¹⁴ Após a fracassada experiência de um Estado Operário na França em 1871 – o episódio da Comuna de Paris – Marx e seus seguidores já antecipava as ácidas críticas à dimensão economicista das lutas sindicais evocando aos autonomistas – como passavam ser representados os partidários dessa concepção – os equívocos da Comuna.

¹⁵ Os marxistas colocavam em evidência a classe operária, pela visão vanguardista que comungam. Seguiam o princípio de Marx em enxergar na classe operária a ontologia transformadora e revolucionária da sociedade.

¹⁶ Campanha de arrecadação de fundos de apoios logísticos aos exércitos envolvidos na 1ª Guerra Mundial, de forte cunho nacional-patriótico.

organização, a *Terceira Internacional Socialista* em 1919 – denominada de IC ou COMINTERN¹⁷ (PASQUINO, 2000b).

A burocratização do regime socialista soviético nos anos 30 e 50 influenciou a ação dos sindicatos sob orientação comunista na Europa. Segundo Spriano (1987), Pianciola (2000), Opat (1987), Márek (1987) e Pasquino (2000b), a partir de análises acerca do *movimento comunista internacional* e do *marxismo*, os sindicatos de orientação socialista, refletindo as políticas consolidadas pelo *stalinismo*, passaram a oscilar entre posições de conformação com o sistema capitalista e ações radicais. As *ações sindicais* e dos *partidos de base operária* eram resultantes das orientações eivadas pela direção da União Soviética, *sem avaliações mais precisas das especificidades dos processos de atuação nos países* (PASQUINO, 2000b). Ao mesmo tempo, abriam-se os espaços para o estabelecimento de novas tradições políticas e ideológicas nas direções dos sindicatos e dos movimentos operários globais, que segundo Bravo (2000b) seriam representadas pelos: *trotskistas*¹⁸, *anarquistas*¹⁹, *sindicalistas católicos* e *corporativistas* ou *fascistas*.

As influências das concepções ideológicas e doutrinárias produziram correntes sindicais que passaram a atuar nos sindicatos, ritmando as táticas e estratégias das direções nos conflitos perpassados com o *Capital* (BADALONI, 1987). Via de regra, suas concepções de mundo tomavam formas que, distanciavam-se, em suas *apropriações feitas pelos trabalhadores, ao que procuravam representar* (OPAT,

¹⁷A eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), levou o líder soviético *J. Stálin* a dissolvê-la em 1943. Durante o período do *stalinismo* na União Soviética, a *Terceira Internacional* passou a funcionar como centro diretor dos partidos comunistas de várias nações, transformando-se em um escritório político-burocrático que servia à diplomacia soviética.

¹⁸Em 1938, Trotsky e seus partidários fundam a Quarta Internacional Socialista. Em relação ao trotskismo, ler verbete de Pasquino (2000c) – vide referências, que evidencia as cisões que ocorrem entre as correntes trotskistas e suas posições internacionalistas no movimento operário.

¹⁹Desde o século XIX, as correntes anarquistas eram compostas por várias concepções de ações imediatas: os mutualistas de Proudhon, os bakunianos de M. Bakuni, os koprostskianos de P. Koprostsky e os anarcossindicalistas ou autonomistas espanhóis, russos e italianos. A esse respeito, ler Bravo (2000b) e Hardman (1982) – vide referências.

1987). Por isso, o *fazer-se* da classe trabalhadora no movimento operário e sindical assumia nuances diversas, por lógicas e racionalidades próprias, permitindo que as estratégias sindicais combinassem dilemas comuns, no campo real e simbólico da resistência com o *Capital*, nas relações com as bases e nos canais de interlocução.

As construções das ações refletiam-se nas estratégias sindicais estabelecidas, nas opções colocadas aos trabalhadores e suas direções e nos momentos históricos de graduação da luta social. Quanto a esta especificidade, do ponto de vista da *ação sindical*, sustenta Rodrigues (1996, p. 23):

[...] as escolhas feitas pelo movimento sindical não brotaram apenas dos estímulos provenientes da interação estratégica com diferentes protagonistas. Elas foram fortemente condicionadas por fatores institucionais e organizativos, mesmo que os sindicalistas deles não tivessem consciência.

No cenário dos anos 50 aos anos 60 e 70, pode deduzir que a relação do movimento sindical entre direções e representados se instituiu na forma como a sociedade como um todo cadastrou a condição salarial. A esse respeito, Castel (1998, p. 416) afirma que a *sociedade salarial no mundo contemporâneo*:

Assegura direitos, dá acesso à subvenções extratrabalho (doenças, acidentes, aposentadoria) e permite uma participação ampliada na vida social: consumo, habitação, instrução e até mesmo, a partir de 1936, lazer. Imagem, dessa vez, de uma integração na subordinação.

Este quadro permite caracterizar os critérios propostos à classe trabalhadora pelo *regime salarial de cunho fordista*²⁰, cujo modo de organização do trabalho subordinava-se à busca da produtividade máxima e partia de um controle rigoroso de operações no processo produtivo. A produção em massa seria acompanhada

²⁰ O *fordismo* poder ser identificado na perspectiva das inovações tecnológicas e nos modelos organizacionais de gestão das empresas capitalistas, a partir das experiências de Henry Ford no início do século XX. Neste caso, o regime salarial vislumbra-se na perspectiva do processo de acumulação capitalista, projetado no pós-guerra, aliado ao keynesianismo onde o Estado teve de assumir papéis de integração social e de promoção do desenvolvimento (ANDRADE, 2004).

pela preocupação com o *bem-estar social*, por meio da *socialização do consumo* (REGONINI, 2000).

Nessa relação, os sindicatos acabavam por reconhecer a representação dominante de um modelo de sindicalismo que substituíam a ação direta pela mobilização integradora ao mundo do consumo, daí os espaços permitidos para a *atuação negocial segura* e de *resultados objetivos à classe trabalhadora* (STEVENS, 1967). Afirmava-se assim, uma concepção de *relação salarial* na qual o consumo seria integrado à produção e os *sindicatos*, os meios necessários para assegurar as *garantias de segurança institucional e legal às classes trabalhadoras* (CASTEL, 1998).

As teorias econômicas que buscam explicar as condições do *fordismo* e do *keynesianismo* no pós-guerra, segundo Regonini (2000), sustentam-se em torno das teorias da *regulação social* e *política* associada ao regime de acumulação capitalista²¹. De 1945 aos meados de 1973, é possível perceber que, ressaltadas as dimensões múltiplas do mercado e do consumo, instituiu-se um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, consoante ao que Harvey (2000) denomina de modelo *fordista/keynesiano* com impactos na condição assumida pelos trabalhadores. A esta condição, Castel (1998, p. 463-467) ratifica:

A transformação decisiva que amadureceu ao longo dos anos 50 e 60 não é, pois, nem a homogeneização completa da sociedade, nem o deslocamento da alternativa revolucionária sobre um novo operador, a 'nova classe operária'. O que se deu foi, sobretudo, a dissolução dessa alternativa

²¹ A teoria da regulação era defendida pela escola da regulamentação, de base francesa – Lipietz, Boyer, etc – segundo a qual, o regime de acumulação descreveria a estabilização por um longo período da alocação do produto líquido entre o consumo e acumulação. Um sistema específico de acumulação poderia existir pela coerência de seu esquema de reprodução. Para garantir a manutenção de um regime composto por agentes de comportamentos diversos num longo período, teria de haver um modo de regulamentação, propiciado por processos sociais interiorizados, nas normas, hábitos, leis, redes de regulamentação e sistemas de gestões. A esse respeito, ler a análise de Harvey (2000) – vide referências – no capítulo destinado pelo autor acerca do *Fordismo*.

revolucionária e a redistribuição da conflitualidade social conforme um modelo diferente da sociedade de classes: a sociedade salarial. [...] É a partir da metade da década de 50 que emerge um novo discurso sobre 'os homens dos tempos que virão', espécie de puros assalariados que conquistaram suas credenciais de burguesia.

A condição salarial, no entanto, não substituiu a relação de classe estabelecida no período fordista. É preciso considerar que a análise de Castel insere o trabalho assalariado a um estilizado arsenal de conceitos e categorias, que perpassa sua relação com as transformações processadas sobre a questão social. Percebe o trabalho assalariado como herdeiro da marca histórica da indignidade social, e que no decorrer das modificações preconizadas pelo *Estado Social* do período *fordista* teria assumido a condição de fator de integração social²². Ainda que reconhecendo a pertinência das reflexões sugeridas pelo autor quanto à questão salarial, as abordagens em torno das relações de classe e dos processos presentes na acumulação capitalista demonstram ser mais adequadas à elucidação dos impactos do modelo fordista sobre as questões colocadas aos trabalhadores e, principalmente aos sindicatos. Quanto a este último aspecto, sustenta Harvey (2000, p. 125-128):

A derrota dos movimentos operários radicais que ressurgiram no período pós-guerra imediato, por exemplo preparou o terreno político para os tipos de controle do trabalho e de compromissos que possibilitaram o fordismo. [...]. Em troca do sacrifício no campo da produção, os sindicatos viram-se sob um ataque virulento nos anos de pós-guerra por uma pretensa infiltração comunista e terminaram por ser submetidos a uma disciplina legal estrita²³.

²²Tomando por base a dinâmica da sociedade global, sugere a evolução de um quadro de sucessivas desfiliações, incidindo sobre o que pondera como questão social nova: o trabalho ainda seria um fator de integração na sociedade moderna, diante das mais recentes modificações ocorridas na sociedade globalizada?

²³Este autor considera o *fordismo* como um modo de vida global, com padronização do produto e consumo de massa, o que significava uma nova estética e mercadificação da cultura. Os mecanismos da racionalidade técnica e padrões culturais oriundos do *fordismo* dariam ao sistema, segundo o autor, coerência e equilíbrio.

A expansão internacional do *fordismo* possibilitou – ou dela decorreu – uma conjuntura específica de regulamentação sociocultural com reflexos no movimento sindical, cujas bases estavam assentadas no Estado forte e de bem-estar social, na centralidade do trabalho e no poder da negociação mediadora na relação com o capital. Obviamente que as relações de classe e as questões sindicais produzidas no período fordista variavam quanto ao lugar, como se pode perceber no quadro abaixo:

QUADRO 01 - NEGOCIAÇÃO SALARIAL EM QUATRO PAÍSES EUROPEUS, ENTRE 1950 E 1975.

	França	Grã-Bretanha	Itália	Alemanha Ocidental
Sindicalização	Baixa	Alta; colarinho azul	Variável	Variável
Organização	Fraca com facciosismo político	Fragmentada entre indústrias e categorias	Periódica com movimentos de massa	Estruturada e unificada
Patrões	Divididos entre tendências e organizações	Fraca organização coletiva	Rivalidade setor privado setor público	Fortes e organizados
Estado	Intervenções amplas e regulamentação do trabalho e dos salários através dos acordos tripartites	Negociação coletiva voluntária com normas fixadas pelo Estado a partir da metade dos anos 60	Intervenção legislativa periódica dependente da luta de classes	Papel muito fraco

Fonte: HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 2000, p. 130.

A partir da leitura do quadro, é possível se constatar alguns indicadores quanto à relação entre o *Capital*, o *Trabalho* e o *Estado* na Europa, nos países de maior tradição sindical. Na França, o poder de negociação dos trabalhadores era compatível com o grau de sindicalização. Até os anos 60 os sindicatos patronais e de trabalhadores se encontravam divididos entre diversas tendências e organizações. Na Inglaterra e na Itália, onde os níveis de sindicalização foram variáveis, as negociações eram seguidas por periódicos movimentos de massa. Na

Alemanha, com moderada sindicalização, a organização sindical se mostrava estruturada e unificada com poder de atuação no *Estado*.

A despeito dos diferentes ritmos das atuações sindicais e das especificidades do processo de acumulação capitalista, as bases centrais do regime fordista-keynesianista, segundo Regonini (2000), continuaram assentadas até os meados dos anos 70. Manteve-se a expansão econômica do pós-guerra, favoreceu-se o trabalho sindicalizado e os benefícios de uma sociedade cadastramente segura continuavam a projetar os signos de uma *modernidade rígida* (GIDDENS, 1991). O modelo de produção em massa se elevava, favorecendo um ambiente estável para os lucros corporativos do grande capital.

As crises nos padrões de acumulação – do *fordismo* ao *pós-fordismo* – e o quadro recessivo dos anos 70 e 80, alteraram este quadro de composição estrutural e os desdobramentos se incidiram no movimento sindical global. As formas de atuação dos sindicatos e as tradições que nesse período vigoraram deixaram marcas na *práxis* dos atores que, combinadas às formas históricas e tradicionais existentes no Brasil traçaram um quadro amplo e complexo das mediações estabelecidas no campo da conflitualidade social.

1.2 – Sindicatos, classes e organização dos trabalhadores no Brasil: as diversas tradições de luta e negociações.

1.2.1 – Quadro histórico das tradições sindicais no Brasil: da gênese aos anos 30.

No Brasil, a história das tradições sindicais costuma ser datada. A literatura especializada aponta relações estreitas entre sindicatos e movimento operário,

indicando os anos 30 do século XX como marco divisório na organização sindical do país²⁴. Na particularização acerca do sindicalismo no Brasil, as tradições sindicais estão associadas às formas de organização das entidades de classe coladas às *experiências de lutas historicamente estabelecidas pela classe trabalhadora*, levando-se em consideração a forma como as entidades de classe se construíram, historicamente diversas, enquanto espaços de mobilização e representação das classes laborais – instrumentos de reprodução da luta social do *Trabalho* em confronto ao *Capital* (RODRIGUES, 1968).

A primeira tentativa de organização de associações embrionárias dos sindicatos no Brasil remete-se ao século XIX, com a formação dos movimentos *mutualistas*, anteriores a 1888²⁵. O *mutualismo* que aqui se refere era o de associação de categorias, com características tipicamente urbanas (RODRIGUES, 1968)²⁶, de profissão operária – trabalhadores construtores de navios e gráficos. Eram associações que indicavam a permanência de caixas de socorro mútuo²⁷ associadas aos trabalhos corporativos e artesanais, sem necessariamente unir trabalhadores de mesma profissão. A esse respeito, afirma Füchtner (1980, p. 28):

Constituíam associações urbanas de trabalhadores que reuniam profissionais dos mais diversos ramos, seguindo diretamente programas destinados ao melhoramento de sua situação social. Instituíram o 'socorro mútuo', estabelecendo a pensão e a aposentadoria, cuidaram da assistência médica,

²⁴Período de consolidação da legislação trabalhista no Brasil com a Era Vargas (1930-1945). As preocupações de uma história política e os ensaísmos empíricos das leituras vazadas pelos comunistas nos anos 30, em parte colaboram a esta definição. A historiografia tradicional reproduz estilizadamente a efeméride dos anos 30 o que causou a cristalização de análises datadas sobre o movimento operário – vide Carone (1989) e Füchtner (1980).

²⁵Ano da abolição da escravidão no Brasil. Antes da decretação da Lei Áurea, o trabalho livre na maioria dos casos (há ocorrências de trabalhadores livres também no campo) se restringia a algumas categorias urbanas que sem amparo legal, se organizavam com o objetivo de defesa mútua – mutualismo.

²⁶Há registros de associações mutualistas de categorias não-operárias ligadas às profissões corporativas, apesar da Constituição Imperial de 1824 ter proibido a existência de corporações de ofícios de juizes, escrivães e mestres, conforme Rodrigues (1968).

²⁷ Durante o período colonial existiam caixas de socorro associadas às irmandades religiosas, muitas congregando escravos.

prestando a assistência mútua em caso de necessidade de qualquer tipo.

Os laços de solidariedade inseridos nas associações mutualistas eram baseados nas relações subjetivas e pessoais, quase sempre pontuadas por identidades étnicas – herança da sociedade escravista e rural. As associações se mantinham por fundos sociais constituídos por bens patrimoniais doados (jóias, mensalidades, contribuições financeiras, etc.) e por eles garantiam as práticas de assistência, reforçando a solidariedade integradora entre os sócios.

A *Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco* de 1836, a *Imperial Associação Tipográfica Fluminense* de 1853 e o *Corpo Coletivo da União Operária* de 1880, segundo Rodrigues (1968) e Antunes (1982) foram formas *mutualistas* de associações de trabalhadores, consideradas clássicas no Brasil²⁸. A de 1880 foi significativa, por assumir a condição de centro representativo de classe, segundo seus estatutos e não mais como associação de beneficência, fazendo com que Hall e Pinheiro (1981) a percebam como entidade mista entre o *mutualismo* e o *sindicato reivindicativo*. A este respeito, concorda Rodrigues (1968, p. 08):

Trata-se de uma instituição intermediária entre o tipo mutualista puro e o tipo reivindicativo, tendo como objetivo a concretização de uma forma pioneira de seguro social, que foram os montepios. Coerentemente lutou pela aprovação e regulamentação do Decreto Legislativo nº 9.601, de 12-VI-1886, atuando insistentemente junto ao Parlamento e ao Imperador, a quem denominava 'Augusto Protetor da classe operária.

Rodrigues (1968), Füchtner (1980) e Antunes (1982) descrevem este período das associações *mutualistas*, como *etapa não rigorosamente sindical*, mas embrionária quanto à organização dos trabalhadores livres, num cenário marcado pela escravidão. Corresponderia esta etapa ao período anterior à industrialização

²⁸Füchtner (1980) considera a *Imperial Associação Tipográfica Fluminense* como a primeira associação profissional, nesse caso, divergindo de Rodrigues (1968) que aponta a de Recife. De qualquer forma, assumiam características mutualistas.

inicial do país, por não estar associada à organização de entidades laborais ligadas ao proletariado industrial. Os primeiros operários, na realidade, surgiram em plena sociedade escravista, basicamente no período de composição das originárias bases industriais, entre 1880 e 1890.

Não há como estabelecer cronologias rígidas, nem hierárquicas quanto às tradições mutualistas no Brasil. Até os anos 30 as atividades sindicais assumiam formas múltiplas, mesmo com o aumento dos sindicatos profissionais e industriais no final do século XIX e início do século XX.

A organização de sindicatos segundo o ramo econômico se confundia com a de associações mistas de trabalhadores e sindicatos profissionais. Esta situação se devia basicamente às especificidades do quadro característico da chamada classe operária no Brasil que possuía um *pequeno peso numérico e social, composição étnica heterogênea e habilidades técnicas diversas* (HALL; PINHEIRO, 1981). A idéia de proletariado no Brasil abrangia desde trabalhadores das pequenas fábricas artesanais até operários industriais com maior qualificação e experiência de trabalho.

O quadro característico do operariado nacional em seu histórico processo de formação sugere indicar dificuldades quanto à organização política das associações e sindicatos, com muitas diferenças a serem superadas. Isso interferia no cotidiano reivindicatório da classe trabalhadora associada ao nível de pauperismo de suas condições de vida, dentro e fora dos espaços de produção.

A composição de massas urbanas de desocupados, a multiplicação de *epidemias, o aviltamento das condições de vida* e as permanências de *tradições mutualistas* (CARMO, 1998) eram algumas das dificuldades para a organização sindical, porém, *não impediram os protestos operários e seus movimentos grevistas,*

principalmente nas primeiras décadas iniciais da República Brasileira (DE DECCA, 1981). Os períodos entre 1888/1919 e 1919/1934 são denominados por Rodrigues (1968) como de *resistência* e *ajustamento*, respectivamente, do movimento sindical no Brasil.

As organizações, ainda que marcadas por formas múltiplas de assistencialismo mutualista e sindicatos profissionais, passavam a se intitular como *organismos de resistência ao capitalismo em formação no país* (CARONE, 1989). Constituíam-se como *uniões, associações, ligas e sindicatos* e assumiam a condição de resistência em suas nomenclaturas com a emergência das atuações de correntes políticas novas nos sindicatos: *anarquistas e socialistas*.

As influências destas correntes no movimento sindical no país já foram exaustivamente tratadas por vários autores. Recorte-se de que forma plasmaram as tradições sindicais no Brasil, tomando por base algumas efemérides, dentre as quais o da criação do *Partido Operário* em 1890 e o da realização do *I Congresso Operário Brasileiro COB* em 1892 (CARONE, 1989). Quanto à tradição republicana e suas interseções com as correntes sindicais, afirma Rodrigues (1968, p. 09):

Imediatamente após a proclamação da República surge um número extraordinário de agrupamentos políticos, não simplesmente republicanos [...]. Eram agrupamentos de bases urbanas, arregimentando intelectuais e profissionais liberais, parcelas de classes médias e procurando atrair o proletariado cuja formação vinha se concretizando. A designação geral que pode ser usada é socialista, mas abrangia desde alguns positivistas e evolucionistas até os marxistas, bem como os adeptos do socialismo utópico e os anarquistas.

Pode-se afirmar que as várias correntes sindicais eram opositoras entre si em suas articulações. Nos anos iniciais da República os *socialistas* detinham hegemonia nos sindicatos. Defendiam a eliminação de todo poder hierárquico e hereditário, implantação de eleições diretas, criação de cooperativas de produção com ajuda

governamental, fixação da jornada de trabalho de oito horas, proibição do trabalho infantil até 12 anos e a imposição de um salário mínimo (SIMÃO, 1999). Possuíam jornais, como *O Socialista* e o *Avanti!* e grande parte de seus militantes era constituída de imigrantes italianos²⁹.

As propostas dos *socialistas* passaram a se tornar ponto de pauta geral dos sindicatos e consolidou o *I Congresso Operário Brasileiro* (ANTUNES, 1982) compondo os programas sindicais e as ações operárias nas greves e vinculadas em sua imprensa. Realizado no Rio de Janeiro, em 1906, este congresso teria corroborado, segundo Rodrigues (1969), as *teses mais moderadas* em relação aos debates existentes no interior dos grupos socialistas e anarquistas³⁰. Hall e Pinheiro (1981) afirmam que os documentos produzidos após este congresso corroboraram também as críticas aos partidos políticos e a *defesa da ação direta dos trabalhadores* na luta contra o *Capital*. A greve geral não seria mais, segundo as resoluções do congresso, o principal instrumento de mobilização, mas a *solidariedade e a união entre os operários*.

A livre organização de sindicatos no Brasil, mesmo com a vitória de teses moderadas no *II Congresso Operário Brasileiro*, enfrentou percalços com influências na ação sindical. A repressão do *Estado* às manifestações de rua, a imposição da *Lei Adolfo Gordo*³¹ e os conflitos internos do movimento operário, foram alguns destes e acirravam a luta social dos trabalhadores.

²⁹Entre os quais, o intelectual *Antonio Picarollo*, jornalista e sociólogo, trazido para São Paulo para dirigir o jornal *Avanti!*, fundado em 1900 (RODRIGUES, 1968).

³⁰Este congresso foi dominado majoritariamente pelos anarquistas, porém a corrente anarcossindicalista, mais radical, não conseguiu impor suas teses. O anarquismo no mundo e no Brasil assumia várias faces, dentre as quais a do anarcossindicalismo que propunha o sindicato como meio e fim da ação libertária e principal motor da greve geral revolucionária. A esse respeito são importantes as considerações de Hardman (1982) e Magnani (1982) quanto a presença do pensamento anarquista no Brasil na virada do século XIX para o século XX – vide referências.

³¹Aprovada nos anos iniciais da República considerava a greve como crime penal e facilitava a expulsão de lideranças operárias de origem estrangeira (MARANHÃO, 1979).

Carone (1989), Rodrigues (1968) e Maranhão (1979), sustentam que os obstáculos à organização de sindicatos no país estariam conjugados ao que genericamente definem como *problemas estruturais de formação da classe operária* no Brasil: *origem étnica, diversidade técnica e densidade numérica*. Junto a estes elementos, juntem-se, segundo Simão (1999), as relações não-institucionalizadas com o *Estado* – até por este não reconhecê-los integralmente como legítimos – e a concentração da base operária e dos sindicatos, em espaços definidos de consolidação do capitalismo no Brasil, no caso o eixo Centro-Sul.

Os dados apresentados na tabela permitem apontar alguns elementos ilustrativos ao que sustentam estes autores, quanto à densidade numérica:

TABELA 01 - DADOS ACERCA DA CONCENTRAÇÃO OPERÁRIA NO BRASIL ENTRE 1907 E 1920

Principais Centros Operários	Nº de operários em 1907	Nº de operários em 1920	% em 1907	% em 1920
São Paulo	22355	85466	14,7	28,8
Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro	47004	73023	31,0	24,6
Rio Grande do Sul	15426	25661	10,2	8,3
Minas Gerais	9307	18848	6,1	6,3
TOTAL	94092	201998	62,0	68,0

Fonte: Censos Governamentais de 1907 a 1920. In: HALL, M.; PINHEIRO, P.S. *A classe operária no Brasil (1889-1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 35.

Os dados apresentados na **Tabela 01** permitem concluir que nas primeiras décadas do século XX, o número de operários teve um crescimento operário concentrado principalmente em São Paulo. O próprio Centro-Sul do país concentrava grande parte do operariado nacional, no qual, segundo Rodrigues (1968), se encontrava o *movimento político-sindical mais organizado e atuante da*

*classe operária*³². Os dados confirmam outros registros de Antunes (1982), Simão (1999) e Füchtner (1980) acerca da concentração do movimento operário no Centro-Sul, o que permite inferir uma certa desarticulação nacional da organização sindical e operária. Soma-se o fato de que a classe operária no Brasil – no qual ainda predominavam atividades agrárias – era relativamente pequena, convivendo com difíceis condições de trabalho³³.

Em meio ao quadro apresentado ao movimento operário e sindical, realiza-se o *II Congresso Operário Brasileiro* que concluiu como principal resolução a criação da *Confederação Operária Brasileira – COB* (foi oficialmente fundada em 1908) considerada a primeira central geral de sindicatos de trabalhadores do Brasil, com direção majoritariamente *anarcossindicalista* (ANTUNES, 1982). Como parte de sua estratégia de ação sindical, o movimento operário, a partir deste congresso, sob a tutela dos *anarquistas*, voltava a primar pela tática de eclosão de greves gerais, notadamente entre 1917 e 1919 (período simbólico entre a *Revolução Russa* e a *Primeira Guerra Mundial*).

No ano de 1917, em São Paulo, cerca de *75 mil trabalhadores* participaram de uma greve geral (MARANHÃO, 1979). No Rio de Janeiro, no mesmo ano, aderiram a greve *50 mil trabalhadores* (CARONE, 1982). Uma outra greve geral ocorreu também em Recife, no ano de 1919, paralisando as atividades básicas da cidade por mais de uma semana (HALL; PINHEIRO, 1981).

³² São Paulo, o Distrito Federal do Rio de Janeiro e o Estado do Rio de Janeiro eram responsáveis por 69,9% da produção industrial brasileira. A esse respeito, ler dados da indústria no Brasil em Grauert (1977), Hall; Pinheiro (1981) e Carmo (1998) – vide referências.

³³ O relatório oficial do *Departamento Estadual do Trabalho* do Governo do Estado de São Paulo, de 1923, constata construções industriais mal ventiladas, espaços reduzidos para o trabalho e exploração do trabalho feminino e infantil, conforme sustenta a descrição de Hall e Pinheiro (1981: 01): “Era freqüente o trabalho de crianças e adolescentes e dos 10204 operários recenseados, em 23 fábricas visitadas, 2648 são do sexo masculino e 6801 do feminino. Dentre as 6801 operárias, 1706 são maiores de 22 anos e 2966 têm de 16 a 22 anos, e 244 têm idade inferior a 12 anos”.

Pode-se então aferir que, na direção do movimento sindical brasileiro, ainda que concentrado no eixo centro-sul, entre o primeiro e o segundo congresso operário, duas correntes políticas se configuravam dominantes e acirravam o debate no meio operário: *anarquistas* e *anarcossindicalistas*.

Os *anarquistas*, presentes na história social do trabalho no Brasil desde o final do século XIX, defendiam uma *sociedade libertária, sem classes, sem Estado e sem nenhuma instituição que levasse à opressão* (HARDMAN, 1982). Valorizavam a educação e os *vínculos de solidariedade*, como sustentáculos para a construção de um *novo modelo de sociedade*, na qual a *autoridade e os partidos políticos não teriam lugar* (IDEM, 1982).

Os *anarcossindicalistas* viam o sindicato como o meio e a finalidade última da *ação libertária* e principal *motor da greve geral revolucionária* (MAGNANI, 1982). Na Europa, eram chamados de *socialistas revolucionários*³⁴ e se tornou no Brasil, a tendência política majoritária no movimento sindical até os anos 20.

Entre 1906/08 e 1920, as centrais e confederações passaram a fazer parte da *experiência de classe* dos trabalhadores, no Brasil, do ponto de vista de sua luta e organização. Constituíam-se *organismos de cúpula* (ANTUNES, 1982) surgidos no interior do movimento sindical, durante os congressos operários. Eram resultantes de tensos debates ideológicos que, via de regra, pouco se vivenciavam no cotidiano das classes laborais no país.

A centrais e confederações operárias inspiravam-se em organismos internacionais e gravitavam em torno de suas principais lideranças. De qualquer forma, tiveram sua importância na construção da luta social dos trabalhadores, mesmo que sob os limites de um Estado que tolerava com dificuldades as

³⁴ Não confundir com a representação de *comunistas revolucionários*, atribuídos aos bolcheviques russos e comunistas alemães do debate ideológico da *II Internacional Socialista*. Em relação ao *Bolchevismo*, ler verbete de Foa (2000) – vide referências.

representações sindicais e reprimia os movimentos ativos nas fábricas ou fora delas, sob a forma de greves e protestos de rua (SIMÃO, 1999). Ainda assim, em 1920, realizou-se no Rio de Janeiro, o *Congresso Operário* com a participação de 135 *delegados* (MARANHÃO, 1979) de todo o Brasil, o que refletia um relativo crescimento da organização operária.

Havia também uma atuante imprensa operária representada por jornais como *A Plebe*, *A Aurora Social*, *La Barricata*, *A Voz do Trabalhador*, entre outros, que foram importantes *órgãos de reivindicação e propaganda política*, mas assumiam também o caráter de *espaços de exposições das correntes sindicais* (RODRIGUES, 1968). O cenário dos anos 20 representava também o de grandes polêmicas entre *anarcossindicalistas* e *comunistas* – estes, agora fortalecidos pela vitória bolchevique na *Revolução Russa de 1917* – e a imprensa sindical passava a se constituir como vetor dos debates políticos-ideológicos (ANTUNES, 1982).

A imprensa operária se constituía como mais um elemento de representação da *experiência de classe* presente na luta social dos trabalhadores, assumindo o papel de vetor dos interesses das correntes políticas voltadas para o movimento operário. Nesse particular, Rodrigues (1968) percebe uma grande dificuldade em distinguir *imprensa sindical* de *imprensa político-operária* em geral, numa diferenciação que não parece adequada.

É difícil pensar a formação de uma imprensa sindical, distante dos debates existentes entre as correntes políticas que atuavam no movimento sindical (realidade que ainda se mantém presente no movimento sindical atual). Ainda assim, Rodrigues (1968) descreve um quadro de publicações desta imprensa que situa a consolidação do debate sindical no país e ratifica o seu papel na composição de

uma *cultura sindical*, pelo qual o jornal era o seu principal instrumento de mobilização e circulação de idéias, conforme se observa no quadro a seguir:

QUADRO 02 - IDENTIFICAÇÃO DE ALGUNS JORNAIS DA IMPRENSA SINDICAL QUE CIRCULOU NO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO ENTRE 1902 E 1919.³⁵

Rio de Janeiro (antigo Distrito Federal)	São Paulo
<p>Tribuna Operária – 1902. O libertário – 1902. A Greve – 1903. Fôrça Nova – 1904. Nôvo Rumo – 1905. Gazeta Operária – 1906. A Voz do Trabalhador – 1913. A Voz do Povo – 1918 Spartacus – 1919.</p>	<p>Amigo do Povo – 1902. O Trabalhador – 1904. O Trabalhador Gráfico – 1905. Jornal do Operário – 1905. O Chapeleiro – 1905. A Terra Livre – 1906. A Luta Operária – 1906. Grito do Operário – 1912. Germinal – 1913. A Plebe – 1917. A Vanguarda – 1919 Alba Rossa – 1919.</p>

Fonte: RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1968, p. 40.

Pela imprensa sindical, as idéias comunistas ganhavam espaços e, por seu reverbero, centros de discussões influenciados pelo marxismo, começavam a surgir no Brasil. Em 1922 foi fundado o *Partido Comunista do Brasil – PCB* e pontuava por suas lideranças, a leitura do que considerava correta para o movimento operário nacional (ANTUNES, 1982). Os *comunistas* criticavam os *anarquistas*³⁶ por que os consideravam limitados quanto ao uso da greve, sem conquistar espaços por meio de disputas eleitorais.

³⁵ Alguns jornais identificados por Rodrigues (1968) não estão no quadro, mas tiveram também sua importância na constituição da memória e da história social dos trabalhadores desde o século XIX, a saber: *A Classe Operária* (1925), *A Nação* (1927) *A Esquerda* (1927) e *Ação Direta* (1928) no Rio de Janeiro; *O Operário* (1869, 1891), *O Trabalho* (1884), *O Grito dos Pobres* (1889), *O Primeiro de Maio* (1891, 1895), *O Socialista* (1896), *L'Operario* (1898), *O Trabalhador do Livro* (1898), *Avanti!* (1900) e *A Lanterna* (1901) em São Paulo. Ler também sobre a imprensa operária em Füchtner (1980) – vide referências.

³⁶ Estes continuavam, por princípios, contrários à organização dos operários, via partidos e consideravam as eleições uma *farsa*, um *jogo sujo da burguesia para se manter no poder* e defendiam uma *revolução que rompesse com a hierarquia social e desse fia ao Estado* (MAGNANI, 1982).

A concepção *comunista* passava pela teoria da vanguarda proposta por Lênin (MARANHÃO, 1979) via ação política por meio de um partido operário. Os *comunistas* lutavam pelo *fim da desigualdade social*, mas admitiam que a *revolução proletária* não traria de imediato o fim do Estado (ANTUNES, 1982). Seria necessário um período de transição para se chegar ao comunismo, conforme defendiam, por meio de um *Estado socialista*. Por isso, a questão da *legislação trabalhista e sindical* e a *necessidade de alianças para derrubar o Estado Oligárquico no Brasil*, não eram questões problemáticas para a ação sindical dos *comunistas* (DE DECCA, 1981).

Em um regime político refratário às questões sociais, como o da República Velha, cujas manifestações e protestos eram combatidas como “caso de polícia”, (SIMÃO, 1999) a greve resultou de uma importante estratégia da luta sindical. Era também uma forma de manifestação presente no cotidiano da classe trabalhadora que, independente das leituras realizadas pelas correntes sindicais, a tornou significativa em seu próprio campo simbólico de representação. Nos protestos de rua, na recusa ao trabalho e nas manifestações coletivas, estavam presentes diversas formas de intervenção social da classe trabalhadora que as direções sindicais procuravam controlar, cooptar ou mesmo sufocar por aquilo que consideravam correto à ação operária.

Segundo Rodrigues (1968), entre 1901 e 1930, foram deflagradas 28 greves de trabalhadores em São Paulo, de tecelões, chapeleiros, gráficos, construtores de veículos, operários da construção civil, sapateiros, ferroviários e costureiras. Chamam a atenção as duas greves gerais ocorridas – a de 1917 de caráter simbólico para o movimento sindical, no ano da Revolução Russa – refletindo as disputas internas entre as correntes *anarcossindicalistas* e *comunistas*. A maior

conseqüência desta disputa foi a característica dos movimentos grevistas, que assolaram o país a partir de 1919: por categoria, sem perspectiva de greve geral. No Rio de Janeiro, segundo a mesma fonte, no período citado, ocorreram 25 greves, nenhuma geral, envolvendo *gráficos, ferroviários, caixeiros, estivadores, tecelões, marítimos, motorneiros, postalistas e sapateiros*³⁶. Em relação ao cenário das greves no Rio de Janeiro e São Paulo, confirma Rodrigues (1968, p. 42) que:

Até 1904 é o Rio de Janeiro que apresenta maior freqüência de greves. No período que vai de 1905 a 1917, registra-se em São Paulo grande número de greves, inclusive duas que paralisaram quase todas atividades urbanas. De 1918 em diante nota-se uma seqüência de greves nas duas cidades, abrangendo diversas categorias profissionais.

As leituras *comunistas* sobre os *excessos de movimentos grevistas* revelavam críticas que pontuavam à *herança anarquista* nos anos 20 (ANTUNES, 1982). Na esteira da crítica estabelecida aos autonomistas, o PCB criou o *Bloco Operário e Camponês – BOC* em 1927³⁷ com participação nas eleições e o lançamento de candidatos operários comprometidos com uma plataforma única. Sua principal plataforma era a *defesa dos contratos coletivos de trabalho e jornada de 48 horas semanais* (DE DECCA, 1981).

Apesar de algumas vitórias eleitorais, os esforços do BOC foram insuficientes para ampliar o espaço de atuação da classe trabalhadora. O Estado adotava posturas vigilante e repressora como a edição da *Lei Celerada de 1927* que *impedia a liberdade de opinião e de atuação político-sindical* (FÜCHTNER, 1980).

As reivindicações sociais no Brasil continuavam a ser tratadas como “caso de polícia”, com prisões de lideranças sindicais e expulsões de estrangeiros.

³⁶ Categorias ligadas ao porto do Rio de Janeiro ou de atividades adjacentes, dada a característica de capital do país que havia passado, entre o final do século XIX e o início do século XX, por um amplo processo de modernização e urbanização.

³⁷ Passou a se chamar de Bloco Operário e Camponês em 1928 pelo reconhecimento do PCB em aliar a luta operária e camponesa com a necessidade, segundo sua leitura de se fazer uma revolução que envolvesse os trabalhadores do campo e da cidade.

Este quadro conjuntural trazia reflexos ao movimento sindical e as devidas orientações que o PCB daria ao mesmo³⁸. Com uma estrutura burocrática e baseada na ação das lideranças oriundas do PCB, os sindicatos *foram assumindo a condição de instituições transmissoras das orientações* do Partido, a partir de seu núcleo central, em torno da *concepção vanguardista* que passou a nortear o movimento sindical (ANTUNES, 1982).

A partir de 1930, com a *Era Vargas*³⁹, desenvolveu-se uma nova forma de estabelecimento de relações políticas entre o Estado e os sindicatos, pugnando mediações que plasmavam conflitos e negociações na relação com o capital, cujos instrumentos mais visíveis seriam a legislação trabalhista – anterior a 1930 – e o controle sindical. A esse respeito, sustenta Füchtner (1980, p. 38):

Não é correto pretender que não tenha havido legislação social anterior a 1930. Esta tese é uma herança da posterior propaganda de Vargas. O próprio Vargas deu prosseguimento [...] à Lei Eloy Chaves. Além disso, também o seu concorrente vitorioso à Presidência, Júlio Prestes, durante a sua campanha eleitoral prometeu fazer uma legislação trabalhista.

Após o processo de intervenção política que a historiografia clássica denominou de *Revolução de 30*, o presidente *Getúlio Vargas* foi alçado ao poder político, governando o país por 15 anos ininterruptos, iniciando o período populista no país. A chegada de *Vargas* foi o resultado, segundo De Decca (1981), de todo um processo de *rearticulação das forças sociais e políticas* diante dos quadros de

³⁸ O Congresso Regional dos Sindicatos realizado no Rio de Janeiro, em abril de 1928 foi sintomático aos comunistas. Este congresso foi dominado pelos comunistas e teve como tema a união dos sindicatos e o princípio da luta de classes. O mesmo ocorreu com a criação da Central Sindical Nacional, fundada em 1929 sob o nome de Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB.

³⁹ Alusão ao período dos governos ininterruptos do Presidente *Getúlio Vargas* no Brasil, de 1930 a 1945, após o golpe que o elevou à liderança do país que a historiografia tradicional denominou de *Revolução de 1930*. Considera-se também parte da *Era Vargas* o período em que governou o país durante o *populismo*, iniciado em 1951 e bruscamente interrompido em agosto de 1954 com o seu suicídio. Com estilo personalista e populista, *Vargas* iniciou uma etapa de relação entre o *Estado* e o *Trabalho* no Brasil através da ideologia do *trabalhismo* que, segundo De Decca (1981) teria representado o golpe definitivo nas propostas de transformação social via classe trabalhadora. Para o movimento sindical, esta fase expressou o momento da institucionalização dos sindicatos com estruturas ainda hoje vigentes no país.

alterações no controle do Estado desde os anos 20. Para este autor, a proposta dominante do que se convencionou chamar de *Revolução*, teria *silenciado as propostas dos segmentos mais populares e mobilizados das classes trabalhadoras* antes reunidas em torno do BOC liderado por *Luís Carlos Prestes*⁴⁰. A proposta vitoriosa em 1930 sepultou definitivamente o caráter progressista e popular da antiga aliança que envolvia os *tenentes*, o *BOC* e o *Partido Democrático*, posto que tais forças tão distintas se articulavam sob dois elementos comuns de tática política: a necessidade de *derrubar as oligarquias do café com leite e a aceitação da liderança comum de Prestes* (DE DECCA, 1981)⁴¹.

Com a exclusão do BOC e de *Prestes* da aliança, as forças mais conservadoras dirigiram a derrubada de *Washington Luís*⁴² em 1930, dando forma a outro projeto de *Estado* que passaria ao largo das tradições e aspirações populares. Esta guinada afastou a possibilidade de apoio do movimento sindical aos novos rumos da *República Nova* (CARONE, 1989). Para muitos de seus atores, destacando-se os trabalhadores, a República não seria “tão nova”, posto que se equilibrava entre o autoritarismo dos tenentes e a elitização liberal das oligarquias, atestado pelo acordo tácito consagrado no governo provisório de *Vargas* (1930 a 1934): aos tenentes, as interventorias estaduais; às oligarquias, os ministérios. Aos trabalhadores e aos segmentos populares, a lei e a ordem.

⁴⁰ *Prestes* foi importante militante político nos meados do século XX no Brasil e um dos próceres do então recém-fundado *Partido Comunista do Brasil*. De origem tenentista, converte-se ao *comunismo* nos anos 30.

⁴¹ Segundo este autor, *Prestes* seria inicialmente a liderança comum entre *tenentes*, *democratas* e *militantes do BOC*, nos processos iniciais de movimentos antioligárquicos no país. Com a exclusão do BOC deste processo, pelos *democratas* e *tenentes*, estariam lançadas as bases de composição da *Aliança Liberal* que tornaria *Getúlio Vargas* – espécie de mediador entre as forças do *tenentismo* e das *oligarquias* (foi o mais expressivo representante das oligarquias gaúchas) – esta nova liderança comum, e por tabela alçado à condição de líder nacional.

⁴² Representante da decadente oligarquia paulista foi afastado da Presidência da República pelo movimento de 1930 que alçou *Vargas* ao poder federal, por isso, a historiografia clássica o considera como último *presidente oligarca* do país.

De qualquer forma, a *Era Vargas* dera início a uma série de relações políticas que possibilitou a aproximação entre o *Estado*, o *Capital* e o *Trabalho*, por suas formas de representação, para tratar a questão social no país. Relações políticas imbricadas por relações sociais, plasmadas pelos embates ideológicos e doutrinários, em uma realidade totalmente diversa da *República Velha* (SIMÃO, 1999).

Este novo quadro conjuntural apontava para a criação (consolidação das leis anteriormente existentes) de uma legislação para o trabalho, cuja confecção foi sendo tecida por lutas diversas de cada um dos agentes envolvidos na relação entre o *Estado*, o *Capital* e o *Trabalho*, influenciando o cotidiano sindical do país (ANTUNES, 1982). As normas legais consolidadas ao longo dos anos 30 representavam também o esforço do *Estado* em gerar intervenções no mercado de trabalho nacional e urbano, atingindo os representantes do *Capital* e do *Trabalho*, em torno do que juridicamente Santos (1973) classifica como *nova legislação social*, com impactos na institucionalização sindical.

O processo de reorganização do *Estado* brasileiro foi marcado por tentativas de *centralização política*, *controle sindical* e de *disciplinarização sobre a questão social* (SIMÃO, 1999), procurando amenizar as heranças das tradições sindicais das décadas anteriores, principalmente nas que se direcionavam aos protestos e ao grevismo como forma de ação reivindicatória dos sindicatos. Assim, constituiu-se um conjunto de relações jurídicas e institucionais que passaram a pontuar a relação entre o *Estado*, o *Capital* e o mundo do trabalho – por meio de suas representações sindicais – e atravessaram o cenário do *populismo* no Brasil, dos anos 30 a 1964.

1.2.2 – *Estado, Capital e sindicatos no período populista.*

A intervenção do *Estado* no mercado do trabalho, a partir dos anos 30, fundamentava-se em postulados doutrinários sobre a relação entre o *Capital* e o *Trabalho* no país, incidindo sobre as atuações negociais que passaram a vigorar, em torno dos seguintes princípios:

- Relação entre nação e classe em colaboração.
- Harmonia social baseada no progresso e no desenvolvimento econômico.
- Implementação do espírito corporativo.

As primeiras intervenções do Estado foram feitas por meio da legislação trabalhista, ainda entre 1930 e 1932, com o propósito de buscar o controle e a dominação sobre as organizações patronais e sindicais. Três leis foram criadas com esta intenção: o *Decreto nº 19.433*, de 26 de novembro de 1930 (criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio – MTIC), a *Lei dos Dois Terços da Sindicalização Operária* pelo Decreto nº 19.770 de 19 de março de 1931 e a *Carteira Profissional* pelo Decreto nº 21.175 de 21 de março de 1932 (SIMÃO, 1999).

A *Lei dos Dois Terços* inaugurou a política oficial de controle do movimento operário, excluindo os estrangeiros do mercado de trabalho e restringindo a imigração externa ao país. Pelo Decreto, criavam-se as condições para reduzir a atuação das lideranças estrangeiras sindicais e partidárias. Ao restringir a imigração, procurava deter a entrada de ideologias subversivas à ordem pública. Em relação aos sindicatos, estes teriam que ser reconhecidos pelo MTIC, retirando a autonomia que antes possuíam.

Paralelo à implementação do controle sindical, o *Estado*, na *Era Vargas*, buscava legislar no campo do trabalho, a partir das relações harmônicas entre os

agentes. Foi a partir deste princípio que se instituíram as *Juntas de Conciliação e Julgamento* que eram as anteriores comissões de elaboração das leis trabalhistas. Com o tempo passaram a se constituir como um dos *espaços das atuações negociais*, enquanto forma de atuação do *Estado* no bojo das relações tensas entre o *Capital* e o *Trabalho* (SANTOS, 1973), porém, ao mesmo tempo, um espaço por excelência dos sindicatos em suas formas diversas de mediações. Os sindicatos tornavam-se organismos tolerados no âmbito de suas atribuições permitidas pelo ordenamento legal, criando assim as condições necessárias para o surgimento do fenômeno do peleguismo sindical (ANTUNES, 1982), gerador de lideranças sindicais que atuaram como representantes do *Capital* e do *Estado* no meio operário.

Na etapa final do *Estado Novo* (1937-1945), completava-se a legislação trabalhista no Brasil com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, ao mesmo tempo em que uma nova feição foi se configurando à classe operária nacional, com reflexos no movimento sindical. O panorama das condições sociais do proletariado nacional e o quadro conjuntural do pós-guerra reforçavam a necessidade de novas estratégias sindicais. A esse respeito, sustenta Rodrigues (1968, p. 21-22):

Trata-se de uma condição facilitadora do desenvolvimento industrial – nas condições em que ocorreu no Brasil – e que não constituiu obstáculo ameaçador à ascensão e consolidação da burguesia industrial no moderno panorama social que se abriu com a revolução de 30. O fim da II Grande Guerra Mundial assinala a derrota do fascismo e, no Brasil como em outros países latino-americanos, o início da redemocratização. [...]. O movimento sindical, em várias partes do mundo, beneficiou-se com o fenômeno de verdadeiro diálogo democrático favorecido com a criação da Organização das Nações Unidas. Abre-se, por conseguinte, uma nova fase para o movimento sindical brasileiro que, desde 1945, pode ser chamado de período competitivo.

O “diálogo democrático”, em que pesem as intertextualidades perpassadas no diagnóstico sugerido pelo autor, se referia à atuação das correntes políticas

colocadas na ilegalidade, notadamente identificadas com concepções comunistas. As análises enraizadamente históricas destas correntes as conduzem às tradições sindicais mais profundas. Foram combinações de experiências de lutas sociais – amparadas no *anarcossindicalismo*, nas *visões socialistas* e até *cristãs* – plasmadas no ativismo sindical.

No âmbito das relações institucionalizadas pós-30, as correntes sindicais se amalgamaram nos grandes debates ideológicos que o movimento sindical vivenciou nos cenários dos anos 50 e 60 do Brasil. Destas, arriscando-se a excluir outras tradições, destacaram-se, segundo Antunes (1982), Rodrigues (1968) e Füchtner (1980), os *trabalhistas* ou *ministerialistas*, os *comunistas* e os *sindicalistas católicos*, nas disputas pelo controle do movimento sindical.

Os *trabalhistas* ou *ministerialistas* possuíam como instrumentos de ação política os órgãos subordinados ao MTIC. Para Antunes (1982) representariam a sobrevivência do *peleguismo* dos antigos *sindicatos amarelos*⁴³, dadas as relações que estabeleciam com o *Estado* e o *Capital*.

Os *comunistas* disputavam o controle das direções sindicais com os *trabalhistas*, atuavam nos sindicatos como *células vanguardistas de mobilização* (ANTUNES, 1982) orientadas pela direção do PCB⁴⁴. Na maioria das vezes proibidos de assumirem suas posturas ideológicas, atuavam em partidos políticos, institucionalmente reconhecidos no país, e nos sindicatos.

Os *sindicalistas católicos* eram minoritários nas direções sindicais, mas tiveram importância na organização das ligas e dos círculos operários. Suas origens remontam-se aos anos 20, e nos anos 40 e 50, influenciados pelas heranças do

⁴³ Representação consagrada pelo autor, em oposição aos *sindicatos vermelhos* de orientação socialista, que no início da *República Velha*, teria sido o modelo ancestral do *peleguismo varguista*.

⁴⁴ Considerem-se outras tradições comunistas que não seguiam as orientações do PCB, como os *trotskistas*, seguidores das orientações da *IV Internacional Socialista*. A respeito da relação entre sindicalismo e *Trotskismo*, ler Pasquino (2000c) – vide referências.

movimento circulista e graças às ações dos dominicanos franceses no Brasil, passaram a desenvolver uma atuação efetiva no movimento sindical (RODRIGUES, 1968). Nos anos 60, guiados pela ações pastorais da Igreja Católica e refletindo suas cisões internas, foram abandonando suas antigas *tradições circulistas assistenciais* e passaram a desempenhar funções de agitação social, recorrendo a greves e disputando postos de comando nas entidades sindicais⁴⁵.

O movimento sindical brasileiro, analisado sob as condições estruturais do país e repercutindo as conjunturas internacionais foi diverso nas texturas de suas ações. Refletiu etapas diferenciadas dos graus de organização da economia nacional e contribuiu, pelas tradições que estabeleceu, à definição de práticas eivadas com permanências e rupturas. De qualquer forma, pela ação dos atores, na atuação direta ou omissão, assumiu significado particular na composição da história social do trabalho. Suas lideranças, sujeitos coletivos ou não, pelo ativismo de base e pelas estratégias mediadoras estabelecidas, abriram frentes de mobilização que foram da atuação radical para o retraimento, em cenários diversos, combinando experiências de lutas e acionando formas de atuação, a partir das relações que estabeleceram com o *Estado* e o *Capital*.

Entre os diversos setores do movimento sindical no Brasil, o movimento sindical bancário também foi diverso na textura de suas ações. A categoria bancária, vivenciando o cotidiano da *circulação de capitais*, na ponta de conformação do sistema financeiro no Brasil, vivenciou a construção de sua história sindical a partir das mediações estabelecidas com o *Capital*, em torno do que, como sugere Blass (1999), os trabalhadores procuraram historicamente estabelecer entre *continuidades, resistências, conformação e rupturas*.

⁴⁵ Nos anos 60, muitos militantes das entidades católicas passaram a atuar em outras frentes e deram origem a movimentos católicos estudantis, operários e populares. Ler Petit (1996) – vide referências.

Os bancários também procuraram combinar em sua trajetória de conflitos com o *Capital*, formas de atuação extraídas de suas *experiências de luta* nos diversos cenários construídos pelos atores, levando-se em consideração, as mudanças políticas e econômicas perpetradas na realidade nacional. A especificidade da natureza de um labor não-industrial, pautado na circulação do *capital especulativo*, porém, traçou a este tipo de movimento sindical, especificidades que marcaram suas tradições, dentre as quais apontam-se: a *natureza urbana das operações* (BLASS, 1992), a *tipologia do trabalho sob a forma de bens-de-serviço* (ANTUNES, 1997), a necessidade do *nível de razoável padrão cultural dos operadores* (FARIAS, 1999) e principalmente a *qualificação técnica* (GONÇALVES, 2002) a conviver com os *permanentes processos de reestruturações produtivas no sistema financeiro* (ACCORSI, 1986).

No movimento sindical bancário nacional, suas lideranças foram tecendo os fios da mediação que também compuseram o tecido das relações capitalistas no país, em *histórias de lutas, concessões, conflitos, resistências e acomodações* (ANDRADE, 2003) que, social e historicamente, plasmaram as relações com o capital financeiro. As mudanças tecnológicas operadas no sistema financeiro permitiram especificidades no *vir a ser* destes atores, a partir de reformas estruturais que foram impactadas no cotidiano do trabalho bancário. Daí as estreitas vinculações que se verificaram entre processos de modificações tecnológicas e o surgimento das organizações sindicais bancárias com suas mediações.

CAPÍTULO II

MOVIMENTO SINDICAL BANCÁRIO NACIONAL.

*“Os sindicatos bancários
são herdeiros da estrutura
sindical corporativa de
Estado dos anos 30”
(ALBERTO TOSI).*

2.1 – Tradições sindicais bancárias no Brasil: reformas e organização sindical.

O maior desafio ao movimento sindical bancário nacional, ao longo da organização do sistema financeiro, foi o de mediar as diversas etapas de desenvolvimento do capitalismo com o processo de lutas e conquistas da categoria bancária. De um modo geral, o *dever* sindical esteve historicamente inserido, pela própria natureza do trabalho bancário, no quadro mais amplo da formação do capitalismo no Brasil e no conjunto do próprio movimento sindical.

As inquietações perpetradas pelas mudanças tecnológicas no mundo do trabalho bancário trouxeram conseqüências as mais diversas para o papel dos sindicatos da categoria e ao *fazer-se* do movimento em si. Para alinhar a relação entre as mudanças estruturais e seus impactos no dever sindical bancário, no campo de sua organização, procurar-se-á fazer um recorte histórico no sentido de se pontuar a relação entre as mudanças tecnológicas operadas no sistema financeiro e a organização do movimento sindical bancário no Brasil, bem como possibilitar desvendar os caminhos da mediação estabelecida por suas lideranças, perfazendo a trajetória de dois elementos fundamentais para a descrição das lutas sociais e políticas que moldaram historicamente a *experiência de classe* da categoria bancária: as modificações processadas na organização do trabalho bancário e a composição das correntes sindicais em disputa no interior deste movimento.

2.1.1 – Do trabalho manual aos CPDs/on line.

No início do século XIX, surgiram as primeiras instituições financeiras no Brasil, cuja primeira casa de crédito foi o Banco do Brasil⁴⁶ na qual a divisão do trabalho e a operacionalização do sistema seguiam os princípios elitistas regulamentares da época. A disciplinarização do trabalho passava pelo controle social na especialização do trabalho produtivo, com a preocupação dos acionistas e diretores em dar relativa autonomia financeira aos trabalhadores das instituições, fazendo com que a função de bancário assumisse um certo status social⁴⁷ A escolha de cargos como de diretores, gerentes, sub-gerentes e guarda-livros, a exemplo, era feita de “forma selecionada a partir dos acionistas e da própria administração e deveriam ser, homens de reconhecida probidade e capacidade” (GRAUERT, 1977, p. 268).

Até a década dos 20, no século passado, o trabalho bancário era todo manual, com regulamentos internos que variavam de acordo com as instituições financeiras, seguindo regras próprias de promoção de planos de cargos e salários⁴⁸. *A jornada de trabalho variava entre 09 e 18 horas, com intervalo de 1 hora e 30 minutos para o almoço* (KAREPOVS, 1993).

Na década dos 40 foram introduzidas as máquinas de calcular, havendo também um aumento de número de empregados por média nas agências (LARANGEIRA, 1990). A área de atendimento ao público era reduzida, criando um certo

⁴⁶ Instituição financeira pública criada ainda no governo de D. João VI, no Brasil, em 1808. Em relação às instituições privadas, surgiram mais tarde, em 1838, como bancos comerciais sob a perspectiva de associações de capitalistas, comerciantes e industriais, procurando atender, no século XIX, as atividades mercantis da época, no setor agro-exportador (GRAUERT, 1977).

⁴⁷ Pode-se afirmar que até antes dos dois últimos estágios da Reforma Bancária (anos 80 e 90) quando se evidencia a precarização das condições de trabalho nos bancos, a categoria ainda carregava esse status social proveniente desta larga tradição.

⁴⁸ Na ausência de legislação trabalhista no país, a regulamentação do trabalho bancário era regida por instrumentos jurídicos específicos, como o das Caixas Econômicas que fixavam seus regimentos de trabalho por meio do Decreto 11.820 de 1915.

desconforto para o cliente – os descontos de cheques, por exemplo, segundo Karepovs (1993), chegava a durar 01 hora. Para coibir estes abusos, foi criado pelos banqueiros, um órgão fiscalizador denominado de *Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária*.

Em 1945, a fiscalização do Estado se iniciava nos bancos por intermédio da *Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC* – assumindo feições semelhantes a do Banco Central criado posteriormente, precisamente em 1965. Foi nesse momento que começaram os movimentos para a regulamentação de entidades representativas dos banqueiros e bancários, em torno dos princípios corporativos postulados pela *Consolidação das Leis do Trabalho – CLT* – instituída no *Estado Novo getulista* (CANEDO, 1986).

Nos anos 50, a partir da maior fiscalização do Estado sobre o sistema financeiro e no rastro das transformações tecnológicas timidamente ocorridas no setor, crescia o debate político acerca da necessidade de reforma no sistema financeiro, do ponto de vista do capital, do trabalho e do Estado (MINELLA, 1988). O debate da reforma avançava na ordem política e passava a ser o *ponto de pauta das interlocuções* entre o Estado e os agentes do sistema financeiro – do ponto de vista do *Capital* e do *Trabalho*, segundo Tosi (1994).

O golpe civil-militar de 1964 encerrou o conteúdo político deste debate, impondo por meio do novo regime instalado, a primeira grande reforma no sistema bancário, consolidando alterações estruturais com forte impacto nas relações de trabalho e de produção do sistema financeiro (JINKINGS, 1995). Esta reforma – denominada de *1ª Reforma Bancária* (LARANGEIRA, 1990) adaptou os bancos ao modelo de concentração e oligopolização do sistema financeiro imposto no pós-64 pelo qual o Estado passou a exercer um papel de *impulsionador e acelerador dessa*

concentração por meio de fusões e incorporações de bancos com a extinção dos bancos regionais e a conseqüente consolidação das holdings nacionais (MONTEIRO 1996).

A *1ª Reforma Bancária* preconizada na Lei 4.495 de 31 de dezembro de 1964, a *reforma do mercado de capitais* da Lei 4.728 de 14 de julho de 1965, o *Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG* de 1964 a 1966 e os *manuals de instruções e regulamentos do Banco Central* (criado pela Reforma Bancária) em 1967, criaram os *procedimentos que ampliaram o sistema financeiro, possibilitando a automação no trabalho bancário* (JINKINGS, 1995). Estes também consolidaram mecanismos legais de controle salarial da categoria bancária, causando impactos na operacionalização dos bancos, na organização do trabalho e no gerenciamento do sistema.

Estas medidas teriam, segundo Jinkings (2002), intensificado a concentração da renda no setor financeiro, em cima dos custos com a força do trabalho bancário por meio da introdução da *tecnologia de base microeletrônica no sistema operacional dos bancos*. Criaram-se os *Centros de Processamento de Dados – CPDs* – que, junto à consolidação *do sistema on line* nas transações financeiras, permitiram a *fragmentação e o esvaziamento do conteúdo do trabalho bancário* (GRISCI; BESSI, 2004).

Este processo de modernização tecnológica no sistema operacional dos bancos – cada vez mais automatizado – além da fragmentação laboral da categoria bancária, iniciou um histórico processo no setor financeiro, de redução dos postos de trabalho – com os CPDs, possibilitando aos banqueiros compensáveis reduções de custos com a força de trabalho. Seu maior reflexo residiu na questão previdenciária – considerando-se aqui a extinção do *Instituto de Assistência e Previdência dos*

Bancários (IAPB), possibilitando conseqüências ao devir sindical, num momento de consolidação do Estado autoritário e de desarticulação do movimento sindical (MINELLA, 1976).

Junto às inquietações provocadas na categoria principalmente quanto à *condição de ser bancário* (GRISCI; BESSI, 2004), no âmbito das reestruturações produtivas do sistema financeiro⁴⁹, as mudanças tecnológicas acarretaram conseqüências sobre a ação dos sindicatos em suas mediações com o *Estado*, no bojo dos conflitos estabelecidos com o *Capital*, de suas formas consagradas em suas origens às bases institucionalizadas nos anos 30.

A relação com o *Estado* se fez historicamente pertinente, no que os bancários afirmavam ser *estratégia adequada na arena da luta social* com o *Capital* (TOSI, 1994), posto que, ao longo da formação do capitalismo no Brasil, o capital financeiro soube utilizar-se do *Estado* (ou por ele ser utilizado?) através de seus agentes representativos – nas *formas legítimas e legais de representação* dos banqueiros enquanto classe, como sugere Minella (1988) – com o objetivo maior do que Marx (1985) teoricamente caracteriza na luta de classes: a *reprodução ampliada do lucro*.

2.1.2 – Das origens do movimento sindical bancário ao sindicalismo institucionalizado dos anos 30.

Os sindicatos bancários foram herdeiros – e ainda os são – da estrutura sindical corporativa de Estado dos anos 30⁵⁰, mas saltaram, como afirma Tosi (1994,

⁴⁹ No Capítulo 3 desta dissertação, aprofundar-se-á o processo de reestruturação produtiva no sistema financeiro nacional, em torno das reflexões teóricas que ensejam e em suas conseqüências no devir sindical bancário.

⁵⁰ O mais antigo sindicato de bancários, segundo os registros, é o Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região – SEEB/SP, fundado em 1923, mas sua estrutura recorre ao modelo do Estado Novo (KAREPOVS, 1993).

p. 20) “abruptamente da passividade sindical para um grande ativismo reivindicatório” e por conta desta estrutura, obtendo importantes conquistas, introduzindo a prática de greve geral nacional em suas estratégias de luta. Isso explica a presença de discursos e ações corporativas nas reivindicações, deixando de lado outras questões que somente o sindicalismo dos anos 80 e 90 procurou debater.

As primeiras formas de organização de trabalhadores bancários apresentavam características assistenciais. A sua efeméride foi a criação da *Associação dos Funcionários dos Bancos de São Paulo*, fundada em 1923 como sociedade de caráter beneficente⁵¹. A nível geral, as associações assumiam a feição de entidades mutualistas com objetivos assistencialistas e previdenciários. A maioria foi estimulada e até criada pelos banqueiros, como descrevem Karepovs (1993) e Tosi (1994), demonstrando o objetivo de controle patronal sobre a organização destes trabalhadores.

Até 1923, bancários e comerciários eram considerados uma *categoria única* (TOSI, 1994), possibilitando a dupla filiação sindical de um bancário. Esta situação somente se alterou a partir dos anos 30 quando as reivindicações das duas categorias começaram a pautar demandas específicas, principalmente no que se referia à mediação com o Estado⁵². A Constituição de 1934 consagrou definitivamente a separação entre as duas categorias, provocando mudanças na configuração dos sindicatos de bancários no Brasil.

⁵¹ Desde 1922, segundo Karepovs (1993) já havia a discussão entre os bancários de se criar uma entidade que congregasse os trabalhadores dos bancos no Estado de São Paulo. No dia 16 de abril de 1923 foi criada oficialmente a associação, na presença de 84 bancários, com a aprovação de estatuto, eleição da primeira diretoria, conselho deliberativo e comissões de trabalhadores. Em relação às associações mutualistas há o registro de uma bem mais antiga: a *Sociedade Beneficente dos Funcionários da Caixa Econômica* de São Paulo de 1907. Tosi (1994) cita também a *Caixa Montepio dos Funcionários do Banco do Comércio e Indústria* de São Paulo de 1921.

⁵² O Estado brasileiro, a partir da Era Vargas, somente reconhece sindicatos representativos por categorias. Os bancários, nacionalmente, iniciaram processos de reconhecimentos legais que se estenderam até os anos 50.

A conjuntura político-econômica do país nos anos 30 alterou a relação entre os sindicatos e o Estado e isso se comprovou com a criação do *Ministério do Trabalho*, tendo como titular *Lindolfo Collor*, iniciando as práticas de intervenções do *Estado* nas organizações sindicais. Segundo Karepovs (1993, p. 22), em 1931 “é decretada a Lei 19.770, que dá início à chamada ‘era sindicalista’, ao criar normas para o reconhecimento sindical e transformado os sindicatos em instituições de direito público”. Esta lei propiciou as condições necessárias para a formação das federações de trabalhadores e até lhes concedeu o direito de se reunirem em uma *Confederação Brasileira do Trabalho* – CBT.

De 1930 a 1934, período do chamado *governo provisório de Vargas*, introduziu-se *sindicalismo oficial* no país por meio do ordenamento legal na perspectiva do trabalhismo populista. Contraditoriamente ao que procurava firmar o *Estado* quanto ao controle sindical, os bancários paulistas articularam sua primeira greve, em abril de 1932, que segundo Karepovs (1993) foi articulada por funcionários do *Banco do Estado de São Paulo*, filial de Santos, que, ainda segundo o mesmo autor, teria fortalecido o *Partido Sindicalista dos Bancários de São Paulo*, criado de forma clandestina e se caracterizava como oposição à diretoria do *Sindicato dos Bancários de São Paulo*⁵³.

Ainda em 1932, iniciou-se o *movimento pela jornada de trabalho de seis horas* que, após anos de luta, conseguiu o que hoje o movimento bancário denomina de *intervalo para alimentação*, ou seja, duas horas para almoço. Esta conquista foi anulada pelo Decreto-Lei nº 23.322, de 03 de novembro de 1933 que também instituiu 36 horas de trabalho semanais (os sindicatos bancários defendiam 32

⁵³ Não foi reconhecido oficialmente, daí sua ação clandestina. Os seus militantes assumiam, em sua maioria, colorações ideológicas trotskistas, e acusavam a diretoria de pelegos de conveniência aos banqueiros. Auto se proclamavam como o “órgão real de defesa dos infelizes proletários de colarinho e gravata” em seu boletim “O Bancário” (TOSI, 1994).

horas) e excluiu a obrigatoriedade do pagamento de horas extras, provocando descontentamentos gerais na categoria. Segundo Tosi (1994, p. 35), “foi a partir daí que se fundaram novos sindicatos pelo país, que passaram a lutar por reconhecimento legal”.

Em 1934 ocorreu a *primeira greve nacional dos bancários*, coordenada pelos sindicatos do *Rio de Janeiro* e *São Paulo*, reivindicando o *direito à aposentadoria e estabilidade no emprego* que segundo Canedo (1986) teria possibilitado a criação do *Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários – IAPB*, pela Lei nº 54 de 12 de setembro de 1934. Era o ano da *campanha nacional pelo salário mínimo profissional* e o estabelecimento do *quadro de carreira para a profissão de bancário*. Neste cenário de tensões entre banqueiros e bancários, foi instalado o *1º Congresso Nacional dos Bancários*⁵⁴.

Em 1935, mais precisamente no dia 01 de maio – data simbólica em alusão ao *Dia do Trabalhador* – no Rio de Janeiro, foi criada a *Federação Nacional dos Bancários*, reunindo representantes de 23 sindicatos bancários, mais do que o número de sindicatos exigidos por lei (CANEDO, 1986). Deste encontro sindical, surgiu a *Confederação Sindical Unitária do Brasil – CSUB*. As demandas aprovadas pelo *Congresso dos Bancários*, corroboradas pela Federação e CSUB, foram transformadas em Anteprojeto constitucional, enviado à Câmara Federal onde foi duramente atacado pelos banqueiros e acabou sendo rejeitado.

O ano de 1935 foi decisivo para a ordem política do país. Vargas articulava a preparação ao *Estado Novo* e atuava com rigor no movimento sindical. Em

⁵⁴ Este Congresso foi realizado em agosto de 1934 e até hoje é utilizado como marco comemoratório da luta bancária. Oficialmente, as campanhas nacionais dos bancários são deflagradas a partir de agosto, a cada convenção coletiva com os banqueiros. O mês de agosto ainda é reconhecido pela categoria como o mês do bancário. No Pará, as últimas gestões sindicais do sindicato dos bancários, têm realizado neste mês os bumba-bancários, festa que dá início à campanha salarial na região (ANDRADE, 2003).

setembro, após a dissolução de assembléia de bancários pela polícia política de Vargas, a CSUB foi extinta (TOSI, 1994). O debate entre *comunistas* e *integralistas* acirrava-se no país⁵⁵, plasmando de forma débil o movimento sindical bancário. As forças políticas conservadoras próximas a Vargas, muitas de inspiração integralista, aproveitavam o momento para mobilizar a possibilidade de intervenção institucional no Brasil. As ameaças aos sindicatos passaram a ser freqüentes. As forças intervencionistas se fortaleciam e a crescia a escalada ao autoritarismo⁵⁶.

Em 1937, desfechava-se o golpe final: o estabelecimento da ditadura do Estado Novo que vigorou até 1945. Com ela, uma nova ordem política e institucional e uma nova relação entre o Estado e as organizações sindicais, pautadas na Polaca⁵⁷ e na CLT, consolidando o *corporativismo sindical* e as *práticas de intervenções diretas nos sindicatos* (SIMÃO, 1999).

Apesar dos obstáculos típicos de um período autoritário como se verificava no *Estado Novo*, as demandas bancárias continuavam a pautar a ação dos sindicatos. O ponto central residia na luta pelo controle do IAPB e os *esforços pelos reconhecimentos legais dos sindicatos bancários*, alvos de tensões entre os sindicatos, o *Estado* e os representantes do capital financeiro.

De um modo geral, o movimento sindical bancário, atravessado pelos impactos das mudanças tecnológicas, alterações na forma de constituição do *Estado* e desenvolvimento do capitalismo no Brasil, projetou perspectivas de conflitos com

⁵⁵ O período entre 1935 e 1937, foi marcado na Europa e no Brasil pelas tensões entre as ideologias socialistas e fascistas. No Brasil, esse acirramento foi deflagrado entre os comunistas liderados por Prestes na *Aliança Nacional Libertadora* e os integralistas reunidos em torno de Plínio Salgado na *Ação Integralista Brasileira*.

⁵⁶ A imprensa vinculava o conflito ideológico entre *comunismo* e *integralismo* a uma forte coloração ideológica e conservadora em torno de ardis imagetivamente construídos no país, projetando no imaginário social da nação, a identificação entre *comunismo* e *sindicalismo de classe*, enquanto representações do *mal supremo* e *desfiguradores da Pátria Nacional*. A esse respeito ler Dutra (1998) – vide referências.

⁵⁷ Como ficou conhecida a Constituição de 1937, o ordenamento jurídico-institucional do *Estado Novo* imposto por Vargas.

limites estreitos com o *Capital*. Mesmo não seguindo em toda sua trajetória a forma apontada por Rodrigues (1999), enquanto *movimento associativo do setor de serviços*, abarcou um considerável *segmento de classe média assalariada*⁵⁸, distribuída na operação do sistema financeiro público e privado, atuando como *ator e sujeito na construção da história social do país* (BLASS, 1992), aflorando estratégias de negociações, com marcas significativamente projetadas no fazer sindical dos anos 50 e 60.

2.2 – Trabalhistas, Comunistas e Independentes: tradições sindicais bancárias e experiências de classe nos anos 50 e 60.

Analisar as tradições sindicais bancárias no cenário dos anos 50 e 60 implica em situar historicamente o contexto dos anos 30, no qual, estabeleceu-se no Brasil, uma série de relações políticas que possibilitou a configuração de uma nova forma de se tratar a questão social, levando-se em consideração, as relações entre o *Estado*, o *Capital* e o *Trabalho*. Foram relações sociais que traçaram, ao lado das tentativas de mediação com o *Estado*, no quadro das tensões entre o *Capital* e o *Trabalho*, as marcas do conflito herdadas das tradições de lutas dos trabalhadores⁵⁹.

⁵⁸ Rodrigues (1999) sustenta a tese de que, no Brasil e no mundo, as taxas de sindicalização somente se acentuam nos anos 80, graças à sindicalização do setor público. Esta seria uma tendência histórica e estrutural, para este autor, posto que os sindicatos se tornaram, historicamente atores políticos, no âmbito de um modelo sindical que comportou ao longo do século XX os sindicatos operários de base industrial. As associações de *trabalhadores de classe média* teriam pouco peso nesta atuação, à exceção de casos pontuais no mundo. Neste sentido, bancários, jornalistas, professores, empregados de estradas de ferro e afins, teriam uma articulação sindical mais fortalecida com a participação dos empregados de empresas públicas. No caso dos bancários, no Brasil, esta tendência não se sustenta, pois anterior ao período numericamente marcante de atuação dos bancários de bancos públicos, os sindicatos bancários, compostos majoritariamente por trabalhadores do setor privado, já assumiam a condição de ator político com grande atuação nos quadros do movimento sindical brasileiro, como comprovam os estudos de Canedo (1986), Karepovs (1993) e Tosi (1994) nos quais se alicerça esta dissertação.

⁵⁹ Entendam-se as tradições de luta no movimento bancário, as diversas formas de confronto com os representantes do capital financeiro, extraídas das lutas sociais das classes trabalhadoras: a greve

As relações sociais, admitindo-se o reconhecimento dos novos embates políticos entre o *Capital*, o *Trabalho* e o *Estado*, foram permeadas pelo campo da institucionalidade na perspectiva de uma legislação trabalhista, sobre a qual, a regulamentação sobre o trabalho, contrastou interesses diversos dos atores. Sua confecção seguiu trilhas de lutas sociais diversas, chegando a envolver várias transformações nas relações entre o *Estado* – por intermédios de seus agentes –, as entidades de classe do setor patronal e os sindicatos operários, influenciando o cotidiano da classe trabalhadora (RODRIGUES, 1991).

As normas legais que tratam desta questão se consolidaram ao longo dos anos 30 e foram resultados de intervenções do *Estado* nos mercados de trabalho, sob controle oficial, atingindo os interesses dos sujeitos ligados ao campo do *Capital* e do *Trabalho*. O tecido destas relações foi alinhavado a partir do cenário do movimento de 30 que se fez sentir nas grandes modificações políticas de reordenação do *Estado*, implementada no setor do trabalho nacional, por meio do controle e da disciplinarização da questão social.

No geral, sustenta-se que o movimento de 30 – e o Estado dele gestado – visou os protestos e as formas de atuação das classes trabalhadoras no Brasil que, já nas origens das diversas tradições sindicais, buscavam pressionar o poder público a implementar uma legislação trabalhista que pudesse regulamentar as reivindicações centrais relacionadas aos salários e às condições de trabalho. As intervenções do Estado no mercado de trabalho foram legitimadas, ideologicamente, por discursos que enfatizavam o princípio da colaboração entre as classes. Para harmonizar o fundamento deste princípio a resposta do Estado seria o da corporação.

geral, os conflitos entre as correntes sindicais, o direito de recusa, etc. A esse respeito, ler os artigos concatenados por Boito Jr. (1991) – vide referências.

As divisões de classes – por conseguinte as lutas de classes – seriam superadas não pelo conflito, mas pela relação corporativa da harmonia social na qual “patrões” e “operários” seriam empregados solidários em suas profissões, regidas pelas convenções de trabalho. A função do Estado seria a de adentrar no campo do trabalho para mediar as tensões e instalar o espírito corporativo (DUTRA, 1998) como forma de obtenção do controle sobre o Capital e o Trabalho, quebrando a autonomia sindical pelas exigências dos reconhecimentos oficiais dos sindicatos.

A estratégia principal do Estado era de retirar o poder de organização e mobilização dos trabalhadores, haja vista as críticas e os protestos realizados por associações sindicais que acusavam o governo de Vargas de anular a autonomia sindical. Muitos sindicatos passaram a perceber o reconhecimento legal do *Estado* como forma acabada de cooptação dos trabalhadores e de controle das experiências ativas de lutas trabalhistas (RODRIGUES, 1991). No caso dos bancários, o reconhecimento legal, guardada a diversidade de organização nacional da categoria, acabou por assumir a face de luta social.

No embate pelo reconhecimento legal, os sindicatos bancários encontravam dificuldades que iam da estrutura organizacional aos encaminhamentos burocráticos com o Estado (ANDRADE, 2003). Algumas razões podem ser apontadas para o agravamento destes obstáculos organizacionais: as especificidades do sistema bancário em cada região do país, as relações entre as lideranças locais e as estruturas de poder, o maior ou menor grau de mobilização de base e de articulação política, a relação entre os sindicatos e as correntes políticas de atuação no movimento nacional e as densidades de filiações associativas. O problema central residia no reconhecimento legal por parte do Estado, dificultado pelos sindicatos que pontuavam suas divergências em torno de concepções resistentes no movimento

sindical ligadas ao autonomismo, cujo dilema consistia em aceitar ou não a institucionalidade (TOSI, 1994).

2.2.1 – Reconhecimento legal e o controle do IAPB.

Os mecanismos burocráticos criados pelo Estado reduziam a autonomia sindical, amarrilhando os sindicatos a redes de convenções e instruções normativas corroboravam o intervencionismo estatal. Durante o *Estado Novo*, os sindicatos eram obrigados a se tornar reconhecidos pelo poder público, por meio da *Carta de Reconhecimento*, como garantia de sobrevivência (SIMÃO, 1999).

Neste modelo corporativo se consagrava o princípio da unicidade sindical da CLT, sob o pressuposto da harmonia entre as classes sociais, tendo como ação do poder estatal, manifestada nos códigos, práticas de representações e reconhecimentos públicos. Cabia ao MTIC e as *Delegacias Regionais do Trabalho* – DRTs (SIMÃO, 1999) o papel de fiscalização e controle para o cumprimento dos princípios legais outorgados aos sindicatos.

Em relação ao IAPB, principal conquista da greve bancária de 1934, a disputa pelo controle administrativo e político da instituição, era o epicentro dos conflitos entre os sindicatos, o *Estado* e os banqueiros. Sua principal finalidade era conceder aposentadorias e pensões aos associados de sindicatos, suas famílias e aos bancários em geral (KAREPOVS, 1993). As fontes de receitas eram as contribuições mensais dos associados, empregadores e recursos públicos, além de doações eventuais e rendimentos de aplicações em fundos. Concedia também auxílio-enfermidade, auxílio-maternidade, carteira de empréstimos e internação hospitalar (MINELLA, 1976).

O movimento sindical bancário acirrava com o *Estado*, a disputa pelo controle do instituto que, segundo o decreto presidencial que o criou, seria dirigido por um presidente nomeado pelo *Presidente da República*, assistido por uma *Junta Administrativa* composta por 06 membros (03 representantes dos bancários, 03 dos banqueiros). A Junta seria dirigida por um *diretor-presidente* eleito anualmente entre seus membros. O mandato dos membros era de 03 anos, renovados anualmente por 1/3 (KAREPOVS, 1993). Os representantes bancários eram eleitos em assembléias dos delegados dos sindicatos e estes, anualmente eleitos entre os associados de suas respectivas entidades (TOSI, 1994).

Em uma estrutura burocrática que confirmava a intromissão do *Estado* na previdência bancária (MALLOY, 1986), para os sindicatos era necessária a participação ativa nos processos eleitorais da *Junta Administrativa*, para impedir a influência do Executivo Federal nas eleições das lideranças da categoria. De *Getúlio Vargas* a *Juscelino Kubitschek*, o governo federal diligenciou esforços sistemáticos de estímulos à escolha de sindicalistas ligados aos projetos políticos dos mandatários máximos do país, alcunhados de pelegos, para garantir o controle do instituto (ANDRADE, 2003). A luta dos sindicatos bancários para evitar o controle total do IAPB pelo Estado, estendeu-se durante as décadas de 40 e 50.

O IAPB gerava volumosos recursos e havia se transformado em importante fonte de poder político (KAREPOVS, 1993), estimulando o interesse do *Estado* em seu controle, com mais evidência na *Era Vargas*. Nos anos 40 e 50, os governos populistas adotaram práticas de disputas por meio do enquadramento político-institucional do período, utilizando-se de lideranças que pertenciam a seus partidos de sustentação. *Juscelino Kubitschek* (1956-1961) e *João Goulart* (1961-1964) adotaram práticas persuasivas com medidas aparentemente democráticas para não

se configurar em controle direto (TOSI, 1994). Na prática, a vinculação política das lideranças imiscuía-se com a representação do próprio *Estado*.

Em 1960 foi criada por Juscelino a nova *Lei Orgânica da Previdência Social* que, segundo Malloy (1986), concedeu um extraordinário poder às lideranças sindicais. Como conseqüência, principalmente no governo de *João Goulart*, a disputa pelo controle do IAPB gravitava em torno das antigas lideranças varguistas – moderadas em suas posições quanto ao controle estatal – e novas, ligadas ao trabalhismo e comunismo, que passavam a assumir posições mais radicais quanto à questão da assistência previdenciária, vetor da luta sindical bancária do período.

A partir de 1964, os institutos de previdências sofreram intervenções e a conseqüência maior foi a unificação de todos no *Instituto Nacional de Previdência Social* – INPS, que segundo Minella (1976, p. 20), “assegurou o domínio de uma elite tecnocrático-administrativa nomeada pelo executivo”, eliminando qualquer tentativa de influência dos líderes trabalhistas ou representantes de outros agrupamentos sindicais.

A organização sindical bancária, no âmbito de suas especificidades, na relação com as demandas do capital financeiro, manteve-se atrelada às bases estruturais do que Almeida (1996) classifica como *sindicalismo populista*, sem, no entanto, seguir as trajetórias clássicas deste modelo, notadamente no que refere ao curso das mobilizações coletivas. Nesse patamar, inseriam-se no centro de gravidade do movimento sindical, os sindicatos de trabalhadores de serviços coletivos gerenciados pelo *Estado* (transportes urbanos, marítimos, ferroviários e serviços portuários), os petroleiros e os da construção naval. Os bancários poderiam ser apontados na perspectiva de trabalhadores urbanos do setor de serviços, com

perfis médios da estrutura social brasileira. Expressavam o lastro urbano da face sindical do país (CANEDO, 1986).

Havia nos cenários dos anos 30 a 60, uma nítida presença pública do sindicalismo brasileiro, e por ela, os sindicatos bancários foram construindo suas práticas, em relações que se vislumbravam nas suas bases estruturais corporativos-populistas e nos termos do associativismo de classe média, daí as demandas assistenciais, ainda que por dentro da legislação previdenciária, conduzirem a luta social do período no setor bancário (TOSI, 1994). De um lado, o reconhecimento oficial, por dentro das amarras da legislação consentida pelo *varguismo populista e trabalhista*; por outro, a polêmica com o *Estado* pelo controle do IAPB, sob a pauta da legislação social em vigor.

No tocante à legislação social, na dimensão do direito previdenciário, refletiu interesses de classes, cujos códigos reproduziram as pressões categoriais dos setores do grande capital no país, por meio das entidades representativas da burguesia na interlocução com o *Estado*, além dos partidos políticos (MINELLA, 1976). A lei social, como a legislação em si, ensina a sociologia jurídica, decorre do que vai além do direito positivo, reverberando interesses materiais, idéias morais, religiosas e ideológicas por refletirem as nuances das classes sociais, o que reconhece Santos (1973, p. 20):

O surgimento das leis sociais não foge a esse processo. Nada tem de misterioso ou diferente. Só que por vezes, os grupos envolvidos na luta pela gestação da lei podem ser mais apaixonados, mais aguerridos, dado que o objeto da luta reside, quase sempre em interesses materiais; e os interesses materiais são extremamente vinculados ao instinto de sobrevivência, que é uma das mais poderosas alavancas da ação humana.

Legislação social e previdência pública nasceram no Brasil, sob a lógica da pressão social e dos interesses das classes e grupos corporativos, como sugerem

Malloy (1986) e Minella (1976), ao mesmo tempo em que aguçara, a luta sindical, projetando experiências de luta na categoria bancária, com características distintas em alguns momentos – convergentes em outros – em relação a outras organizações sindicais.

2.2.2 – Redemocratizações e greves.

Nas contendas pelos reconhecimentos legais e no âmbito das lutas pelo controle do IAPB, o movimento sindical bancário entrou no contexto dos anos 40 e 50 em maior agudização ideológica nos embates entre o trabalhismo e o comunismo (ANDRADE, 2003). Mais que isso, passou a refletir em suas experiências de luta, o ativismo reivindicatório das greves nacionais da categoria.

Em 1946, início da *redemocratização* do país pós-Estado Novo, houve a segunda greve nacional da categoria bancária, imediatamente após a eleição de *Eurico Gaspar Dutra* para a Presidência da República. O cenário era propício para o acirramento das disputas entre *Trabalhistas* e *Comunistas*⁶⁰. A esse respeito, afirma Karepovs (1993, p. 55):

No movimento sindical bancário era forte a presença do PCB, que tinha como linha de ação a união nacional, através da mobilização popular e da busca de entendimento com outros setores democráticos e populares. Além dos comunistas, atuavam no Sindicato dos Bancários os udenistas [...], e um grupo ligado ao Ministério do Trabalho, os ministerialistas.

Nos dois primeiros meses do *Governo Dutra* ocorreram 60 paralisações pelo país com mais de 100 mil trabalhadores cruzando os braços (MARANHÃO, 1979). Sob a liderança dos bancários foram fundadas no mesmo ano, várias uniões

⁶⁰ No ano anterior, as lideranças comunistas já haviam adquirido uma certa legitimidade perante à categoria em São Paulo, com a conquista do primeiro dissídio coletivo da história dos bancários, de natureza econômica, feito entre um sindicato de trabalhadores bancários e um patronal (TOSI, 1994). Até então, os dissídios somente avançavam nas questões de horas de trabalho e assuntos previdenciários. Foi nesse cenário que se desenharam as greves de 1946.

sindicais municipais, importantes nas experiências de lutas dos trabalhadores no período da redemocratização.

O ponto central da greve de 1946 voltava a ser o salário mínimo. Após vários conflitos entre banqueiros, bancários e o governo federal, este, por meio de seu Ministro do Trabalho, *Roberto Carneiro de Mendonça*, enrijeceu as relações com os trabalhadores, ameaçando de arquivamento um projeto de reposição salarial negociado com os sindicatos em 1945 – uma posição ao encontro dos interesses dos banqueiros que cada vez mais pressionavam o governo federal para reprimir ameaças de greves nos bancos (TOSI, 1994). Com a ameaça do Governo de *Eurico Dutra* e sua inclinação ao *Capital*, os bancários entraram em greve a partir movimento desencadeado pelo sindicato bancário da capital federal. A este respeito, descreve Tosi (1994, p. 44):

A greve iniciou-se em 23 de janeiro de 1946 e durou dezenove dias [...]. Ao longo desses dias, ganhou, aos poucos, configuração nacional. Além de São Paulo e Rio de Janeiro, aderiram os sindicatos de bancários de Florianópolis, de grande parte dos municípios de Minas, Belém, Niterói, Recife, Porto Alegre, João Pessoa, Maceió e Vitória.

O *Governo Dutra* buscava manter as bases da política de Vargas, e de certa forma, procurou não intervir na greve da categoria bancária, antes que assumisse efetivamente o comando do país. Este particular contribuiu para o fortalecimento inicial da greve, a despeito das vicissitudes do movimento sindical em movimentos paredistas (TOSI, 1994). O governo federal, com esta postura, objetivava inicialmente evitar corroborar integralmente os interesses dos banqueiros, arredios à política trabalhista anterior. Em avaliações particulares, as próprias direções sindicais trabalhistas e comunistas, admitiam que a greve estaria sob o controle e apoio tácito de representantes proeminentes do governo, destacando-se a posição da direção do Banco do Brasil em manifestações públicas de reconhecimento que as

reivindicações dos bancários seriam justas e que não haveria punições aos grevistas.

A postura inicial do *Governo Dutra* também se explicava pelas pressões exercidas pela categoria bancária que passou a receber solidariedades de outros setores dos trabalhadores, além da ampla cobertura patrocinada pela imprensa, no momento de redemocratização inicial do país (KAREPOVS, 1993). Entre os dias 26 e 29 de janeiro, o Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, *Daudt de Oliveira*, tentou mediar o conflito, fracassando em face da posição dos banqueiros que insinuavam utilização política da greve pelos comunistas (CANEDO, 1986).

As mobilizações nos bancos eram desiguais nas cidades onde a greve se desencadeou e dependiam do grau de intensidade de atuação dos sindicatos locais. Apesar disso, a greve atingiu mais de *400 mil bancários* (KAREPOVS, 1993), com reivindicações que variavam da assinatura do decreto do salário mínimo à criação de um órgão nacional dos banqueiros para negociar com os bancários⁶¹. Quanto a este último aspecto, destaque-se o caráter social deste conflito, e não somente o econômico, que envolvia as formas representativas dos agentes e como se pensavam como *classes*, *frações* ou *categorias* (SANTOS, 2003) no âmbito do espaço social que se institucionalizavam nas relações com o *Estado*.

No desenrolar das tensões sociais, banqueiros e bancários foram se representando enquanto classe, no estabelecimento de suas estruturas organizacionais corporativas. Em estudos sobre os banqueiros, por exemplo, Minella (1988) sustenta que suas entidades representativas chegaram a alcançar o patamar da própria configuração de classe, no plano institucional. A questão central residia

⁶¹ Os banqueiros não aceitavam negociações nacionais e defendiam dissídios regionais, alegando as diversidades do sistema financeiro, num país de dimensão continental (TOSI, 1994).

na experiência desencadeada pelos trabalhadores bancários que pautavam sua atuação em torno de tentativas de organizações nacionais, dificultadas pelos banqueiros. É no limite das diferentes representações para banqueiros e bancários, que as organizações corporativas foram se instituindo e, durante a greve nacional de 1946, uma demanda da categoria bancária como estratégia de negociação no confronto com o *Capital*.

No início de fevereiro de 1946, *Eurico Dutra* assumiu a presidência do país e indicou *Otacílio Negrão de Lima*, Ministro do Trabalho, como negociador direto do impasse. A 12 de fevereiro, após as negociações acordadas entre banqueiros e bancários, mediadas pelo governo, terminava a greve, com conquistas significativas para a categoria: não punição aos grevistas, pagamento dos dias parados, abonos anuais incorporados aos salários, aumentos e reajustes retroativos e promessa de estudo permanente quanto à questão do salário mínimo. Em tons ufanistas, as lideranças bancárias nacionais – comunistas principalmente – divulgavam notas públicas de reconhecimento das conquistas da categoria (ANDRADE, 2003).

A greve nacional de 1946 forçou o *Governo Dutra* a tomar posição em relação ao direito de greve. Em março do mesmo ano, promulgou a *Lei de Greve* pelo *Decreto-Lei nº 9.070*, com fortes restrições e impedindo-a nos setores essenciais da economia, e nesse particular, no setor bancário (CANEDO, 1986)⁶². O *Estado*, por esta medida, acenava negativamente ao movimento sindical quanto a sua participação no processo de democratização do país. Em um ambiente marcado, então, pela redemocratização conservadora, pós-Estado Novo, reiniciava-se o endurecimento do *Estado* com os movimentos sociais, cerceando as liberdades

⁶² Com a proibição da greve no sistema financeiro – considerado setor essencial da economia – deduz-se que o *Estado* brasileiro não seria tolerante com movimentos afins patrocinados pelos bancários. Canedo (1986) e Blass (1992) sustentam que esta proibição, mantida até o advento da constituição atual, 1988, impedia o ingresso à cidadania política da categoria bancária, no processo de tentativas de democratizações no país.

democráticas, decretando *estado de sítio*, retomando a *repressão aos militantes do PCB e intervindo nos sindicatos* (CARONE, 1989). Era o cenário da redemocratização do país, enviesado pelas linhas do autoritarismo.

Os sindicatos e as reivindicações trabalhistas voltavam a ser percebidas como “ameaças comunistas”, posto que o Ministério do Trabalho passou a intervir com mais intensidade nas direções sindicais. Os sindicatos bancários do Rio de Janeiro e de São Paulo sofreram intervenções e a Confederação dos Trabalhadores do Brasil – CBT, criada em 1946 sob a influência de comunistas e trabalhistas, fechada. Era mais um sinal do limite da redemocratização do país.

O período entre 1945 e 1947 marcou uma extrema contradição na vida política e sindical do país. Segundo Fontes (1988, p. 93), o Brasil “convivia entre o processo de redemocratização que durou até 1964 e a ausência de organizações sindicais autônomas [...] onde a democracia e a paz passaram a fazer parte dos temas que norteavam a práxis política dos partidos e dos sindicatos”. O *Estado* norteava a ação do cotidiano sindical, ao mesmo tempo em que na práxis cotidiana, da classe operária e dos trabalhadores urbanos, as demandas por melhores condições de vida pautavam sua relação com os sindicatos.

Entre 1948 e 1950, as lutas políticas nacionais se recrudesceram no movimento sindical bancário, como reação ao clima de repressão patrocinado pelo *Governo Dutra*⁶³ Apesar desse quadro, uma importante resistência sindical foi a criação da União dos Bancários do Estado de São Paulo – UBESP em 1950.

Nas eleições presidenciais de 1950, para a sucessão do Presidente *Dutra*, o debate ideológico voltou à tona no país com a vitória de *Getúlio Vargas* em torno de bandeiras nacionalistas e populistas. Neste último governo de *Vargas* uma outra

⁶³ Em 1948, foi fechado o CTB e mandatos de deputados comunistas foram cassados (CARONE, 1989).

conjuntura se configurava com o estreitamento da política populista de Estado e o que considerava como *aspirações legítimas das massas* (MARANHÃO, 1979), fortalecendo o nacionalismo e o processo de cooptação dos sindicatos de trabalhadores urbanos.

Em relação aos bancários, significativo evento ocorreu em 1952, o IV Congresso Nacional dos Bancários. Este evento significou a retomada da organização sindical bancária nacional, pois segundo Tosi (1994, p. 48):

A categoria retoma o projeto de organização nacional [...] e realiza o IV Congresso Nacional dos Bancários, no decorrer do qual foi criada uma Comissão Sindical Permanente, com sede no Rio de Janeiro, cujo objetivo era lutar pela unificação das campanhas salariais e pelo controle do IAPB. Diga-se de passagem, que neste IV Congresso foi aprovada a moção que criou o Dia Nacional do Bancário, 28 de agosto, data na qual se iniciaria a greve dos bancários de 1951.

Canedo (1986) sustenta que a partir deste congresso foi possível surgir as federações bancárias e as confederações, com massiva participação de funcionários do Banco do Brasil. A *Confederação Bancária*, a exemplo, foi a matriz da *Confederação Nacional dos Bancários – CNB*⁶⁴.

O acirramento das disputas entre as correntes políticas permeava o movimento sindical bancário nos anos 50 e 60, em torno de dois (02) grupos que disputavam na base a hegemonia dos sindicatos:

- *Ministerialistas* ou *Trabalhistas*: ligados às estruturas dos partidos políticos de sustentação dos governos populistas, principalmente o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.
- *Comunistas*: ligados ao Partido Comunista Brasileiro – PCB, seguiam

Os militantes do PTB, identificados com os *Ministerialistas*, apostavam no princípio da colaboração entre as classes, o que não os impedia de participar

⁶⁴ Até a conclusão desta dissertação, é associada à *Central Única dos Trabalhadores – CUT*.

ativamente das lutas corporativas da categoria. É possível constatar em suas práticas, a intenção de controlar o movimento sindical na perspectiva dos governos populistas e procuravam mobilizar as figuras de *Getúlio Vargas* e *João Goulart*, segundo Tosi (1994).

Os *Comunistas* seguiam as orientações do PCB quanto à ação no movimento sindical. No cenário dos anos 50 e 60, em várias lutas optavam pela unidade dos trabalhadores e relevavam o peleguismo que acusavam das direções trabalhistas. Segundo Carone (1989) o contexto internacional e o papel mundial das esquerdas, muito influenciavam suas ações, ora defendendo o confronto, ora o acordo.

O momento de maior evidência de tensões entre as correntes sindicais se deu no *VII Congresso Nacional dos Bancários*, realizado em Belo Horizonte (MG), entre 21 e 27 de abril de 1958 (ANAIS, 1958) constituindo-se como um marco na história do movimento bancário nacional, pois sintetizou os polêmicos debates existentes no interior da luta sindical bancária, Sua principal resolução foi a criação da *Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito – CONTEC*.

A *Declaração de Princípios do VII Congresso*, aprovada por unanimidade em seu final, foi o resultado do que a categoria conseguiu unificar em suas demandas, agora marcadamente políticas, sem o conteúdo tão corporativo dos movimentos anteriores e com o teor nacionalista da época: *defesa do monopólio estatal do petróleo, proteção da indústria nacional, nacionalização dos bancos, combate à remessa de lucros ao exterior, defesa das liberdades democráticas, da unidade dos trabalhadores, da fraternidade universal dos assalariados e da paz mundial*⁶⁵. A CONTEC coordenou o movimento bancário nacional de 1959 a 1964 sob a

⁶⁵ Resoluções dos Anais do *VII Congresso Nacional dos Bancários*, entre 21 e 27 abril de 1958 – vide referências / documentos.

perspectiva do nacional-desenvolvimentismo (CANEDO, 1986), o que de certa forma não criava tantas dificuldades para as composições políticas nas direções sindicais.

2.3 – Organização sindical bancária nacional.

2.3.1 – Congressos, Federações e Confederações.

A organização sindical dos bancários no Brasil seguiu a trajetória histórica de outras categorias laborais. Os congressos nacionais, as federações e confederações tornavam-se espaços privilegiados das disputas entre as correntes sindicais, sem que “nenhuma delas consiga senão momentâneos domínios de alguns setores mais importantes” (RODRIGUES, 1968, p. 22) com obtenção de êxitos significativos.

As entidades representativas e as formas específicas de formação de cargos atendiam a estruturação burocrática, condicionada institucionalmente pelo *Estado*. Guardavam a permanência de antigos formatos organizativos, amalgamados a partir de 1930, pela lógica do controle e da institucionalização preconizada pela CLT, principalmente nos princípios do associativismo e da harmonia das classes. Pode-se afirmar que se seguia o ordenamento legal da organização sindical, nos limites do enquadramento jurídico e institucional, inaugurado por *Vargas*, conforme sustenta Rodrigues (1968, p. 71):

O enquadramento jurídico da questão social foi, por conseguinte, o primeiro objetivo atingido pelo governo Vargas. Até então, ela se expressara por aspirações de reconhecimento das entidades sindicais, de uma legislação protetora do trabalho, de assistência ao trabalhador [...]. Se anteriormente tudo isso era repellido como pura agitação política, agora encontra abrigo em novo ramo do direito que se inaugura: colocado entre o direito privado e o direito público, chama-se

direito coletivo, direito sindical, direito trabalhista ou então direito social ou do trabalho.

Quando se identifica este enquadramento, percebe-se que a organização sindical, também foi produto das reivindicações históricas das classes trabalhadoras no Brasil. As tentativas de representações nacionais federativas atestam as dificuldades – sem entrar na análise acerca das concepções sindicais – que os sindicatos enfrentavam nas negociações regionais.

No caso dos bancários, havia a resistência dos banqueiros em admitir a formação de organismo nacional para representá-los nas *atuações negociais* (MINELLA, 1990). A criação de organismos nacionais, portanto, era para o movimento sindical bancário a saída mediadora para a negociação com o *Capital*, naquilo que pudesse avançar na estrutura legal, mas representava também espaço de configuração da luta social.

Nesse sentido, poderiam assumir a condição de arena política, na franja de uma estrutura burocrática pesada e controladora, revelando um caráter ambíguo ao movimento sindical, como força integradora e modificadora desta mesma estrutura (COSTA, 2002).

As federações bancárias se organizavam pela hierarquia vertical instituída pela CLT e buscavam na confederação nacional, uma saída para romper com os limites rígidos do controle sindical, haja vista a proibição de estruturas horizontais de confederações de trabalhadores⁶⁶. Suas bases locais eram os *Estados da República Federativa* e poderiam formar a confederação, mas não eram reconhecidas nas atuações negociais – luta histórica dos bancários que se consolidou no IV Congresso da categoria, segundo Tosi (1994).

⁶⁶ As estruturas horizontais corresponderiam atualmente a existência das centrais sindicais (CUT, Força Sindical, CGT, etc.). A legislação não aceitava os agrupamentos sindicais que não fossem mediados por federações superiores, considerando-os agrupamentos extra-sindicais.

Apesar dos limites proibitivos impostos pelo Estado, os bancários estiveram a frente de algumas organizações extra-sindicais, cujo ponto central atingiu o ápice no período de 1959 e 1964, com a existência do *Comando Geral dos Trabalhadores* – CGT. Esses agrupamentos, no auge da luta social, em vários momentos, aparentemente rompiam com o princípio da unicidade sindical e demonstravam as divergências de opinião no movimento bancário. Aos setores identificados com o trabalhismo ministerialista, estas organizações não representavam o que denominavam de interesses reais da categoria bancária e preferiam atuar nas federações verticais.

As federações bancárias constituíam espaços de atuação do *peleguismo sindical* que subsistia por conta de um sistema eleitoral sindical burocratizado, “sem contar os favores e vantagens proporcionadas pelo Ministério do Trabalho” (RODRIGUES, 1968, p. 109).

A intolerância com as centrais sindicais horizontalizadas não era linear. Foram aceitas, quando convenientes à política trabalhista oficial, desde que não adotassem formulações contrárias às organizações governamentais. A esse respeito, sustenta Füchtner (1980, p. 60) que:

[...] entre estas organizações a CGT reivindicou para si a representação dos interesses de todos os sindicatos”, colocando-a “naturalmente, em conflito com o Ministério do Trabalho e o Governo.

Os bancários optaram pela solução mediadora da CONTEC que mesclava e amortecia em sua estrutura, o debate mais político e ideologizado de suas correntes sindicais, mesmo também atuando nas organizações extra-sindicais.

2.3.2 – O papel da CONTEC na luta sindical dos bancários.

O papel da CONTEC e as perspectivas do nacional-desenvolvimentismo na condução do movimento bancário refletiam uma relação maior que envolvia os interesses dos novos e múltiplos grupos econômicos desenvolvidos no país, que precisavam ser atendidos na articulação entre o sistema financeiro nacional e os setores da grande indústria. Fazia-se necessária a negociação política, pois no Brasil das décadas de 40 e 50 havia pouca permanência das relações econômicas do início da industrialização do país, onde a economia passou a depender muito do jogo político (MENDONÇA, 1995) para seguir sua trajetória. Em um cenário de articulação entre o comércio, a indústria e os bancos (GRAUERT, 1977), a CONTEC procurava atuar no limite da ação reivindicativa, contra os banqueiros, e na negociação de demandas econômicas com características nacionalistas e desenvolvimentistas, acirrando conflitos internos no campo do Capital.

Os destinos da industrialização brasileira se oscilavam numa imagem metafórica, construída por autores como Cignolli (1985) e Carmo (1988), de gangorra entre as forças políticas e econômicas do liberalismo – favoráveis à abertura ao capital estrangeiro – e setores da indústria nacional temerosos da chamada concorrência estrangeira, via aberturas alfandegárias. Nesta oscilação, a defesa do setor financeiro situava-se no plano da reforma dos bancos, em consonância ao discurso da integração do sistema bancário ao capital internacional e especulativo (MINELLA, 1990). O discurso político da CONTEC, assim como sua influência no movimento sindical bancário, assumia a representação do capital nacional e produtivo – daí a opção por um tipo de *desenvolvimentismo* que nem sempre era o mesmo representado pelo discurso oficial do *Estado* que ora mediava com o capital nacional, ora mediava com o capital estrangeiro. Um amplo debate, por

consequente, tornou-se presente nas correntes de pensamento político no Brasil, galvanizando a opção da CONTEC pelo desenvolvimentismo.

Os setores mais conservadores do país, desde o início do século XX, comungavam seus pressupostos com a *ala liberal conservadora* da inteligência nacional (SANTOS, 1976), vinculada à agroexportação, em declínio a partir dos anos 30. A *ala industrialista* em ascensão defendia a industrialização e com ela se identificava boa parte da esquerda nacional, amalgamando o construto teórico gravitado no *Centro de Estudos Para a América Latina* – CEPAL, cujos expoentes deram forma e conteúdo aos estudos do *nacional desenvolvimentismo* com o surgimento das primeiras análises sociais no Brasil, que pontuavam a relação entre pobreza, desenvolvimento e subdesenvolvimento (FIORI, 1992). Por dentro destas abordagens, granjeavam teorias desenvolvimentistas que postulavam abarcar a dualidade centro-periferia, pelas quais postulava-se que os países subdesenvolvidos alcançariam o desenvolvimento, em longo prazo, valendo-se para isto de instrumentos adequados e disponíveis, por onde sobressaiam as chamadas *teses integracionistas* na relação entre o Brasil, a América Latina no geral e o primeiro mundo desenvolvido (CARDOSO, 1975).

Nesse sentido, os anos 50 e 60, foram marcados por movimentos de cunho *desenvolvimentistas, nacionalistas e populistas*. Por eles e com eles, os movimentos de esquerda dialogavam e rivalizavam, porém com mais proximidades do que diferenças. Os *desenvolvimentistas* mais à esquerda – os cepalinos não constituíam um corpo teórico homogêneo – combatiam o capital estrangeiro, criticavam a formação colonial dos países periféricos e a extração de renda destes pelos países centrais (FIORI, 1992). Teses que aproximavam *Trabalhistas e Comunistas* no movimento sindical, e no caso dos bancários – os bancos já há muito haviam

alterado suas perspectivas de agências da agroexportação e agora procuravam viabilizar a integração do sistema financeiro na articulação com o setor industrial (MINELLA, 1990) – com influências em sua organização.

Como já se afirmou, a CONTEC foi o saldo organizativo de maior evidência do *VII Congresso Nacional dos Bancários*⁶⁷. Com a presença de próceres do *trabalhismo oficial* à época⁶⁸, este Congresso teve o controle majoritário dos trabalhistas ministerialistas e suas resoluções conseguiram unificar as demandas definidas pelas correntes sindicais bancárias. A CONTEC formalizada neste congresso buscava conduzir a luta sindical e política pela orientação do *nacional-desenvolvimentismo* (CANEDO, 1986) aparentemente de cunho estatal, mas segundo Tosi (1994) teria sido, de fato, a primeira iniciativa de organização sindical de bancários estimulada e criada pelos próprios trabalhadores, haja vista as anteriores terem sido estimuladas em suas fundações pelo *Estado* e pelos banqueiros.

A CONTEC procurava atuar em duas frentes: na luta pelo contrato coletivo de trabalho e na frente previdenciária pelo controle do IAPB. Esta última, vital para a sobrevivência da entidade e dos sindicatos, posto que as eleições para a direção do instituto apontavam para a configuração da organização de poder dos dirigentes sindicais. A atuação no IAPB era parte integrante da atuação sindical das lideranças bancárias e se intensificou durante o governo de *João Goulart* – JANGO, de 1961 a 1964 (CANEDO, 1986). O fato de a CONTEC atuar na luta pelo controle do IAPB, não a afastava da direção dos movimentos grevistas ocorridos no setor financeiro. Pode-se afirmar que os anos 50/60 marcaram significativamente o movimento

⁶⁷ O congresso reuniu em Belo Horizonte mais de trezentos delegados bancários de todo o país, segundo Tosi (1994), com abertura solene no teatro denominado *Francisco Nunes* e sessões plenárias na sede do sindicato bancário mineiro.

⁶⁸ A abertura do Congresso contou com a presença de *João Goulart*, então Ministro do Trabalho do Presidente *Juscelino Kubitschek*, e outras autoridades estaduais mineiras (ANAIS, 1958).

bancário nas ações que ocorreram nesse período, e nelas, a intervenção diretiva da CONTEC (KAREPOVS, 1993).

Os anos 60 iniciaram-se no Brasil sob o signo da crise do *nacional desenvolvimentismo*, da instabilidade política e da estagnação, germinando condições propícias para o estabelecimento do movimento civil-militar de 1964, com impacto sobre o movimento sindical e a ação de suas lideranças. Os estudos teóricos sobre o *subdesenvolvimento* – como indicam Santos (1976) e Cardoso (1975) – apontavam para os fracassos sucessivos na aplicação de modelos desenvolvimentistas no Brasil, com o aumento da dependência ao capital internacional pela dívida externa, ao lado de uma intensa articulação da burguesia nacional ao mercado internacional (MINELLA, 1988).

O conjunto de instrumentos legais de controle sindical ainda estava à mão do *Estado*, com traços marcantes na organização sindical brasileira. Em meio à crise, em que pesem as limitações virtuais e efetivas das liberdades e do poder sindical, a CONTEC não se esgotava em seu papel de ação sindical e negociação. As relações com o *Estado*, no IAPB, e os graus de atuação nos embates com os banqueiros, materializavam formas mais visíveis de formatos organizativos e corporativos no sistema sindical bancário, ao lado de atuações políticas nas questões gerais que envolviam o mundo do trabalho no Brasil⁶⁹.

O emblemático à questão sindical, na relação entre a CONTEC e os sindicatos bancários, era o poder de negociação coletiva e sua influência política mais localizada, até mesmo nas definições de estratégias de ação. No sistema bancário, diante das dificuldades das atuações negociais nacionais e da organização local dos bancos – o que somente a *1ª Reforma Bancária* vai mudar – a ação

⁶⁹ Podem ser indicadas as lutas pela elevação do salário mínimo e a defesa das *reformas de base* (TOSI, 1994).

sindical local muitas vezes enfrentava problemas para a realização de ações nacionais, por força, segundo Almeida (1996, p. 137) “das normas de enquadramento e das regras que estabelecem a jurisdição das entidades de primeiro grau e de grau superior”, que limitavam a estrutura sindical brasileira, fortemente desconcentrada, descentralizada e distante dos locais diretos do trabalho.

No caso do Pará, a organização sindical e o movimento bancário trilharam também por estes caminhos, mas com experiências de lutas específicas que as ações dos sujeitos pontuaram em seu devir, com relações que mediarão os embates entre banqueiros e bancários, na seara das atuações negociais e nos conflitos diretos. Compreender os mecanismos destas especificidades é o que enreda analisar as histórias construídas pelos sujeitos, entre *Trabalhistas/Ministerialistas*, *Comunistas* e *Independentes*, na memória sindical bancária e no estudo das atuações de seus principais atores.

2.4 – Organização sindical bancária no Pará.

2.4.1 – História e memória: Sindicato dos Bancários do Pará.

A fundação do Sindicato dos Bancários no Pará se deu em 24 de novembro de 1933, com a denominação oficial de *Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Pará – SEEB/Pa-Ap*, ou Sindicato dos Bancários do Pará, adaptado pelo Decreto nº 1.402 de 10 de outubro de 1941 (ANDRADE, 2003). Seu estatuto⁷⁰ o define como entidade autônoma que:

⁷⁰ O *Estatuto* do SEEB/Pa-Ap foi reformulado em 1992. O antigo estatuto corporativista atrelava a entidade ao Estado, segundo a lógica da Era Vargas, consagrado no Estado Novo. O grau de representação e o nome oficial anterior foi até o momento atual mantido. Este Estatuto, já reformulado, foi registrado em cartório no dia 01.02.1993.

Representa os trabalhadores do setor bancário e financeiro, independente de suas convicções políticas, partidárias ou religiosas, com exclusividade na base territorial, sendo sua duração por tempo indeterminado (SEEB/Pa-Ap. Estatuto, art. 1º, 1933).

Seu reconhecimento oficial pelo Estado foi oficializado em 18 de outubro de 1941 pela *Carta do Ministro do Trabalho*, também chamada de *Carta de Reconhecimento*⁷¹.

O SEEB/Pa-Ap quando foi criado não estendia sua atuação até o atual *Estado do Amapá*, como sugere sua sigla. Oficialmente, o *Ministério do Trabalho* o reconhecia como *Sindicato dos Bancários do Pará*:

Faz saber a quantos esta CARTA virem que, atendendo ao que requereu o Sindicato dos Bancários do Pará, com sede em Belém, no Estado do Pará, resolve aprovar o respectivo estatuto, e reconhece-lo, sob a denominação de SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BELÉM como sindicato representativo DA CATEGORIA PROFISSIONAL DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS, na base territorial do MUNICÍPIO DE BELÉM, com sede em BELÉM no ESTADO DO PARÁ, de acordo com o regime instituído pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. E, para firmeza, mandou passar a presente CARTA, que vai por ele assinada (SEEB/Pa-Ap, 1941).

A extensão ao Amapá foi mais recente. Em *Apostila* ressaltada na *Carta de Reconhecimento*, em 02 de junho de 1982, atendendo pedido do então presidente da entidade, *Carlos Levy*, o *Ministro Interino do Trabalho*, *Sr. Geraldo Antônio Nogueira Mine*, formalizou esta extensão:

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, atendendo ao requerido no processo MTS 321.694/81, RESOLVE estender a todo o ESTADO DO PARÁ e TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ, à base do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Belém, pelo qual em conseqüência, passa a denominar-se SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS NO ESTADO DO PARÁ E TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ CÓDIGO 006.055.06514-6 [...] (IDEM).

⁷¹ Carta de 04 de outubro de 1941, registrada no livro 04, fls. 926 do *Ministério do Trabalho* (SEEB/Pa-Ap, 1941).

O Ministro *Pinheiro Machado*, do Trabalho, assinou não somente a *Carta de Reconhecimento* do SEEB/Pa-Ap como de todos os sindicatos bancários no Brasil, segundo indicam Tosi (1994) e Karepovs (1993). O teor era claro quanto ao cumprimento dos princípios regidos pela CLT, implicando que qualquer manifestação em desagrado aos mesmos, significaria fortes sanções do *Estado* (CANEDO, 1986), em alusão ao não-reconhecimento do direito de greve que, segundo as disposições legais da época, era ameaça à ordem pública, portanto passível de ação policial.

As relações entre as lideranças sindicais bancárias e o *Estado*, no Pará, precisam ser observadas para se compreender o quadro da atuação deste sindicato, no contexto histórico local. Para isso, retorna-se ao cenário do movimento de 1930 no Pará e seus reflexos nas bases de organização do poder local.

Os acontecimentos do movimento de 30, que permitiram a ascensão da Era Vargas no poder central, refletiu-se no Pará em meio à conjuntura do último governo oligárquico local, o de *Eurico Valle*⁷¹ e a efetivação de uma nova ordem política com a consolidação de novos grupos em torno da liderança de *Joaquim de Magalhães Cardoso Barata* (ALVES, 2002) conhecido como *Magalhães Barata*⁷² que representava o movimento tenentista no Pará. Tomou posse no dia 12 de novembro de 1930, dando início ao mais significativo período do populismo no Pará. A esse respeito, afirma Petit (1996, p. 26):

Nomeado Interventor Federal, Barata consolidou o seu poder político com base no apoio das classes populares, conquistado com a implementação de medidas de grande impacto, que afetaram os interesses das oligarquias, agora afastadas no controle do executivo estadual.

⁷¹ Assumiu o Estado do Pará em 11 de novembro de 1929 e foi deposto em 24 de outubro de 1930.

⁷² Foi Interventor por duas vezes: de 1930 a 1935 (1ª Interventoria) e de 1943 a 1945 (2ª Interventoria). Retornou nos anos 50 e teve um papel considerável na história política do Estado do Pará.

Junto à nova ordem, o Pará convivia com o cenário da crise da economia gumífera e do *sistema de aviamento* – tradicional rede de articulação de capitais e de empréstimos que marcou a economia do látex na Amazônia – que marcou a composição do mercado e dos serviços urbanos na capital. As antigas *casas aviadoras* – agências de fomento dos créditos sob o controle dos seringalistas – foram sendo superadas paulatinamente pelos bancos que, nesse momento, procuravam ocupar o papel de intermediação financeira de investimento no setor comercial e na agroexportação em crise (ALVES, 2002). É preciso considerar que poucos bancos locais assumiam a condição nacional e se caracterizavam, grosso modo, enquanto bancos regionais, muitos, oriundos das *casas aviadoras*.

Do ponto de vista político, *Magalhães Barata* procurava consolidar uma nova ordem partidária, fundando o *Partido Liberal* – PL, no Pará, em dezembro de 1931. Com um estilo autoritário e pessoal, conseguiu neutralizar com relativo sucesso os focos de oposição representada pela *Frente Única Paraense* – FUP, criada em 1934 e o *Partido Popular do Pará* – PPP, fundado em 1935. O PCB começou a ser organizado em Belém, ainda em 1931, possuindo relativa influência no meio estudantil e operário da capital (PETIT, 1996). No mesmo período foram fundados o *Partido Social Trabalhista* – PST e o *Partido Trabalhista do Pará* – PTP. O PST e o PTP, também estimulados e fundados por *Magalhães Barata* apresentavam semelhanças com o PTB mais tarde criado por *Vargas*, a nível nacional.

Das medidas tomadas no governo de *Magalhães Barata*, interessam aqui sua intervenção trabalhista, pautada na prática populista e assistencialista, procurando transformar as conquistas dos trabalhadores em concessões do *Estado* (ALVES, 2002). Esse recurso foi um importante instrumento de cooptação das classes trabalhadoras urbanas. Os decretos assinados pelo Interventor

objetivavam igualar os direitos dos trabalhadores públicos e privados, e no caso particular dos bancários, o direito à indenização e à questão do direito de previdência (ANDRADE, 2003). Procurava seguir o modelo de interferência no meio sindical paraense, a partir da matriz de *Vargas* em torno da *Confederação Nacional dos Trabalhadores* – CNT, que na feição regional possibilitou a articulação da *Federação Brasileira do Trabalho no Pará* – FBTPa (ALVES, 2002).

O SEEB/Pa-Ap foi fundado no período da 1ª Interventoria de *Magalhães Barata*. Os vínculos de seus fundadores fincaram-se na estrutura deixada pelo baratismo⁷³, o que não alterou muito até a conjuntura dos anos 50, com a ação das lideranças comunistas no interior do movimento sindical bancário local. O primeiro presidente do SEEB/Pa-Ap foi o bancário *José Américo de Azevedo Valente*, funcionário do *Banco Ultramarino* (ANDRADE, 2003) importante interlocutor nas negociações da categoria com o poder público, e neste momento, estabelecendo satisfatórias relações com os grupos políticos próximos ao baratismo⁷⁴.

De 1933 a 1937, o sindicato teve sua direção alternada entre *Juntas Administrativas Provisórias*, dependendo das situações emergenciais demandadas pela categoria (ANDRADE, 2003). Tal fato se devia ao caráter extrainstitucional do sindicato nas relações estabelecidas com o poder público. Nas conveniências das lutas políticas locais, havia uma nítida orientação dos dirigentes pelo reconhecimento legal da entidade de classe.

⁷³ Esta identificação se refere a representação política, sem consenso no meio acadêmico local. No texto é utilizada pela consagração que exprime no discurso político e no imaginário popular.

⁷⁴ A filiação partidária de Américo Valente não pôde ser precisada na pesquisa. Ele faleceu em 1995 e nunca revelou claramente sua opção política, apesar de sua aproximação com os trabalhistas de Barata, a partir dos anos 40. Nos anos 50 e 60, Valente aproximou-se da linha política do PCB – chamado de Partidão, mas não se filiou ao mesmo. É possível relativizar a relação entre as lideranças bancárias e o baratismo. O fato de assumirem a defesa da ordem republicana e varguista, como expressam as atas, relatórios e textos de pronunciamentos públicos (SEEB/Pa-Ap, 1935) podem preconizar estratégias sindicais para o reconhecimento legal, somente alcançado em 1941. Há poucos indícios pelos estudos apontados, até o momento, do quanto essa relação implicou em sustentação ou apoio político.

A relação dos dirigentes com o *Estado* pautava-se em torno desses encaminhamentos, não significando que, no devir do movimento bancário, em suas especificidades, as lutas nacionais da categoria não viessem à tona. Um exemplo claro era o ponto de pauta do IAPB sempre aparecer nas atas das assembleias, junto com o debate do salário mínimo – principal bandeira da greve nacional dos bancários de 1934 (SEEB/Pa-Ap, 1935).

A relação entre a direção sindical e o Estado se mantiveram inalteradas por todos os anos 30 e 40, mas não chegaram a exercitar a prática do que se convencionou denominar de *peleguismo oficial*. É preciso situar a especificidade do momento histórico das origens do SEEB/Pa-Ap e suas vinculações com o debate nacional que aflorava no movimento sindical, para deduzir que tal prática não era a opção da direção, dado o grau de organização e do desenvolvimento da luta social no Pará, em relação ao movimento bancário. Os limites de suas lideranças apontavam para o que o corporativismo e a estrutura atrelatória estabelecida pelo *Estado*, permitiam ao fazer-se do movimento como um todo. A própria fundação clandestina do PCB em Belém, demonstrava o quanto era difícil uma influência maior da direção em debates ideologizados, já efervescentes entre estudantes e outras categorias laborais.

Partindo do eixo pelo reconhecimento e sua oficialização, o sindicato travou burocráticos debates em assembleias da categoria, quanto aos encaminhamentos necessários para esta empresa⁷⁵. Sua organização se dava em torno de uma *Junta Administrativa, Assembleia Geral* da categoria e *Juntas Provisórias*⁷⁶, com pouca alternância entre seus membros, entre os quais, destacavam-se: *Américo de*

⁷⁵ O período de maior intensidade de assembleias foi o de 1935 a 1941 (ANDRADE, 2003).

⁷⁶ Esta estrutura era decorrente da relação entre as direções sindicais e os institutos de previdências. Os membros das *Juntas Administrativas* do SEEB/Pa-Ap também representavam os bancários na estrutura administrativa do IAPB.

Azevedo Valente, Carlos Fernandes Soares, Manoel Telles, Omar Caetano Correa, Eugenio Oliveira e Teófilo Conduru, sendo os três primeiros considerados diretores fundadores (ANDRADE, 2003)⁷⁷. Estas Juntas se revezavam na direção e encaminhavam as demandas bancárias.

O triunvirato formado por *Valente, Telles e Soares* dirigiu o sindicato em Juntas *Permanentes e Provisórias*, aclamados em assembléias e nas próprias reuniões das *Juntas*. Pode-se afirmar que esta geração dirigiu o SEEB/Pa-Ap por mais de 10 anos⁷⁸. O papel dessas gestões foi o de tornar legalizado o sindicato em 1941.

De 1937 a 1945, o país estava sob a ordem política e institucional do regime ditatorial de Vargas, alcunhado historicamente como *Estado Novo*. A ordem estadonovista, pautada nos postulados fascista do sindicalismo, impedia a prática do livre exercício sindical e da livre expressão de seus dirigentes. Com os sindicatos tolhidos e controlados pelo *Estado Novo*, o grau de participação em assembléias e as intensidades das reuniões das Juntas, foram bastante diminuídas, porém é considerável o número de reuniões da categoria, sob situações restritivas. Pairava sobre os sindicatos o temor pelos excessos de reuniões, principalmente as noturnas, diante do clima de cerceamento das liberdades democráticas no país, como evidencia a tabela de reuniões das assembléias dos bancários e das juntas administrativas do SEEB/Pa-Ap em 1937:

⁷⁷ O sindicato não possuía sede própria e estes sindicalistas procuravam se reunir em salas de prédios existentes no bairro comercial de Belém (Centro). Da sua fundação em 1935 até a aquisição da sede própria nos anos 60, o SEEB/Pa-Ap funcionou com mais frequência em uma sala de um prédio comercial de Belém. Assim, considere-se como o endereço da primeira sede do sindicato o seguinte: *Travessa Campos Sales, 102, 1º andar, cidade de Belém, telefone 346* (SEEB/Pa-Ap, 1935).

⁷⁸ Em 1935, o sindicato já contava com mais de 100 filiados com assembléias presenciadas na média entre 50 e 70 participantes (SEEB/Pa-Ap, 1935). Muitos bancários formaram essa geração fundadora, e mais tarde, se destacam no cenário econômico e político local: *Paulo Lima, Joaquim Moura Gomes, Oldir Linhares, José Castanheira Iglesias* (diretor do Banco da Amazônia – BASA nos anos 50), *Carlos Alcantarino, Alberto Barros, Sebastião Veiga, Manoel Lobato Rodrigues, Maurílio de Faria e Theodorico Júlio Monteiro* (ANDRADE, 2003).

TABELA 02 - ASSEMBLÉIAS E REUNIÕES DAS JUNTAS ADMINISTRATIVAS EM 1937

Meses	Assembléias (Nº)	Reuniões das Juntas (Nº)
Janeiro	0	4
Fevereiro	0	4
Março	0	3
Abril	4	2
Mai	0	0
Junho	0	0
Julho	1	0
Agosto	0	0
Setembro	1	0
Outubro	0	0
Novembro	0	0
Dezembro	0	0
TOTAL	06	13

Fonte: Livro de Freqüência e de Atas das Assembléias Gerais do Sindicato dos Bancários do Pará de 1935 a 1937 (SEEB/Pa-Ap, 1935).

De qualquer forma, de 1937 a 1945, foram registrados nos documentos oficiais do sindicato, mais de 40 assembléias da categoria e mais de 100 reuniões de diretoria, entre ordinárias e extraordinárias (SEEB/Pa-Ap, 1935), mesmo diante da repressão estadonovista.

2.4.2 – Do contexto da redemocratização às disputas por hegemonia nos anos 50/60: *Trabalhistas, Comunistas e Independentes no Pará.*

Os anos 40 mergulharam o sindicato nos debates políticos e nas lutas nacionais da categoria bancária. Em relação à greve de 1946, a diretoria convocou os bancários para a assembléia geral de adesão, em nota pública:

Convoco os bancários em geral desta entidade, para uma reunião extraordinária da Assembléia Geral, afim (sic) de deliberarmos a nossa posição, em face da GREVE GERAL, que as estações de rádio anunciaram no decorrer da noite, passada haver sido declarada na Capital Federal e em outros Estados da Federação. Encareço o comparecimento de todos. UNIDOS VENCEREMOS. TUDO PELO BRASIL! Belém (Pa), 21 de janeiro de 1946. Teófilo Pacheco Conduro, Presidente. (SEEB/Pa-Ap, 1946a).

Além da participação do sindicato nas greves nacionais, se faz necessário analisar o cenário local no contexto da redemocratização do país⁷⁹ com seus impactos no movimento sindical.

No Pará, as eleições de 1945 mantiveram as bases de poder fincadas em 1930 pelo *baratismo*, mas sofreu alterações com a ascensão política do Marechal *Zacarias de Assunção*, militar de posições conservadoras ligadas à frente udenista anti-Vargas, que na versão local seria a *Coligação Democrática Paraense* (PETIT, 1996). Neste cenário, os sindicatos, ainda que norteados pelos mecanismos institucionais do *Estado*, passaram a atuar sob influências ideológicas dos *Comunistas* a partir das atuações de base nos *Comitês Democráticos e Populares* – principais espaços de participação política dos sindicatos de trabalhadores próximos à linha política do PCB.

Enquanto o *Estado* procurava nortear as ações do cotidiano sindical, na práxis cotidiana dos trabalhadores urbanos, a luta por melhores condições de vida pontuava a relação com os sindicatos. No Pará, os reflexos das demandas sociais se alicerçavam nas condições estruturais da capital, como observa Fontes (1998, p. 93-95):

Belém, em 1945, vivia em decadência econômica; dado o declínio do consumo da borracha, tinha em torno de 206.866 habitantes e uma das situações urbanas mais precárias [...]. Toda a movimentação dos trabalhadores urbanos na defesa de uma melhoria alimentar, por moradia e transporte, desde período deixava transparecer suas condições de vida [...]. No que diz respeito à saúde observamos pela leitura dos jornais da época, a citação de doenças endêmicas, principalmente a tuberculose, nos discursos reivindicatórios dos trabalhadores [...]. Em levantamentos feitos até o momento, em arquivos de alguns sindicatos de Belém, observamos que era alto o índice de solicitação para tratamentos médicos e odontológicos que os sindicatos promoviam.

⁷⁹ Refere-se ao período imediato à queda da ditadura do *Estado Novo*, 1945/1946, que a historiografia denomina de *Redemocratização Conservadora*, por conta das posições antidemocráticas do Presidente *Eurico Gaspar Dutra*, já mencionadas no Capítulo 2.

Esse quadro também preocupava as classes dominantes locais⁸⁰ e outros segmentos da sociedade civil, como nos debates promovidos pela *União Acadêmica Paraense*, que colocavam na ordem do dia, as condições de vida e saúde dos trabalhadores urbanos. Mesmo as intervenções feitas pelo poder público, não reduziam ou minoravam estas condições, propiciando as pressões populares conduzidas pelos sindicatos.

A direção do SEEB/Pa-Ap, procurava atuar também em torno destas demandas: emitia ofícios ao IAPB para construção de conjuntos residenciais, chamava assembléias para definição de mecanismos assistenciais e procurava apresentar propostas de créditos para associados, estimulando a criação de cooperativas bancárias (SEEB/Pa-Ap, 1946a). Um exemplo significativo foi a atuação do sindicato frente a uma antiga demanda dos bancários: construção de moradias e instalação de gabinete dentário pelo IAPB (SEEB/Pa-Ap, 1935).

Em 1946, o sr. *Francisco Túlio Peixoto de Alencar* era o presidente do IAPB, sindicalista ministerialista de confiança do governo federal e dos banqueiros e havia conseguido a construção de casas para bancários em capitais estratégicas do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre (TOSI, 1994). Essa estratégia, era parte da política do Governo *Dutra* em conciliar o endurecimento com o movimento sindical, como se viu nas intervenções feitas nos sindicatos durante a greve de 1946, principalmente nos sindicatos bancários, e a política de cooptação das direções sindicais por meio do IAPB, posto que, nestas capitais, a greve nacional dos bancários havia sido expressiva com perseguições políticas a suas lideranças (KAREPOVS, 1993).

⁸⁰ Nas sessões da Assembléia Legislativa Estadual, eram comuns os pontos de pauta de solicitações para construção de sanatórios (FONTES, 1998).

Aproveitando-se da presença do Presidente do IAPB em Belém, em setembro de 1946, a direção do sindicato procurou contatos para a entrega da solicitação. Ao contrário dos anos anteriores, quando a demanda era acompanhada de justificativas burocráticas, desta vez a direção fundamentou-se em dados socioeconômicos de Belém, em documentos que atestavam a crise do pós-2ª Guerra e seus reflexos na cidade, dado o grau de *alarmante déficit de abastecimento e moradia*, segundo os indicadores da época. Além dos elementos estruturais, utilizou-se também do quadro conjuntural do país, evidenciando a *Lei do Inquilinato* e a *crise inflacionária* (SEEB/Pa-Ap, 1946a).

Em dezembro, o IAPB, autorizou o serviço de ambulatório médico, mas indeferiu o gabinete dentário e a construção de moradias, alegando os altos custos para a operação. A direção do SEEB/Pa-Ap, na pessoa de seu presidente, *Teófilo Conduru* enviou então ao IAPB, novas correspondências, desta vez solicitando *auxílio mensal para tratamento dentário* (SEEB/Pa-Ap, 1946a) procurando também fazer por meio da demanda, negociações políticas diretas com as estruturas de poder na capital federal.

Ao lado dessas demandas assistenciais, o sindicato também procurava participar, ainda que timidamente, de ações organizativas das classes trabalhadoras no Pará, conforme comprovam os termos deste ofício de 16 de março de 1946, encaminhado ao sindicalista *João Gomes Pereira* – Presidente do *1º Congresso Regional de Trabalhadores e Sindicatos do Estado do Pará* (SEEB/Pa-Ap, 1946a):

[...] Em resposta ao ofício do fluente, temos a grata satisfação de lhe comunicar que designamos o companheiro ANTÔNIO VIEIRA DO NASCIMENTO para as funções de Delegado deste sindicato junto à comissão de organização do 1º Congresso Regional de Trabalhadores e Sindicatos do Estado do Pará [...]. Outrossim, apraz-nos informar V.S. de que a nossa sede social se encontra ao inteiro dispor da referida comissão [...]. Saudações Teófilo Pacheco Conduru. Presidente.

Os documentos do sindicato dos anos 40 (SEEB/Pa-Ap, 1948) e 50 (SEEB/Pa-Ap,1959), permitem apontar dois novos elementos no devir sindical bancário local, diferente à ação burocratizada da direção sindical bancária dos anos 30: o crescimento das lideranças comunistas e as articulações com movimentos nacionais de classe. O quadro das ações sindicais bancárias em 1951, por exemplo, é ilustrativo quanto às articulações nacionais do sindicato, conforme indicam os dados extraídos das principais manifestações do movimento bancário nos confrontos com o *Capital* e nas atuações negociais:

QUADRO 03 - AÇÕES SINDICAIS OCORRIDAS DO MOVIMENTO BANCÁRIO LOCAL EM 1951

Data	Movimentos	Motivos	Resultados
23/04 a 18/05	Acompanhamento do dissídio coletivo no Rio de Janeiro entre banqueiros e bancários.	Aumento do salário mínimo dos contínuos para Cr\$ 1.200,00 e aumento geral de Cr\$ 700,00 para Cr\$ 1.400,00.	Os bancários entregam aos banqueiros uma memorial de reivindicações.
28/07	O SEEB/Pa-Ap envia telegramas ao sindicato de São Paulo pedindo informações sobre reunião dos 09 Estados com o Ministro do Trabalho em São Paulo, referente à tabela salarial paulista.	Luta pela tabela de aumento de 40% acrescido de Cr\$ 50,00 por ano de serviço, diferente da tabela do Rio de Janeiro.	Está sendo esperada a resolução da reunião em mesa redonda entre os sindicatos dos 09 Estados, liderados por São Paulo.
18/08	Os bancários chegaram ao entendimento preliminar para o aumento dos salários.	Aumento salarial.	A tabela aprovada será homologada dentro de 10 dias pelo Ministério do Trabalho, porém ficou na dependência do pronunciamento das Assembléias respectivas de cada Estado.
03.09	O SEEB/Pa-Ap decide apoiar a greve nacional da categoria.	Greve nacional da categoria.	Os bancários paraenses não aderem a greve.

Fonte: Tabulação das manifestações políticas do movimento sindical de 1945 a 1964 (SEEB/Pa-Ap, 2003a).

Quanto às lideranças comunistas, refletia uma tendência nacional, no âmbito das disputas entre *Comunistas* e *Trabalhistas/Ministerialistas*⁸¹, e se constituiu no Pará um elemento de fundamental importância no quadro geral da militância bancária. No interior do movimento sindical bancário já se fazia expressiva a atuação

⁸¹ Conforme se aponta no item 2.2 deste Capítulo.

dos militantes do PCB (ANDRADE, 2003), influenciando a presença do sindicato nas manifestações de greves e ações articuladas com outros setores dos movimentos nacionais.

Do ponto de vista da organização estrutural, o sindicato apresentava problemas internos, reflexos dos debates da categoria quanto ao atrelamento ao *Estado*. Os embates com os *Comunistas* afloravam, e as relações das lideranças hegemônicas com as classes dominantes locais, possibilitaram o fortalecimento dos grupos fundadores na direção sindical, acrescidos de bancários oriundos do *Banco do Brasil* que firmavam ligações políticas com os *Trabalhistas/Ministerialistas* (ANDRADE, 2003). Nesse cenário, destacou-se a liderança política do bancário *Teófilo Pacheco Conduru*⁸².

O período das gestões conduzidas por *Teófilo Conduru* marcou a aproximação do SEEB/Pa-AP com os grupos dirigentes do *Estado* e com os *Ministerialistas* da capital federal, ao mesmo tempo em que definiu a hegemonia dos bancários do *Banco do Brasil*⁸³ no sindicato e o conseqüente declínio dos trabalhadores oriundos dos bancos privados e do *Banco de Crédito da Borracha* (futuro BASA). Na avaliação do poder local dominante e dos órgãos de segurança do *Estado*, o *Banco de Crédito da Borracha* estaria repleto de militantes do PCB, daí as intervenções feitas no Banco e no próprio sindicato para evitar a hegemonia das lideranças comunistas.

O maranhense *Teófilo Conduru*, ao fazer o trabalho de organização burocrática da entidade, articulava alianças políticas e tornava-se a maior expressão

⁸² Funcionário do *Banco do Brasil* e de confiança da direção do Banco e das elites locais, associado aos grupos ministerialistas.

⁸³ Nas décadas de 20 e 30, as primeiras associações de trabalhadores bancários eram compostas por associados majoritariamente ligados aos bancos privados, pois estes seriam o centro das atividades bancárias e agentes, por excelência, no financiamento de atividades agroexportadoras (CANEDO, 1986).

bancária nos anos 40. Suas gestões foram marcadas por um elevado culto à personalidade, corroborado por seu notável saber intelectual, com apresentações de teses pessoais nos congressos de trabalhadores. Estas teses refletiam suas convicções políticas, ideológicas e religiosas. Assumia-se como um *sindicalista cristão*, cumpridor dos deveres morais com o *Estado*, a família e a Pátria, instituições que procurava preservar no seu devir sindical (ANDRADE, 2003).

Alguns autores projetam um tipo de *sindicalismo oficial* nesses modelos representativos de discursos. A esse respeito, afirma Tosi (1994, p. 38):

As matérias contendo referência elogiosas, proferidas por jornalistas e dirigentes sindicais ao Delegado Regional do Trabalho e ao Ministro do Trabalho são fortes indicações de sindicalismo oficial e da estratégia populista de incorporação dos trabalhadores urbanos no arcabouço institucional que sustentava o Estado Novo.

Canedo (1986) analisa estas representações como modelos de postura sindical na tentativa das direções em patrocinar uma imagem oficial de sindicalismo, sob a custódia do *Estado*, incorporando os valores do corporativismo e do civismo estimulados desde a *Era Vargas*.

De fato, as correspondências enviadas por *Teófilo Conduru* à categoria, aos órgãos públicos e à imprensa, a rigor, defendiam o respeito às instituições, em torno da paz social e da tutela do *Estado* sobre o trabalhador (SEEB/Pa-Ap, 1946a). Suas convicções eram manifestadas nos documentos públicos e nos recursos de oratória que sabia tão bem utilizar. Suas teses – merecedoras de um trabalho de maior profundidade acadêmica quanto aos signos e representações na análise do discurso, que não é o objeto deste estudo –, porém, ressalte-se, não eram distantes das representações simbólicas do movimento bancário hegemônico do período. As origens elitistas da categoria bancária e a efervescência da luta anticomunista nos anos 40 e 50 davam guarida ao que defendia no movimento sindical, muito mais do

que meras reproduções ideológicas de um tipo ou modelo de sindicalismo oficial ou estatal.

Nas gestões de *Teófilo Conduru*, o SEEB/Pa-Ap aumentou o seu número de associados para mais de 200 filiados e passou a contar com uma relativa estrutura burocrática, apesar de ainda não contar com sede própria (ANDRADE, 2003). Foi o momento também de grande registro documental do sindicato e de crescimento de filiados dos funcionários do *Banco do Brasil*, seguindo uma tendência nacional no movimento sindical bancário: consolidação de lideranças bancárias oriundas de bancos públicos.

O *Estado Novo* fomentou o crescimento dos aparelhos estatais, ocasionando o fortalecimento do *Banco do Brasil*, tornando-o a mais rentável rede bancária do país. Segundo Canedo (1986), passou a possuir 227 agências no território nacional, em contraposição às 99 do *Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais* e as 91 do *Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais* (ambos privados), possibilitando o que esta autora define como “unificação nacional do movimento bancário e o deslocamento sindical para o Banco do Brasil” (IDEM, p. 37).

Em relação ao crescimento de associados e o patrimônio do sindicato nas gestões de *Teófilo Conduru*, é importante destacar alguns dados. Em 1945, os bancários constituíam em Belém, o número de 456 trabalhadores, sendo 234 associados ao sindicato. Possuía uma biblioteca, prestava assistência judiciária e farmacêutica e um patrimônio de receitas – equivalentes à moeda da época – em 42.629, 20 cruzeiros, sendo grande parte oriunda do imposto sindical, na ordem de 24.657,10 cruzeiros. A renda social oriunda das mensalidades estava na ordem de 14.705,00 cruzeiros⁸⁴.

⁸⁴ Dados do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do MTIC, Inquérito Sindical de 1945 (SEEB/Pa-Ap, 1946b).

A partir destes dados, é possível perceber que mesmo mantendo 49% da categoria associada, um número expressivo diante das dificuldades de organização sindical em outras categorias, as mensalidades dos associados correspondiam a menos de 35% das receitas sob a forma de renda social. A renda tributária do imposto sindical correspondia a mais de 57% das receitas. O restante era proveniente de mobilização de capitais, depósitos, juros e aluguéis a receber (SEEB/Pa-Ap, 1946b).

O imposto sindical era a maneira mais eficaz de controle estatal sobre os sindicatos, atingindo a sobrevivência dos mesmos, daí o extremo cuidado das direções com os órgãos fiscalizadores do *Estado* e seus alinhamentos à política oficial herdada da estrutura atrelatória da *Era Vargas*. É preciso considerar que ele era obrigatório – ainda o é – a todas as categorias de trabalhadores, associados ou não a seus respectivos sindicatos.

No que tange às relações entre a direção do sindicato e os banqueiros, a postura assumida por *Teófilo Conduru* refletia a dubiedade que muitas lideranças encarnavam em suas práticas. A herança do atrelamento sindical e o princípio da colaboração entre as classes patrocinada pelo *Estado* permaneciam vivos no devir sindical de algumas direções, materializando troca de favores na relação entre o *Capital* e o *Trabalho*. Nos documentos internos da diretoria (SEEB/Pa-Ap, 1946a), há ocorrências de correspondências entre *Teófilo Conduru*, na qualidade de Presidente do sindicato, com gerentes, subgerentes e superintendentes de bancos públicos e privados em Belém, solicitando auxílios financeiros para participar de congressos, encontros e seminários, como atesta este ofício ao BCB⁸⁵:

Temos a satisfação de acusar o recebimento de uma carta de 15 do fluente, em que V^{as}. S^{as}., nos devolvem a lista nº 70 do Auxílio Financeiro ao 1º Congresso Regional dos

⁸⁵ Ofício de 25 de abril de 1946 ao *Banco de Crédito da Borracha* (SEEB/Pa-Ap, 1946a).

Trabalhadores e Sindicatos no Estado do Pará [...].
Respeitosas Saudações. Teófilo Pacheco Conduru. Presidente.

Cronologicamente, podem ser divididas as gestões do SEEB/Pa-Ap, entre os anos 30 e meados dos anos 40, em dois momentos:

a) O triunvirato pioneiro de 1933 a 1941: *Américo de Azevedo Valente, Carlos Fernandes Soares e Manoel Telles.*

b) A geração *Banco do Brasil* de 1941 a 1948: *Teófilo Pacheco Conduru, Ofir Martins Duarte e José Emílio Martins.*

Este período pode ser considerado como a *Era dos Diretores Fundadores* que mantiveram as bases de poder fincadas em 1930 no Pará. A partir de do final dos anos 40, com a intensa participação das lideranças comunistas no interior do movimento bancário, até 1964, passa a ser considerável as atuações do sindicato nas lutas, sociais e políticas, locais.

Os anos 50 no Pará agudizaram os acirrados debates ideológicos entre *Comunistas e Trabalhistas*, até o movimento civil-militar de 1964. Mesmo atuando de forma clandestina, os militantes do PCB, no movimento bancário local, aproximaram-se dos setores mais ligados ao sindicalismo ativista e reivindicatório, com repercussões na luta social e, não por coincidência, o SEEB/Pa-Ap ter sido um dos que sofreram a intervenção militar pelo regime instalado em 1964.

Nos noticiários dos jornais locais, entre 1951 (FOLHA VESPERTINA, 1951) e 1964 (O LIBERAL, 1961; 1964), registram-se mais de 10 acontecimentos envolvendo bancários em suas campanhas salariais. As demandas impetradas pelo sindicato apontavam para um avanço nas questões salariais em relação ao assistencialismo apregoado nos anos 30 e 40, uma tendência que acompanhava, segundo Tosi (1994) o movimento bancário nacional.

O acirrado debate nacional, também assumia suas formas na direção do sindicato, com a existência de grupos hegemônicos:

- a) Os *Trabalhistas/Ministerialistas*, ligados às estruturas do PTB local.
- b) Os *Comunistas*, militantes do clandestino PCB local.
- c) Os *Independentes*, que não assumiam claramente sua opção por nenhum partido e defendiam a não-partidarização do sindicato.

Esses grupos disputavam a hegemonia da direção do SEEB/Pa-Ap, apesar do acordo tácito entre *Comunistas* e *Independentes*. A partir da intervenção patrocinada pelos militares em 1964, o terceiro grupo se firmou até meados dos anos 70, tendo como maiores lideranças: *Alonso Rocha* e *Artur Gomes da Silva*⁸⁶.

Os *Trabalhistas* seguiam no Pará, as orientações políticas dos *Ministerialistas* nacionais e apostavam também no princípio da *colaboração entre as classes* defendido pelos governos populistas, e tais como os agrupamentos nacionais, participavam das lutas sociais da categoria. Assumiam uma relação estreita com as estruturas do IAPB, como no episódio da defesa pela construção do instituto em Belém em 1959 (SEEB/Pa-Ap, 1959), mas buscavam atuar junto às bases no processo de arregimentação de militantes nos confrontos com os *Comunistas*. É possível que possam ter atuado no movimento sindical bancário na perspectiva do controle, conforme os pressuposto do corporativismo estatal, porém, procuravam não abrir mão da luta social.

As representações políticas das imagens de *Getúlio Vargas* e *João Goulart* eram por eles mobilizadas na categoria, prática aparentemente comum nos

⁸⁶ Nas disputas políticas internas no período, a conformação dos *Ministerialistas* gravitava em torno de *Carlos Malheiro*, *Rubens Mendonça* e *Carlos Tavares*; entre os *Independentes*, *Haelmo José Hass Gonçalves*, *Raimundo Alonso Pinheiro Rocha* e *Artur Gomes da Silva* (ANDRADE, 2003).

sindicatos que dirigiam. Conforme sustenta Tosi (1994, p. 68), ao descrever fontes orais:

O 'trabalhismo' e, sobretudo, a simpatia pela liderança de Getúlio Vargas e João Goulart parecia ser uma referência comum para grande parte da liderança. Para alguns, 'a política partidária não existia, existia a política do trabalhismo'. Getúlio Vargas era [...] um homem intimamente ligado à causa dos trabalhadores e não aos patrões, era o pai dos trabalhadores; não digo nem o pai dos pobres.

As representações destas lideranças trabalhistas, nacionalmente *Getúlio Vargas* e *João Goulart*, regionalmente *Magalhães Barata*, não eram simples de serem elaboradas e apropriadas pelos bancários. Via de regra, estas representações estavam associadas ao operariado industrial pauperizado e urbano, diferente de uma cidade como Belém, onde o setor de serviços era predominante. Para trabalhadores do setor de serviço, como os bancários, que em muitos casos exerciam outras atividades fora do espaço dos bancos⁸⁷, tornava-se difícil a apropriação das representações clássicas do populismo sindical.

De modo geral, os bancários em Belém, como no resto do país, compunham um ramo de atividade de serviços técnicos, com poucas diferenças entre bancos públicos e privados e perfil social dos extratos médios da sociedade com razoável grau de escolaridade – todos eram obrigados a ser letrados pela complexidade das execuções financeiras a que estavam subordinados. O nível de formação escolar, as razoáveis condições de vida e as visões elitistas que ainda permeavam as mentalidades dos bancários criavam obstáculos às lideranças trabalhistas em associar a categoria aos valores simbólicos do assistencialismo varguista e/ou janguista. Por outro lado, as mesmas razões acrescidas pelo componente

⁸⁷ A hierarquia de trabalho ainda era muito visível no sistema bancário local. Em cargos de gerentes ou de relativa hierarquia na divisão do trabalho bancário, era possível notar a presença de comerciantes como *Carlos Malheiro* que foi presidente do sindicato dos bancários durante as gestões do final dos anos 50. Recorde-se que, como foi afirmado anteriormente, alguns bancários tornaram-se personalidades conhecidas na sociedade local, com cargos públicos e ocupações privadas (ANDRADE, 2003).

anticomunista do período, também evitavam a hegemonia dos *Comunistas* no movimento sindical bancário.

Os *Comunistas* locais seguiam as deliberações nacionais do PCB, e embora na clandestinidade, atuavam na vida política local com significativa influência até o golpe civil-militar de 1964. Dado representativo dessa influência no meio estudantil, intelectual e artístico local, foi a eleição de um de seus militantes ao parlamento estadual, o advogado *Benedito Monteiro*, conforme indica Petit (1996, p. 31):

Em 1962, Benedito Monteiro teve o dobro dos votos obtidos pelo segundo colocado, eleito pelo Partido Trabalhista. Os comandantes do Exército em Belém, acusando Monteiro e Raimundo Jinkings (jornalista, também membro do PCB e primeiro suplente na chapa PTB-PSB à Câmara Municipal de Belém) de subversivos, tentaram, após a divulgação dos resultados das eleições, obter a impugnação de suas candidaturas, não aceita pelo Tribunal Eleitoral.

Na primeira metade da década dos 60, as esquerdas nacionalmente se dividiram, com pequena ressonância no Pará, dando origem às várias organizações revolucionárias e clandestinas, diferentes tática e estrategicamente quanto à idéia do que defendiam como *revolução socialista*. A *Ação Popular* – AP era única dessas organizações com relativo peso político no Pará, antes de 1964, centrando sua atuação no movimento estudantil e alguns sindicatos urbanos (PETIT, 1996). No SEEB/Pa-Ap a força hegemônica, no campo das esquerdas, era do PCB, capitalizada por *Raimundo Jinkings*.

Nos sindicatos urbanos (bancários, petroleiros e jornalistas) PCB e AP eram forças políticas atuantes na luta contra o que denominavam de *sindicalismo pelego*, *herdeiro do baratismo* (JINKINGS, 1961). Os dirigentes comunistas do SEEB/Pa-Ap, por exemplo, assumiram papel importante na organização do *Comando Geral dos Trabalhadores* – CGT, durante o *I Congresso dos Trabalhadores da Amazônia*, realizado em Belém, entre 06 e 08 de setembro de 1963, cujo lema era o oposto do

que defendiam os *Trabalhistas*: melhorias das condições de vida e trabalho, liberdade, unidade e autonomia sindical (PETIT, 1996).

Os *Independentes* eram permanentemente classificados pelos *Comunistas* como *aliados da burguesia e de pelegos* (JINKINGS, 1961). Estas classificações eram resultantes de leituras ideológicas e, destaque-se, na prática, muitas de suas ações não ratificam o que as representações ideologizadas e militantes lhes imputavam. Assumiam-se como *Independentes*⁸⁸, e por esta representação, construíram laços de identidades que os unificavam em torno da crítica à partidarização sindical.

Por assumirem essa condição, deduz-se que seriam apartidários, mas procuravam atuar no movimento bancário local, a partir de concepções que, segundo suas lógicas, evitavam a prática corrente de transformar as entidades de classe em correias de transmissão dos partidos políticos hegemônicos no movimento sindical: PCB e PTB. Da mesma forma que não eram também apolíticos ou apartados de sua *consciência de classe*.

Sentiam e articulavam a identidade de seus interesses entre si, na luta contra o *Capital*, mas não viam os *Comunistas* e os *Trabalhistas* como *inimigos de classe* ou representações afins, pois com eles partilhavam a experiência de classe (THOMPSON, 1987) como bancários, no seio das relações de produção que involuntariamente estabeleciam no sistema financeiro. Percebiam uma lógica própria nas reações que categoricamente afirmavam no movimento social, encarnada em suas tradições de luta, sistemas de valores, idéias e formas institucionalizadas de representações, nos limites da consciência que os fizeram

⁸⁸ Opta-se em classificá-los nesta representação, por assumirem-se como tais, tornando-se inclusive um grupo político atuante no sindicato. Neste sentido, o termo *Independentes* está inserido como representação de uma dada identidade sindical no movimento bancário local, e corrente política bem definida, irrelevando-se, portanto a neutralidade ou não desses atores quanto ao debate com as correntes mais ideologizadas e políticas.

como classes, tal como se comprovam o testemunho oral de um destes atores, ressaltados os filtros metodológicos de praxe⁸⁹:

Naquela época havia uma briga política muito forte no sindicato. De um lado, os comunistas, todos colocados na clandestinidade, de outro os pelegos do Partido Trabalhista. Eu era contra os dois grupos que queriam transformar o sindicato em uma entidade partidária. Eles me xingavam, faziam manifesto, mas quando estava na direção da entidade, evitava qualquer forma de partidarização. Eu não estava só. Eu, o Artur, o Malheiro, e outros da base não concordávamos com essa forma de fazer o movimento. Agora, a nossa briga era interna. Na hora da luta contra os patrões e o governo, nos uníamos e esquecíamos as nossas divergências.

As disputas internas eram próprias do movimento sindical do período e se refletiam nas mobilizações com a categoria. Os grupos que estavam fora – ou eram minoritários na direção sindical – partiam para o ataque político e ideológico, para forçar a diretoria a atender as demandas que lhes fossem convenientes, um quadro comum ao movimento sindical geral, não necessariamente bancário.

O debate e as disputas por concepções – por conseguinte as disputas por bases (leia-se novos filiados) acarretaram saldos organizativos aos sindicatos. Entre 1936 e 1955, havia no Pará oficialmente 134 sindicatos legalizados, sendo 99 na base territorial de Belém⁹⁰, o que permitia aos sindicatos se instituírem como espaços de confrontos simbólicos dos atores, por meio das trincheiras legais e da luta social na relação entre as lideranças e as bases representativas.

A partir das *Cartas de Reconhecimento*, é possível apontar o seguinte quadro da organização sindical no Pará, entre 1936 e 1955, a partir dos dados da tabela abaixo:

⁸⁹ Depoimento de RAIMUNDO ALONSO PINHEIRO ROCHA, dirigente sindical bancário nos anos 50 e 70, em entrevista realizada no dia 13 de maio de 2003 – vide referências/ Fontes Orais.

⁹⁰ Os dados foram extraídos dos inquéritos sindicais ainda existentes na DRT do Pará. Esse número representa uma amostragem relativa, pelo fato de muitos sindicatos no Pará terem poucos documentos de sua memória, impossibilitando uma precisão maior registros, resultados de variantes tais como: pouca preocupação das direções sindicais em armazenar documentos históricos e os extravios resultantes de disputas sindicais, além das repressões estabelecidas pelos órgãos de segurança públicas em períodos ímpares.

TABELA 03 - SINDICATOS NO PARÁ ENTRE 1936 E 1955

Sindicatos	Industriais	Prestadores de Serviços	Rurais	Autônomos e Outros	Total
Patronais	10	16	02	02	30
Trabalhadores	35	55	04	07	101

Fonte: Livros de Assentamentos de 1935 a 1955 (DRT/PA, 1935/55).

Os dados apontam para a existência de um maior número de sindicatos prestadores de serviços, a maioria localizada em Belém. Esta característica reproduz a condição da cidade, com grandes concentrações em atividades terciárias da época (FONTES, 1998). O SEEB/Pa-Ap era um desses sindicatos e assim reconhecido pelo *Estado*. Havia no Pará, 05 federações – 03 patronais e 02 operárias – 30 sindicatos patronais e 101 de trabalhadores (DRT/Pa, 1935/55).

Organizado institucionalmente, o SEEB/Pa-Ap era um espaço de confrontos entre os grupos que se refletiam nos recuos e avanços da categoria bancária durante os dissídios e as campanhas salariais. De 1959 a 1960, por exemplo, das 14 assembléias extraordinárias e 04 permanentes (SEEB/Pa-Ap, 1959), as campanhas salariais deram o tom das eleições de delegados para o IAPB e das próprias eleições sindicais.

No geral, eram criadas *comissões de campanhas salariais* (SEEB/Pa-Ap, 1959) para acompanhar os tópicos centrais do devir sindical do período, a saber: a) *Comissão de Verificação do Lucro dos Bancos*, b) *Comissão para o Estudo do Aumento do Custo de Vida*, c) *Comissão de Recenseamento Salarial* e d) *Comissão de Salário Mínimo* (IDEM, p. 14). Estas comissões exerciam funções burocráticas de acompanhamentos das questões salariais junto aos bancos, mas com pouco efeito concreto nas campanhas salariais.

Eram nas assembléias e nos movimentos ativos (paralisações em bancos, notas públicas, piquetes e greves) que se acirravam e radicalizavam as principais

bandeiras de luta da categoria⁹¹, levadas à frente pelas direções sindicais, que por sua vez, as redimensionavam nos dissídios, de acordo com a orientação política de suas lideranças, o que explica as dubiedades do sindicato em negociar com os banqueiros, os números oscilantes entre 30% a 50% de reajustes nas campanhas salariais de 1959 e 1960 e reduzindo o impacto das cláusulas sociais⁹².

O período entre 1958 e 1964 representou o de maior tensão nas disputas entre *Trabalhistas*, *Comunistas* e *Independentes*, posto que nacionalmente, o país vivia os dois últimos governos populistas (*Juscelino / Jânio – Jango*), de efervescência política e sensível democratização na organização sindical, interrompida pelo movimento de 1964. Esse período marcou um aumento considerável de teses, relatórios, textos de debates (ANDRADE, 2003), no interior do movimento sindical bancário, refletindo as preocupações das correntes sindicais quanto ao procedimento dos textos escritos, reveladores de práticas e disputas sob a forma de códigos, recheados de elementos simbólicos, na construção do convencimento político. Nesse espaço de confrontos de representações simbólicas (BOURDIEU, 1986), fortalecia-se entre os bancários paraenses (pelas razões anteriormente expostas), um sentimento antipartidário e anticomunista que teriam oferecido as condições necessárias para o crescimento das lideranças *Independentes* no interior do movimento sindical bancário.

Era na eloquência e nas elaborações dos discursos que se manifestavam os conflitos e os projetos diferenciados entre os atores, na disputa pelo *capital político*

⁹¹ Luta pelo pagamento de prorrogação do excesso de horário, luta pela proibição ao trabalho aos sábados, luta pela construção do edifício do IAPB em Belém e defesa dos reajustes salariais que acompanhassem ao aumento do custo de vida (SEEB/Pa-Ap, 1959).

⁹² Nas assembleias gerais de 1959, os bancários defendiam a aprovação de reajuste de 45%, acompanhando o acordo feito entre a CONTEC e os banqueiros no Rio de Janeiro, no entanto, a diretoria do sindicato, majoritariamente ligada aos Ministerialistas assinou dissídios regionais em torno de 30%. Na campanha salarial de 1960, depois de acalorados debates da assembleia de 26 de agosto do mesmo ano, os bancários conseguiram aprovar um reajuste de 50%, em litígio com as posições assumidas pela CONTEC.

no campo do *poder simbólico* (BOURDIEU, 1989), que as correntes sindicais extravasavam no controle do aparelho sindical. Em alguns momentos, as manifestações desses discursos, demonstra bem o jogo dos atores, na detenção do *capital simbólico*, no interior do movimento sindical bancário: a condição do sindicato enquanto expressão da luta política. Nesse sentido, no *teatro das operações simbólicas*, a alegoria metafórica da *independência de classe* se fazia presente nos códigos, verbalizados ou não, como sugerem as falas destes atores:

Considerava-me como independente, em relação a transformar o sindicato em órgão de influência de qualquer partido político, mas eu assumia as bandeiras políticas das reformas de base e do nacionalismo, como até hoje eu defendo.⁹³

“Não é da nossa formação moral descer ao lugar-comum das acusações, mas precisamos mostrar à classe que procuramos formar uma chapa composta de companheiros capazes e independentes, corajosos e conscientes, em condições, obviamente, de conduzir com acerto e critério a nossa Entidade, tornando-a ainda mais forte e combativa.⁹⁴

As assembléias da categoria bancária entre 1962 e 1963 pautavam o debate nacional das reformas de base preconizadas por *João Goulart*, como pode ser constatado pela convocação da assembléia de 05 de julho de 1962, conclamando (SEEB/Pa-Ap, 1959, p. 17-18):

[...] a) Posição das classes bancárias em relação à luta do Exmº Sr. Presidente da República, Dr. João Goulart, pela formação de um gabinete nacionalista e democrático, capaz de realizar as reformas de base exigidas pelo povo brasileiro. [...] b) Sobre a orientação da CONTEC frente à conjuntura nacional.

Ao longo desses debates, afloravam as demandas da categoria, muitas pressionadas pelas bases sindicais, quanto ao *pagamento de gratificações semestrais, combates à carestia, defesa das reformas de base, extinção do trabalho aos sábados, pagamento integral do 13º Salário* (SEEB/Pa-Ap, 1961). No rastro

⁹³ Depoimento de RAIMUNDO ALONSO PINHEIRO ROCHA, em entrevista no dia 13 de maio de 2003 – vide referências/Fontes Oraís.

⁹⁴ JINKINGS, 1961, fl.14.

dessas demandas, as lideranças pontuavam a defesa comum pela *Reforma Bancária de caráter progressista* (SEEB/Pa-Ap, 1962). A *campanha contra a proibição do trabalho aos sábados* chamou a atenção da imprensa local, como atesta notícia veiculada por O LIBERAL em 08 de novembro de 1962, a partir da Resolução do processo TRT 158/62 (TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO PARÁ/8ª REGIÃO, 1962):

DEFINITIVO NENHUM BANCO DE BELÉM ABRIRÁ AOS SABADOS. Está confirmada a vitória do Sindicato dos Bancários na luta pela extinção aos sábados nos bancos de nossa Capital. Foi entregue ontem ao Presidente sr. Artur Gomes da Silva, o acórdão resultante da homologação do acordo assinado entre o Sindicato e representante dos bancos, pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, sr. José Marques Soares. Como já tivemos oportunidade de noticiar, os Bancos já estão funcionando com o novo expediente, isto é, com os de segunda a sexta-feira acrescidos de meia-hora para compensar as horas do expediente extinto.

As eleições para delegados do Conselho Fiscal do IAPB, eram acirradas e representavam outro espaço de confrontação entre as correntes, pois, por elas, se disputavam as posições que a direção do sindicato defendia, principalmente quanto às influências nesses conselhos. É preciso enfatizar que a atuação no IAPB era parte significativa da atuação sindical das lideranças bancárias.

Os *Independentes* atuavam, em sua maioria, na direção do sindicato; os *Comunistas*, na base, forçando assembléias e adesões às greves nacionais. A participação do sindicato na coordenação geral do *I Congresso dos Trabalhadores da Amazônia*, de 06 a 08 de setembro de 1963, realizado em Belém, (SEEB/Pa-Ap, 1962) foi o resultado desse intenso debate político entre a direção e a base da categoria. O comunista *Raimundo Jinkings*⁹⁵ e o independente *Artur Gomes da*

⁹⁵ Significativa expressão socialista do movimento bancário e do movimento sindical como um todo, no período. Entrou no banco da Amazônia em 1951, onde começou sua militância política e Sindical. Participou da fundação do CGT em 1961, como representante do SEEB/Pa-Ap, junto com o sindicalista *Roque Macatrão* (SEEB/Pa-Ap, 2003c).

Silva, chegaram a disputar a presidência do sindicato nas eleições de 1961, com a vitória do segundo.

A ação dos *Independentes* era no controle do aparelho sindical, a dos Trabalhistas no IAPB e a dos *Comunistas*, na base. Várias assembleias entre 1962 e 1964, chegaram a ser presididas por *Raimundo Jinkings*, deflagrando greves e participando das campanhas nacionais pelas reformas de base (SEEB/Pa-Ap, 1961).

A hegemonia dos Independentes consolidou-se definitivamente em 1961, quando *Artur Gomes da Silva* venceu as eleições para a presidência do sindicato sobre *Raimundo Jinkings*. Ao defenderem uma direção supostamente apartidária, descomprometida com qualquer vínculo partidário, acreditavam mobilizar a categoria em campos de atuação excepcional, de acordo com suas concepções corporativas (SILVA, 1997).

Esse grupo encontrou ressonância na base da categoria e, ao assumir o sindicato, providenciou a reforma dos estatutos, incluindo um capítulo que tornava obrigatório o licenciamento automático de quem viesse a ser nomeado pelo Executivo e ou ser eleito para qualquer Câmara Legislativa, no sentido de impedir o atrelamento dos rumos das atividades sindicais aos interesses do partido político que o dirigente estivesse vinculado (SEEB/Pa-Ap. 1993). Ao mesmo tempo, procuravam expressar um espírito de tolerância, reafirmando a liberdade política, religiosa e social – bases da representação estatutária – e nutriam com os *Comunistas*, um tácito acordo político na condução do SEEB/Pa-Ap.

Ressalvadas as especificidades da luta sindical no período dos anos 50 a 64 e as constantes intervenções nos processos democráticos em curso, pode-se esboçar o seguinte quadro da atuação sindical no SEEB/Pa-Ap:

a) Hegemonia dos *Independentes* na direção sindical.

- b) Atuação dos *Comunistas* na base da categoria.
- c) Burocratização dos *Trabalhistas* no IAPB.
- d) Participação do sindicato nas grandes questões nacionais.
- e) Disputas com o *Estado* e os banqueiros pelo controle do IAPB.
- f) Expressivas lideranças de *Alonso Rocha, Artur Gomes da Silva e Raimundo Jinkings*.

A partir da segunda metade de 1963 e entre os primeiros meses de 1964, crescia o movimento civil e militar de destituição do Presidente *João Goulart* (ESTADO DE SÃO PAULO, 1984). Em 31 de março de 1964, o golpe civil-militar se desencadeou, instalando-se no país forte repressão com perseguições generalizadas de *Trabalhistas* e *Comunistas*, acusados de agentes de uma pretensa *República Sindicalista*. Todos os sindicatos de bancários sofreram intervenções, além das federações e da CONTEC. O *Ato Institucional nº 01 – AI/01*, cassou os direitos políticos de vários funcionários do Banco do Brasil (KAREPOVS, 1993). O SEEB/Pa-Ap sofreu intervenção militar, como atesta parte do relatório da diretoria sobre as atividades realizadas em 1964 (SEEB/Pa-Ap, 1965, p. 01):

O nosso sindicato, como não poderia deixar de ser, sofreu os reflexos resultantes da profunda modificação governamental ocorrida em 1964. Assim é que tivemos a presença das Forças Armadas (Marinha de Guerra) na sede de nosso sindicato, inteirando-se de nossas atividades e recolhendo os livros de atas, pastas de expedientes e tudo o mais que julgassem necessário.

A nova conjuntura acarretou um retraimento das lutas sindicais dos bancários e da própria liberdade sindical. Junto ao *Estado Autoritário*, consolidou-se no país a *1ª Reforma Bancária*. No interior dessa nova conjuntura, os *Independentes*, da forma como se definiu neste estudo, dirigiu o SEEB/Pa-Ap num espaço preciso de 10 anos, durante o qual, desenvolveram linhas de propostas de ação sindical,

articuladas e confrontadas com as políticas nacionais para o setor financeiro, porém mediadas nas especificidades de uma atuação localizada, nos limites dos espaços possíveis e permitidos na relação com o *Capital* e o *Estado*.

Com reduzidas possibilidades de ações reivindicativas de base, sob o tolhimento das ações sindicais, no geral, restaria às direções sindicais nacionais, a adoção de práticas mediadoras que Harbison e Coleman (1963) classificariam como *acomodação institucional*⁹⁶, segundo a qual as lideranças sindicais se tornariam (IDEM, p. 17):

[...] em muitos aspectos, os 'advogados' dos trabalhadores, cuja tarefa é a de manter permanente vigilância sobre os empregadores e obter vantagens para seus constituintes. Desde que continuem a proteger os interesses das pessoas que representam, podem conservar posições de poder e influência sem muita interferência dos que dele dependem.

A especificidade da ação dos *Independentes* residiria, no entanto, na conformação de atitudes representativas de classe que, em atuações negociais, não se limitavam ao campo da acomodação, pelo fato de cadastrar nos códigos negociadores as marcas da experiência de classe herdada da exploração do trabalho bancário. Suas práticas buscavam formas possíveis de mediações no epicentro institucional de confronto com o *Capital*, a partir de estratégias peculiares, reelaborando as práticas sindicais das experiências de lutas anteriores.

No processo de reelaboração das práticas, abriam-se possibilidades para que os espaços legítimos das atuações negociais pudessem se transformar em algo mais do que a formal relação entre empregados e empregadores, nos formatos da mediação sindical estimulada pelo *Estado*. Tornam-se possíveis espaços codificados

⁹⁶ Harbison e Coleman (1963) produziram nos anos 60, estudos sobre as estratégias sindicais nos dissídios coletivos das indústrias de produção de massa nos EUA. Foi a partir deste levantamento que tipificaram algumas categorias estratégico-negociais, dentre as quais se pontua a *Acomodação Institucional*, característica, segundo estes autores, dos sindicatos organizados sob o fordismo. Para eles, os dissídios coletivos seriam os espaços do jogo simbólico de poder entre atores representantes das organizações modernas: empresas e sindicatos. A esse respeito, ler o Capítulo no qual expõem as relações entre sindicatos e empresas (p. 120-144) – vide referências.

de conflitos com o *Capital*, nas contendas e nas interlocuções com os agentes do *Estado*.

É o interior destas práticas que, na movimentação dos atores, no capítulo seguinte, procurar-se-á analisar no sentido de, como sujeitos sociais, perceber que forma teria assumido suas ações no confronto com o *Capital* e na interlocução acordada com o *Estado*. Neste campo da mediação e da interlocução dos agentes, busca-se examinar as táticas eficazes e possíveis das lideranças sindicais, cuja escolha, afirma Stevens (1967, p. 312):

[...] em determinado litígio dependerá do tipo de situação tática na qual é manifesto o malogro em concordar. Isso sugere que a maneira lógica de se organizar uma análise das funções e táticas de mediação seria, primeiramente, descrever cada um dos vários obstáculos ao acordo e em seguida discutir as táticas de mediação adequadas para cada um deles.

CAPÍTULO III – A MEDIAÇÃO SINDICAL BANCÁRIA NO PARÁ PÓS-64: CAPITAL, TRABALHO E ESTADO.

“Se o sindicato queria fazer sentido para as bases, era preciso colonizar a institucionalidade, dando fluência aos conflitos e às tensões”.
(ANTÔNIO NEGRO)

3.1 – Reforma Bancária: *Estado, Capital* e Reestruturação Produtiva no Sistema Financeiro.

3.1.1 – Reforma Bancária /Reestruturação Produtiva e a condição bancária.

As transformações historicamente operadas na organização do trabalho bancário no Brasil constituíram elementos fundamentais que moldaram a experiência de classe da categoria bancária, posto que, o trabalho exercido por ela caracteriza-se pela *manipulação básica do dinheiro e de valores*, por meio do *uso de técnicas contábeis* (BLASS, 1992). É por esta manipulação que os bancos operam a forma singular de acumulação capitalista, que se fundamenta no repasse de recursos socialmente excedentes. Estes recursos são socialmente gerados, porém, não materialmente produzidos, e assumem vital importância no processo de desenvolvimento econômico.

Assim, o tornar-se bancário, constituiu – e ainda constitui, “uma experiência geracional comum marcada, principalmente por valores e regras de vida urbana, pela idade, vivência estudantil e representação” (BLASS, 1992, p. 37) que, a despeito das condições históricas impingidas a este trabalhador, sua identidade assumiu em sua práxis cotidiana, a marca da operação contábil e do aprimoramento técnico sob o *fetice da mercadoria, metaforizado no trabalho* (JINKINGS, 1985),

mediado pela interlocução entre trabalho vivo e trabalho morto (MARX, 1985)⁹⁷. Um primeiro movimento teórico para se aferir esta condição, bem como seus impactos na ação sindical, exige uma reflexão conceitual acerca da relação entre reestruturação produtiva e reforma bancária.

Inicialmente, considere-se o conceito de reestruturação produtiva como um processo global e contemporâneo de substituição do padrão de acumulação capitalista, do taylorismo/fordismo para formas flexíveis⁹⁸, quanto ao planejamento, sistema de gestão e linha de produção, com fortes impactos no mundo do trabalho. Quanto ao debate teórico deste processo, sustenta Salerno (2004, p. 22):

Nos anos 70, a hegemonia da produção deu-se no entorno da fábrica e do trabalho, ou seja, na discussão das características da economia brasileira (Oliveira, 1972) e de sua inserção no processo global de acumulação capitalista, com a contribuição da categoria/teoria da marginalidade (Kowarick, 1975; Paoli, 1973). A estrutura sindical também está no centro das atenções, basicamente discutindo a regulamentação estatal sobre a atividade sindical (sindicato único, imposto sindical, enquadramento sindical, liberdade e autonomia sindical, etc.) e os empecilhos por ela colocados ao desenvolvimento sindical e social (Morais Filho, 1962; Weffort, 1973; Troyano, 1978). Emprego, desenvolvimento econômico, sindicalismo e estrutura sindical são os temas dominantes; o trabalho em si não está no centro das preocupações.

Para Salerno (2004), o ponto central das análises de reestruturação produzidas até os anos 70 vincula a inserção do Brasil no processo internacional de acumulação, por intermédio da configuração institucional das relações de trabalho. Estas análises propiciariam um debate teórico centrado no processo de trabalho,

⁹⁷ Categorias marxianas presentes na teoria crítica da economia política, fundamentais para Marx na análise do trabalho como forma de extração da mais-valia: o trabalho vivo corresponderia ao trabalho executado na produção direta do excedente social; o trabalho morto, à forma objetivada do trabalho nas máquinas e equipamentos. O trabalhador bancário atua na reprodução direta do capital financeiro, pela extração da mais valia pelo trabalho vivo exercido nos bancos, ao mesmo tempo em que administra o gerenciamento de outros capitais, como operador de serviços, pela técnica contábil aliada ao trabalho morto dos equipamentos.

⁹⁸ Diz respeito aos padrões de acumulação capitalista, consagrados na formas de gestões e administração do capital. Há controvérsias quanto à aplicação homogênea desses modelos, nas análises teoricamente produzidas. Harvey (2000) – vide referências, faz interessantes reflexões na relação que estabelece entre os modelos e as formas de vida e cultura da sociedade.

através de uma leitura sociológica global. Somente ao final dos anos 70 e no início dos anos 80 é que os processos de gestões se tornam o centro das atenções da sociologia do trabalho. Desta forma, o autor acaba por limitar o foco das reestruturações, cientificamente analisadas, pelo prisma da gestão e administração gerencial.

Ao estudo teórico desenvolvido aqui, não parece adequada a perspectiva construída por Salerno (2004), haja vista que o trabalho envolve a imbricação de todos os elementos presentes no processo produtivo, no cerne de suas configurações e das relações sociais que estabelece, nos espaços de produção construídos e também no gerenciamento da linha de produção. O importante do balanço crítico, no entanto sugerido pelo autor, a despeito de sua concepção estrutural e gerencial sobre o processo de trabalho, é a intensificação que sustenta quanto às análises sociológicas contemporâneas acerca das reestruturações produtivas.

De fato, é nos anos 90 que estas análises crescem academicamente, coladas aos impactos que teriam provocado no mundo do trabalho, destacando, entre outros, autores como Antunes (2000) Carleial; Valle (1997), Matoso (1995), Coriat; Sabóia (1988), Larangeira (1990) e Teixeira (1996). Estas leituras sofreram as influências das profundas transformações operadas no processo produtivo, impactadas sobre a *forma de ser da classe-que-vive-do-trabalho* (ANTUNES; SOTELLO, 2003). Fincaram alicerces teóricos aos estudos que buscavam apontar a crise societal do trabalho e de sua abordagem como categoria de análise, presentes em análises sugeridas por autores como Gorz (1980) que passaram a anunciar teoricamente o desaparecimento numérico da classe operária (IDEM, 1987).

Foram tão intensas e impactantes essas alterações no processo de trabalho e na produção capitalista que se afirma que a classe-que-vive-do-trabalho, teria sido atingida em sua materialidade, e que as “profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser.” (ANTUNES, 1997, p. 71). Quais seriam estas transformações? Que tendências poderiam ser apontadas? Sem seguir uma cronologia hierárquica, podem ser identificadas: as mesclas entre processos produtivos tayloristas/fordistas com neofordistas, neotayloristas e/ou toyotistas (ANTUNES, 1997), a consolidação das políticas neoliberais (SADER; GENTILLI, 2000), os processos de regeneração do capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2002), e a consolidação de modelos flexibilizadores de gestão.

Estas transformações, no geral, articuladamente, provocaram a reestruturação do capitalismo, re-situando “o mundo do trabalho em uma nova dinâmica mais complexa, mais heterogênea e mais contraditória, que redefine e reafirma sua centralidade dentro do metabolismo social do capital” (ANTUNES; SOTELO, 2003, p. 102). A dinâmica heterogênea das transformações foi anteriormente implementada durante o processo de modificação do padrão de desenvolvimento do capital, em nível internacional, das formas variadas de reestruturações produtivas e industriais, com os instrumentos técnicos da automatização.

No plano da reestruturação, definiu-se e operacionalizou-se a reorganização do mercado financeiro, junto ao lançamento de uma rede de inovações tecnológicas e de gestão (TEIXEIRA, 1996). Seus impactos foram evidentes nos sistemas bancários dos países capitalistas avançados (ACCORSI, 1986).

A *1ª Reforma Bancária* implantada no Brasil, entre 1964 e 1967, ocorreu na esteira das reestruturações e de reorganização do sistema financeiro, em ritmos próprios, incidindo sobre o processo de automação e informatização dos bancos. As transformações produtivas nos bancos. A esse respeito afirma Jinkings (2002, p. 375):

conjugam novos métodos de organização do trabalho com o uso generalizado da tecnologia de base microeletrônica e informática, convertida em instrumento de elevação da força produtiva do trabalho e de maximização dos lucros das empresas.

As reestruturações produtivas foram diversas – justifica-se a forma plural em suas análises – com ritmos diferenciados em seus marcos operatórios, principalmente na relação entre o Brasil e os países de tradições capitalistas avançadas. Discorda-se aqui, em meio à profundidade de suas análises, de autores que costumam percebê-las num sentido inverso, ou seja, de ritmos homogêneos e modeladores, e nestes, perfilam-se Carleial (1997), Matoso (1995), Coriat e Sabóia (1988).

Os horizontes teóricos precisam ser mediados pelos ritmos diferentes atingidos no âmbito nacional, principalmente quando se consolidam nos momentos de imposição das fórmulas globais e neoliberais, pois o Brasil, mesmo apresentando marcas universais do capitalismo global e mundial, afirma-se em singularidades na relação comparativa com os processos internacionais. Nesse sentido, as abordagens de Antunes (1995), Larangeira (1990) e Accorsi (1986), em que pesem suas diferentes perspectivas, se coadunam à aposta ao sistema bancário no Brasil, considerado ainda um dos mais modernos do mundo.

No âmbito das especificidades do sistema financeiro no Brasil, é preciso delimitar claramente o que conceitualmente são: desenvolvimento tecnológico, reestruturação produtiva e reforma bancária. Esta delimitação não é excludente, pois

se interage numa globalidade, sugere Antunes (1997, p. 79), “desigualmente combinada que não deve permitir uma identificação acrítica ou epifenomênica entre o que ocorre no centro e nos países subordinados”.

O avanço ou desenvolvimento tecnológico, historicamente, foi um grande aliado do desenvolvimento do setor financeiro no Brasil, por meio das operações bancárias. Até a década de 20, o trabalho bancário era manual, com mudanças técnicas inseridas durante a década de 40, na organização do trabalho. Os bancos exerciam funções próprias de intermediação financeira, com caráter regional e descentralizado. As transformações tecnológicas foram acompanhadas pela necessidade de concentração do capital financeiro que a partir dos anos 60, levaram o sistema bancário à intensa competitividade e expansão e reorganizaram o trabalho entre a categoria bancária. Conforme sustenta Blass, (1992, p. 48), a partir deste processo:

As agências bancárias tornam-se a ponta de lança do conglomerado financeiro ao qual se acham vinculadas. Os gerentes assumem as tarefas de ‘vendedores’ de papéis e serviços aos clientes. Eles põem em andamento o processo de trabalho bancário, na medida em que são a fonte e o tomador dos recursos financeiros.

As reestruturações produtivas no sistema bancário foram anteriores às que se consolidaram no Brasil em outros setores econômicos na década de 80, acelerados pela automação do trabalho. Não seguiram o modelo da transição sugerido por Tumolo (2001) – no bojo do novo padrão de produção capitalista do fordismo/produção flexível que começa a tomar feição por volta do início nos anos 70 no setor industrial europeu – pois foram determinadas pela forma peculiar de acumulação capitalista no setor financeiro baseado na produção imaterial.

Suas operacionalizações se fizeram acompanhar de seguidas fases de transformação tecnológica no sistema financeiro, sob quatro grandes etapas de

consolidação: de 1964 à crise do milagre econômico; de meados dos anos 70 com a recessão econômica; da ascensão da Nova República com o Plano Cruzado em meados dos anos 80, até a consolidação das políticas neoliberais no Brasil, no início dos anos 90 (LARANGEIRA, 1993). As modificações técnicas e produtivas no sistema bancário nacional foram abrangentes e complexas, seguindo ritmos próprios em seus cursos, mas com impactos no trabalho e na condição de ser bancária.

O processo de reestruturação produtiva, no que diz respeito ao planejamento, sistema de gestão, linha de produção e organização do trabalho no sistema financeiro, atingiu os bancos, no âmbito da revolução informacional dos anos 80 e 90. Na prática, porém, não há dúvidas que foi possível, pelos procedimentos oriundos da *1ª Reforma Bancária*.

Quanto à *Reforma Bancária*, consolidou a regulamentação do sistema financeiro, enquanto um conjunto de procedimentos técnicos e jurídicos que alteraram o conteúdo do trabalho bancário, cuja primeira versão se apresentou no Brasil, entre 1964 e 1967. Configura-se como elemento essencial do processo de reestruturação produtiva do sistema financeiro nacional. Por ela, os bancos foram adaptados ao novo formato do sistema financeiro, como forma de dar suporte ao aumento de circulação de capital. Um procedimento regulador que, segundo Jinkings (1995), objetivou dar conta do modelo econômico imposto no pós-64, pelo qual o Estado passasse a exercer um papel impulsionador e acelerador da concentração e oligopolização do sistema financeiro.

Teoricamente apartados como conceitos, desenvolvimento tecnológico, reestruturação produtiva e *Reforma Bancária* são fenômenos interligados no sistema bancário nacional, com impactos no trabalho e na condição de ser da subjetividade do trabalhador do sistema financeiro, introduzindo os bancários no mundo da

eletrônica e do dinheiro, e por ele, buscando *resistência* em sua *fonte misteriosa* (JINKINGS, 2002). Possibilitaram, em seu tempo, a automação e a informatização do sistema bancário, generalizado nos anos 80, concomitante à intensificação da exploração do trabalho bancário, alterando seu conteúdo.

Assistiram-se, por estes processos, novas formas de acumulação do capital, no qual os bancários tiveram como objeto e labor, a mercadoria-dinheiro. O capital se fetichizou em sua representação, no cotidiano do trabalho bancário, pelo qual o dinheiro gerou mais dinheiro, sem qualquer mediação produtiva, de forma rápida e voraz, como há tempos anunciava Marx (1985, p. 129):

A circulação de dinheiro como capital é uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso, o movimento do capital é insaciável.

A *Reforma Bancária* consolidou as modificações estruturais do sistema financeiro e iniciou, em sua 1ª fase, a expansão desse capital, sob o pulso firme do monetarismo e foi o ponto de partida para o complexo processo de reestruturação produtiva que afetou o cotidiano do trabalho bancário. Assim, foi um importante instrumento de reestruturação do sistema financeiro para sua oligopolização, e ao mesmo tempo, desafio para a composição da condição bancária e de novas estratégias da ação sindical, conforme sustenta Jinkings (2002, p. 45):

Os movimentos recentes de acelerada expansão, modernização e internacionalização do sistema financeiro nacional estão solidamente alicerçados na política econômica e monetária do regime instaurado pelo golpe militar de 1964. De fato, profundas mudanças na estrutura e no modo de funcionamento do sistema financeiro foram produzidas a partir da reestruturação do aparelho estatal brasileiro.

O trabalho, como fenômeno social e categoria de análise, constituiu-se, considerando-se os debates quanto seu esgotamento e centralidade no processo produtivo, um marco inesgotável de apreciações teóricas, e desafiante campo de

pesquisa acadêmica. Se os debates teóricos gravitam em torno de sua importância no campo da racionalidade produtiva, estes se fazem acompanhar pelos processos de reestruturações produtivas do trabalho em curso, a financeirização crescente da economia e o deslocamento de capitais sob a forma especulativa, gerando reflexões quanto ao conceito de fato social em movimento (BOUVIER, 1994) e de gerador de novos atores sociais descadastrados e desfiliaados (CASTEL, 1998) da rede de proteção do mercado e do *Estado*.

O trabalho bancário é instigante quanto a estas questões, pois envolve o processo de automação, de intervenção estatal e de organização de suas funções, que historicamente vem exercendo influências significativas à condição do trabalhador bancário. Esta condição resulta de sua experiência de classe na relação que estabelece no processo produtivo, cujas marcas se perpassam na qualificação técnica e na exaustão do labor, sob a lógica dos artefatos tecnológicos, afetando seus modos de trabalhar e de ser. Um trabalho paradigmático que, segundo Grisci e Bessi (2004, p. 160)⁹⁹:

[...] em relação à reestruturação produtiva, passou a experimentar mudanças significativas. Tais mudanças afetaram os trabalhadores em seus modos de trabalhar e de ser [...]. Uma lógica de instabilidade e imprevisibilidade resultante das contínuas reestruturações do trabalho, aliadas às novas tecnologias, fez com que o trabalho, em especial nas instituições financeiras estatais, antes tido como trabalho para a vida toda, adquirisse um caráter de transitoriedade.

Apesar de se constituir como um estudo de caso recente, as reflexões sugeridas pelas autoras são pertinentes quanto ao estudo aqui pormenorizado. Suas conclusões apontam para o que a *1ª Reforma Bancária* indicava: a introdução da tecnologia na organização do trabalho bancário e seus impactos na condição de ser

⁹⁹ As autoras discutem de que forma a reestruturação produtiva do trabalho bancário afetou os modos de trabalhar e de ser dos trabalhadores de um banco público, provavelmente o Banco do Brasil, que adotou o conhecido Programa de Demissão Voluntária – PDV entre 2000 e 2001. Debruçam-se sob um estudo de caso de 104 trabalhadores bancários dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, além de 05 gestores e 03 funcionários da área de recursos humanos da empresa.

pela automatização, qualificação intelectual e aceleração do desemprego. Como sustenta Jinkings (2002, p. 375), com a automatização, preconizada pela *1ª Reforma Bancária*:

Bancária:

[...] os bancários manipulam símbolos de valor ainda mais fantasmagóricos: sua tradicional matéria-prima – o papel-moeda – vai sendo rapidamente substituída por impulsos eletrônicos derivados da memória dos computadores. E o produto do seu trabalho disfarça-se, agora, nos dados informatizados que representam as cifras e os valores da mercadoria-dinheiro em circulação.

Novas condições são estabelecidas ao fazer bancário. Inseridos em sistemas automatizados, os bancários repetem tarefas, se repetem e se fragmentam pelos procedimentos de bitolagem das cotas de produção, codificadas pelos ordenamentos gerais e internos dos bancos. Vêm-se, como afirma Blass (1992, p. 51):

[...] totalmente submetidos ao ritmo e às ordens emitidas pelas máquinas. A maioria deles apenas prepara os dados, acompanha e assiste ao processamento automático das informações efetuado por elas. Por isso, os caixas muitas vezes autodenominam-se de 'especialistas em máquinas de autenticação' [...]. O controle executado pelas máquinas alia-se à vigilância hierárquica exercida pelos gerentes e chefias e à pressão dos próprios clientes. É uma rede bem tecida de vigilância para controlar o manuseio do dinheiro e valores de outrem.

3.1.2 – Regulamentação do sistema financeiro: o papel do *Estado*.

O que se convencionou denominar de Reforma Bancária, promulgada em dezembro de 1964, foi o resultado de um longo processo de tentativa de regulamentação sobre o sistema financeiro no Brasil. Este procedimento tem sua origem ainda nos anos 40, porém seu debate apresentava até anos 60, um conteúdo marcadamente político. Segundo Blass (1992, p. 47):

A preocupação em instituir um sistema financeiro no Brasil surge mais claramente em fins dos anos 40. Na década seguinte, transitam na Câmara dos Deputados vários projetos

de lei sobre legislação bancária, visando racionalizar o sistema bancário e já vislumbrando a necessidade de criar um Banco Central. O programa de 'reformas de base' do governo João Goulart inclui um projeto de Reforma Bancária. O governo militar encampa este projeto com a diferença de que, naquele, a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), criada em 1945, assumiria o papel do Banco Central.

O debate político da *Reforma Bancária* era o epicentro dos confrontos de interesses entre o movimento sindical bancário, o *Estado* e os banqueiros. Os bancários a defendiam como uma das reformas de base. Os banqueiros, do ponto de vista tecnológico, propõem uma reforma ligada à modernização dos artefatos técnicos (MINELLA, 1988). O *Estado*, como possibilidade de modernização do país, inserindo o capital financeiro na relação com o capital produtivo (JINKINGS, 2002). No SEEB/Pa-Ap, em vários momentos, a categoria bancária era convocada a assumir posições quanto ao caráter desta reforma, como indica esta convocatória da categoria (SEEB/Pa-Ap, 1963, p. 34-36):

Reunião de Assembléia Geral Permanente para tomada de posição da categoria quanto à Reforma Bancária e o Pagamento do 13º Salário integral, em 03.12.1962 [...]. Tomar posição quanto: a) Pagamento integral do 13º Salário, sem compensação, b) Reforma Bancária Progressista em 20.12.1962.

O golpe civil-militar de 1964 encerrou o conteúdo político do debate acerca da *Reforma Bancária*. O regime militar instalado impôs a primeira grande reforma no sistema bancário – *1ª Reforma Bancária* –, (LARANJEIRA, 1990) adaptando os bancos ao modelo econômico de concentração de renda e oligopolização do sistema financeiro, baseado no princípio de que o *Estado* seria o impulsionador e acelerador deste processo de concentração, por meio das fusões e incorporações de bancos.

A *1ª Reforma Bancária*, na prática, ratificou o processo de regulamentação do *Estado* sobre o sistema financeiro (LARANJEIRA, 1990), por meio de procedimentos jurídico-administrativos que, no conjunto, foram: a lei da *Reforma*

Bancária (Lei 4.595 de 31.12.1964), a *Reforma do Mercado de Capitais* (Lei 4.728 de 14.07.1965), o *Plano de Ação Econômica do Governo* (PAEG de 1964 a 1966) e os manuais de instruções e regulamentos do Banco Central, em 1967 (criado no bojo da *Reforma Bancária*). Estes procedimentos regulamentativos possibilitaram dois processos articuladamente instituídos no sistema financeiro:

a) Ampliação do sistema financeiro nacional.

b) Homogeneização de procedimentos que tornaram possível a automação bancária.

Junto a esses procedimentos, criaram-se mecanismos legais de controle salarial e extinguiu-se a estabilidade no emprego privado com a criação do *Fundo de Garantia por Tempo de Serviço* – FGTS (MINELLA, 1990).

Quanto à ampliação do sistema financeiro nacional, é preciso percebê-lo como estratégico ao desenvolvimento econômico do país, segundo a ótica do *Estado* e das elites. Daí, a necessidade de construção de um projeto de modernização conservadora e autoritária, a partir de 1964, que tornou mais abrangente o papel do Estado, na sociedade e na economia, impondo-se ao país, “um conjunto de medidas institucionais para garantir a acumulação capitalista em novas bases, após a exaustão do ciclo de crescimento econômico dos anos 50” (JINKINGS, 2002, p. 46). Estas medidas intensificaram a concentração da renda no setor financeiro e resultaram em sua acelerada expansão e diversificação, com a formação de grupos financeiros nacionais e estrangeiros (Bradesco, Itaú, Banco Nacional¹⁰⁰, Banco Real¹⁰¹, Bamerindus¹⁰²).

¹⁰⁰ Foi extinto durante o governo de *Fernando Henrique Cardoso* – FHC, em 1995, na esteira da crise do sistema financeiro que criou o *Programa de Reestruturação do Sistema Financeiro* no Brasil, denominado de PROER.

¹⁰¹ Durante a implantação do PROER, o *Banco Real* foi comprado por um holding espanhol e hoje se chama ABM-Real.

¹⁰² No mesmo processo o Bamerindus foi comprado por um holding inglês e hoje se chama HSBC.

Na essência do processo de concentração, os movimentos de expansão e reorganização do sistema financeiro privilegiaram este setor do grande capital, numa perspectiva monopolista, inserindo-o na rede do capital financeiro internacional (CORIAT; SABÓIA, 1988). As reformas, preconizadas pelo *Estado*, criaram mecanismos de controle e fiscalização da moeda e do crédito (cunho monetarista), estruturando o mercado de capitais, instituindo e institucionalizando a correção monetária nas aplicações e permitiram a tomada de empréstimos pelos agentes financeiros do Brasil aos grandes sistemas financeiros mundiais, tendo o *Estado* como avalista.

Ressalte-se que, no Brasil, fortalecia-se um modelo de desenvolvimento autoritário, pautado na concentração de renda e na economia oligopolizada (LOUREIRO, 1992), articulado pelo Estado. Um modelo que, em suas permanências, oscilou da aceleração industrial e do crescimento do PIB para um quadro de recessão e descontinuidade produtiva, de covas recessivas em curtos espaços de tempo (CORIAT; SABÓIA, 1988).

No setor bancário, este processo de modernização conservadora e autoritária, acompanhou a acumulação capitalista por meio da relação instrumentalizada entre o capital financeiro e o Estado. Como afirma Minella (1988, p. 71):

Os instrumentos fiscais, legais e de apoio econômicos adotados especificamente para o sistema bancário, portanto favoráveis à burguesia bancário-financeira, vieram [...], reforçar as condições de acumulação dos capitais existentes.

Os instrumentos fiscais patrocinados pelo *Estado* foram identificados por Minella (1988) em duas frentes: a criação de incentivos fiscais para fusões e incorporações de bancos e a adoção de políticas restritivas à abertura de novas agências bancárias privadas. Esta última, responsável pela expansão dos grandes

bancos e a incorporações dos menores, além da extinção dos chamados bancos regionais, ocasionando, segundo Jinkings (2002, p. 47):

Um movimento duplo [...] no interior deste processo de intensa concentração de recursos financeiros, sob o comando de grandes conglomerados privados. Se, por um lado, esse movimento implica a concentração crescente da riqueza privada como propriedade de capitalistas individuais ou grupos financeiros, de outro revela-se no confronto entre capitais individuais que concorrem entre si.

As negociações entre o *Capital* e o *Trabalho*, nestes termos se dão sob novos patamares. A concentração e centralização do setor bancário desencadearam um movimento de diversificação e especialização dos instrumentos financeiros e, concomitantemente, um novo quadro de negociações com os sindicatos, que, premidos pela burocracia e restrições às atuações de bases reivindicatórias, encaminham suas negociações pela esfera do *Estado* (CANEDO, 1986).

Contraditoriamente, ao se avançar ao cenário da crise pós-milagre (dos meados dos anos 70), o processo de internacionalização do sistema bancário (antes limitado pelo *Estado*), permitirá ao longo do final dos anos 70 e 80, um percurso de gradual desestatização do sistema quando “grandes bancos transnacionais protagonizaram um movimento de ciranda financeira em escala global, sem nenhum controle das autoridades monetárias nacionais” (JINKINGS, 2002, p. 50), com os sindicatos de trabalhadores, ao contrário, ainda inseridos sob o controle estatal. *Capital* livre e *Trabalho* controlado fundamentam as bases por onde repousam as ações sindicais, no interior de um modelo monopolizador e acelerador da concentração de renda no país.

O *Estado* Autoritário no Brasil – pensado na perspectiva de sua institucionalização pelo regime militar pós-64 – por meio de seus agentes, atuou no sentido de mesclar o desenvolvimento econômico com a efetivação de políticas de controle social, gerenciando o fechamento político com a abertura econômica, e

corroborando a contração da renda. Tal como define Matoso (1995, p. 130): “nas condições colocadas ao Brasil foi explícita a concentração de renda, com elevações nas margens de endividamento das famílias”, cujos principais instrumentos utilizados pelo Estado foram as reformas conservadoras conduzidas após o golpe de 1964, no caso em questão, as reformas financeira e bancária. Junto a esse modelo, o controle sindical herdado da legislação dos anos 30, objetivou o arrocho salarial, sob a forma de um aparato legal e institucional, conforme sustenta Trindade (2001, p. 74):

O controle sindical pelo Estado foi central na determinação do regime salarial, na medida em que, mediante o uso de práticas populistas de cooptação, como nas décadas de 40 e 60, ou do aparato coercitivo, como na década de 70, estabeleceu-se um controle sobre a capacidade reivindicativa e reativa dos trabalhadores. O componente legal, presente na forma de uma legislação sindical que submetem os sindicatos ao controle do Estado, produziu uma institucionalização muito rígida, que possibilitou o controle arbitrário e acentuado do movimento sindical.

Ao se definir o *Estado* Autoritário nesta perspectiva, mesmo diante de um modelo concentrador e formado por agentes sociais arraigados às tradições militares e elitistas, não se pode deixar de considerar certo cuidado teórico com concepções que privilegiam em demasia o papel do Estado na formação do capitalismo no Brasil. O *Estado* não é sujeito, mas instituição social por onde perpassam as relações estabelecidas entre sujeitos históricos, atuando como atores sociais em suas classes ou frações (CIGNOLLI, 1985), por meios de seus canais representativos, construídos no âmbito das relações de poder, e não como um simples aparelho de reprodução da dominação capitalista.

É possível pensar o *Estado* no Brasil, na análise de atuação da burocracia, a partir da clássica representação de Weber (1976), enquanto *tipo ideal da dominação racional*, baseado na legalidade e na ordem, mas por dentro de suas formas racionais e organização da dominação e do poder, vislumbram-se relações sociais

múltiplas e interesses econômicos diversos, na sua textura institucional. A própria sociedade global tende a provocar cisões e contradições no conteúdo de suas políticas e interesses gerais das classes que o sustentam (IANNI, 1997). O espaço da dominação política sustenta Poulantzas (1971, p. 38) “não está ocupado somente pela classe ou fração de classe hegemônica, mas por um conjunto de classes ou frações de classes dominantes”, cujos interesses podem ser os mais diversos possíveis.

No Brasil, os elementos patrimoniais, a estrutura social, as negociações históricas e as tradições culturais dos atores, se constituem movimentos estruturais e culturais marcados por singularidades que redimensionam a organização do poder e do *Estado* (CIGNOLLI, 1985). Estes elementos precisam ser inseridos na análise das particularidades acerca da formação capitalista no Brasil com reflexos na produção macro e na organização da burocracia, problematizando bases explicativas acerca de um espírito modelador presente na base racionalizante da ação social dos agentes que conduzem o *Estado*.

O papel do *Estado* na regulamentação do sistema financeiro no Brasil, em síntese, assumiu uma funcionalidade diversa naquilo que a historicidade do processo de *regeneração do capitalismo* (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2002) possibilitou aos agentes sociais em conflito, na consolidação da *Reforma Bancária*. As ações racionais mescladas às conveniências políticas objetivas e subjetivas e o registro da atuação sindical da categoria bancária foram elementos que perfilarão os tortuosos caminhos do desenvolvimento e da consolidação do capital financeiro no país. Por razões diversas, o *Estado* brasileiro em geral, foi historicamente construído em torno de complexas relações entre os agentes públicos, o *Capital* e o *Trabalho*,

intervindo na acumulação capitalista e na organização das classes trabalhadoras, coerentemente ao que sustenta Cignolli (1985, p. 13):

O Estado intervém no processo de acumulação dando prioridade à criação e ampliação das condições sociais da produção. [...] A ação do Estado é coerente com a dialética interna das forças sociais e, portanto, com os níveis de organização e de reivindicação da força de trabalho.

As modificações técnicas e produtivas no sistema bancário foram abrangentes e complexas (ACCORSI, 1986) com reflexos impactantes sobre as análises teóricas de seus resultados e mais ainda, nas ações empíricas dos sindicatos bancários, premidos entre o ativismo e a negociação controlada. A destarte, o investimento no aprimoramento técnico e científico pelo *Capital* e o *Estado* consolidaram sua expansão por um alto poder concentrador permitido pelo instrumento jurídico-administrativo da *Reforma Bancária*.

Este instrumento permitiu a reestruturação do sistema financeiro para sua oligopolização, desafiando a composição de novas estratégias de ação sindical, em processos amplos de tradições reinventadas (HOBBSAWM, 1999) ou reelaboradas. Procurou-se isto fazer no SEEB/Pa-Ap, por meio das práticas de seus dirigentes, reveladas por uma relação de considerável e estratégico respeito com o regime instalado (ANDRADE, 2003), pautando as demandas corporativas da categoria, em torno do que acreditavam ser a melhor forma de atuação sindical diante da nova conjuntura do país, como aponta um de seus relatórios de atividades sindicais (SEEB/Pa-Ap, 1964, p. 02):

Essa inesquecível campanha teve seu término coroado por uma das mais belas vitórias alcançadas pela nossa classe, que conquistou um reajustamento salarial de 103%, acrescido do valor fixo de dez mil cruzeiros, quando a quase totalidade da classe bancária se fixara em 95%. Essa vitória resultou da capacidade de luta, unidade, coesão e confiança mútua existente entre a massa bancária e sua direção sindical [...]. É de justiça assinalar [...] o elevado espírito de compreensão encontrado pela direção de nosso sindicato, nos diálogos que

manteve com importantes setores do Comando Militar da Amazônia, dirimindo dúvidas quanto aos sadios propósitos que sempre nortearam as nossas reivindicações.

Nas atuações negociais, a ação das lideranças sindicais pontuavam-se sob o espectro da *Reforma Bancária*, naquilo que traduzia de modernidade técnica e de perpetuação da exploração laboral. Constituíam-se, sob seu espectro, as bases da moderna técnica dos contratos coletivos de trabalho, por meio das atuações negociais, baseadas nas relações entre organizações sociais representativas do *Capital* e do *Trabalho*. No tocante às relações entre empresa e sindicato, afirmam Harbison e Coleman (1963, p. 17):

[...] limitam-se à intervenção entre a empresa e a liderança do sindicato. Mais especificamente, o processo de negociação dos contratos coletivos de trabalho é processo que envolve relações entre representantes da empresa e representantes dos trabalhadores.

A *Reforma Bancária* e a composição do *Estado* Autoritário agiram enquanto *forças motoras e ambienciais*¹⁰³ às estratégias mediadoras das lideranças sindicais bancárias no Pará, nas relações de conflitos e negociações com o *Capital*. Esta mediação foi produzida à luz do contexto da análise geral das atuações negociais realizadas entre banqueiros e bancários, no estabelecimento das negociações coletivas durante os dissídios (COSTA, 2002).

A mediação, como afirmam Dunlop e Chamberlain (1967), é parte integrante da negociação coletiva, porém, a opção das táticas eficazes de mediação nos litígios dependerá do tipo de situação tática – e no estudo em questão das ações estrategicamente políticas – sob a qual se manifestam as ações das lideranças sindicais. Na arena institucional e política dos conflitos com o *Capital*, necessariamente as forças motoras e ambienciais se farão presentes com seus

¹⁰³ Postula-se fazer aqui uma apropriação categorial do conceito de *Forças Motoras e Ambiencais* sugeridas por Harbison; Coleman (1963) acerca das análises das estratégias de negociações sindicais. A esse respeito, ler o capítulo 5 dos autores denominado: As Determinantes da Acomodação entre sindicato e empresa – vide referências.

impactos, na ação sindical da liderança bancária local, composta por tensões e conflitos.

Os impactos da *1ª Reforma Bancária* e do *Estado Autoritário* perfilaram representações necessárias, pelos discursos das lideranças sindicais, ao convencimento das bases categoriais e do próprio *Estado* para juntos, almejarem soluções urgentes. Os efeitos estruturais da reforma já se tornavam latentes, conforme indica um trecho do relatório das atividades sindicais do SEEB/Pa-AP em 1969 (SEEB/Pa-AP, 1970, p. 09):

É óbvio que com a admissão de novos empregados com pagamento de salários às vezes aquém do próprio salário-mínimo profissional, eis que eles, os empregadores, criaram mais uma imagem para a exploração: o contrato de experiência – e assim, continuam lucrando quer na escamoteação do salário daquilo que podemos descrever como escravos da era espacial.

3.1.3 – O Estado Autoritário e o ambiente da 1ª Reforma Bancária no Pará.

Já se afirmou que a reforma financeira de 1964, por meio da lei 4.595 iniciou as intensas incorporações e fusões bancárias, reproduzindo no Brasil a estrutura bancária existente nos países avançados. Grosso modo, foram realizadas 162 incorporações e 23 fusões entre 1966 e 1972, no contexto da 1ª Reforma Bancária e nesse cenário, a Região Norte sobe de 1.3% do total de agências bancárias do Brasil em 1962 para 3,9% em 1996 (SANTOS; SILVEIRA, 2001)¹⁰⁴.

A expansão desse sistema, levando-se em consideração a rede de agências bancárias no Pará e no Amazonas (os maiores Estados da região amazônica e de

¹⁰⁴ No estudo levantado por estes autores demonstra-se que este processo permitiu o que denominam de *financeirização* da sociedade brasileira com impactos na nova *territorialização* do país, a partir da *Reforma Bancária*. Segundo os mesmos, houve no país um crescimento de 40% no número de agências entre 1962 e 1972 e de 110% entre 1972 e 1996. Na prática, 5.561 agências em 1962, 7.712 em 1972 e 16.224 em 1996 (IDEM, p. 186).

nítida circulação de riqueza), apesar dos números demonstrados de crescimento na Região Norte, todavia manteve seu nível hierárquico no Centro-Sul, em especial em São Paulo. Esta expansão foi majoritariamente comandada pelo setor privado, nas áreas de maiores densidades geográficas (Centro-Sul), enquanto que nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, esse processo teria sido coordenado pelos bancos públicos. Em 1972, 5.522 agências bancárias de todo o país – correspondentes a 71,6% - pertenciam a bancos privados, com mais fatias no Centro-Sul – em especial São Paulo – e menor número nas outras regiões do país, como atestam Santos e Silveira (2001, p. 186):

Pouco mais da metade das agências bancárias nas regiões Centro-Oeste e Nordeste pertenciam a matrizes privadas [respectivamente 54,75 e 53,2%]. Até esse momento, o Norte era pouco atrativo para os capitais privados, que respondiam por apenas 44,3% do total de agências bancárias. Em São Paulo, 85,6% das agências eram de bancos privados.

Nos anos 60 e 70 ocorreu um deslocamento, na Amazônia, da renda regional do setor primário para o secundário (industrial) e terciário (comércio/serviços), enquanto reflexo do desenvolvimento das forças produtivas internas marcado pela acentuação da divisão do trabalho, diferenciação intersetorial e acelerada produção mercantil (MARX, 1985) suportadas e mediadas pelo setor financeiro que atrelou os setores tradicionais da economia amazônica a seus tentáculos modernizantes, o que autores como Brito (2001) tendem a classificar de *modernização forçada*, acelerada pela *intervenção estatal*. Este quadro, no ambiente da *1ª Reforma Bancária*, teria acentuado a tendência do desenvolvimento dependente de estruturas capitalistas não-liberais, dominadas pelo capital financeiro, deslocando a renda produzida em setores produtivos tradicionais para ramos não-produtivos, conforme sugerem os dados da tabela, demonstrados por Stockinger (2001):

TABELA 04 - DESENVOLVIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DOS SETORES ECONÔMICOS NA RENDA REGIONAL, INCLUINDO OS INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS NA REGIÃO NORTE ENTRE 1950 – 78 (em %).

	Primário	Secundário	Terciário	Financeiro
1950	30.1	11.3	58.6	Sem dados
1956	28.3	14.2	57.6	Sem dados
1962	23.2	19.1	57.7	Sem dados
1965	22.4	17.2	60.4	3.8
1972	14.6	15.2	70.2	7.0
1975	14.0	19.0	67.0	8.4
1978	9.4	22.4	68.2	7.7

Fonte: BASA 1950/62, SUDAM 1965/78 (STOCKINGER, 2001, p. 115).

Seguindo o modelo econômico imposto pelo *Estado* à região amazônica, os bancos públicos deram suportes creditícios e de investimentos aos projetos implementados e/ou articulados pelo Estado, via desenvolvimento autoritário, concentração da renda e economia oligopolizada (LOUREIRO, 1992). Assim, assumindo também funções de bancos comerciais, responsáveis por financiamentos de curto, médio e longo prazos, os bancos públicos na Amazônia, forneceram créditos simples, captaram depósitos e realizaram operações ligadas ao crédito, ao câmbio e ao comércio, em casos especiais, estimulando financiamentos com renúncias fiscais subsidiadas pelo poder público. Podem ser classificados neste rol, o *Banco do Brasil*, a *Caixa Econômica Federal* e o *Banco da Amazônia – BASA*, este com sede na Capital do Pará, a cidade de Belém. O Pará apresentava, junto com as agências do *Banco do Estado do Pará – BANPARÁ* – uma relativa rede pública bancária, densa e espessa, tendo em Belém, o fulcro central de suas operações (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

O aporte bancário em Belém, advém da função da cidade enquanto espaço de reprodução dos interesses capitalistas a partir da “mediação da troca de mercadorias entre os centros e a estrutura regional periférica, que continua a ser adaptada à produção de matéria-prima para regiões industrializadas” (STOCKINGER, 2001, p. 133). Correspondia o Pará a um modelo econômico, cuja

capital seguia a histórica composição de desenvolvimento urbano baseado na existência de centro comercial escoador da produção extrativa e agrícola para o mercado interno e externo, mediado pelo setor terciário.

Pode-se afirmar que a *1ª Reforma Bancária* teria alterado, pelos dispositivos de fusões e incorporações dos bancos regionais e expansão dos bancos públicos, a paisagem de concentração das agências em Belém¹⁰⁵ e composição hierárquica de novas praças financeiras¹⁰⁶. A automação bancária concebe um arcabouço ao sistema financeiro no Pará que passa a possuir uma ou mais praças, antes concentradas no centro-urbano¹⁰⁷, articulando a cidade em múltiplos espaços de circulação do capital, mas ao mesmo tempo unificados pela concentração do capital financeiro hierarquizado, reguladas pelo Banco Central.

Ao mesmo tempo em que, no Pará, a *1ª Reforma Bancária* ampliava o sistema financeiro e homogeneizava procedimentos à automação (MONTEIRO, 1996), a condição bancária se aviltava na relação binomial entre exploração e desemprego, agravada pelos impactos das modificações no sistema previdenciário, com a decretação da extinção do IAPB – o mais sólido sistema previdenciário nacional anterior à criação do INPS – e redução cada vez maior dos mercados de trabalho com as fusões e extinções dos bancos regionais. No cenário de consolidação de um Estado autoritário e militarizado pós-64 – que exerceu o papel de impulsão e aceleração da oligopolização do sistema financeiro – a categoria

¹⁰⁵ Até meados dos anos 70, as agências se concentravam no Centro da cidade, mais precisamente no corredor da Avenida 15 de novembro (bairro do comércio), no coração comercial da urbe. A partir da expansão ocasionada pela reforma do sistema financeiro, as agências deslocam-se do centro para espaços periféricos, processo este que se fez acompanhar do deslocamento comercial da cidade, cujo ápice se consolida no final dos anos 70 e meados dos anos 90.

¹⁰⁶ Aqui se utiliza o conceito de praças financeiras que, diferentes das agências, são articulações regionais de movimentos nacionais e unificados do dinheiro, via sistema de compensação de cheques.

¹⁰⁷ Nos anos 90 a compensação de cheques passa a ser eletrônica e percebe-se no país uma diminuição acelerada de praças financeiras. O Pará que até antes de 1994 chegou a contar com 24 praças, foi reduzido a 01 praça (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

bancária tecia experiências de classe com conseqüências as mais diversas ao fazer sindical local, revelado na prática de suas lideranças.

No âmbito de uma conjuntura econômica e política diferente do quadro anterior, o retraimento das lutas bancárias e da liberdade sindical são visíveis. Alguns elementos se fazem presentes, no estofado da mediação que as lideranças sindicais bancárias passam a conduzir com o *Capital* e o *Estado*, nas atuações de base e negociais. Elementos que, a rigor, se constituíram entre conflitos e negociações na história social bancária construída nos anos 50 e 60.

Durante e após a intervenção militar no SEEB/Pa-Ap, num espaço preciso de 10 anos, uma dada prática sindical foi assumida por suas lideranças hegemônicas, em linhas propositivas desenvolvidas. Esta se manifestou pelas diversas formas de articulações e confrontos com as políticas nacionais para o setor bancário, nos devidos limites permitidos aos percalços da mediação sindical.

Esta prática sindical pode ter refletido a síntese da luta social dos bancários, num momento histórico peculiar para a reinvenção de tradições de lutas, reelaboradas pela mediação. Suas lideranças podem ter estabelecido formas específicas de mediação, criando as condições necessárias para a eclosão de táticas e estratégias marcadas por permanências, negociações e conflitos.

Os caminhos que a experiência de classe bancária operou nos embates com o *Capital* e o *Estado*, podem ter sido trilhados de várias formas. Um deles se pode perceber no desejo implícito da *consciência de classe* naquilo que o texto político pode revelar, como neste manifesto¹⁰⁸:

Finalizamos nosso manifesto levando aos corações angustiados pelo sofrimento imposto por estruturas sociais desumanas, uma palavra de conforto e esperança; a todos os

¹⁰⁸ Trecho final do *Manifesto dos Trabalhadores* assinado por vários sindicatos, e articulado pelo SEEB/Pa-Ap, publicado no jornal A PROVÍNCIA DO PARÁ de 01.05.1968, 2º Caderno, p. 05 (Vide Referências / Periódicos).

que lerem este manifesto, ou dele tiverem conhecimento nós dizemos: NÃO DESESPEREIS! A nossa palavra de ordem é de união dos nossos sindicatos e órgãos de classe, para lutarmos sempre, com fé inquebrantável, em prol do futuro dos nossos filhos e deste grandioso País. Por tudo isto repetimos: EM NOME DA DEMOCRACIA E DA LIBERDADE, UNAMO-NOS! VIVA O PRIMEIRO DE MAIO! VIVA O SINDICALISMO AUTÊNTICO! VIVA A LIBERDADE! Belém, 1º de Maio de 1968.

3.2 – Ação sindical: entre *Bancos e Espadas*.

3.2.1 – Os Independentes e a mediação com o regime militar.

Como já se afirmou, o golpe civil-militar trouxe reflexos ao movimento sindical, particularmente no meio bancário. Às vésperas do Golpe, a orientação dada ao movimento social advinha do PCB e da AP, sob uma perspectiva nacionalista (ESTADO DE SÃO PAULO, 1984), tendo em vista uma concepção tática que passava pela aliança com a burguesia, para atravessar a uma etapa democrática, com reformas de base (CARONE, 1989).

A trágica questão para o movimento sindical é que a burguesia, pensada estrategicamente por estes setores de esquerda, já estaria redefinida em suas relações e seus laços de interesses com o capital monopolista¹⁰⁹. O PCB, no entanto, construía o discurso do etapismo aliancista (SEEB/Pa-Ap, 2003c), acreditando que estaria no poder, entrando em disputa pelo controle do *aparelho de Estado*, com o PTB. A AP, ainda cristã antes do Golpe, movia-se pelo humanismo e pelo discurso moral, combatendo a corrupção e defendendo um neocapitalismo, conforme sustentava o bancário militante e comunista *Raimundo Jinkings*¹¹⁰ (IDEM).

No Pará, o PCB exercia influência entre os bancários, estivadores, petroleiros e jornalistas (PETIT, 1996). No manifesto de sua candidatura à presidência do SEEB/Pa-Ap em 1961, Jinkings deixa bem evidente que esta influência segue o

¹⁰⁹ No Brasil, o processo de formação histórica da burguesia e do capitalismo não seguiu o modelo clássico europeu, à luz da historiografia recente. No tocante à simbiótica relação entre a burguesia e o capital monopolista, ver De Decca (1981) – vide referências.

pressuposto da luta de classes, no debate acirrado feito pelos *Comunistas* junto aos *Independentes*, no sentido de concatenar a luta econômica com a luta política, no momento histórico que, acreditava, exigia-se dos sindicatos um papel decisivo no desenvolvimento das lutas populares, como afirma no seu *manifesto à classe bancária* (JINKINGS, 1961, p. 02):

Temos consciência de que a atual conjuntura do país exige que os sindicatos participem mais decisivamente das lutas populares, como, por exemplo, contra a carestia de vida, já que não podemos ficar eternamente presos ao dilema dos aumentos salariais. A participação dos bancários paraenses, a exemplo do que fazem nossos colegas de outros Estados, nas lutas nacionais populares, é um imperativo natural. E assim o é porque também nós sofreremos as consequências desastrosas da atual estrutura econômica que permite o enriquecimento ilícito, a exploração dos trabalhadores e fomenta a balbúrdia e o descrédito administrativos. Não existe mais a época em que os trabalhadores aguardem passivamente os melhores dias prometidos, dentro desse panorama político-sócio-econômico.

Nas contendas entre *Independentes* e *Comunistas* na direção do SEEB/Pa-Ap, destacaram-se na oratória e elaboração estratégica das correntes, as figuras de *Alonso Rocha* e *Raimundo Jinkings*. Foram expressivos representantes dos dois grupos e contribuíram para o devir sindical bancário entre os anos 50, 60 e 70.

Raimundo Alonso Pinheiro Rocha, ou *Alonso Rocha* foi um autêntico representante dos *Independentes*. Desde o *V Congresso Nacional dos Bancários*, em 1954, dedicou-se ao movimento sindical, atuando junto à direção do SEEB/Pa-Ap com os *Independentes*, dirigindo a *Federação dos Bancários e Securitários do Norte e Nordeste*, representando-a na *Confederação Nacional*. Fundou a *Federação* e participou da criação da CONTEC (ANAIS..., 1958). Foi em Belém um dos organizadores e fundadores do *Centro Paraense de Desportos dos Bancários*, em 1959, chegando a comandar delegações locais em eventos nacionais do desporto bancário. De 1954 a 1976, foi delegado do Pará (FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DO NORTE E

NORDESTE, 1968) em quase todos os Congressos (CONTEC, 1967) e *Convenções Nacionais de Bancários e Securitários* (IIª CONFERÊNCIA DE DIRIGENTES SINDICAIS, 1967) além de intensa participação na organização de encontros sindicais locais durante o regime militar (IIº ENCONTRO SINDICAL DOS TRABALHADORES DO ESTADO DO PARÁ, 1968). Em todos os eventos, foi ocupando posição de destaque, eleito em assembleias ou indicado pelas diretorias do SEEB/Pa-Ap. Era dotado de profundo conhecimento do movimento sindical, aliando essa habilidade à postura moderada e pragmática, com talento à eloquência, em destaque à verve poética¹¹⁰. Defendia, e ainda defende, a *independência dos sindicatos em relação aos partidos políticos*¹¹¹, em torno de um discurso que procura relacionar a combatividade corporativa com a tolerância ao espírito democrático em conviver com as diferenças. Junto com *Artur Gomes da Silva*, foi responsável pela sustentação de uma postura ética com os *Comunistas*, mesmo em momentos tão difíceis para a vida sindical local¹¹², sem abrir mão de suas convicções independentes, por isso mesmo respeitadas entre seus opositores (ANDRADE, 2003).

Raimundo Jinkings foi a maior expressão dos *Comunistas* no movimento sindical bancário e no movimento sindical como um todo, no Pará. Entrou no BASA em 1951, onde iniciou sua militância política e sindical (SEEB/Pa-Ap, 2003c). Sofreu perseguições políticas dos grupos conservadores locais, sendo obrigado a atuar no Maranhão por conta disso entre 1955 e 1961 (IDEM). Ao retornar ao Pará, participou

¹¹⁰ Recebeu vários prêmios e consagrações como poeta. Após sua aposentadoria do Bank of London, em 1980, dedicou-se exclusivamente à vida literária, abonando a militância sindical. Até o momento de conclusão desta pesquisa, reside em Belém (Pa) e é membro perpétuo e presidente da *Academia Paraense de Letras*, recebendo o título de *Príncipe dos Poetas* entre seus pares, em 1987 (ROCHA, 2005).

¹¹¹ Entrevista concedida em agosto de 2005 – Vide referências/ Fontes Orais.

¹¹² Durante a intervenção militar no Pará, particularmente na invasão das dependências do SEEB/Pa-Ap, *Alonso Rocha* e *Artur Gomes da Silva*, ajudaram a “esconder” *Raimundo Jinkings* da perseguição patrocinada pelos “novos detentores do poder” (SEEB/Pa-Ap, 2003c).

de intensa atividade sindical, em torno das posições assumidas pelo PCB a nível nacional, principalmente a defesa da *luta pela unidade das forças democráticas* e do *pacto sindical-camponês* (JINKINGS, 1961), atraindo para si a oposição das elites conservadoras e rurais da época¹¹³. Foi um dos fundadores do *Partido Socialista Brasileiro* – PSB no Pará, junto com *Cléo Bernardo, Rui Barata e Eidorfe Moreira*¹¹⁴. Participou da fundação do *Comando Geral dos Trabalhadores* – CGT em 1961, como representante do SEEB/Pa-Ap (PETIT, 1996). Foi também militante político no movimento dos jornalistas e a partir de 1963, atuou na tentativa de organizar os sindicatos de trabalhadores rurais, junto com *Benedito Monteiro* pela *Reforma Agrária*, sofrendo por isso intensa perseguição política e policial após 1964, junto com outros militantes do PCB, conforme documenta o seguinte registro do sindicato (SEEB/Pa-Ap, 2003c, p. 01):

Prisões de comunistas e prossegue a procura dos que escaparam. Benedito Serra, presidente da UTALP, foi para o quartel da Oitava Região Militar. Luís Fernando Alencar, José Cavaleiro de Macedo e Paulo Nogueira da Costa, devem responder a inquéritos policiais militares [...]. Procurados Raimundo Jinkings, presidente do C.G.T, Benedito Monteiro, deputado, João Luiz Barreiros de Araújo e Leide Brito Araújo.

A descrição de traços destas distintas biografias evidencia a importância que *Comunistas e Independentes* assumiam no devir sindical bancário. Indica também elementos para se compreender as razões que possibilitaram à hegemonia destes últimos no SEEB/Pa-Ap até a consolidação do *Estado* discricionário no país.

¹¹³ As notícias acerca da perseguição patrocinada pelo regime a sua caça e prisão, foram permanentemente acionadas em títulos especiais da imprensa local, com marcas de criminalização principalmente nos jornais O LIBERAL e A PROVÍNCIA DO PARÁ – vide referências/Periódicos, recheadas por opiniões de figuras proeminente da política e da economia do Pará, ascendidos pelo regime instalado em 1964.

¹¹⁴ O PSB apresentava-se sem unidade e *Jinkings*, procurava atuar em seu interior em torno de um projeto de transformação social, sob inspiração comunista. Na prática, com o PCB na ilegalidade, usava o PSB como partido de aluguel, para escapar das cassações desde 1948 – RELATÓRIO DAS ENTREVISTAS COM CLÉO BERNARDO, JOÃO MALATO, ABELARDO SANTOS E EIDORF MOREIRA, s.d. (SEEB/Pa-Ap, 2003c).

No quadro das articulações dos movimentos sociais no Pará anterior ao golpe, pode-se resumir que, se o PCB exercia influência entre bancários, estivadores, petroleiros e jornalistas, a AP, atuava por meio dos segmentos da juventude cristã de classe média, a saber: a *Juventude Operária Católica* (JOC), a *Juventude Universitária Católica* (JUC) e a *Juventude Estudantil Católica* (JEC). Todos os sindicatos e entidades com influências desses agrupamentos sofreram intervenções a partir do golpe de 64, com notícias de prisões e torturas sobre suas lideranças, incluindo aí também a JOC, JUC e JEC, além de militantes de um movimento pedagógico-político denominado de *Movimento de Educação de Base* (PETIT, 1996), como confirma o quadro abaixo:

QUADRO 04 - LEVANTAMENTO DAS PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS POLÍTICAS NOTICIADAS NO PARÁ EM ABRIL DE 1964

Data	Fato	Ocorrência	Resultado
02.04	Invasão da UAP	Invasão da sede da UAP que fazia “vigília cívica” contra o golpe.	Prisões por resistência de <i>Pedro Galvão</i> (Presidente da UAP), <i>José Cavaleiro de Macedo</i> e <i>Humberto Lopes</i> .
02.04	Intervenção no sindicato dos petroleiros	Intervenção e prisão no sindicato dos petroleiros	Prisão de Carlos Sá Pereira (Presidente do Sindicato dos Petroleiros).
03.04.	Prisões de sindicalistas	Prisões de sindicalistas e lideranças sindicais acusadas de comunistas.	Prisão de estivadores em greve ordenada pelo comandante do 4º DN; prisões de membros do CGT.
04.04	Intervenção Militar na Petrobrás.	Os militares intervêm na Petrobrás-Amazônia.	O Coronel Jarbas Passarinho é designado interventor da Petrobrás por ordem do Ministro da Guerra e demite vinte sindicalistas.
19.04	Morte na prisão_	Sindicalista morre na prisão.	Morre na prisão, após maus-tratos, Benedito Serra, presidente da União dos Lavradores, da zona bragantina.
30.04	Prisão de Sindicalista.	Prisão de Raimundo Jinkings.	Raimundo Jinkings foi preso em sua residência.

FONTE: *O Golpe de 64 no Pará* (SEEB/PA-Ap, 2003c, p. 02-03).

Após o movimento militar de 1964, o SEEB/Pa-Ap sofreu intervenção e os *Independentes* assumiram a sua direção. A esse respeito, descreve *Artur Gomes da Silva* em testemunho bastante pessoal, quanto à intervenção militar no sindicato e

seus desdobramentos na vida funcional da entidade, quando foi mantido na presidência do sindicato (SILVA, 1997, p. 15-19):

A partir de 1964, com os militares no poder, ocorreram intervenções na maioria dos sindicatos e prisões de inúmeros sindicalistas, inclusive o Jinkings. Reuni a Diretoria e suplentes e propus que, enquanto não houvesse a intervenção em nosso sindicato, continuássemos com a mesma atuação, exceto é claro a que então dizia respeito ao CGT que, praticamente deixara de existir [...]. Certa manhã, chegaram à Agência Centro, onde trabalhava, vários fuzileiros navais sob o comando de um Tenente, acompanhado de um sargento armado [...]. O Tenente leu, pausadamente, uma notificação do Marechal Presidente da Comissão Geral de Investigação – CGI, e determinou que o levasse até a sede do sindicato e que franqueasse a ele [...]. Ao chegarmos ao sindicato, subi em companhia do Tenente, Sargento e um Fuzileiro. [...] O sindicato tinha 03 funcionários: duas moças e um rapaz [...]. Disse-lhes: 'Calma! Forneçam ao Tenente as chaves dos arquivos e das gavetas e prestem todas as informações que solicitar' [...] Orientei os funcionários a guardarem as pastas restantes que tinham ficado em cima do balcão. Dispensei-os de continuarem a trabalhar e suspendi o expediente do Sindicato por 3 dias, por precaução. Com aquela folga inesperada, acho que foram os únicos beneficiados daquela situação.

Artur Gomes da Silva – presidente do SEEB/Pa entre 1961 e 1964 – foi mantido na presidência, após os expurgos de *Comunistas e Trabalhistas*. Da gestão anterior, após o processo de expurgos, ficaram os *Independentes: Olivar Brito* (Tesoureiro) e os membros do Conselho Fiscal – *Carlos Malheiro, Manoel Santos Souza e Antônio Augusto da Silva*. Na vice-presidência, *Artur Silva* empossou *Rubem Ribeiro*, bancário do Banco do Brasil e católico em substituição a Jinkings, no sentido de evitar qualquer conotação política e ideológica no rearranjo sindical, após a intervenção militar, assim como também teria evitado qualquer contato com o comunista *Carlos Lima* do Basa¹¹⁵.

¹¹⁵ *Carlos Lima* foi atuante membro do PCB no movimento sindical bancário local e nacional e com *Artur* e *Alonso Rocha* nutria uma cordial e amistosa relação, apesar de suas divergências (SILVA, 1997).

No IAPB também houve intervenção na composição das *Juntas Previdenciárias*. Em 04 de dezembro de 1964, após negociações entre o governo federal, a CONTEC e a direção do SEEB/Pa-Ap (SILVA, 1997), *Alonso Rocha* foi empossado como interventor na *Junta Previdenciária Regional* do instituto, tendo como suplente *Olivar Nylander Brito*¹¹⁶ conforme atesta o panfleto da época (SEEB/Pa-Ap, 1964, p. 01):

BOLETIM 'O BANCÁRIO' Nº 73 – BELÉM (PA) 7 DE DEZEMBRO DE 1964 – DIVULGUE
J.J.R DO IAPB TEM NOVO INTERVENTOR CLASSISTA –
Decisão Ministerial vem modificar a Interventoria da J.J.R. local do IAPB, nomeando os companheiros Alonso Rocha e Olivar Brito, indicados que tinham sido em lista tríplice pela Diretoria do Sindicato dos Bancários e do Sindicato dos Securitários, os quais já tomaram posse. Desnecessário se torna tecer comentários sôbre êsses colegas, de vez que são perfeitamente integrados na linha de vanguarda que luta pelos interesses de nossa classe bancária. Trata-se de colegas que ali continuarão, como sempre, a servir os interesses dos bancários e também dos securitários, num trabalho conjunto, eficaz e construtivo pela melhoria do nosso Instituto de Previdência Social.

Para a *Delegacia Regional* do instituto, foi efetivado *Walter Pinto da Silva*, em novembro de 1964 – ele que desde abril era interino ao substituir, por força da intervenção militar, *Teresinha Maroja* ligada ao PTB local (SILVA, 1997).

Percebe-se, pelos movimentos estabelecidos no sindicato e no IAPB, que os *Independentes*, como faziam questão de se identificar no movimento sindical, contavam com a simpatia ressalvada dos próceres do regime militar recém-instalado. Uma ressalva que pode ser sustentada pela relação que estabeleciam no movimento sindical dos anos 50 e 60, pois além de dirigentes sindicais, não procuravam esconder seus laços de relações políticas e pessoais com as

¹¹⁶ A nomeação de *Alonso Rocha* passou por uma negociação de bastidores efetivada por *Artur Gomes da Silva* e a presidência da CONTEC, para substituir o delegado do instituto nomeado anteriormente pelo PTB. Aproveitando-se da hostilidade do regime militar com a herança janguista, *Artur* negociou a indicação de *Alonso* com muita argúcia, aproveitando-se da situação política no momento, de forma meramente pragmática. Este pragmatismo será uma das tônicas das atuações dos *Independentes* na relação com o regime doravante.

lideranças comunistas. Como seriam, ainda costuma afirmar *Alonso Rocha*, *Independentes* quanto ao atrelamento sindical aos aparelhos partidários do PTB e do PCB, não sofreram vetos dos representantes do *Estado*. Ainda assim, procuravam assumir posições claras em relação às bandeiras históricas dos sindicatos no país, como afirma *Alonso Rocha*¹¹⁷:

Considerava-me como independente, em relação a transformar o sindicato em órgão de influência de qualquer partido político, mas eu assumia as bandeiras políticas das reformas de base e do nacionalismo, como até hoje eu defendo.

A prática sindical das lideranças *Independentes* revelava-se por uma relação de considerável e estratégico respeito com o regime militar instalado no Pará, em torno do que acreditavam ser a melhor forma de atuação sindical, diante da nova conjuntura do país. A mediação com interlocutores do Comando Militar em Belém era permanentemente acionada por eles, para o atendimento aos pleitos corporativos da categoria, como se podem comprovar dois episódios citados em documentos do SEEB/Pa-Ap:

Essa inesquecível campanha teve seu término coroado por uma das mais belas vitórias alcançadas por nossa classe [...]. Essa vitória resultou da capacidade de luta, unidade, coesão e confiança mútua existente entre a massa bancária e sua direção sindical. Seus louros também cabem aos que ajudaram e aqui temos, de modo especial, a posição que veio a ser tomada pelo senhor Tenente-Coronel Jarbas Passarinho, Governador do Estado, influenciando favoravelmente ao atendimento de nossas reivindicações, por intermédio do Banco do Estado do Pará, do qual o governo é o maior acionista [...]. É de justiça assinalar o elevado espírito de compreensão encontrado pela direção de nosso sindicato, nos diálogos que manteve com importantes setores do Comando Militar da Amazônia, dirimindo dúvidas quantos aos sadios propostos que sempre nortearam as nossas reivindicações (SEEB/Pa-Ap, 1965, p. 02).

Ontem, a tarde, os nossos companheiros Artur Gomes da Silva e José Rubem Ribeiro, Presidente e Vice do nosso sindicato, compareceram ao Quartel General da 8ª Região Militar, onde apresentou denúncia contra a administração do LONDON

¹¹⁷ RAIMUNDO ALONSO PINHEIRO ROCHA – depoimento em entrevista realizada em 10.08.2005 – Referências / Fontes Oraís.

BANK que está efetuando a desumana política de demissões de funcionários que estejam próximos a obter a estabilidade, já havendo com esse intuito demitido quatro colegas, com o agravante da existência de mais uma dezena a ter idêntico fim, num plano que levará ao desemprego antigos e competentes servidores, pais de família, pelo 'crime' de terem 7 a 9 anos de serviço. Os dirigentes sindicais foram recebidos pelo sr. Tenente Coronel JARBAS PASSARINHO que, após inteirar-se dos fatos, ficou de dar conhecimento dos mesmos ao sr. General Orlando Ramagem, Comandante da 8ª Região Militar. Aquele ilustre militar, na oportunidade do encontro, manifestou viva indignação pela injustificável atitude da Administração do London Bank. (O BANCÁRIO nº 25, 12 de maio de 1964, p. 01).

Os dois episódios são significativos desta relação entre as lideranças e as autoridades militares. De naturezas diversas – relatório de *Campanha Salarial* e notícia de *periódico sindical* – sob atuações negociais também diferentes, posto que as convenções expressam acordos salariais de 1964 e 1965, é possível, nos textos dos documentos, perceber a recorrência de práticas mediadoras com o *Estado*, que foram se repetindo ao longo de outras campanhas e atuações, nas quais a classe bancária continuaria, segundo os discursos de suas lideranças, a esperar confiante nas medidas a serem tomadas pelo Comando Militar.

Os documentos sindicais e os panfletos das campanhas salariais revelam que, entre 1964 e 1974, foram recorrentes as reuniões das lideranças com o Comando Militar, em torno do não-cumprimento dos termos acordados nas convenções¹¹⁸. A tática apresentada pelos dirigentes sindicais, na relação estabelecida com o *Estado*, procurava alternar a antiga militância dos anos 50 e 60, oriunda da experiência das tradições de luta da categoria bancária, incluindo-se aí, os métodos utilizados pelos comunistas, com a postura discreta e respeitosa com o regime instalado, conforme testemunha Silva (1997, p. 67-68):

¹¹⁸ As publicações destas ocorrências eram feitas em O BANCÁRIO e nos relatórios do próprio sindicato – Vide Referências/Periódicos e Documentos.

E a hora do confronto final com os banqueiros continuava a se aproximar. Eles cada vez mais intransigentes, pois se sentiam fortalecidos por estarem praticamente no poder. Por isso, deduzimos que somente atuando com audácia e procurando surpreendê-los, tanto quanto possível, poder-se-ia impor-lhes o êxito percentual que a classe reivindicava. A panfletagem [boletins informativos], ainda que reduzida, continuava eficaz em termos de esclarecimentos e aglutinação. Apenas nela não mais saía referências à mortalidade infantil, etc. por não ser de bom senso hostilizar as forças militares às quais, em nossa estratégia pretenderíamos recorrer, se necessário para surpreender e vencer a resistência final dos banqueiros [...]. Era questão de saber levá-los em frente, premidos que todos estavam pelos salários cada vez mais curtos no fim do mês e até muito antes deste.

Segundo relato de expressiva liderança Independente, essa estratégia era possível, “diante de um elemento que não pode ser descartado. Não ocorreram no Pará demissões em massa como em outros Estados, nos quais muitos ativistas e militantes foram demitidos como forma de enfraquecimento das bases¹¹⁹”. De fato, em que pesem as afirmações exageradas quanto às não-demissões bancárias, a direção do SEEB/Pa-Ap manteve seus quadros de base quase intactos, apesar dos expurgos comunistas.

A estratégia articulada pelas lideranças *Independentes* não impedia a configuração de conflitos entre os sindicalistas e o Comando Militar. Na campanha salarial de 1964, *Alonso Rocha, José Seabra, Olivar Brito e José Rubem*, foram intimados a prestar esclarecimentos ao *Serviço Secreto do Exército* sobre o “estado de greve” aprovado pela categoria em assembléia (SEEB/Pa-Ap, 1965) e levado à frente pela direção. Na ocasião, os diretores eximiram-se da “culpa”, sob o argumento de que somente coordenavam o que a categoria decidia e aproveitaram para solicitar do Exército a intermediação necessária com os banqueiros, endurecidos que estavam na negociação (SILVA, 1997). Em um momento de grande

¹¹⁹ Depoimento de ARTUR GOMES DA SILVA, em entrevista realizada em 01 de abril de 2003 – Vide Referências / Fontes Orais.

tensão, *Alonso Rocha* chegou a solicitar das Forças Armadas para que pressionassem sobre os banqueiros e não somente os bancários (IDEM, 1997).

Este episódio revela, ainda que à penumbra dos acontecimentos, a quanta também era tensa a convivência entre o Comando Militar e as lideranças sindicais bancárias, em torno de questões trabalhistas, no bojo do conflito permanente entre o *Capital* e o *Trabalho*. No cenário da *1ª Reforma Bancária*, esta relação se agudiza, posto que, enquanto dado objetivo em suas interferências no mundo do trabalho, este processo de reestruturação não teria impedido tentativas de resistência, por parte dos bancários.

A ação dos atores nos espaços permitidos pelo *Estado* teria sido estimulada pela subjetividade crítica ensejada pelo ambiente da *Reforma Bancária*, naquilo que se buscava mediar na luta social. O *Capital* e o *Estado* impuseram formas de dominação profissional e social, contra a qual a luta dos trabalhadores se levantou (TOURAINÉ, 1994), mas não criou regimes autoritários impermeáveis. Se a *Reforma* e o *Estado* permitiram o aumento da dominação social do trabalho bancário, cada uma em sua própria funcionalidade, também possibilitaram o desvelo da reflexão crítica sobre o que os instrumentos da modernidade – *Estado, Ciência e Tecnologia* – racionalmente procuraram ocultar.

A análise das práticas sindicais das lideranças *Independentes*, descolada das definições apriorísticas, pontuam questões colocadas ao campo da dominação social (TOURAINÉ, 1994), dentre as quais o estabelecimento de novas práticas reelaboradas e representações de discursos críticos aos instrumentos da dominação, como relata este documento militante do SEEB/Pa-Ap (1970, p. 09):

E não fosse a exclusão de 223 colegas motivada em sua maioria por demissões massa, numa prática desumana e adotada pelos inescrupulosos banqueiros [...], transforma-os em escravos do século XX, inclusive compelindo-os a aceitarem toda a sorte de vexames, além da exploração.

3.2. 2 – Negociações e resistências nas estratégias mediadoras.

Na perspectiva do atendimento às demandas econômicas da categoria, notadamente salariais, as lideranças *Independentes* buscavam fazer as necessárias mediações com o *Estado*, representado pela força do poder militar instalada no Pará, com saldos significativos, do ponto de vista dos reajustamentos. No período de 1964 a 1974, conseguiram acordar reajustes salariais consideráveis para a categoria, levando-se em consideração o quadro de redução de postos de trabalho no setor bancário, conforme se pode perceber ao cruzar os dados das tabelas a seguir:

TABELA 05 - TABELA EMPREGO – 1965: 1. NÚMERO DE EMPREGADOS POR FUNÇÃO E GRUPO DE IDADE, SEGUNDO A ATIVIDADE NO PARÁ.

Grupos de Idade	Empregados segundo a função		
	Total	T.P.L.T.A*	A.G.D.**
		Profissionais Liberais	
Até 17 anos	50	-	-
De 18 a 20 anos	100	-	-
21 a 25	150	50	-
26 a 30	125	50	-
31 a 35	200	-	-
36 a 40	125	25	-
41 a 45	-	-	-
46 a 50	150	25	-
51 a 55	75	-	-
56 a 60	100	25	-
61 a 70	-	-	25
71 e mais	-	-	-
Sem Declaração	-	-	-
TOTAL	1.075	175	25

* Trabalhadores das Profissões Liberais, Técnicos e Assemelhados. ** Administradores, Gerentes e Diretores.

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil – 1965. (IBGE, 1966: 316).

TABELA 06 - REAJUSTAMENTOS SALARIAIS ACORDADOS NAS CONVENÇÕES COLETIVAS ENTRE BANQUEIROS E BANCÁRIOS NO PARÁ, DE 1956 A 1974.

PERÍODOS	PERCENTUAIS
1956 a 1957	28%
1957 a 1958	27%
1958 a 1959	30%
1959 a 1960	60%
1960 a 1961	75%
1961 a 1962	103%
1962 a 1963	40%
1964 a 1965	30%
1965 a 1966	30%
1966 a 1967	30%
1967 a 1968	25%
1968 a 1969	30%
1969 a 1970	25%
1970 a 1971	24%
1971 a 1972	23%
1972 a 1973	19%
1973 a 1974	Escalonado entre 18,50% e 18,14%

FONTE: Pastas dos Acordos Salariais de 1956 a 1979 / Diretoria de Assuntos Jurídicos (SEEB/Pa-Ap, 1979).

Os bancários, enquadrados na **Tabela 05** como T.P.L.T.A.¹²⁰, do universo de 175 trabalhadores empregados em 1965, estão na faixa etária entre 26 e 40 anos, com pequenos registros de contratações em postos de comando, na faixa de A.G.D.¹²¹. Os números apresentados em 1965 em relação aos bancários, contrastam com os dados das estatísticas de 1964 (IBGE, 1965), impactados neste

¹²⁰ Segundo os critérios do IBGE à época.

¹²¹ Nos mesmos critérios do IBGE, os bancários são trabalhadores técnicos, porém nas gerências, apesar de não alterarem sua condição de *ser bancário*, na perspectiva da extração do trabalho morto no sistema financeiro (JINKINGS, 2002), são enquadrados tecnicamente como A.G.D., no universo recenseado em Belém quanto à atividade empregada na rede de serviços (IBGE, 1966).

momento pela *Reforma Bancária*¹²². Esta tendência inicial de redução de postos de emprego no setor bancário se mantém nos anos posteriores, gerando recorrentes preocupações no SEEB/Pa-Ap, quanto às demissões bancárias, como se percebe no texto de um de seus boletins dirigidos à categoria relativa à Campanha Salarial de 1965¹²³:

Sobre as cláusulas relativas ao abono de março 1965 e das não demissões, não houve ponto de vista comum, ficando acertado uma reunião para hoje, na Delegacia do Trabalho, para a decisão final sobre o rumo da campanha.

Os reajustamentos salariais alcançados entre 1965 e 1968, conforme os dados da **Tabela 06** acentuam a tendência de recessão e arrocho salarial, levando-se em consideração às conquistas salariais entre 1959 e 1963 no setor. Conforme se pode perceber, dos índices que variam progressivamente de 60%, 75% e 103% nos acordos salariais de 1958/1959, 1960/61 e 1962/1963, respectivamente, nos acordos seguintes ocorre uma variação decrescente de 30% a 25%, até atingir os mais baixos índices entre 1968 e 1973, com a introdução dos ajustamentos escalonados na categoria bancária.

A interlocução com o Estado poderia escamotear o regime de exceção que se vivia no país e afetava a autonomia sindical, ou mesmo, acabava por legitimar o não-legítimo pela democracia política e institucional¹²⁴. De qualquer forma suas ações permitiram manter vivo um sindicato que passava por intervenção, graças ao zelo corporativo que possuíam e o profundo respeito que parecem ter nutrido com as

¹²² Segundo os dados do IBGE, 50 trabalhadores bancários foram empregados no setor financeiro em 1964 (IBGE, 1965). Em 1965, já sob o impacto da Reforma, esse número reduz para 20 novos empregados, além das demissões de mais de 70 bancários no mesmo ano (IBGE, 1966).

¹²³ O BANCÁRIO, Boletim nº 73 de 07 de dezembro de 1964, fl.01. (O BANCÁRIO, 1964).

¹²⁴ A postura pragmática assumida pelo sucessor de *Artur Gomes da Silva* na presidência do sindicato, o sr. *João da Silva Pereira*, não foi alterada e acabou por corroborar essa relação com o poder militar, abrindo frestas para a ascensão de outras lideranças sindicais no movimento bancário sem a postura ética e combativa de dirigentes sindicais formados nas históricas lutas dos anos 50 e 60. Pode ter sido o alto preço pago pela direção do SEEB/Pa-Ap, mesmo num momento histórico difícil para o livre devir sindical.

diferentes concepções ideológicas e políticas no interior do movimento bancário, mesmo que com elas não concordassem (ANDRADE, 2003). É inegável que suas ações, desde 1961, evitaram maiores transtornos à categoria bancária¹²⁵, como: a luta pela extinção do trabalho bancário aos sábados, a defesa por melhores condições salariais e a articulação com outros movimentos sindicais, como atestam os documentos:

Aos três dias do mês de julho do ano de mil, novecentos e sessenta e sete, na sede da Segunda Delegacia Regional do Trabalho, no Edifício I.A.P.I, 8º andar, Belém do Pará, perante o Inspetor do Trabalho sr. Ubiracy Torres Cuóco [...] para tomar os depoimentos necessários ao esclarecimento do Processo nº DRPA – 3163/67 [...] que no sábado anterior, juntamente com o depoente e o presidente do Sindicato dos Bancários de Belém estiveram no local, onde constataram a presença de vários funcionários no interior do estabelecimento e tiveram ocasião de falar com o gerente, solicitando que não mais se repetissem as irregularidades. (DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO/PA, 1967, P. fl.01).

O II Encontro Sindical dos Trabalhadores do Estado do Pará foi encerrado domingo à noite, na sede da SAI, com a apresentação da 'Carta do Pará' e discursos de vários líderes sindicais. [...] Pela Comissão Executiva falou o sr. João Marques, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Pará, enquanto o sr. Maximino Melo Ferreira discursou em nome dos trabalhadores rurais de Castanhal, e o sr. Felinto Amorim pelo Sindicato dos Bancários. O texto da 'Carta do Pará' foi lido pelo sr. Alonso Rocha¹²⁶.

Os depoimentos dos dirigentes sindicais do SEEB/Pa-Ap, da geração dos *Independentes* reafirmam essa relação entre a *negociação de bastidores* e a *ação de base*. Procuravam estabelecer a resistência necessária nas campanhas salariais – as cláusulas das convenções refletiam estas estratégias e táticas de conflito –

¹²⁵ Nomes como os de *Artur Gomes da Silva, Alonso Rocha, Luís Pereira Morais, José Rubem Ribeiro, José Santana da Silva Pereira, Haelmo Hass Gonçalves, Ophir Martins Duarte, Josemar Pragano Toscano, Wilson Ribeiro Lopes, Silas Rodrigues e José Gomes de Araújo* com suas especificidades e laços próprios de identidade de classe, tiveram um importante papel no fazer-se da categoria.

¹²⁶ Trecho de notícia publicada no jornal A PROVÍNCIA DO PARÁ, de 08 de setembro de 1968, 1º caderno, 7ª página – vide referências/Periódicos.

objetivando alcançar efetivos resultados no jogo mediador com o *Capital*, sob relações de conflitos, acomodações e mesmo de cooperação também com o *Estado*.

O depoimento de *Alonso Rocha* é significativo quanto ao caráter dessa mediação sindical¹²⁷ ao sustentar que a recorrência às Forças Militares no Pará, teria como objetivos: “alcançar demandas da categoria por meio das pressões sobre os banqueiros”, “resolver problemas relacionados ao desemprego de bancários”, “encontrar soluções políticas para casos de perseguições sindicais” e “fazer valer a liderança dos bancários durante os conflitos” (**Anexo H**). Nas palavras do sindicalista – o que não difere muito dos outros entrevistados – o respeito com as instituições militares seria político e estratégico, com “interlocutores abertos ao diálogo com os sindicatos”, cuja tática seria de acelerar negociação com os banqueiros, sob bases acordadas com os militares, como “forma de pressão” nas atuações negociais, cujos objetivos quase sempre se pautavam em torno de pontos recorrentes nas assinaturas dos acordos: “reajustes salariais”, “proibições de extensões de jornadas de trabalho” e “redução de carga horária” – pontos de difícil consenso nas negociações com os bancos.

O fato de o país estar sendo governado por militares, utilizados em suas estratégias, era percebido pelas lideranças sindicais bancárias, como fator político que mais teria influenciado este tipo de prática sindical, cuja recorrência seria necessária. Ressalte-se que este fator, também é acionado em suas memórias como negativo, dada a existência de relações de “difícil diálogo” num quadro político repressivo e pelo fato de “nem todos serem bons interlocutores”, daí a necessidade do uso moderado dos discursos, com representações que não fossem consideradas “subversivas” pelo regime. Para *Alonso Rocha* (**Anexo H**),

¹²⁷ Entrevista com *RAIMUNDO ALONSO PINHEIRO ROCHA* em 08 de agosto de 2005 – vide referências / Fontes Orais.

dirigia-se às lideranças sindicais a “bons interlocutores” com o objetivo de “facilitar as negociações”, posto que o ponto central da luta desses trabalhadores estaria nos bancos, com o trabalhador bancário submetido à “exploração no trabalho”, convivendo com as ameaças constantes de desempregos, a partir da criação dos “Centros de Processamentos de Dados”. Enfim, pode-se deduzir que, a partir destes testemunhos que as relações estabelecidas com os banqueiros e os militares vislumbravam processos sociais diversos entre os agentes: das relações de *cooperação* as de *acomodação* e de *conflito*.

Tomando por base os depoimentos das lideranças sindicais bancárias no Pará, dirigentes e militantes, percebe-se que a relação entre *Capital* e *Trabalho*, por mais sustentada que seja no conflito (nas atitudes de resistência à exploração, nos desrespeitos às cláusulas acordadas e nas pressões das greves e de outros movimentos paredistas), também comporta estratégias de mediação que passam pelas negociações acordadas, por bases de cooperação (o respeito às *Espadas* e o reconhecimento legítimo da força do *Capital* com os *Bancos*) e de acomodação (nos reflexos das greves e no reconhecimento do justo lucro), haja vista que, segundo um desses testemunhos, seria mister reconhecer o princípio da harmonia dos interesses com o *Capital* em “benefício da produção do desenvolvimento econômico”, unindo produtividade e lucro, desde que respeitados os direitos do *justo labor* daqueles que se situam na ponta deste processo: os trabalhadores.

Desta forma, relações de *cooperação* e de *acomodação* seriam mediações necessárias, galvanizadas nas experiências e tradições dos trabalhadores, mas componentes das contradições extraídas das relações estabelecidas com o *Capital*, forjadas nos conflitos e nas resistências destes trabalhadores, motivadas por *forças*

ambiencionais germinadas nas formas de procedimento do *Estado* – bem como nas relações que tradicionalmente os trabalhadores com este estabelecem – e nos processos de reestruturações nos bancos. Portanto, não se tornavam agentes inertes na relação com o *Capital* e o *Estado*, ou como define um destes testemunhos, “nem subservientes aos bancos, nem ao regime” (**Anexo H**).

A afirmação da *não-subserviência*, ratificada por *Artur Gomes da Silva*¹²⁸ como procedimento de *independência da classe bancária*, mais que atitude sindical, parece expressar o exercício da prática militante, na tênue fronteira entre a negociação e o ativismo. Este mesmo procedimento se aplicava e se manifestava nas trincheiras simbólicas dos discursos extravasados pelos manifestos e panfletos e no campo das atuações negociais. Assumiam as lideranças *independentes* o papel de agentes mediadores que segundo a classificação de Stevens (1967, p. 311), seria descritiva e pragmática a partir das ações individuais dos mediadores:

Da maneira como a vejo, a mediação até agora tem sido útil de um modo fortuito, principalmente devido aos talentos de certos indivíduos que achariam, eles próprios, difícil dizer por que têm sido bem sucedidos.

As estratégias mediadoras dos *Independentes* seguiam *regras estabelecidas* no terreno das atuações negociais, suscetíveis à vitórias e derrotas nos embates que iam além das negociações salariais. Nesse sentido, as lideranças bancárias paraenses buscavam ampliar por suas estratégias o campo dessas atuações, para além dos bastidores da negociação, alterando o modelo clássico da mediação trabalhista segundo a qual não existiriam “regras”, pois diferentes mediadores obteriam resultados igualmente satisfatórios com métodos diferentes de atuação (STEVENS, 1967). Os bancários, ao utilizarem os mesmos mediadores, por suas

¹²⁸ Depoimento de 01 de abril de 2003 – Vide Referências / Fontes Orais.

lideranças *independentes* quase que chegavam a profissionalizar a figura do mediador, ao mesmo tempo em que, atuavam nas ações de base.

As atuações de base, no campo da resistência possível ao *Capital* sintetizavam práticas acionadas e amalgamadas pelas tradições e experiências da luta bancária. Como sustentam os *Independentes*, os piquetes, as greves localizadas e panfletagem continuavam a ser praticadas, mesmo sob o controle rígido dos órgãos de repressão do *Estado*. Uma das formas que mais representavam a reelaboração dessas práticas era a que denominavam de *grevilhas*¹²⁹.

As origens desta forma de pressão estão associadas às táticas das experiências anteriores, retirando o conteúdo ideológico dos panfletos e discursos (SILVA, 1997). Nos depoimentos de outros dirigentes sindicais e de bancários, a prática das *grevilhas* aparece de forma recorrente na memória desses atores, fazendo com que alguns a classifiquem como *formas inteligentes e possíveis* de mobilização num período de cerceamento às ações sindicais. A esse respeito, afirma um dos depoentes¹³⁰, bancário nos anos 70:

Comecei minha atividade como associado ao sindicato em 1970, quando entrei pro BASA. [...] O Sindicato era administrado por um funcionário do BASA, por sinal, Orisvaldo Barbosa, mas que na época [...] não mais conseguia motivar associados para freqüentar as Assembléias Gerais [...]. Aí veio as administrações que muita gente denominou de sindicalismo pelego que acho uma classificação meio pesada. O presidente do sindicato na época, não podia desafiar o regime, então buscava reunir a categoria em eventos ou nesses pequenos atos de pressão sobre os banqueiros. Isso foi mais forte antes do AI-05. É uma coisa de se perguntar: quem desafiava o regime? [...]. O regime era forte, impedia qualquer mobilização política no sentido político.

¹²⁹ Segundo os dirigentes sindicais entrevistados, as *grevilhas* seriam manifestações específicas sobre bancos que não respeitavam os acordos salariais ou criavam dificuldades aos mesmos. Postavam-se na porta dos bancos com panfletos e megafones denunciando a prática do banco em extorquir os clientes, segundo sua visão, forçando paralisações temporárias. As *grevilhas* também eram acionadas para casos de demissões de bancários.

¹³⁰ Depoimento do bancário aposentado do BASA, ALTAIR GUIMARÃES CARNEIRO em 09 de abril de 2003 – Vide referências / Fontes Oraís.

Políticas, no sentido partidário/ideológico, ou não, as *grevilhas* eram associadas às táticas de pressões essencialmente econômicas. Os bancários eram reunidos em frente ao banco “escolhido” e com o uso de carros de propagandas, denunciavam seus diretores e gerentes, e em muitos casos, a partir de uma sigilosa operação de guerra, como rememora o dirigente sindical¹³¹:

As grevilhas eram nossas principais armas. Os banqueiros tinham um verdadeiro pavor desta prática. Mesmo não sendo comunista, aprendemos essa prática com eles, Jinkings, Carlos. Retirávamos dos pronunciamentos, tudo o que se referisse às questões da conjuntura econômica e social brasileira, para não irritar os militares, e tecíamos as críticas ásperas ao banqueiro do banco sorteado para a grevilha. O Alonso sempre recorria ao Buraco para ajudar no barulho. Antes, articulávamos tudo, inclusive com os militares que iríamos fazer barulho na frente do banco tal. Eles exigiam somente que a gente não criasse baderna. Se era baderna, fazer essa espécie de piquete, então talvez fôssemos baderneiros. Tudo era em segredo, pois não avisávamos com antecedência. Quando o gerente dava por si, lá estávamos nós a fazer barulho.

O “buraco” a que se refere o dirigente, era um conhecido propagandista da época, alcunhado por este nome, que fazia propaganda de lojas e serviços no centro comercial de Belém¹³². Segundo *Alonso Rocha*, a contratação deste profissional era imprescindível¹³³:

Cansei de contratar o *buraco* para nossas grevilhas. Ele era leal. Não faltava e aproveitava para, digamos assim, enfeitar um pouco mais a crítica. Às vezes, fazíamos isto só com a presença de uns dois ou três gatos pingados do sindicato e da confederação, mas com o *buraco*, o barulho era considerável, por que ele rodava a cidade falando mal do banco. Era o dia inteiro nessa coisa, quando pagávamos para isso. Dependendo do contrato, uma manhã e assim ia. Isso era o que mais aborrecia os gerentes e divertia os clientes, principalmente os que tinham dívidas com o banco [risos...].

¹³¹ Depoimento de *ARTUR GOMES DA SILVA* em 1º de abril de 2003 – Vide referências/ Fontes Oraís.

¹³² Eram comuns esses tipos de propagandas no centro comercial da cidade e nos subúrbios, à época. Algumas lojas de departamentos de Belém ficaram famosas por fazer esta espécie de “apelo publicitário”, utilizando as chamadas “bocas de ferro” (alto-falantes) nos carros, alguns equipados com mascotes ou bonecos característicos das lojas: cangurus, dinossauros, figuras de padres, comadres, etc.

¹³³ Depoimento de *RAIMUNDO ALONSO PINHEIRO ROCHA* em 15 de agosto de 2005 – vide referências / Fontes Oraís.

As *grevilhas* eram formas de pressão e aparecem nos depoimentos orais dos bancários sob várias faces: piquetes, panfletagens, denúncias. O sentido de pressão sobre determinado banco e com incidência em fatos relacionados aos descumprimentos de acordos salariais e nas demissões de bancários é ponto em comuns nessas memórias, principalmente no que denominam de “atos de ruas”, como no depoimento de um bancário aposentado, que não chegou a ser militante durante as gestões dos *Independentes*, mas vivenciou a ação das lideranças sindicais nos bancos¹³⁴:

Eu era numa agência do Centro no BANPARÁ, na Presidente Vargas e trabalhava como investigador de cadastro. Nessa atividade de rua, eu presenciei muitas dessas ações em frentes aos bancos, tipos atos de rua.

Os boletins bancários sempre estavam a postos para “lembrar a categoria” quanto aos cumprimentos dos acordos salariais. A “ameaça velada” de uso das *grevilhas* seriam antecipadas por códigos que somente a categoria reconheceria, conforme ratifica o boletim da campanha salarial de 1967/1968 (O BANCÁRIO, 1968, p. 01):

Anexo a este boletim, o colega associado receberá uma cópia mimeografada do acordo salarial firmado pelo sindicato, a Associação dos Bancos, os Bancos locais e demais estabelecimentos bancários com matrizes fora do Pará, excetuando (inexplicavelmente), o Banco Nacional do Norte, o Banco da Bahia, o Banco Mercantil de São Paulo, o Banco Brasileiro de Descontos e o Banco do Estado de São Paulo. O acordo está DEVIDAMENTE REGISTRADO na Delegacia do Trabalho, na forma da legislação vigente, inexistindo assim, qualquer motivo para que maus empregadores aleguem razões de ordem legal. A diretoria do Sindicato e o Delegado da Federação Norte-Nordeste, numa última tentativa de solucionar amigavelmente a pendência, estão insistindo junto às administrações locais dos mencionados bancos, para que o documento seja firmado. Na semana entrante, a Assembléia Geral será convocada para tomar conhecimento do resultado

¹³⁴ Depoimento de RAIMUNDO NONATO OLIVEIRA TAVARES DA SILVA, conhecido como NONATÃO, bancário do BANPARÁ de 1969 a 1999, não chegou a ser militante durante as gestões dos *Independentes*, mas posteriormente tornou-se dirigente do SEEB/Pa-Ap nas gestões de Carlos Levy. Entrevistado no dia 10 de abril de 2003 – Vide referências / Fontes Oraís.

das demarches e decidir sobre as providências a tomar contra os bancos recalcitrantes.

A prática de greve, apesar do momento discricionário do país, também era acionada pelos bancários no Pará. Os anúncios das greves eram antecipados nos programas radiofônicos dedicados à categoria¹³⁵, nos panfletos, nos periódicos locais e nos Boletins durante as campanhas salariais, como este sobre o estado de greve em 1964¹³⁶:

Segundo o que determina a Lei 4.33º, de 1º de junho de 1964 (direito de greve), está se processando, na Delegacia Regional do Trabalho e com assistência da Procuradoria do Trabalho a fase de conciliação que antecede a instauração do dissídio que é de 5 dias após a assembléia que autorizou a GREVE. Assim sendo, termina hoje o prazo para a conciliação no âmbito da procuradoria e delegacia do trabalho. Caso não se chegue hoje a uma conciliação, o sr. Dr. Procurador do Trabalho encaminhará, dia 09, ao sr. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, o processo de instauração do dissídio.

Sobre a greve em questão, seu curso não chegou a ser alterado pelo dissídio. Nas negociações entre bancários e banqueiros, no período entre 1964 e 1974, houve a necessidade de dois dissídios coletivos, com decisões favoráveis à categoria (SEEB/Pa-Ap, 1979) acompanhados de movimentos de pressões pelos instrumentos da greve. Os limites aos estados de greves, porém, eram bem definidos, não somente quanto a esta estratégia, como outras que reportassem diretamente ao conflito. O discurso público das lideranças bancárias era a demonstração desses limites, na defesa de pontos comuns da ação sindical: a defesa do entendimento e a visão do sindicato como espaço de luta e de negociação com os mediadores do *Estado*.

Estas práticas comportam ao SEEB/Pa-Ap, um tipo de ação sindical que, segundo Harbison e Coleman (1963) seria classificada como modelo de

¹³⁵ Aos domingos, durante o período de 1964 a 1970, o SEEB/Pa-Ap possuía um espaço garantido no programa radiofônico "A VOZ DO TRABALHADOR", as 19:00 pela *Rádio Guajará*, em Belém (SEEB/Pa-Ap, 1964).

¹³⁶ Boletim "O BANCÁRIO" nº 73, de 07 de dezembro de 1964 (Vide Referências/Periódicos).

acomodação institucional, tomando por base “a moderna técnica de atuação nos contratos coletivos”, fundamentada na relação entre “organizações”, a saber, (IDEM, p. 17): “Por esta razão, nossa análise se encontra de maneira em que as duas organizações institucionais envolvidas – a empresa e o sindicato – aprendem a viver conjuntamente”. Um modelo de negociação que, a partir desta tipologia de ação, objetiva mediar interesses de forças que provocam o conflito e a cooperação nas “relações construtivas” entre o *Capital* e o *Trabalho*, como ilustra o discurso político do SEEB/Pa-Ap, neste documento¹³⁷:

Os empregadores tem o seu sindicato, todos sabem. Os bancários nunca estranharam isso. E admitimos principalmente nestes dias de reformulação do processo de sindicalismo, que nenhum banqueiro seja hostil ao sindicato de empregados. Sem exagero, acreditamos haver até condições de eles virem ao nosso Sindicato para um papo amistoso. Meio apocalíptica – dirá o leitor – essa idéia de lobo misturado com ovelhas... Mas os tempos estão mudando. O homem já anda até indo à lua, e fala-se muito em paz e harmonia entre os homens. Concretamente, acreditamos ser a harmonia entre patrões e empregadores meta perfeitamente viável. Depende de muito pouco. Só de lealdade. E de sinceridade.

“Mesmos ideais” e “objetivos iguais” são os termos recorrentes nos pronunciamentos das lideranças bancárias, ao longo dos dez anos das gestões *Independentes* no SEEB/Pa-Ap, com reflexos em sua prática sindical, baseada na acomodação institucional, entre o ativismo e a negociação. No uso das técnicas dos mediadores nos Contratos Coletivos de Trabalho entre banqueiros e bancários, no Pará, sob o impacto das *forças ambiencionais* (HARBISON; COLEMAN, 1963) do *Estado* autoritário e da modernização do sistema financeiro, via *Reforma Bancária*, os agentes do *Capital* e do *Trabalho*, sustentam suas relações pelos fins colimados pelas partes e pelos meios para atingir objetivos nas negociações salariais.

¹³⁷ Extraído do Boletim O BANCÁRIO de 22 de abril de 1970, fl de frente. Vide Referências/ Periódicos.

A seara da configuração do conflito, no entanto, para os bancários, estendia-se para além das relações institucionais, envolvendo as experiências de luta com a categoria e a recorrência necessariamente estratégica aos agentes diretos do *Estado* autoritário e militar. A partir dos modelos propostos por Harbison e Coleman (1963)¹³⁸ na relação entre sindicatos e empresas, mediado pela especificidade da relação entre banqueiros e bancários no Pará, pode-se deduzir que se constrói uma relação de *trégua armada*¹³⁹, tomando por base, os argumentos e as práticas das lideranças *Independentes*, bem como o resultado das atuações negociais no espaço de 10 anos de acordos salariais e convenções assinadas pelos agentes (SEEB/Pa-Ap, 1979).

As lideranças, no papel de mediadoras, agem na interlocução com o *Estado*, a partir das estratégias da *acomodação* e com o *Capital*, usam a tática da *trégua armada* para a resolução de conflitos, reconhecendo ao mesmo tempo, sua legítima função do lucro, desde que não se exorbite a exploração do trabalhador (SEEB/Pa-Ap, 1968), onde o bem-estar do *Capital* pode ser legítimo ao bem-estar do *Trabalho*. Nesse sentido, “os líderes sindicais parecem aceitar esse papel e agir no pressuposto de que o interesse do operário no bem-estar do empregador é íntimo e direto” (HARBISON; COLEMAN, 1963, p. 123).

3.2.3 – No ambiente do ativismo e da negociação.

¹³⁸ Os autores propõem três modelos quanto aos tipos de relações entre sindicatos e empresas, nas relações institucionais das convenções e dissídios: *Trégua Armada*, *Trabalho Harmônico* e *Cooperação entre empresa e sindicato*.

¹³⁹ Neste caso, o estudo propõe uma perspectiva diferente da abordada pelos autores, pelo fato destes se reportarem ao modelo sindical de indústria de produção em massa. Concorde-se com a classificação que sustentam como *Acomodação Institucional*, porém a tipologia da *trégua armada* aqui utilizada, se refere ao campo das atuações negociais que se estendem para além dos limites da Justiça do Trabalho e se manifestam na luta social da categoria.

No quadro de desarticulação do movimento sindical dos bancários, a partir de 1965, as lutas da categoria bancária foram isoladas, uma vez que os sindicatos bancários e as federações estavam sob intervenção (TOSI, 1994). Em 1966, a criação do *Fundo de Garantia por Tempo de Serviço* – FGTS e a extinção total do IAPB em 1969 (MALLOY, 1986), provocaram um forte impacto na categoria, no que tange às comodidades da estabilidade do emprego bancário e do padrão de excelência da previdência bancária. O norte da assistência social e as lutas por reajustamentos salariais deram a tônica nas campanhas salariais dos bancários nacionais, e no Pará, os caminhos institucionais de tentativas de dissídios eram recorrentes, como se pode perceber no documento da campanha de 1967/1968, descrita a seguir (O BANCÁRIO, 1968, p. 02):

Será realizada na próxima semana a audiência de conciliação entre bancários e banqueiros, convocada pela Justiça do Trabalho, em cumprimento ao processo do dissídio instaurado no nosso sindicato, contra a classe patronal. Como já divulgamos, em reunião conjunta, diretoria e comissão salarial, devidamente autorizados pela Assembléia Geral decidiram recorrer ao dissídio, considerando-se a posição assumida pelos empregadores na reunião conciliatória realizada na Delegacia Regional do Trabalho, os quais deixaram claro sua disposição de protelar as negociações por tempo indeterminado. Diante disso, o dissídio surge como a única opção que se nos oferece, no momento, para abreviar tais negociações, agora transferida para o âmbito da Justiça do Trabalho. Assim sendo, aguardamos com esperança ainda para este mês a sentença daquela egrégia corte acerca de nossa proposta de Acordo Salarial. Os companheiros também estão convidados a comparecer à Justiça do Trabalho no próximo dia 08, terça-feira, às 15:00 horas, para assistirem ao julgamento do dissídio e dar uma demonstração pública de firmeza e decisão, confiantes todos na magnanimidade e justiça dos eminentes magistrados da nossa Justiça do Trabalho.

O fim do IAPB, no âmbito da *Reforma Bancária*, iniciou um processo de precarização das condições de vida da categoria bancária, afetando sua *condição de ser* (JINKINGS, 2002). As demandas aprovadas nas assembléias dos bancários

no Pará refletem o que nacionalmente se processa entre os trabalhadores do sistema financeiro nesse momento: a luta contra o desemprego, o retorno da construção de conjuntos habitacionais aos bancários, assistência médico-odontológica e a reativação das cooperativas de consumo semelhantes às existentes nos anos 50 (ANDRADE, 2003). Muitas vezes, o IAPB, anterior a sua extinção completa, era acionado para a resolução de algumas dessas demandas, como se pode perceber nesta correspondência do instituto à federação bancária e ao SEEB/Pa-Ap, em 1966¹⁴⁰:

Ilmo.sr. ALONSO ROCHA – Bank of London & South America Limited.

Rua 15 de Novembro, 275.

Belém – Pa.

Prezado Senhor:

Atendendo solicitação do Presidente da CONTEC, sr. Rui Brito de Oliveira Pedrosa, em carta que V. S^a dirigiu ao mesmo, expomos abaixo as providências tomadas:

Aparelho de Raio X para a regional do Instituto dos Bancários neste Estado, instalado há algum tempo;

AMBULÂNCIA: não foi comprada para essa cidade;

VIAGEM DO MÉDICO-CHEFE: O diretor do Departamento de Assistência Médica Dr. Eli Baía de Almeida, dia 08 de outubro próximo estará nesta capital participando do Congresso de Tuberculose e entrará em entendimentos com o Dr. Hermínio Pessoa para verificar junto a este a possibilidade ou não da vinda a esta sede;

PRÉDIO DE APARTAMENTOS: dos 36 apartamentos do instituto nessa cidade, 24 estão locados e os ocupantes já se manifestaram para a compra. Os vagos em número de 12, serão alienados na forma do disposto na Lei 4.380/64 (Plano Nacional de Habitação) e seu decreto regulamentador.

Sem outro motivo, valemo-nos do ensejo para apresentar-lhe as nossas cordiais saudações. Mário Antônio Raimundo – Representantes dos Segurados.

¹⁴⁰ IAPB, of. 28 de setembro de 1966 (vide referências/Documentos).

A criação do *Instituto Nacional de Previdência Social* – INPS¹⁴¹ em 1969 (MALLOY, 1986) era parte da política do governo federal de centralizar a responsabilidade pelos benefícios sociais, alterando consideravelmente a qualidade no atendimento às categorias que possuíam institutos próprios, no caso, os bancários. A queda no nível de atendimento levou, por exemplo, O SEEB/Pa-Ap a firmar programas de assistência social com o INPS (SEEB/Pa-Ap, 1969) e com os serviços privados (SEEB/Pa-Ap, 1970), atestando a queda da qualidade de vida dos bancários, como reflexo nacional do quadro da categoria, aliado ao programa de arrocho salarial dos trabalhadores efetivado pelo regime militar, condenado pelo sindicato em nota pública (O BANCÁRIO, 1968, p. 01):

Como é do inteiro conhecimento dos companheiros bancários, os trabalhadores de todo o país, cumprindo justa e oportuna determinação da II Conferência de Dirigentes Sindicais, estão empenhados numa pacífica luta pela revogação da atual legislação salarial, altamente lesiva aos interesses da classe assalariada.

Do ponto de vista financeiro, o fim do IAPB acarretou problemas de caixa nas receitas dos sindicatos. No Pará, como forma de atenuar o problema das receitas na gestão do bancário *João da Silva Pereira*, o SEEB/Pa-Ap conseguiu sua sede própria em 1966 (ANDRADE, 2003), não mais pagando os aluguéis por uso de salas no centro comercial de Belém¹⁴². Quanto à aquisição desta sede e as economias conseguidas a sua consecução, descreve Silva (1997, p. 175-177):

¹⁴¹ Com a mini-reforma previdenciária no Governo Sarney, para atender as prerrogativas da Constituição de 1988 sobre a política de seguridade social ao país, o INPS passou a ser denominado de *Instituto Nacional de Seguridade Social* – INSS, com exclusivas atribuições de seguridade e não mais como previdência pública de atendimento à saúde. Esta atribuição passou a ser de responsabilidade do *Sistema Único de Saúde* – SUS ainda em vigor. Nas regras atuais de previdência pública, os Estados e os Municípios da União, não podem mais arcar com despesas de saúde ligadas à arrecadação previdenciária, mas com rubricas próprias aos seus servidores sob formas de *planos assistenciais* desvinculados das *previdências sociais*.

¹⁴² O SEEB/Pa-Ap passa a ter sede própria em rua central de Belém, denominada *Travessa Padre Eutíquio, casa 606*, onde funcionou até novembro de 1980, quando foi transferido para um prédio localizado também na área comercial da cidade, na avenida denominada *Padre Prudêncio* (SILVA, 1997). Até à conclusão desta dissertação, o SEEB/Pa-Ap não possui mais este espaço da sede própria adquirida pelos *Independentes*, com o prédio atualmente em ruínas, sob um imbróglgio jurídico

Ao assumirmos a presidência do Sindicato, tão logo conseguimos sanear as vultosas dívidas encontradas e reaparelhada a infraestrutura, criamos um Fundo de Reserva específico para a aquisição da sede própria, colocando nesses os recursos necessários oriundos dos saldos resultantes da aplicação das mensalidades, imposto sindical e da contribuição de taxas sobre as diferenças de reajustamento salarial [...]. Criamos uma comissão, por mim presidida, com a finalidade de comprar um imóvel adequado e que estivesse localizado em área que permitisse aos colegas um fácil acesso ao saírem de seus locais de trabalho, tendo em vista a localização dos bancos no centro da cidade [...]. Finalmente, coube a Alonso Rocha o êxito de localizar a casa [...] que atendia todos os requisitos e recebera parecer favorável de Orlando Pereira, inclusive quanto à compatibilização do valor do imóvel e o preço à vista, de dezenove milhões de cruzeiros pretendidos pelo seu proprietário, dono do 'Barbinha', parecer este endossado pela Comissão. Então reunimos a Diretoria que também concordou e autorizou a aquisição desse imóvel, o que foi feito. As despesas de transpasse, escritura, ligeiros reparos e pintura no valor de Cr\$ 7.728.094,00, totalizando assim Cr\$ 26.278.094,00.

QUADRO 05 - COMISSÃO INSTITUÍDA PARA A AQUISIÇÃO DA SEDE PRÓPRIA DO SEEB/PA-AP (1963).

<i>Artur Gomes da Silva</i> – Presidente.
<i>Alonso Rocha</i> – Colaborador.
<i>Olivar Nylander Brito</i> – Colaborador para controle de recursos orçamentários.
<i>João de Araújo Seabra</i> – Colaborador.
<i>Josemar Pragano Toscano</i> – Colaborador.
<i>João Pereira</i> – Colaborador.
<i>Raimundo da Silva Melo</i> – Colaborador.
<i>Orlando Pereira</i> – Parecererista Técnico dos Laudos Imobiliários.

Fonte: SEEB/Pa-Ap, Relatórios, 1963 – 1964.

Na gestão de *José de Araújo Ferreira*, chamado de *Ferreirinha*, último Presidente do SEEB/Pa-Ap, das direções *Independentes*, foi construído um auditório na sede própria (ANDRADE, 2003). Durante a gestão de *Orisvaldo Barbosa*, houve a

ainda não resolvido pelas diretorias. O prédio da *Avenida Padre Prudêncio* está desativado, pois a atual sede do SEEB/Pa-Ap fica em outro endereço da cidade, sob modernas instalações.

aquisição de um terreno em outro espaço central da cidade¹⁴³ onde posteriormente será construído um ginásio poliesportivo e em seu anexo, a atual sede do SEEB/Pa-Ap¹⁴⁴.

As informações acerca da aquisição da sede própria e das posteriores construções de espaços, revelam os esforços dos *Independentes* na economia de despesas, no momento da perda do controle do IAPB e a conseqüente redução de recursos. Mantendo-se basicamente de mensalidades e do imposto sindical, com os esforços concentrados na redução de despesas e com transferências dos Fundos de reservas, as gestões dos *Independentes* dedicaram-se à administração burocrática e às intervenções em campanhas salariais (SILVA, 1997).

Em 10 anos destas gestões, o SEEB/Pa-Ap passa a contar com o aumento de 1.718 associados em 1964 (SEEB/Pa-Ap, 1965) – um crescimento relativamente pequeno em relação à década de 50, levando-se em consideração o processo de modernização dos bancos a partir da *Reforma Bancária*, ratificando a redução inicial de postos de trabalho nos bancos apontada pelos índices estatísticos de emprego neste setor (IBGE, 1965), mantendo seu trabalho de comunicação com a categoria imprimindo aproximadamente 135.000 exemplares dos boletins “O Bancário” (SEEB/Pa-Ap, 1966) e a instalação de biblioteca denominada “28 de Agosto” (SEEB/Pa-Ap, 1970)¹⁴⁵. Manteve a entidade a política de prestações de assistência dentária e a retomada do *Centro Paraense de Desportos Bancários*¹⁴⁶.

¹⁴³ Na rua denominada *28 de setembro* entre a atual Avenida *Doca de Souza Franco* e Rua *Quintino Bocaiúva* (ANDRADE, 2003).

¹⁴⁴ Este ginásio foi concluído em 1995, com um anexo de 01 andar, com várias salas ocupadas pelas respectivas diretorias do SEEB/Pa-Ap.

¹⁴⁵ Data comemorativa do *Dia Nacional dos Bancários* (SILVA, 1997). Até à conclusão deste estudo, esta biblioteca está desativada no SEEB/Pa-Ap, mas há propostas nas atuais gestões de retomá-la, no sentido de transformá-la em centro de documentação.

¹⁴⁶ Essa entidade foi criada em 18 de junho de 1960 (CENTRO PARAENSE DE DESPORTO BANCÁRIO, 1960) e mantinha uma certa autonomia em relação às diretorias executivas do SEEB/Pa-Ap. Foi desativada e retomada nas gestões dos *Independentes* sob a presidência do bancário *Waldemar Dias Bezerra* (SEEB/Pa-Ap, 1970), passando a ser controlada por diretores do próprio

No que se refere aos recursos financeiros, a maior perda do SEEB/Pa-Ap foi impactada pela transferência dos aportes da *Caixa de Pecúlio* do IAPB com a reforma previdenciária de 1969, além do imenso patrimônio do prédio do instituto em área nobre da cidade¹⁴⁷. Em relação à perda física deste patrimônio ao INPS, os bancários paraenses anunciavam suas preocupações e objeções na defesa de *direitos inalienáveis* sob sua ótica, em trecho desta correspondência pública ao *Ministério do Trabalho e Previdência Social* (SEEB/Pa-Ap, 1967, p. 04):

Em Belém, após vários anos de luta e sacrifícios os bancários viram concluída a construção de o seu prédio de apartamentos. Mesmo com o advento da Lei Nacional de Habitação conseguiram autorização ministerial para que os apartamentos fossem vendidos aos segurados inscritos na Carteira Imobiliária do ex-IAPB. Presentemente o prédio vem de ser solicitado pelo novo INPS, para a instalação de seus serviços. Confiam os bancários que lhes seja assegurado o inalienável direito de ocupar, para fins de moradia, o fruto de seu trabalho.

Nos relatórios sindicais, atas de assembléias e na memória dos bancários, a perda do prédio do IAPB se constitui como tema recorrente. A idéia de *perda* parece ser mais do que patrimonial, pelo fato de no prédio/espço físico estarem representados os valores simbólicos da luta social da categoria, em tudo o que significou na disputa pelo controle da previdência bancária com o *Estado*, ao mesmo tempo, expressão também simbólica do *labor* e da *assistência social garantida*, conferindo na recorrência ao passado, o mito da estabilidade que a *perda física* parecia anunciar. Direito, portanto, nos códigos verbais expressos pelas representações do discurso político, inalienável de “ocupar”, usufruir o que teriam

sindicato, perdendo a autonomia anterior e se tornando uma importante referência na experiência de classe patrocinada nos anos 70 entre os bancários no Pará (ANDRADE, 2003).

¹⁴⁷ Refere-se ao prédio-sede do IAPB que se localizava na até hoje denominada *Avenida Nazaré* – bairro do mesmo nome e que passou a se constituir como patrimônio do INPS, atual INSS. Durante o governo de *José Sarney* (1985 – 1990), o seu então Ministro da Previdência Social, o paraense e líder político *Jader Barbalho* (ex-governador do Pará em duas gestões – 1983/1987; 1991/1994), demoliu este prédio para a construção de um outro no mesmo local, em processo bastante controverso à época. Os dirigentes bancários exigiam que este prédio passasse ao patrimônio do SEEB/Pa-Ap, mas perderam a disputa por conta da intervenção do Regime Militar. Para os bancários, isso se constituiu uma apropriação indevida do *Estado* de um patrimônio pertencente aos trabalhadores (SILVA, 1997).

sido resultados do justo labor, sabedores que eram da função do Estado, segundo consta o relatório sindical (SEEB/Pa-Ap, 1967, p. 03):

[...] na proteção dos menos favorecidos [...] à família do trabalhador e à instituição de seguro de vida coletiva através da Previdência Social, em caráter obrigatório.

A mesma representação da *perda*, da *ausência de solidez* permitida pelo passado sindical de conquistas da história social do trabalho no Brasil (NEGRO, 2004), se estabelecia à questão do FTGS que extinguiu a *estabilidade do emprego* (SANTOS, 1973). A esse respeito, ácidas críticas aspergiam as lideranças bancárias (SEEB/Pa-Ap, 1967, p. 02):

O Sindicato dos Bancários é contrário ao citado Fundo porque o mesmo representa a PERDA DO DIREITO À ESTABILIDADE. Essa inovação motiva que a insegurança da manutenção de emprego que era observada na proximidade dos dez anos de serviço, passa a ser permanente, agravando-se à medida que os salários se elevem ou se aproxima o trabalhador dos 40 anos idade, quando será substituído por elementos mais jovens, e dificilmente terá condições de disputar novos empregos, em condições equivalente a que já fazia jus.

A criação do FGTS junto às demissões provocadas pela *Reforma Bancária* permitiu ao setor financeiro, um perfil novo à categoria bancária, anunciando o que Blass (1992) define como *caráter transitório, instável* e de *baixa faixa etária* à condição de quem opera o sistema. De fato, os dados estatísticos sobre o emprego bancário, em 1970 (IBGE, 1971) no Pará – pós-efeitos da *Reforma Bancária* e da criação do FGTS – atentam para uma gradual redução da faixa etária entre os trabalhadores bancários admitidos, com permanências de no máximo 05 anos em seus postos de trabalho, antecipando em duas décadas o que confirmam Cerqueira e Amorim (1997, p. 403) nos anos 90:

Naturalmente, todas essas mudanças produziram conseqüências no processo de trabalho bancário, com a intensificação e diversificação das tarefas exercidas pelos funcionários, adoção de novas formas de gestão da mão-de-

obra e mudanças nas regras de contratação e remuneração dos trabalhadores.

A partir deste quadro, defendem as lideranças bancárias paraenses a manutenção do direito à estabilidade, “com sua redução de 10 para dois anos de trabalho ao mesmo empregador, como já os tiveram os bancários” (SEEB/Pa-Ap, 1967, p. 03).

A estabilidade, garantida nos acordos coletivos anteriores a 1964, deixou de ser concedida, ficando às convenções posteriores os resíduos de *quinquênios* e *anuênios*, com se pode comprovar pelo teor da *Cláusula Terceira do Acordo Salarial* 1967/1968 entre banqueiros e bancários no Pará (SEEB/Pa-Ap, 1979: div. 17, s.p.):

Os bancários que, no decorrer da vigência do presente acordo, completarem mais hum (01) ano efetivo de serviço farão jus a um anuênio, superior ao acordo de 08 de novembro de 1966, na percentagem de que trata a cláusula primeira (1ª) a ser fixada pela Justiça do Trabalho.

Registre-se que a concessão de *anuênios*, assegurada nos *Acordos Salariais* e *Convenções Coletivas* nacionais, variava na especificidade das mesmas, entre bancos públicos e privados (aqueles propensos a acordos nacionais).

Para assegurar estas especificidades, os *Acordos Coletivos* consensuados nas atuações negociais, estipulam parágrafos únicos na cláusulas referentes aos *anuênios* e/ou *quinquênios*, conforme confirma trecho do acordo 1974/1975 (SEEB/Pa-Ap, 1979: div. 17, s.p.):

Os estabelecimentos de crédito que vem proporcionando a seus empregados vantagem específica da mesma natureza embora com intervalo maior de um ano, mas em bases superiores à ora fixada, continuarão a concedê-la, em substituição à desta cláusula.

A compensação oferecida pelo SEEB/Pa-Ap, na resposta possível ao *sentimento de perda* das “conquistas bancárias”, no que diz respeito à assistência social, resumiu-se à política de *bolsa de estudos* aos dependentes dos associados,

à assistência jurídica e ao tratamento odontológico (SEEB/Pa-Ap, 1970)¹⁴⁸, conforme atestam trechos do Relatório do sindicato das atividades realizadas no biênio 1968/1969 (SEEB/Pa-Ap, 1969, p. 03-04):

ASSISTÊNCIA JURÍDICA – O renomado e competente bacharel Itair Sá e Silva, advogado experimentado [...] continua prestando a sua brilhante colaboração a nossa entidade. Durante o exercício foram fornecidas 52 requisições a associados que solicitaram esse atendimento [...]. ASSISTÊNCIA DENTÁRIA – Com o objetivo de proporcionar melhor assistência aos associados e seus dependentes, contratamos mais um profissional [...] nos expedientes matutino e vespertino [...] que atenderam aos 585 requisitantes deste benefício [...]. BOLSAS DE ESTUDO – O Sindicato entregou no mês de julho aos associados contemplados com este benefício 68 cheques no valor total de NCr\$ 9.360,00, correspondentes ao pagamento da primeira parcela do ano escolar.

No agravamento da repressão aos movimentos sociais durante o regime militar, as entidades sindicais centraram sua atuação em torno da burocracia, semelhante à da *Era Vargas* (NEGRO, 1999), o que no SEEB/Pa-Ap não será diferente. No geral de 1964 a 1978, os sindicatos bancários nacionais desenvolveram sua ação em atividades de cunho financeiro-administrativo, expandindo seus patrimônios e procurando consolidar seus serviços de assistência social (TOSI, 1994).

Os relatórios do SEEB/Pa-Ap, principalmente das gestões entre 1970 e 1974, demonstram esta preocupação com aquisição de móveis, aumento patrimonial, compra de prédios e pagamento de honorários, sem abandonar, no entanto, os assuntos de campanhas salariais, evitando o debate político-ideológico existente no país em relação ao regime militar em vigor (ANDRADE, 2003).

Este modelo de administração e prática sindical permitiu ao SEEB/Pa-Ap um visível aumento da taxa anual de sindicalização, em ritmo relativamente estável,

¹⁴⁸ Nas diversas assembléias da categoria, o recurso da assistência aos bolsistas, era recorrente como ponto de pauta (ANDRADE, 2003).

apropriado às campanhas de metas estabelecidas pelos *Independentes*, como se observa no relatório sindical, a seguir (SEEB/Pa-Ap, 1970, p. 08):

A exemplo dos anos anteriores, fizemos também no exercício final de nosso mandato a CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO META 3000. Esta campanha se constitui numa forma de contacto direto com a classe nos respectivos locais de trabalho, além de contribuir evidentemente para aumentar o número de associados do nosso órgão de classe.

Entre 1970 e 1971, o SEEB/Pa-Ap conseguiu mais de 400 novos associados, gerando ao sindicato um expressivo número de filiados, saindo dos 1.718 do início das gestões dos *Independentes*, em 1964, ao expressivo número de 2.594 filiados em 1971, quase atingindo a meta da campanha de sindicalização iniciada em 1969 (SILVA, 1997). Isso não impedia – e até reforçava – a crítica aos impactos da *Reforma Bancária*.

Os relatórios internos do SEEB/Pa-Ap publicados em pleno governo de *Emílio Médici* (1969 – 1974) – período reconhecido de repressão e endurecimento do regime militar – revelavam os descontentamentos à *Reforma Bancária*, nas críticas feitas pelos *Independentes* às demissões em massa promovida pelos banqueiros no Pará, no rastro dos projetos reformadores do sistema financeiro, chegando a representar os banqueiros como *inescrupulosos* e os bancários, como *escravos da era espacial* (SEEB/Pa-Ap, 1970).

O teor dos relatórios e a carga emotiva dos pronunciamentos oficiais das lideranças bancárias eram nítidos quanto à referência da *Reforma Bancária*, mas alçados ao discurso crítico da relação entre o *Capital* e o *Trabalho*, ausentando, porém, estrategicamente o papel do *Estado* nesta relação. A prática de recorrência ao Comando Militar, pode explicar esta ausência, para a efetivação de soluções

quando possíveis, no uso de interlocutores essenciais, quando procuravam “*fazer diálogos com alguns militares*”¹⁴⁹, oficiais e oficiosamente.

A *indústria de demissões* como classificavam as direções sindicais bancárias no Pará, contou com a participação do *Estado*, o promotor da *Reforma Bancária*, com mecanismos jurídicos e institucionais que permitiram a reprodução ampliada do lucro pelo capital monopolista. Este aspecto não era realçado pelos *Independentes* em sua crítica e postura de combate às demissões bancárias, vista que estas, não foram subjetivas políticas das *ganâncias dos banqueiros* (como costumava classificar a direção sindical).

Ainda assim, esta crítica, que demonstra o papel do *Trabalho* na conflituosa relação com o *Capital*, mesmo dimensionada aos interesses burocráticos do ponto de vista do aumento de associados, nas representações externas, podem ter contribuído à sensibilização da categoria bancária quanto ao real processo de exploração que as reformas no sistema financeiro ensejam (JINKINGS, 1995).

Pelos caminhos da retração política reivindicativa direta e do discurso indireto – além do assistencialismo – as lideranças *Independentes* exercitaram sua experiência de classe por outras formas de representações¹⁵⁰, inseridas na partilha de suas próprias e específicas tradições e constituição de classe (THOMPSON,

¹⁴⁹ Trecho do depoimento de ALONSO ROCHA – ver página 183 deste Capítulo.

¹⁵⁰ As representações de *temor* à repressão do *Estado* colocava à categoria a necessidade de recorrer a caminhos alternativos de combate e ou resolução de conflitos com o *Capital*, além do real quadro de demissões e reduções na categoria bancária. Para TOSI (1994) este caminho da retração política e reivindicatória teria sido um fator de imobilismo sindical com reflexos na organização sindical bancária, cedendo espaço ao assistencialismo como fator de expansão, durante o regime militar. Ao estudo em questão nesta pesquisa, esses mecanismos de constituem como forma de atuação sindical das lideranças bancárias paraenses, no período, constituída na síntese entre as tradições de conflitos e mediações, construídas por sua experiência de classe, em um momento peculiar de reestruturação do trabalho bancário e de consolidação do Regime Militar.

1998), na arena de suas construções enquanto atores sociais, no espectro ao que possa ir para além da modernidade (TOURAINÉ, 1994)¹⁵¹.

Pode-se deduzir que, as lideranças *independentes* construíram um enredo de atuação sindical, com possibilidades – ainda que restritas e nos limites das atuações negociais e institucionais – de ação política junto à categoria bancária local¹⁵².

3.3 – Os Bastidores da Mediação Bancária: Articulação Sindical, Atuação Negocial e Ações Trabalhistas.

3.3.1 – Intervenção e Articulação sindical.

Construindo um enredo de atuação entre a *retração* e o *ativismo sindical*, durante o regime militar, o SEEB/Pa-Ap teve seu raio de ação mobilizadora mais limitada ainda, pela edição do *Decreto-Lei 771* de 19 de setembro de 1969¹⁵³.

A direção eleita em 1961 – que sofreu intervenção militar em 1964 com a invasão do sindicato e os expurgos dos *Comunistas* – teria seu mandato expirado em 1970, mas foi prorrogado por força legal, para 1971, sob a presidência do bancário *José Antônio de Araújo Ferreira* – o *Ferreirinha* como era conhecido no meio sindical (SILVA, 1997).

¹⁵¹ Repensada aqui a modernidade, em torno do *Estado Autoritário* e da *Reforma Bancária*, na apropriação conceitual de Touraine quanto aos elementos da modernidade contemporânea e composição dos atores sociais coletivos.

¹⁵² O choque final do regime militar no endurecimento aos movimentos contestatórios foi a decretação do *Ato Institucional nº 05 – AI/05*, em 1968, com reflexos imediatos nas políticas efetivas pelas direções bancárias, num momento de maior cerceamento das liberdades democráticas do país (KAREPOVS, 1993).

¹⁵³ Por este Decreto assinado pelo Presidente Militar *Emílio Médici*, as direções sindicais em todo o país teriam seus mandatos prorrogados, com o objetivo de se evitar um clima de politização sindical, em plena vigência do AI-05 (CANEDO, 1986).

De 1971 a 1973, assumiram a presidência do SEEB/Pa-Ap, os *Independentes Francisco Augusto de Carvalho* (que renunciou ao cargo ainda em 1971) e *Felinto Amorim Pereira Filho* – vice-presidente de *Carvalho*, concluindo o mandato da diretoria eleita em 1970 (ANDRADE, 2003)¹⁵⁴.

A composição destas diretorias, pouco alterava, apenas procurando refazer formas de revezamentos nos cargos e entre o corpo diretivo. Pode-se perceber que a gestão de 1971 a 1974, era o reflexo das negociações políticas e das articulações perpetradas pelos *Independentes* na manutenção de sua hegemonia sindical, a partir da reprodução dos cargos e de seus respectivos titulares que dirigem a entidade desde a intervenção de 1964.

QUADRO 06 - COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA DO SEEB/Pa-Ap – 1971/1974.

Presidente: <i>Francisco Augusto de Carvalho</i> . Vice-Presidente: <i>Felinto Amorim Pereira Filho</i> . Secretário Geral: <i>Orisvaldo Nazareth da Silva Barbosa</i> . Diretores Efetivos: <i>Teresinha da Cruz Bezerra, José Romualdo de Oliveira, José Antônio de Araújo Ferreira e Francisco José da Costa</i> . Diretores Suplentes: <i>José Santana de Souza Pereira, Roberto Pereira Pinho, Adelino da Veiga Tenório, Edvaldo José Rodrigues de Souza, Alba Nazareth dos Anjos Amaral, Marcos Jacob de Souza Medeiros e Antônio Anacleto do Nascimento</i> . Conselho Fiscal Efetivo: <i>Laedson Carlos Gaia, Sofia Seiko Sasaki e Guilherme Dias de Oliveira</i> . Suplentes do Conselho Fiscal: <i>Ana Camila Monteiro Naiff, Roberto Xavier de Almeida Ferreira e Mário de Nazareth Hermes</i> . Delegados Representantes Efetivos: <i>Raimundo Alonso Pinheiro Rocha e José Antônio de Araújo Ferreira</i> . Delegados Suplentes: <i>Felinto Amorim Pereira Filho e Orisvaldo de Nazareth da Silva Barbosa</i> .
--

Fonte: Relatórios e Atas de Posse (SEEB/Pa-Ap, 1971).

Este período foi o de maior evidência de práticas do assistencialismo e da promoção de eventos sociais. Torneios de futebol, corridas de bancários, concursos de *miss bancária*, participação em eventos sociais locais, foram atividades

¹⁵⁴ Nesse período, por conta excepcionalidade da prorrogação de mandatos sindicais, o SEEB/Pa-Ap chegou a compor dois *Conselhos Fiscais*. O primeiro composto por *Álvaro José de Moura, Francisco Augusto de Carvalho e Teresinha da Cruz Ferreira*, até junho de 1971 (SEEB/Pa-Ap, 1970). O segundo por *Laedson Carlos Gaia, Sofia Seiko Sasaki e Ana Camila Monteiro Naiff*, até 14 de junho de 1972 (SEEB/Pa-Ap, 1971).

corriqueiras, estimuladas pelos *Independentes*, como atesta o relatório sindical de 1971 (SEEB/Pa-Ap, 1971, p. 09):

Continuamos contando com a valiosa colaboração dos abnegados colegas do Departamento Social. A eles foram confiadas às realizações das nossas tertúlias dançantes e atrações outras, com a finalidade de desenvolver a solidariedade sindicalista, no mais sadio e alegre divertimento. Especial destaque merece a realização da festa de Carnaval Infantil para os filhos de nossos associados.

A representação da *solidariedade sindicalista* que apregoavam os *Independentes* passava pela efetivação de práticas sociais que, ao olhar dessas lideranças, estimularia “um espírito de colaboração da categoria com o sindicato”¹⁵⁵, em torno do que, no seu *fazer-se* se constituiria uma forma própria de *consciência de classe* (THOMPSON, 1987). Nesse universo de representação, o esporte assumiria um papel especial, pela intermediação do *Centro Paraense de Desporto Bancário*, dirigido em várias gestões por *Alonso Rocha* ou *Manuel Mendes Tavares* (ANDRADE, 2003).

A prática do desporto bancário seria utilizada para a *promoção de contatos com a classe* na difusão do *espírito do sindicalismo* (SEEB/Pa-Ap, 1970). O Futebol, em particular, era o esporte mais acionado, por influência da conquista do Tri-Campeonato de Futebol – Copa do Mundo – pela Seleção Brasileira em 1970, resultante em parte do espírito ufanista patrocinado pelo regime militar¹⁵⁶. Para se ter uma idéia do uso do futebol como prática de conagração sindical, em 1970, um torneio de futebol de campo organizado pelo *Centro Paraense de Desporto*

¹⁵⁵ Trecho do Boletim “O BANCÁRIO”, Nº 25, com o sugestivo título “BRASILEIROS, AMEMO-NOS!” (SEEB/Pa-Ap, 1970). Para *Alonso Rocha*, o título seria provocativo ao regime militar, em contraposição ao slogan “BRASIL: AME-O OU DEIXE-O” – Depoimento de RAIMUNDO ALONSO PINHEIRO ROCHA em 08 de agosto de 2005 (vide Referências/Fontes Oraís).

¹⁵⁶ A esse respeito é curioso notar que nas figuras expressas nos relatórios, o tom ufanista se fazia presente com desenhos de mapas do Brasil em verde-amarelo e citações recorrentes à conquista do tri-campeonato: “Também, segundo o regulamento o companheiro que sindicalizasse o maior número de bancários seria agraciado com o título de campeão da sindicalização, que coube ao nosso companheiro MANOEL MENDES TAVARES, que já havia conquistado títulos idênticos em 1968 e 1969, sagrando-se TRI-CAMPEÃO DA SINDICALIZAÇÃO” (SEEB/Pa-Ap, 1971: 09).

Bancário, reunia em jogos no *Baenão*, *Curuzu e Souza*¹⁵⁷ mais de 100 atletas bancários e as partidas, assistidas por mais de 500 pessoas em média, com especial cobertura da imprensa local (ANDRADE, 2003). O desporto bancário, em especial as *Olimpíadas dos Bancários*, realizadas anualmente, fazia parte do calendário esportivo da cidade¹⁵⁸. Eram nesses eventos, inclusive que alguns bancários eram estimulados a participar da vida sindical como informa o bancário¹⁵⁹:

Não tinha outra coisa a não ser tentar reunir a categoria, em acontecimentos mais assim, festas sociais. Nós mobilizamos muito em 1967, 1968, no auge de nossas mobilizações, influenciados pelos movimentos estudantis nas universidades. Aí, veio o AI-05 e pronto! Os movimentos também na faculdade, nas universidades também foram os mesmos, como aqui no Sindicato, se reuniam apenas em reuniões festivas e eventos esportivos.

Junto às atividades assistenciais e desportivas, as lideranças sindicais *Independentes* também buscavam articular eventos sindicais com outras entidades representativas de classe, além das que efetivamente atuavam em relação ao movimento bancário nacional¹⁶⁰, e por elas, procuravam pontuar uma prática mais militante e politicamente definida, nas franjas consentidas pelo regime militar. Nas atividades de classe, os bancários tiveram um papel considerável como atores na organização de dois eventos simbólicos ao movimento sindical durante o regime militar: a *II Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais* em 1967 e o *II Encontro de Dirigentes Sindicais do Pará* em 1968. Nestes eventos, ficam delineados os objetivos

¹⁵⁷ Nomes populares dos estádios de futebol das três mais importantes agremiações de futebol paraenses e com referências a ruas ou bairros de Belém onde se localizam até hoje: *Baenão* (Clube do Remo), por se localizar na rua *Antônio Baena*; *Curuzu* (Payssandu Sport Club), por se localizar na *Travessa Curuzu* e *Souza* (Tuna Luso Brasileira), por se localizar no Bairro do *Souza*. Seus nomes oficiais respectivos são: *Evandro Almeida*, *Leônidas Castro* e *Francisco Vasques*.

¹⁵⁸ Uma reminiscência desta prática é a promoção anual, ainda hoje, do SEEB/Pa-Ap da *Corrida Bancária* realizada anualmente em agosto – o mês do bancário reconhecido pela categoria. As diretorias do sindicato congregam este evento nas atividades da campanha salarial anual (ANDRADE, 2003).

¹⁵⁹ Trecho do depoimento de ALTAIR GUIMARÃES CARNEIRO em entrevista no dia 09 de abril de 2003 (vide Referências/Fontes Orais).

¹⁶⁰ Participavam de Conferências e Encontros Bancários, como a *Iª Conferência Interestadual dos Bancários* em São Luis (MA), entre 29 e 30 de março de 1971, e no mesmo ano, do *X Congresso de Bancários* em Porto Alegre (RS), além dos eventos da CONTEC (II CONFERÊNCIA, 1967).

da ação política dos *Independentes*, bem como sua posição em relação às questões pontuais perpetradas pelo *Estado Autoritário* às classes trabalhadoras.

Em carta endereçada ao Ministro do Trabalho e Previdência Social, Cel. *Jarbas Gonçalves Passarinho*¹⁶¹, no dia 31 de março de 1967 – quando se comemorava o 3º ano da *Revolução Democrática de 1964*¹⁶² – O SEEB/Pa-Ap afirma posições claras quanto às questões delicadas ao regime: *defesa de amplas liberdades sindicais, livres eleições sindicais, maior aparelhamento da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho para fiscalização aos abusos cometidos pelos banqueiros, a revogação do FGTS e a desvinculação do IAPB em relação ao INPS* (SEEB/Pa-Ap, 1967). O ponto central do documento, quanto ao princípio mediador defendido pelos *Independentes*, diz respeito à questão da livre negociação (SEEB/Pa-Ap, 1967, p. 02):

Entendemos que somente poderá haver liberdade sindical com a reformulação da política salarial pela revogação da Lei nº 4725 e Decretos-Leis 15 e 17 que em seu conjunto, eliminam a possibilidade de livre negociação entre empregados e empregadores, e restringem, inclusive, a mediação por parte da Justiça do Trabalho que tem sua capacidade de conciliação e julgamento limitada às decisões previamente determinadas pelo Conselho Nacional de Previdência Social.

A idéia de uma *livre negociação* incorporada ao discurso das lideranças bancárias do Pará, não encontrava consenso no movimento sindical. Negro (2004) sustenta que, no caso dos sindicatos de trabalhadores de produção de bens-de-capital, montadoras principalmente do setor automobilístico e metalurgia, os expurgos do que os militares denominavam de *sindicalismo político de comunistas e trabalhistas demagogos*, teriam forjado nas direções sindicais, correntes

¹⁶¹ *Jarbas Passarinho* foi um importante articulador do Golpe Militar de 1964, com atuação direta nos encaminhamentos relativos ao Estado do Pará, pelo fato de ter sido o governador do Estado indicado pelo regime. Em 1967, assumiu a cadeira de Ministro do Trabalho e Previdência Social, logo após sua posse como Senador da República pela *Aliança Nacional Renovadora* – o partido de sustentação do regime militar – pelo General Presidente *Arthur da Costa e Silva* (NEGRO, 2004).

¹⁶² Denominação conferida pelo regime militar ao *Golpe de 1964*.

identificadas com o que o regime passou a classificar de *sindicalismo autêntico* ou *democrático*, via de regra articulados na contraposição ao conceito de sindicalismo livre. Na prática, este sindicalismo identificado como *apartidário* e *autêntico* pelo regime, não se opunha à relação com o *Estado*, baseada no controle e subserviência, afastando-se de suas bases e negando a idéia de livre-negociação direta ou no livre sindicalismo como defendiam os bancários paraenses. A esse respeito sustenta Negro (2004, p. 275):

Depois de 1964, os 'democráticos' do MSD abandonaram a idéia da vizinhança com as bases e cristalizaram sólidas carreiras de subserviência, cabendo à segunda geração, levar a proposta adiante. Constrangidos, desde logo, a incluírem a mão forte do Estado como fator de tolhimento e interferência, os novatos constataram o fato, mas não se rebelaram, pois sua sobrevivência estava em jogo. Não havia como fazer um genuíno movimento sindical sem arrancar aos patrões o reconhecimento de sua presença como algo indispensável na relação entre capital e trabalho, estas também menosprezadas pelos patrões.

A proposta assumida pelos *Independentes* no Pará pressupõe a livre mediação da *Justiça do Trabalho*, enquanto espaços que conseguiam vislumbrar de atuação negocial adequada ao setor financeiro, ao mesmo tempo, componentes ao fortalecimento do sindicato como instituição, próximo ao que Harbison e Coleman (1963) consideram como *tática das negociações coletivas de acomodação institucional* na promoção de seguridade e estabilidade do sindicato como organização. A partir desta representação do *sindicato institucionalmente forte*, as lideranças bancárias filtram o discurso político eivado das negociações coletivas, para afirmar que a política salarial do regime militar (SEEB/Pa-Ap, 1967, p. 02):

Como é óbvio [...] permite aos senhores empregadores nela se escudarem, como de fato o fazem, negando-se inclusive a debater reivindicações das categorias profissionais. Por sua vez, os sindicalizados, desestimulados, deixam de freqüentar as Assembléias, tornando-se apáticos com relação a atuação de suas diretorias, por entenderem que no final prevalecerá o CNPS e não a capacidade reivindicatória, o que influi, na redução dos quadros de sindicalizados.

A defesa da *livre negociação* e da representação do *sindicato institucionalmente forte* teria como suporte os desafios que outros sindicatos apostos pelo regime militar em suas intervenções sindicais, como o dos bancários paraenses, também propugnavam a enfrentar: “funcionar com independência, conquistar assentos nas negociações, amealhar resultados palpáveis nas negociações, fortalecer o quadro de sócios” (NEGRO, 2004, p. 276), sem se autoproclamar *autênticos*. Esta é uma representação que o *Estado* buscou imputar, sem que as classes trabalhadoras dela integralmente se apropriassem (NEGRO, 1999).

De qualquer forma, as ambigüidades das lideranças *Independentes*, ao recorrer aos interlocutores militares no Pará, no sentido de resolver conflitos com o *Capital*, tornavam-se opções colocadas no estabelecimento dos embates, mas contraditoriamente coerentes ao que definiam como “necessidade de uso de estratégias adequadas para manter as bases acordadas nas convenções” (SILVA, 1997), mantinham-se fiéis ao princípio do que propugnavam como *independência de classe*, daí sua auto-representação corporificada na independência das bases institucionais do que almejavam construir na relação soberana com o *Capital*. Ao fazer sindical, pautado no que vislumbram como atuação coerente, articulavam a defesa intransigente da fiscalização do trabalho bancário, para coibir abusos de sua extrema exploração, sobre as franjas legais permitidas pelos acordos negociados, em torno da vigilância permanente, como supõe transparecer em seus códigos (SEEB/Pa-Ap, 1967, p. 03):

Ponto que reputamos também vital é o do imediato aparelhamento do setor de fiscalização da Delegacia Regional, praticamente inoperante, sempre sob alegativa de deficiência de material humano, do que prevalecem os maus empregadores para toda sorte de violação à legislação

trabalhista, sendo que no caso específico dos bancários, além do trabalho fora de horário, sem remuneração, há estabelecimento de créditos que desrespeitando as instruções do Banco Central mantém atendimento de clientela no decurso do dia todo, forçando assim seus funcionários, especialmente os comissionados, a um trabalho exaustivo, exploração essa que habitualmente abrange sábados, domingos e por incrível que pareça até feriados, como ocorreu no dia 7 de setembro do ano passado.

Ao afirmar sua posição contrária à unificação das previdências em curso, os bancários do Pará antecipam o que articulam na *Conferência Nacional*, posto que a instituição do INPS, segundo sua ótica, traria em seu bojo, *inconvenientes a limitação da representação classista e a redução vertical do padrão de serviços*, portanto, reivindicavam “[...] pelo menos, a desvinculação do ex-IAPB do INPS, no molde do que foi feito com o IPASE e as Caixas Militares” (SEEB/Pa-Ap, 1967, p. 04). Na *IIª Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais*, realizada no Rio de Janeiro, mais precisamente na estratégica *Comissão de Previdência Social* (IIª CONFERÊNCIA NACIONAL DE DIRIGENTES SINDICAIS, 1967) a questão da reforma previdenciária estava em destaque, dada a proposta de extinção do IAPB em voga implementada pelo governo federal¹⁶³.

A mais evidente e pública discordância à política salarial e trabalhista oficial do regime militar após a intervenção de 1964 no sindicalismo paraense ocorreu a quando da realização do *II Encontro de Dirigentes Sindicais do Pará*¹⁶⁴, com destaque à atuação das lideranças *Independentes* do SEEB/Pa-Ap. O evento teria sido programado para se tornar um marco no movimento sindical local, nas duras críticas públicas pela primeira vez perpetradas pelos trabalhadores organizados,

¹⁶³ Esta comissão foi secretariada e produzida em seu relatório final pelo representante do SEEB/Pa-Ap, *Alonso Rocha*, com a participação de mais de 100 representantes sindicais, entre sindicatos bancários e de trabalhadores rurais (IIª CONFERÊNCIA.../ COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, 1967).

¹⁶⁴ Este encontro foi realizado em Belém, no período de 2 a 4 de agosto de 1968, na sede do *Sindicato dos Comerciantes* e culminou com a apresentação da *Carta do Pará*, repercutindo no meio político local, num ambiente anterior à edição do AI-05 (SEEB/Pa-Ap – EXPEDIENTES DO II ENCONTRO DE DIRIGENTES SINDICAIS DO PARÁ, 1968).

após a intervenção de 1964. Com convites especiais às autoridades da época¹⁶⁵, o teor deste ofício encaminhado ao Presidente da República, anuncia o caráter e o ânimo do evento¹⁶⁶:

Exmo. Sr. Mal ARTUR COSTA E SILVA. [...] Reunidos no II Encontro SINDICAL, realizado nesta cidade, estudamos durante três dias as necessidades específicas das nossas categorias profissionais, assim como os problemas que mais diretamente afligem a nossa região. Participaram desse encontro as legítimas lideranças dos trabalhadores do Pará, interpretando o autêntico pensamento de suas bases.

Sob caráter de denúncia, este encontro foi promovido à guisa de audiência a ser concedida pelo Presidente da República aos trabalhadores, quando de sua passagem em Belém (A PROVINCIA DO PARÁ, 1968). O pronunciamento público do sindicalista bancário *Felinto Amorim Filho*, dirigente do SEEB/Pa-Ap, na ocasião da entrega das Resoluções do *II Encontro*, com o cuidado necessário às palavras dirigidas ao Marechal Presidente deixavam transparecer o texto oculto da crítica sutil ao regime, típica do caráter mediador das lideranças *Independentes*, sem, no entanto negar sua indisposição à política oficial do *Estado* autoritário, como bem evidencia o trecho a seguir¹⁶⁷:

Nessa indicação não nos move nenhum outro objetivo, senão aquele de proporcionar a V. Exa. o conhecimento real do pensamento do povo brasileiro, que representamos, sem distorções e sem a preocupação de agradar ou desagradar o governo de V. Exa.

Com as devidas manifestações de respeito à autoridade constituída, medindo os termos consensuais, o pronunciamento faz questão de evidenciar as “discordâncias de orientação” do governo, na defesa da democracia e da Amazônia,

¹⁶⁵ Foram enviados convites às autoridades municipais e estaduais do Pará e ao próprio Presidente da República, Marechal *Arthur da Costa e Silva* (SEEB/Pa-Ap, 1968).

¹⁶⁶ Ofício/Carta de 13 de agosto de 1968 (SEEB/Pa-Ap – EXPEDIENTES DO II ENCONTRO DE DIRIGENTES SINDICAIS DO PARÁ, 1968).

¹⁶⁷ Trecho do discurso de *Felinto Amorim* ao Presidente *Costa e Silva* em Belém, no dia 13 de agosto de 1968 (SEEB/Pa-Ap, 1968).

propondo soluções urgentes aos “trabalhadores e ao povo do Pará”, como reafirma¹⁶⁸:

Acreditamos ser da essência da democracia essa divergência de opiniões; por outro lado, se falamos francamente na exposição de nossos problemas, cremos estar colaborando com V. Exa. Outras reivindicações nossas estão em termo de exigência. Não entenda V. Exa., como uma imposição dos trabalhadores; mas aceite o termo, como um brado de alerta para as angústias urgentes na solução desses problemas. [...] O termômetro de aferição, é o atendimento das reivindicações da Região. [...] CUMPRIMOS O NOSSO DEVER EXCELENCIA!

O resultado do *II Encontro* foi a elaboração da *Carta do Pará* que em seu prólogo, irmanava-se aos “trabalhadores de todo o país na luta comum por uma sociedade mais justa”, apontando algumas questões polêmicas ao regime militar: a *defesa da Reforma Agrária* como instrumento de desenvolvimento econômico e social do país, aumento de *verbas públicas para a educação pública*, defesa de uma *política habitacional* que atenda aos interesses dos trabalhadores pobres, *soberania da Amazônia* em relação à *espoliação estrangeira*, *aceleração de construção de Usinas Hidrelétricas* na região amazônica para suprir demandas energéticas, *defesa das riquezas naturais da Amazônia*, *Incentivos Fiscais* para projetos sociais, defesa de uma *política industrial nacional*, *reaparelhamento do porto de Belém*, *Repúdio ao Plano Nacional de Saúde e Repúdio à Política Salarial do governo*. De um modo geral, sintetiza o documento (SEEB/Pa-Ap, 1968, p. 01-04):

Denunciamos a ineficiência do INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA (IBRA), que vem funcionando apenas como sistema arrecadador de impostos de agricultores [...]. Denunciamos a ridícula parcela orçamentária destinada à educação para o exercício de 1969 – 7%, enquanto se destina à Defesa e Segurança nacional o dobro – 14% [...]. Denunciamos as exigências que norteiam os financiamentos do BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO, na prática impeditivas de beneficiar os trabalhadores mais pobres [...]. Denunciamos a exploração estrangeira da Amazônia, através da transferência a estrangeiros de imensas glebas (600.000hs à JARY),

¹⁶⁸ Idem (SEEB/Pa-Ap, 1968).

exploração de nossos recursos naturais, com ou sem anuência do Governo Federal, bem como os projetos que se fazem sobre o destino desta área à revelia do Governo e Povo brasileiros (Projetos de Lagos do Hudson Institute) [...]. Exigimos um plano de saúde que assegure assistência sanitária universal e gratuita [...]. Repudiamos e exigimos a imediata revogação das leis do arrocho salarial e restauração da liberdade de livre negociação com a classe patronal [...]. Exigimos a revogação da atual lei de greve.

A *Carta do Pará* refletia o que o movimento sindical local conseguia sintetizar em suas posições diversas. Pontuava bandeiras conservadoras e convenientes ao regime – a criação do *Fundo de Hidroeletrificação da Amazônia* – com propostas tradicionais da esquerda trabalhista – defesa da *participação efetiva dos sindicatos na fiscalização das leis do trabalho* – e comunista – *Reforma Agrária, distribuição de terras aos camponeses e soberania nacional* –, mas eram nas questões da política econômica que mais se acentuavam as posições políticas das lideranças bancárias (SEEB/Pa-Ap, 1968, p. 05-06):

Exigimos a libertação da Justiça do Trabalho das limitações impostas pelas leis do arrocho salarial [...]. Repudiamos a lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e exigimos o retorno do direito à estabilidade, agora aos doze meses de trabalho [...] Reivindicamos um salário único para todo o território nacional, bem como sua imediata revisão [...]. Finalmente, reivindicamos uma autêntica liberdade e autonomia sindical e a revogação da atual sistemática do Fundo Social.

Em uma espécie de arrazoado conclusivo, e sob influência das posições assumidas pelos *Independentes* bancários, a *Carta do Pará*, conclama (SEEB/Pa-Ap, 1968, p. 06):

A SINDICALIZAÇÃO do funcionalismo público [...]; Restauração das liberdades democráticas, através de: anistia ampla aos acusados de crimes políticos, restabelecimento das eleições livres e diretas, adoção de política externa independente, a defesa da autodeterminação dos povos, desenvolvimento das relações diplomáticas, econômicas e culturais com todos os países, arrancada para o desenvolvimento, sem interferências estrangeiras, convocação imediata de eleições para instalação de uma assembléia constituinte, co-liderança do Brasil na luta dos povos do terceiro mundo em favor do desenvolvimento e da paz mundial.

O noticiário local destacou o *IIº Encontro* como evento preparatório para discussão e elaboração de memorial sindical, às “pautas de reivindicações” a serem entregues ao Presidente *Costa e Silva*, evidenciando as falas dos dirigentes sindicais, “carregadas nas críticas ao governo”. Nas notícias políticas assim descreve um periódico local¹⁶⁹, o depoimento de dois dirigentes sindicais bancários:

Haelmo Hass Gonçalves, sindicato dos Bancários: ‘quando o Presidente da República chegar até nós, vamos dizer a ele que não estamos de acordo com o regime atual, mas precisamos dizer mesmo com coragem, com convicção...o que estamos assistindo é a exploração do trabalhador, que não recebe o salário que lhe é devido’[...] Alonso Rocha, Sindicato dos Bancários (e que presidia a mesa), encerrando a sessão e assegurando que ‘não estamos interessado em subversão, mas sim lutando por uma causa justa, para dar melhorias ap trabalhador brasileiro’ [...].

As declarações dos dirigentes sindicais, a publicação da *Carta do Pará* – transformada no noticiário em manifesto sindical – e as apreciações parlamentares sobre o teor do evento¹⁷⁰, repercutiu no Parlamento Estadual. Discursos acirrados entre parlamentares estaduais da ARENA – *Aliança Renovadora Nacional* (Partido de sustentação do Regime Militar) e do MDB – *Movimento Democrático Brasileiro* (a oposição consentida no *bipartidarismo* de então) tornaram pública a *Carta do Pará*, na imprensa local, transformando-se em questão quase exclusiva da pauta de ordem dos trabalhos legislativos, como destaca trecho desta reportagem¹⁷¹:

DEPUTADOS NÃO GOSTAM DOS TERMOS ‘REPUDIAMOS’ E ‘EXIGIMOS’ DA CARTA DO PARÁ – a ‘Carta do Pará’ voltou a merecer a ratificação da Assembléia Legislativa, com o pronunciamento de diversos deputados [...]. Parlamentares da Arena e da oposição abordaram a ‘Carta do Pará’. Houve apenas um desentendimento face à emenda aditiva apresentada pelo Deputado Eulálio Mergulhão, lamentando os termos ‘Repudiando’ e ‘Exigimos’ constantes várias vezes no

¹⁶⁹ A PROVINCIA DO PARÁ de 03 de agosto de 1968 – 2º caderno, pág. 04 (vide Referências/Periódicos).

¹⁷⁰ Em requerimento, o Deputado Estadual *Arnaldo Prado* (ARENA), solicitou a inserção da *Carta do Pará* nos anais da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em 29 de agosto de 1968 (ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1968), gerando semanas de debates entre governo e oposição no Parlamento local.

¹⁷¹ O LIBERAL, 28 de agosto de 1968, 1º caderno, 2ª página/ Vide Referências – Periódicos.

teor do documento. [...] Reforçando sua opinião, o sr. Eulálio Mergulhão encaminhou uma emenda aditiva lamentando essas duas palavras no importante documento. [...] Em seguida, a tribuna foi ocupada pelo deputado oposicionista Laércio Barbalho. Discordando de seu colega Mergulhão disse que considerava irrelevante a questão da redação ou da grafia empregada pelos trabalhadores. [...] Ao terminar a primeira parte dos trabalhos, ocupava a tribuna o deputado Vicente Queiroz dando apoio efetivo à Carta do Pará, reportando-se ao tempo em que militou no sindicalismo, de experiência inesquecível.

O veto da ARENA aos termos da *Carta do Pará* alongou o debate parlamentar por várias semanas entre o final de agosto e a primeira semana de setembro de 1968. Finalmente, a sessão de 08 de setembro, aprovou a inserção do documento nos anais da Casa Legislativa, com o devido aditivo da base governista, condenando os “termos abusivos e desrespeitosos dos trabalhadores”, conforme registra a nota do periódico local¹⁷²:

Foi finalmente aprovado ontem, após mais de uma semana de discussão, o requerimento do deputado Arnaldo Moraes Filho (MDB), solicitando a transcrição, nos Anais da Assembléia Legislativa, da ‘Carta do Pará’. Foi aprovada também, contra o voto da bancada do MDB e dos deputados João Augusto de Oliveira e Arnaldo Prado da ARENA, a emenda aditiva do deputado Eulálio Mergulhão, fazendo restrições aos termos do documento.

Os pronunciamentos, participação em conferências e encontros sindicais, manifestações públicas, posicionamentos críticos ao regime que deixaram marcas nos códigos descritos pela *Carta do Pará* ao lado do exercício de práticas assistenciais e culturais – no esporte e no lazer bancários – são elementos da prática sindical das lideranças bancárias, que não somente confirmam suas formas coesivas de articulação sindical, como se configuram em formas de lutas plasmadas nas experiências forjadas na ação dos trabalhadores bancários que representam, no cenário histórico e social que vivenciam no Brasil, dentro e fora dos espaços

¹⁷² A PROVÍNCIA DO PARÁ de 09 de setembro de 1968, 1º caderno, página 02 / vide referências – Periódicos.

bancários. Estas lideranças, ao propugnarem a defesa da *livre negociação*, das *Comissões de Representantes nos Bancos* (SEEB/Pa-Ap, 1970) ao lado da defesa da *democracia e da liberdade política e sindical* (SEEB/Pa-Ap, 1968), permitem deduzir que estas experiências, a destarte dos impactos das modificações produtivas e da conformação do *Estado Autoritário*, não resultam somente de fatores necessariamente econômicos, produzindo novos sentidos a suas ações e às mediações necessárias que construíram na interlocução e na direção com o movimento sindical bancário local, tornando-se, portanto, um campo aberto de possibilidades e dimensões combinadas em sua complexidade no desenrolar dos conflitos com o *Capital* e o *Estado*, apesar de com este se fazer aliado em momentos estratégicos.

Como sustenta Blass (1999, p. 44), a deflagração dessas atitudes e práticas, “pressupõe a elaboração individual e coletiva de vivências cotidianas que contemplam o modo de vida, as práticas de trabalho, as tradições culturais próprias de um determinado grupo de trabalhadores (as), bem como a cultura política construída no cotidiano compartilhado”. Portanto, não deixam de revelar modos de expressão cultural da categoria bancária, nas atitudes, experiências, crenças, códigos verbais e de comportamento, enraizados nas permanências arraigadas em sua *práxis* e na história social por eles construídas, a partir de práticas sindicais que se adaptam conforme às condições históricas ou às *forças ambientais* se se quer relacioná-las às searas das atuações negociais.

3. 3. 2 – Atuações Negociais: o uso das estratégias mediadoras nos conflitos e negociações.

No terreno das atuações negociais, os *independentes*, já se afirmou, objetivavam lograr êxitos com o uso de estratégias de negociações, mediadas entre ações de base e acordos, com a usual recorrência ao Comando Militar na resolução de conflitos. As bases dos códigos de acordos coletivos com os banqueiros, no período de 1964 a 1974, foram objetos de poucos dissídios e pautava-se predominantemente nas questões econômicas reelaboradas dos acordos anteriores ao período citado. *Anuênios, Quinquênios, reajustes, estabilidade sindical, resíduos*, eram cláusulas recorrentes dos acordos negociados no período (SEEB/Pa-Ap, 1979). O que tornavam, no entanto, objetos de conflitos com o *Capital* que levavam o *Trabalho* às ações de base e a recorrência aos agentes de coerção do *Estado*?

O depoimento das lideranças sindicais, os relatórios de atividades sindicais, os memorandos da DRT/Pa, as decisões dos dissídios, os pronunciamentos dos representantes dos bancos, as práticas de *grevilhas* e os inquéritos militares e trabalhistas pesquisados sugerem apontar indícios ao que Harbison e Coleman (1963) tipificam como *forças motoras ambiencionais* determinantes às ações negociais, mas que, a partir do fio condutor da análise deste estudo teórico, estariam acopladas às experiências de classe das lideranças sindicais arraigadas na *práxis* de suas tradições de luta social. Um primeiro movimento seria o de situar e analisar o desenvolvimento destas denominadas *forças ambiencionais* na relação entre banqueiros e bancários no Pará, seguindo-se o modelo tipológico teoricamente proposto.

O padrão de atuações negociais implementado entre banqueiros e bancários no Pará, durante as gestões dos *Independentes* no SEEB/Pa-Ap, tomando por base os acordos negociados e os depoimentos dos atores envolvidos, sugere indicar, o modelo de *conflito-cooperação* de *acomodação institucional* (HERBISON;

COLEMAN, 1963) nascido do grau de relações de aceitação legítima de organizações de classe – Sindicato/Federação de Bancários e Associação Profissional dos Bancos¹⁷³ – e de aceitação da mediação estatal – que pode ser representada pelo poder de força do *Comando Militar da Amazônia* com seus interlocutores. Nas negociações acordadas, percebe-se que as medidas provenientes da *Reforma Bancária* e o papel de intervenção do *Estado* agem como *forças ambienciais* nos bastidores de negociações, com o peso maior do processo de modernização bancária como argumento de força dos banqueiros, restando às lideranças bancárias o uso recorrente ao poder de força do *Estado* por intermédio do Comando Militar. Dependendo da mediação estrategicamente estabelecida nas atuações negociais, as determinações das forças de cooperação e de conflito pontuam-se por tênues fronteiras e limites.

Via de regra, as tradições de lutas das lideranças bancárias, as táticas de pressões com seus instrumentos usualmente acionados como as *grevilhas* e a recorrência ao Comando Militar, tendiam a gerar relações de conflitos na relação *Capital e Trabalho*. Por outro lado, o reconhecimento institucional de ambos os lados, nas figuras representadas pelos negociadores do *Capital* e do *Trabalho*, gerava relações de cooperação, acomodando mediações possíveis às resoluções dos conflitos. Neste aspecto, atenuava de forma evidente o papel negocial de significativos negociadores em momentos de crise, tal como classifica Costa (2002) de *agentes de competência*, na promoção delegada dos estágios iniciais e finais das negociações¹⁷⁴. Negociadores que, nas etapas das atuações negociais estabeleciam

¹⁷³ Os acordos coletivos, desde os anos 50 até o período alcançado pela pesquisa, tiveram como partícipes por parte dos banqueiros, os Presidentes da *Associação Profissionais de Bancos do Estado do Pará*. A partir de 1973, os acordos passam a ser celebrizados pela *Federação Nacional dos Bancos* – FENABAM por intermédio de sua representação no Pará (SEEB/Pa-Ap, 1979).

¹⁷⁴ *Alonso Rocha*, por parte dos bancários – representando a federação dos bancários – e *Alexandrino Gonçalves Moreira*, por parte dos banqueiros – representando a *Associação Profissional*

claros procedimentos de ajustes nas funções e táticas que elaboravam e representavam. A estas atuações mediadoras dos agentes, sustenta Stevens (1967, p. 316):

Salientam o conflito interpartes em comparação com a ênfase na intervenção interpessoal [...] e envolvem a mais ativa manobra tática de todo o jogo da negociação. [...] Pode-se considerar as partes como 'operando' uma sobre a outra através de várias táticas, tais como persuasão, racionalização, blefes, ameaças, promessas e assim por diante.

Alguns pontos eram permanentes objetos de conflitos na relação entre banqueiros e bancários, acirrando e estreitando os patamares de negociações dos agentes: as *demissões bancárias*, a *exploração do trabalho bancário* e a *extensão de representação das bases*. As cláusulas dos acordos coletivos quanto a estas questões (SEEB/Pa-Ap, 1979) confirmam as difíceis relações operadas nas atuações negociais e seus descumprimentos, via de regra, levavam as lideranças bancárias à recorrência dos *interlocutores da caserna*, que nas palavras de um destes atores¹⁷⁵:

[...] se fazia mister adotar, dada a dureza, avareza e intolerância dos banqueiros em aceitar e respeitar as cláusulas dos acordos e das convenções. Precisávamos recorrer aos militares, por estarem no poder e ser nossos aliados quando a ocasião assim exigisse nas pressões sobre os bancos.

As *demissões bancárias*, já apontadas pelos indicadores do item inicial deste capítulo, no Pará, de fato, agravavam e acirravam os conflitos. Mais do que os reajustamentos salariais acordados na variação decrescente de 30% a 18% nas convenções acordadas entre banqueiros e bancários no Pará entre 1964 e

dos Bancos do Pará e posteriormente a FENABAM – foram os mais atuantes e acionados agentes de negociações, na quase totalidade dos acordos coletivos consolidados nos anos 60e 70 (SEEB/Pa-Ap). *Alexandrino Moreira* não chegou a ser um grande banqueiro no Pará. Foi funcionário e dirigente do *Banco Moreira Gomes S.A*, banco regional que se funde a outros conglomerados após a *Reforma Bancária*, mas possuía um papel de exímio negociador de confiança do sistema financeiro local, chegando inclusive a representar no Pará a poderosa FENABAN. A partir do final dos anos 80, passou a outro ramo de atividade ligado à rede local de cinemas e lojas de vídeo.

¹⁷⁵ Depoimento de ARTUR GOMES DA SILVA, em 01 de abril de 2003 – vide Referências/Fontes Oraís.

1974¹⁷⁶, a manutenção dos postos de trabalho era o mote de maior denúncia das lideranças bancárias. Nenhum dos acordos assinados conseguiram estabilizar este quadro e muito menos a recorrência às forças militares que, quase sempre ficavam no terreno da indignação às “práticas injustas dos banqueiros”, mas merecedoras de créditos à liderança sindical, como se pode perceber em episódio de demissões no *Banco de Londres* em Belém, descrito pelo Boletim Sindical nº 25 de 12 maio de 1964 (O BANCÁRIO, 1964, p. 01):

A classe bancária espera confiante nas medidas que certamente serão tomadas pelo Comando Militar, fazendo cessar tão odiosa prática de um Banco que, impatrioticamente, está contribuindo com essas demissões injustas para o agravamento do problema social, num momento em que o sr. Presidente da República conclama a todos ao trabalho e à tranqüilidade de espíritos.

Um dos objetos de maior conflito, subproduto da redução dos postos de trabalho, se referia à adoção dos contratos de experiência nos bancos, prática recorrente após a instituição do FGTS e das ações normativas da *Reforma Bancária*, que segundo os dirigentes sindicais transformavam estes trabalhadores em *escravos da era espacial* (SEEB/Pa-AP, 1970). No geral, nas palavras de *Alonso Rocha*¹⁷⁷:

Era difícil conviver com as demissões de companheiros naquele tempo. Algumas eram pura perseguição política. Fazíamos o possível para evitá-las e o que estava a nosso alcance. A essas, quando os sindicalistas – eu não que ia poucas vezes – pediam a intervenção dos militares junto aos bancos, até conseguíamos alguma coisa. Agora, outras, pouco podíamos fazer. Essas máquinas colocadas nos bancos, nos processamentos dos dados, acabou com o registro contábil feito por companheiros. Aí a gente pressionava, mas os banqueiros eram difíceis quanto chegava nesse ponto. Eu era o ‘mal’. Fazia cara feia nas negociações e me vestia de preto. Isso aprendi nas técnicas americanas de negociações, vindas do teatro. Nas demissões, falava duro e de forma austera. O que eu sempre lutava era contra essa verdadeira instituição legal do desemprego e da desqualificação do bancário que

¹⁷⁶ Vide dados da **TABELA 06**, p. 179.

¹⁷⁷ Depoimento em 08 de agosto de 2005.

eram os ditos contratos de experiência que acabaram por formalizar a prática dos salários admissionais nos bancos

A questão da *exploração do trabalho bancário* lograva mais êxito à atuação dos dirigentes sindicais. Neste caso, se referia à extenuação ilegal do labor bancário, quanto ao *não-pagamento de horas-extras, pagamentos parciais de 13º salários, pagamento parcial dos abonos e o trabalho aos sábados* (SILVA, 1997). O descumprimento nos bancos às cláusulas referentes a estas questões era alvos permanentes de atuação do SEEB/Pa-Ap na recorrência às Forças Militares, confirma *Artur Gomes da Silva*¹⁷⁸:

Queríamos sim, a cooperação dos militares para coibir esses abusos. Eles estavam no poder e nós, com que força agora íamos contar? Como não permitir mais que bancos explorassem os bancários aos sábados? Essa luta é antiga e os banqueiros achavam que agora estavam com mais poder. Íamos sim bater às portas da 8ª Região Militar. Procurávamos o Passarinho, o Elano e precisávamos fazer isso para agradar os militares que, como já afirmei, não podiam só ficar do lado dos banqueiros. Veja que não tinha mais CGT. Portanto, eles, podia assim dizer, eram uma de nossas trincheiras, usando aqui o jargão militar. Não manda quem pode? Então, os banqueiros que obedecessem se tivessem juízo.

Nos autos do depoimento do sindicalista *Alonso Rocha* no Processo 3163/67 da DRT – PA, percebe-se a manifestação de uma das formas de maior evidência de irregularidades na exploração do trabalho bancário que era a realização de serviços noturnos e nos sábados, prática que parecia comum ente bancos particulares em Belém. Conforme os autos, o inspetor do trabalho (DRT – PA/ DEPOIMENTO, 1967, p. 01):

[...], juntamente com o depoente e o presidente do Sindicato dos Bancários de Belém, se dirigiram à gerência, onde não foram recebidos com a devida cortezia (sic); que nessa ocasião, [...] pediu licença e se dirigiu ao interior do estabelecimento, voltando acompanhado com funcionários [...]; que, no sábado anterior, o depoente e o presidente do Sindicato dos Bancários estiveram no local, onde constataram

¹⁷⁸ Depoimento em 01 de abril de 2003.

a presença de vários funcionários e funcionárias no interior do estabelecimento.

Os processos na DRT – PA e as denúncias formalizadas pelo SEEB/Pa-AP apontam que entre os bancos privados, alguns foram constantemente acionados quanto às irregularidades de uso dos trabalhadores bancários, fora do expediente normal de trabalho: *Banco do Comércio e Indústria da América do Sul S.A*, *Banco Mercantil de São Paulo*, *BRADESCO*, *Banco Nacional*, *Banco Ultramarino Brasileiro S.A.*, *Banco Comercial do Pará S.A.* e *Bank of London & South América Limited*. Entre os bancos públicos, há registros de denúncias contra o *Banco do Estado de São Paulo*, *BASA* e *Banco da Bahia*¹⁷⁹.

Apesar das denúncias formalizadas e comprovadas, as questões referentes aos abusos na exploração do trabalho bancário, não chegaram a fazer parte de resoluções das cláusulas dos acordos coletivos entre 1964 e 1974. Eram objetos de pautas nas atuações negociais, mas não se transformavam em códigos negociados nos acordos salariais, por se tratarem de objetos de convenções coletivas e a partir da visão do *Estado* e da *Justiça do Trabalho*, ações de fiscalização da DRT, daí a recorrência dos trabalhadores bancários a estas esferas de atuação estatal. A legislação e a política trabalhista do período não cedia concessões às discussões normativas de fiscalização e proteção ao trabalho, a partir do que se considerava como ação executiva do *Estado*, optando o regime militar em evidenciar questões econômicas na relação com os custos da mão-de-obra, segundo o qual o *Estado* assumiria, assim define Santos (1973), o papel de *força geradora da legislação social*. A esta condição, prescreve (IDEM, p. 16):

A Política Salarial Pública tem obrigação de zelar pela preservação da produtividade dos trabalhadores ativos – tomando os cuidados necessários em termos de períodos

¹⁷⁹ DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO/PA. Livros de Assentamentos. Processos de 1967 A 1974 (Vide Referências/Fontes Documentais).

obrigatórios de descanso, restrições a prorrogações a jornada de trabalho, condições higiênicas nos ambientes de trabalho, segurança física, etc. – assim como por adequados padrões de existência dos trabalhadores inativos, afastados da produção por doença, invalidez ou avançada idade, sem esquecer-se da situação dos dependentes sem rendimento próprio em casos de mortes e similares.

A partir desta formulação, percebe-se que o autor dimensiona a política salarial à questão do *Estado*, em torno de ações que estariam associadas a fins ou diretrizes assistenciais excedendo do “conceito estrito de Política Salarial”¹⁸⁰. Reconhecendo-se o pertinente alargamento deste conceito por Santos (1973), ressalve-se que as atuações das lideranças bancárias no que classificam como “abusos cometidos pelos banqueiros” (SEEB/Pa-AP) não adentram nas questões que o autor problematiza acerca da legislação social, mas sugerem indicar pontos centrais na defesa do direito ao que consideravam como *justo labor*, diante do pragmático objetivo do *lucro pelos banqueiros* como buscavam acionar em algumas de suas representações (O BANCÁRIO, 1970, p. 01):

Os bancos continuam dando lucro e os banqueiros satisfeitos e cada vez mais unidos. No que, aliás, têm muita razão. Eles, como nós e todo homem prático e descrente em milagres, defendem prerrogativas básicas, inclusive de rendimentos pessoais [...]. Eles não gostam de ganhar pouco. Pretendem, o que é natural, um padrão de vida condigno. E então lutam o mais que podem, e sempre unidos, para reduzir custos (no que se inclui salário de empregados), assim aumentando o lucro, o salário, deles, é claro [...].

¹⁸⁰ Considere-se que Santos (1973), ao produzir um tratado acadêmico quanto à relação entre legislação social e o custo de mão de obra no Brasil situava seus argumentos ao momento de imposição da política pública do regime militar, sob um objeto de estudo diferenciado ao que se alicerça esta dissertação: os trabalhadores de saúde pública no Pará. Portanto, sua apropriação nesta pesquisa, reside em situar juridicamente o que denunciavam os trabalhadores bancários no Pará: a exploração abusiva do trabalho bancário. De qualquer forma, Santos (1973) reconhece que seria difícil, sob a complexidade da legislação social e trabalhista no Brasil, de separar na prática a *Política Salarial Pública de Previdência Social*. A esse respeito, recomenda-se leitura do Primeiro Capítulo do autor (vide Referências) quanto às determinantes do custo da mão-de-obra no plano jurídico.

Retiradas da transcrição de um editorial sindical¹⁸¹ algumas representações apostas no texto exigem um exame preciso. Os “bancos” são representados como espaços de trabalho dos banqueiros, estes alçados à categoria de “trabalhadores”, cujos rendimentos ou lucros seriam seus “salários”. Nesse sentido, se os banqueiros se unem na defesa de seus “salários”, cabem aos trabalhadores comportamento igual. Portanto, as lideranças sindicais bancárias, enquanto agentes de mediação com o *Capital*, estariam “firmes” e “alerta” ao rígido cumprimento dos deveres dos que “empregam os que produzem”. Estaria reservado a estes agentes, nas concepções que possuíam de sindicato o papel de defesa moral ao *justo labor* e à união dos trabalhadores, tendo o sindicato enquanto meio normal e justo de (IDEM): “[...] uma categoria profissional se reunirem para, mediante uma sadia união de esforços, fazerem atendidos os seus mínimos direitos, obtendo compensação justa e humana ao seu esforço de trabalho”.

É em torno da representação do *justo labor* e da *hombridade moral do trabalho* que os agentes da mediação bancária buscavam olvidar esforços no que acreditavam incorporar sobre o seu papel de liderança sindical, o que somente a postura “independente” e “não-atrelada” poderia corroborar em seu *fazer-se*. No reexame teórico destas representações, cabe dimensionar em seus alcances e atuações negociais, o que Harbison e Coleman (1963, p. 24) classificam como:

Preservação e fortalecimento do Sindicato como Instituição [...]. Para a maioria dos dirigentes sindicais isto é um fim em si mesmo, tal como o é para a administração preservar e fortalecer a empresa.

¹⁸¹ Trechos do editorial de “NOTÍCIAS BANCÁRIAS” do Sindicato de Belo Horizonte, transcritos literalmente – incluindo-se uma charge ilustrativa – nesta edição de O BANCÁRIO, de 22 de abril de 1970 conclamando a sensibilização dos bancários paraenses à necessidade de se unirem na luta contra os banqueiros a partir do seguinte título “Sindicato lambendo o fruto do prato depõe contra a categoria” (O BANCÁRIO, 1970).

Sob as mesmas representações, estavam as lideranças bancárias a atuar nas questões relativas à *extensão de representação das bases*, notadamente às atividades ligadas aos mecanismos de transportes de valores e segurança nos bancos. Estes pontos eram polêmicos e objetos de conflitos permanentes com os banqueiros.

As mudanças da legislação sindical no que refere à representação sindical bancária, conforme se abordou no **Capítulo II**, historicamente estabeleceu a tênue fronteira entre as múltiplas atividades do segmento bancário, antes restrito entre a condição de bancário e comerciário. As mudanças tecnológicas na operação do sistema financeiro, analisadas no item sobre a *Reforma Bancária*, complexificou a condição bancária em atividades que vão do registro contábil às transferências virtuais das operações *on line* (GONÇALVES, 2002) cuja produção material de seu labor incide na produção imaterial do sistema financeiro (BLASS, 1992).

Mais do que o simples registro, a operação bancária passou também a exigir transportes de numerários e o aumento da representação sindical bancária para além de *escriturários, tesoureiros, gerentes, e atendentes*, passando também a incorporar atividades físicas de transportes de valores e atividades de segurança nos bancos, cujos Acordos Salariais assinados entre banqueiros e bancários no Pará, não contemplavam em suas cláusulas até os anos 60. O imbróglio desta indefinição e os obstáculos dos banqueiros em delimitar a múltipla atividade bancária ficam bem evidentes nos termos desta cláusula do Acordo Salarial Bancário de vigência relativa ao período de 1962 a 1963¹⁸²:

Fica constituída uma Comissão de três representantes de cada entidade conveniente que, no prazo de 60 (sessenta) dias, fará mediante estudos, a conceituação e a diferenciação da profissão de bancário, não podendo qualquer empregado ser demitido, a não ser por justa causa enquanto perdurarem os

¹⁸² *Acordo Salarial* de 01 de setembro de 1962, Cláusula Oitava (SEEB/Pa-Ap, 1979).

trabalhos dessa comissão. [...] Na hipótese de, no prazo de 60 (sessenta) dias essa comissão não ultimar seus trabalhos, vigorarão como mínimos profissionais provisórios, as percentagens de 15% (quinze por cento), 30% (trinta por cento) e 45% (quarenta e cinco por cento) sobre o salário mínimo vigente, respectivamente, para os empregados de portaria, escritórios e tesouraria.

Os trabalhadores identificados na cláusula citada eram os responsáveis nos bancos pela guarda e transporte de numerários e de manutenção da segurança do espaço físico. As lideranças bancárias exigiam a extensão do reajuste negociado de 60% também a estes trabalhadores. Os índices escalonados foram, portanto, o resultado da negociação possível. Sob o impacto, porém, da *Reforma Bancária* e da extensão das atividades de operações no sistema financeiro, o Acordo Salarial relativo ao período de 1967 a 1968, estabeleceu a cláusula histórica do transporte de numerários¹⁸³:

Os estabelecimentos de crédito ficam obrigados, a seu inteiro arbítrio, não só a dar segurança aos empregados do transporte de numerários como a adoção de meios próprios para tal fim, mas também a pagar o prêmio de seguro-especial correspondente ao risco.

Nestes termos negociais ficam também oficializados como operadores do sistema, outras categorias antes não reconhecidas como bancárias. A partir daí, nos Acordos seguintes, esta cláusula se torna obrigatória nos termos acordados evoluindo para refinamentos negociados de *seguros de assaltos, comissões para chefias de seguranças até indenizações e apólices de riscos de vida* (SEEB/Pa-Ap, 1979)¹⁸⁴.

A luta contra as demissões, o combate ao trabalho bancário excedente à jornada e extensão das representações categoriais – junto à segurança bancária –

¹⁸³ *Acordo Salarial* de 08 de março de 1968, Cláusula Sétima (SEEB/Pa-Ap, 1979).

¹⁸⁴ Os constantes assaltos a bancos, seqüestros de gerentes e mortes de bancários nestes sinistros, levaram as gestões do SEEB/Pa-Ap, de períodos mais recentes dos anos 80 e 90, a adotarem em suas plataformas de luta, a questão da segurança nos bancos (ANDRADE, 2003). A obrigatoriedade de portas com detectores de metais nos bancos foi conquista da história social dos bancários no Pará e segundo dados oficiais de segurança pública, foi responsável pela redução dessas ocorrências.

tornaram-se componentes das tradições de luta dos bancários paraenses durante o período de consolidação do regime militar no Brasil, extraídas de suas experiências de classe no extenuado exercício do labor material sobre a produção imaterial do sistema financeiro, sintetizados em marcas de permanências de suas tradições e reelaboradas por novas experiências conectadas às modificações técnicas e operacionais nos bancos.

Pelas experiências de classe e tradições sindicais, as lideranças bancárias amalgamaram estratégias mediadoras nas atuações negociais com os banqueiros, utilizando-se de canais de interlocuções com o *Estado* através da recorrência às forças militares estabelecidas no Pará à resolução de conflitos ou de fazer valer o respeito às cláusulas acordadas. No exercício destas estratégias, se permitiram ao uso de táticas que se construíam entre práticas de negociações – nos bastidores de atuação entre o poder econômico dos *Bancos* e o poder político das *Espadas* – e ações de base – nas greves, grevilhas, piquetes, articulações sindicais, pronunciamentos públicos.

A prática sindical de *acomodação institucional* das lideranças *Independentes* do SEEB/Pa-Ap – mediada entre o ativismo e a retração – podem ter logrado êxito ao que era possível fazer num momento de permanente reestruturação produtiva nos bancos e de consolidação de um *Estado Autoritário*, porém, não impediram o exercício, por parte dos banqueiros, de práticas verificadas no cotidiano do trabalho bancário que se tornavam o inverso do que suas mediações estratégicas procuravam evitar. Eram práticas de demissões sumárias, perseguições político-ideológicas, desrespeito aos acordos negociados, abusos de poder e exploração abusiva do labor, que se estabeleciam para além dos bastidores das negociações implementadas pelos atores sociais.

Para além dos bastidores da mediação, nas fronteiras esquecidas dos discursos, relatórios sindicais, atas de assembleias, pronunciamentos críticos, encontros, conferências e congressos e as clássicas atuações institucionais e de base, estavam bancários, cujos confrontos ao *Capital* e ao *Estado*, passavam por outros caminhos, cujas trilhas estavam distantes da atuação sindical. Sujeitos que, vivenciando outros impactos da modernização bancária e do autoritarismo do *Estado*, buscavam a resistência à *fonte misteriosa de fazer dinheiro* na recorrência a uma outra frente de atuação do *Estado*: a *Justiça do Trabalho*.

Neste *front*, escrevem estes trabalhadores um outro enredo tramado nas ações trabalhistas. Por suas ações, acabam por construir um enredo diferente à história escrita da relação entre o *Capital* e o *Trabalho* estabelecida durante o regime militar. Um enredo paralelo, aparentemente desconectado ao escrito pelas lideranças sindicais, mas entrecruzado no cotidiano dos *Bancos* e na atuação das *Espadas*.

3.3.3 – Ações Trabalhistas: para além dos bastidores da mediação sindical.

No cotidiano das atividades nos bancos, enquanto acordavam os *Independentes* e mediavam sua atuação sindical, um grupo de trabalhadores bancários recorria à *Justiça do Trabalho* para alcançar direitos. Na recorrência de ações trabalhistas, como parte de um processo histórico e social de confronto à exploração do *Capital* que ia além dos bastidores da mediação sindical, estes trabalhadores deram forma e conteúdo a 17 processos na TRT/8ª Região, entre 1964 e 1974, registrados nos seus *Livros de Acórdão*¹⁸⁵. Estas ações envolviam

¹⁸⁵ Pesquisa realizada no *Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região*, entre março e novembro de 2005, catalogados como processos TRT/Pa – vide Referências/Fontes Documentais.

bancos públicos e privados no Pará, conforme indicam os dados da Tabela descrita a seguir.

TABELA 07 - PROCESSOS DE AÇÕES TRABALHISTAS ENVOLVENDO BANCOS E BANCÁRIOS NO PERÍODO DE 1964 A 1974, NO PARÁ.

Bancos	Ações Trabalhistas (Nº)
BANPARA	2
BASA*	9
BANORTE	1
BANCO DO PARÁ	1
BANCO DA LAVOURA DE MINAS GERAIS	1
BANCO ULTRAMARINO BRASILEIRO	2
BANCO COMERCIAL DO PARÁ	1
TOTAL	17

Fonte: Livros de Acórdão – TRT/Pa-8ª Região – Processos de 1964 a 1974.

* Antes de 1968, as ações eram referentes ao Banco de Crédito da Amazônia / BCA.

Os dados indicam que 64,7 destas ações referiam-se a bancos públicos, com os 35,3% a bancos privados, sendo que o BASA, responde a mais de 50% destas ações. 16 ações envolviam trabalhadores homens e somente uma envolvia trabalhadora bancária¹⁸⁶, com questões variadas entre *pagamentos de avisos prévios, indenizações, férias, atos de indisciplina hierárquica e improbidades administrativas*.

As ações na Justiça do Trabalho envolvendo estes trabalhadores, no terreno das questões salariais e trabalhistas, sugerem indicar o que Fontes (2002) classifica como “ações articuladas” em função de reivindicações imediatas, pressupondo “direitos não-respeitados” às bases dos Acordos Salariais consolidados no período. As ações de insubordinação e de questões referentes à *Segurança Nacional*, requerem outro tratamento e classificação. Para melhor estabelecer um panorama classificatório a estas ações, bem como analisar as relações produzidas nestes conflitos trabalhistas, seguindo os objetivos delineados neste estudo e as

¹⁸⁶ Ação de *Maria Helena Ayres de Matos* contra o BANPARÁ, Processo TRT-RO – 169/68 (TRT/PA-8ª REGIÃO, 1968).

especificidades apontadas os processos foram agrupados na seguinte ordem de reivindicação, procurando mediar a classificação proposta por Fontes (2002)¹⁸⁷:

- 1ª ordem: *Processos de questões trabalhistas.*
- 2ª ordem: *Processos de insubordinação no trabalho.*

A 1ª ordem de reivindicações agrupa processos em que os trabalhadores exigem respeito às cláusulas acordadas nos Acordos Salariais entre banqueiros e bancários, assim como apontam indícios das condições de trabalho nos bancos e a distância do que apregoavam os *independentes* quanto à fiscalização da *exploração abusiva do labor bancário* como o *não pagamento de horas-extras, demissões, readmissões, indenizações e férias*, além dos processos envolvendo salários não regamente pagos. Fazem parte destes, os processos: 255/64 (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1964), 198/65 (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1965), 199/65 (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1965), 345/65 (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1965), 49/66 (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1966), 153/66 (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1966), 15/66 (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1966), 55/67 (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1967), 154/68 (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1968), 24/69 (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1969), 124/70 (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1970), 71/71 (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1971), 13/72 (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1972) e 19/73 (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1973).

No Processo TRT – 255/ 64 (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1964), o bancário *Luis Gonçalves Moura* recorre contra o *BANORTE* e segundo os autos, teria sido demitido em 10 de julho de 1964. O requerente exige pagamento de aviso prévio, indenização, férias, gratificação natalina e horas-extras, alegando ter sido demitido

¹⁸⁷ A utilização de Fontes (2002) para mediar esta classificação, diz respeito à análise da autora, quanto ao conceito de relações sociais e históricas estabelecidas que se fazem presentes nos processos trabalhistas, na intervenção do *Estado* sobre o conflito entre o *Capital* e o *Trabalho*. O objeto de estudo da autora, diferente ao que se centraliza neste estudo, envolve trabalhadores da indústria de panificação em um dado momento histórico em Belém, de 1940 a 1954, porém a relação teórica que aborda quanto ao processo de modernização e a intervenção do *Estado* nas múltiplas relações estabelecidas entre os sujeitos, são pertinentes ao estudo aqui levantado envolvendo banqueiros e bancários no Pará.

injustamente. No Acórdão 3306, o juiz deu ganho de causa às suas reivindicações, julgando, porém, improcedente o pedido de horas-extras. Mesma sorte, porém, não teve *Emar de Souza Alves*, no Processo TRT – 198/65 (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1965), que demitido por justa causa pelo *Banco da Lavoura de Minas Gerais*, reclamou pagamento de aviso prévio e indenização e teve considerado improcedente sua ação, segundo o Acórdão 3.556. A sentença de improcedência também foi decidida nos casos de: *Sebastião Romano Benjamin* contra o *Banco Ultramarino Brasileiro*¹⁸⁸, *Aluízio Alexandre Soares* contra o *BASA*¹⁸⁹; *Hélio de Araújo Sampaio* contra o *BANPARÁ*¹⁹⁰ e *Sebastião Leones de Brito* contra o *BASA*¹⁹¹.

Chamam atenção os processos referentes às demissões, alguns com pareceres desfavoráveis da Justiça do Trabalho. Nestes casos, os requerentes não somente questionam os motivos das demissões, como exigem o cumprimento de cláusulas dos Acordos Coletivos não cumpridos. Situa-se nestes processos as ações de *Francisco Ferreira de Lima* contra o *Banco Ultramarino Brasileiro*¹⁹², *Manuel*

¹⁸⁸ Acórdão nº 3705 – Processo TRT-3465/65. O objeto do dissídio foi a reclamação de diferença de salário, gratificação de natal anual, de valor ilíquido. Neste caso, o bancário recorreu da sentença, sendo julgado somente em 14 de março de 1966 e novamente derrotado (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1965).

¹⁸⁹ Acórdão nº 4426 – Processo TRT-RO 154/68. O bancário foi admitido em 07 de julho de 1953 e demitido em 13 de setembro de 1967, solicitando aposentadoria por tempo de serviço, pleiteando complementação dos proventos da aposentadoria conseguida pelo órgão previdenciário, conforme circular nº 1441 de 10 de maio de 1967 da direção geral do BASA. O recurso foi julgado improcedente, mantendo-se dessa forma, a decisão decorrida (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1968).

¹⁹⁰ Acórdão nº 5698 – Processo TRT-RO 13/72. O bancário foi admitido em maio de 1966 e aposentado por invalidez em 1972, pleiteando complementação salarial, juros de mora, correção monetária e honorários de advogado. O recurso foi negado (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1972).

¹⁹¹ Acórdão nº 6114 – Processo TRT-RO 19/73. O bancário foi demitido em razão de inquérito para dispensa de empregado estável, pleiteando por isso o pagamento de diferença salarial, vantagem dela consequente e demais comissões legais, de valor ilíquido. A diferença salarial decorreria de promoção automática a que tinha direito e que lhe fora negada administrativamente. O recurso foi negado (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1973).

¹⁹² Acórdão nº 3.539 – Processo TRT – 199/95. O bancário foi admitido em junho de 1956 e demitido em 30 de setembro de 1964, solicitando diferença salarial de valor ilíquido, alegando que sua reclamação se baseia no Acordo Coletivo de Trabalho firmado entre o SEEB/Pa-Ap e os estabelecimentos de créditos no Pará, que retroativo a 01 de setembro de 1964, majorou o salário dos bancários. O recurso foi julgado improcedente em 04 de outubro de 1965 (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1965).

Nescouto de Miranda contra o *BASA*¹⁹³ e *Mário Oliveira da Silva Pedreira* contra o *Banco Comercial do Pará*¹⁹⁴. Nestes processos, percebe-se que as decisões judiciais quase sempre eram favoráveis aos bancos, com poucas vitórias dos trabalhadores e quando conseguidas, eram parciais. Em nenhum dos casos citados, em situação de demissões, houve decisão judicial de readmissão de emprego.

Alguns processos envolvem situações de atividades consideradas tradicionalmente não-bancárias e revelam a especificidade dos reflexos da economia do látex na Amazônia em relação ao *BASA*. No Processo TRT – 55/67 (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1967), os srs. *José Maria Lobato Monteiro* e *Raimundo da Silva Lage* reclamam contra o *Banco de Crédito da Amazônia / BASA*, por terem sido demitidos por justa causa. Suas funções eram de *serviço de balança* (pesagem de borracha para elaboração de inventário), mas o banco não os reconhecia como bancários. Após suas demissões, recorreram à Justiça do Trabalho para pleitearem pagamento de aviso prévio, indenização, férias, 13º salário, descanso remunerado de valor ilíquido, pagamentos de honorários por serviços aos domingos e hora extra. O recurso foi julgado a favor dos recorrentes¹⁹⁵, reconhecendo-se com essa decisão, o vínculo de emprego com o *BASA* e os direitos dele decorrentes. Mesma destinação

¹⁹³ Acórdão nº 3754 – Processo TRT – 49/66. O bancário foi demitido por justa causa e requer readmissão de cargo, tendo seu recurso negado (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1966).

¹⁹⁴ Acórdão nº 3724 – Processo TRT – 15/66. O bancário foi demitido por motivo de doença e improbidade do empregado, pleiteando por isso: pagamento de diferença de caixa, férias (1960, 1961, 1962), salário de julho de 1962, auxílio-enfermidade de 26 de julho a 10 de agosto de 1964, diferença de salário decorrente de acordo de setembro de 1961, benefício-enfermidade que o banco concede, gratificação semestral de 1962 e gratificação natalina de 1962, tudo de valor ilíquido. O reclamante foi contemplado com um período de férias (1962), salário dos 15 primeiros dias de auxílio-enfermidade e uma complementação pelo banco, devendo ser operados em liquidação. Os demais pedidos foram negados (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1966).

¹⁹⁵ Acórdão nº 4122 – Processo TRT – 55/67 (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1967).

e reconhecimento teve o sr. *Loris Vilas Boas da Silva* contra o BASA, na função de Agente de Crédito Cooperativo¹⁹⁶.

Em relação a casos específicos de descumprimentos de cláusulas acordadas, destacam-se dois processos: um de equiparação escolar e outro de justa causa. O de equiparação escolar envolveu, num mesmo processo, as ações de *Augusto Ebremar de Bastos Meira* e *Rocco Rafael Pandolfo* contra o BASA¹⁹⁷. O de justa causa, envolveu *Antônio Guedes Filho* também contra o BASA¹⁹⁸. Em ambos os casos, havia por parte dos bancos, o descumprimento claro dos direitos reconhecidos nos respectivos Acordos Salariais assinados entre o SEEB/Pa e os estabelecimentos de créditos (SEEB/Pa-Ap, 1979), a sentença judicial, porém, não foi igual, sendo mais rígida na decisão de improcedência, mais uma vez, no caso de readmissão ao trabalho.

Os processos de questões trabalhistas, seguindo o modelo de ordem proposta anteriormente, são em número de 14, e destes, um significativo número envolve processos de demissões, com maioria de decisões desfavoráveis aos bancários reclamantes, conforme apontam os dados da tabela a seguir.

¹⁹⁶ Acórdão 4714 – Processo TRT-RO 24/69. O agente foi admitido em 20 de outubro de 1963 e demitido no dia 12 de junho de 1968, por improbidade no uso dos recursos da empresa. Seu objeto de dissídio propugnava duas ordens de pedidos, de indenização a folga inconvertível. A junta do Município de Capanema (Pa), onde foi lavrada reclamação deu ganho de causa ao reclamante nos seguintes termos: importância de NCr\$ 11.282,53 a título de aviso prévio, indenização, férias simples e proporcionais, salários retidos, ajuda de custos, salário-família, diferença de salário-família, uma folga inconvertível, gratificação semestral, diferença de 13º salário (1966 e 1967) e 13º salário de 1968. A sentença final foi mantida na TRT/Pa (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1969).

¹⁹⁷ Acórdão 5090 – Processo TRT-RO 124/70. *Augusto Ebremar de Bastos Meira*, admitido em 22 de fevereiro de 1951, era funcionário comum, sem nível superior, no banco e demitido em 30 de abril de 1967 em processo de aposentadoria, pleiteando receber os mesmos proventos dos funcionários da ativa, com nível superior. No caso de *Rocco Rafael Pandolfo*, admitido em 14 de fevereiro de 1944, foi demitido em 01 de junho de 1967 e era técnico rural, pleiteando também equiparação de nível superior. As duas reclamações foram julgadas procedentes em favor dos reclamantes (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1970).

¹⁹⁸ Acórdão nº 5255 – Processo TRT-RO 71/71. O bancário foi demitido por justa causa e pleiteia o recebimento de aviso prévio, seis duodécimos de gratificação de natal, depósito de FGTS e horas extras, no montante de Cr\$ 396,00 além de parte ilíquida. O recurso foi julgado improcedente (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1971).

TABELA 08 - PROCESSOS DE AÇÕES TRABALHISTAS ENVOLVENDO BANCOS E BANCÁRIOS NO PERÍODO DE 1964 A 1974, NO PARÁ, SEGUNDO A ORDEM DE QUESTÕES TRABALHISTAS E AS DECISÕES JUDICIAIS.

Natureza das Ações	Decisões consideradas Procedentes (nº).	Decisões consideradas Improcedentes (nº)
Demissão por Justa Causa	-	7
Desrespeito a Acordos Salariais	-	4
Reconhecimento de vínculo de trabalho bancário	2	-
Equiparação de cargos e salário	1	-
TOTAL	3	11

Fonte: Livros de Acórdão – TRT/Pa-8ª Região – Processos de 1964 a 1974.

Os dados apontam para uma relação desproporcional entre decisões favoráveis e desfavoráveis aos bancários recorrentes, no período pesquisado, quanto às *questões trabalhistas*. No universo das ações selecionadas na pesquisa, 78% são consideradas improcedentes na Justiça do Trabalho contra 22% procedentes, respondendo as ações de demissões por 50% das mesmas, com índice zero de decisões favoráveis. Decisões estas de última instância, superados os prazos de recorrências judiciais.

Os dados somente apontam aspectos favoráveis aos bancários, quanto ao reconhecimento, por parte do *Estado*, dos casos de desrespeito aos Acordos Salariais. Mesmo nestes processos, ressalve-se, sua natureza envolve cláusulas específicas dos Acordos Salariais específicos, nos períodos em que as ações são remetidas ao âmbito da Justiça do Trabalho – aviso prévio, indenização, cálculo de aposentadorias, horas extras, etc. – sob determinados pontos das cláusulas acordadas. Observados, porém, sob o olhar da conflitualidade entre *Capital* e *Trabalho* na recorrência à mediação do *Estado*, pode-se aferir que não há fronteiras entre desrespeito às cláusulas e às decisões improcedentes quanto às demissões, posto que, em muitas destas ações cuja natureza incidia em demissões, ocultavam-se pagamentos indevidos, valores não computados, aposentadorias compulsórias e não-acolhimento de reajustamentos salariais entre as admissões e as demissões.

Sob o prisma dos trabalhadores bancários, as ações trabalhistas, como estabelecimento de relações efetuadas enquanto processos históricos e sociais, a rigor, são reações ao que consideram descumprimento aos códigos acordados e socialmente vivenciados no espaço do trabalho. Estes trabalhadores, ao recorrerem à Justiça do Trabalho exigem mais do que respeito aos códigos, pois efetivam práticas de resistência, percebidas como resultado dos embates travados no interior dos bancos, “buscando exercer a dignidade da sua profissão e do trabalho que realizavam” (FONTES, 2002, p. 146); a dignidade em ser bancário na sua *condição de ser*, exigindo melhores condições de trabalho e discordando pela via da justiça trabalhista, portanto por uma outra fronteira do *Estado*, com as formas de exploração a que estavam submetidos. Por esta lógica, outras ações buscavam questionar também as rígidas formas de controle, pela *insubordinação à hierarquia* e ao próprio *Estado*.

A 2ª ordem de reivindicações envolve processos de *insubordinação no trabalho*. Os três casos de registros pesquisados abordam situações que exigem uma leitura específica em suas análises. São os casos descritos nos autos dos seguintes processos: Processo TRT – 2/64 (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1964), Processo TRT – RO 154/68 (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1968) e Processo TRT – RO 20/74 (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1974).

Nos autos do Processo TRT – 2/64 (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1964), consta que o bancário *Osmar Antônio Assunção* recorre contra o *BANPARÁ*, banco que trabalhava desde 01 de março de 1952, e que teria sofrido punição por suspensão motivada, no entendimento do banco, por insubordinação aos superiores. O reclamante exige salário correspondente aos 30 dias de suspensão. A decisão da Justiça do Trabalho foi de improcedência da reclamação, com ganho de causa ao

banco¹⁹⁹. A insubordinação alegada pelo banco seria de “atitude desrespeitosa aos superiores”, pelo fato do bancário não ter cumprido uma determinada função exigida pelo gerente imediato.

Sob o mesmo argumento, o *BANPARÁ* pune, 04 anos depois, segundo os autos do Processo TRT – RO 169/68 (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1968), a bancária *Maria Helena Ayres de Matos* com decisão sumária de demissão²⁰⁰. A bancária demitida recorre judicialmente e também a decisão da Justiça do Trabalho foi favorável ao banco.

Os dois casos distam em 04 anos, porém envolvem o mesmo banco, sob a mesma natureza de ação, com decisões favoravelmente iguais ao banco pela Justiça do Trabalho. O princípio da insubordinação é acionado à quebra da hierarquia e ao controle da produção, da *bitolagem de cotas* (BLASS, 1992), com o qual o *Estado* parece compartilhar em sua intolerância, como confirma a fala de um antigo funcionário do SEEB/Pa-Ap²⁰¹:

Naquela época não era fácil. Era clima de ditadura no Brasil e nos bancos. Bancário que não cumprisse as decisões das gerências era sempre punido com suspensões e até demissões. Quase sempre não encontrava emprego em outro banco, não. Ficava marcado. Só tinha estabilidade os diretores do sindicato. Esses podiam falar o que quisessem. Não estavam mesmo no banco. Era difícil bancário recorrer aqui no sindicato contra essas decisões. Sabia que sempre perdia. O próprio sindicato sabia que era dar murro em ponta de faca.

O terceiro processo é significativo e coloca sobre o mesmo patamar a intolerância do *Estado*, envolvendo questão de *segurança nacional*, sob os ditames

¹⁹⁹ Acórdão nº 3077 (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1964).

²⁰⁰ Acórdão nº 4466. A justificativa apresentada pelo banco contra a bancária era de “atitude relapsa no cumprimento do dever e da obrigação” com a agravante de “insubordinação aos seus superiores hierárquicos e indisciplina”, fazendo com que a reclamante entrasse em ação contra o *BANPARÁ* pleiteando a suspensão da pena e indenização com juros de mora e correção monetária em valor ilíquido (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1968).

²⁰¹ Trecho do depoimento de LUIZ ALBERTO BARBOSA, Funcionário do SEEB/Pa-Ap desde 1973, lotado, até a conclusão deste estudo, na *Diretoria de Assuntos Jurídicos* e responsável em encaminhar burocraticamente as rescisões contratuais dos bancários com os bancos. Entrevista realizada em 18 de dezembro de 2002 (vide Referências/Fontes Oraís).

do regime militar. Consta nos autos do Processo TRT – RO 20/74 (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1974) que o bancário Auxiliar de contabilidade, *Aldony da Fonseca Araújo*, admitido no *BASA* em 18 de setembro de 1970, teria sido demitido do banco em 29 de maio de 1972 por justa causa em virtude de “envolvimento em atos subversivos que atentam contra a segurança nacional”. O reclamante, segundo os autos, era empregado do *BASA* com exercício na agência da cidade de *Monte Alegre (Pa)* e no dia 07 de junho de 1971 foi preso e indiciado em inquérito policial-militar, acusado de prática de crime previsto no artigo 25 do Decreto-Lei nº 898 de 29 de setembro de 1969 – a *Lei de Segurança Nacional* implantada pelo Presidente *Emílio Médici* – tendo estado preso à disposição da auditoria da 8ª região militar, no período de 10 de junho de 1971 a 21 de março de 1972.

No decorrer das investigações, baseado nos autos do próprio inquérito, nada teria sido provado contra o bancário, porém, assim mesmo o banco não aceitou sua reintegração ao cargo. Em um caso marcado por várias inconsistências, a Justiça do Trabalho deu parecer favorável ao recurso do reclamante²⁰², obrigando o banco a pagar-lhe aviso prévio, salários retidos de junho de 1971 a março de 1972, gratificação semestral, depósitos de FGTS, insalubridade, gratificação de natal, férias e diferença de salário, totalizando a parte líquida de Cr\$ 10.305,90 em valores da época, mas não lhe devolveu o emprego.

Nestes processos, ficam evidentes que o processo do trabalho bancário requer a vigilância permanente nos bancos, sobre o labor dos trabalhadores, por parte do *Capital* e do *Estado*. Atitudes de não cumprimento às ordens gerenciais, são punidas com suspensões e a identificação nas fichas funcionais de classificações pejorativas: “insubordinados”, “relapsos”, “indolentes”. A recorrência à

²⁰² Acórdão nº 6651 (TRT/PA – 8ª REGIÃO, 1974).

Justiça do Trabalho, mais do que propugnar direitos representa também atitude de resistência no microcosmo do espaço dos bancos, à exploração do trabalho na própria *fonte misteriosa do fazer dinheiro* (JINKINGS, 2002).

Nos processos, se definem os campos, no bojo da relação entre o *Capital* e o *Trabalho*, não como espaço de harmonia, mas de conflito à ordem, à execução repetida das tarefas, à fragmentação do labor, ao comando das gerências em seu papel de executor das tarefas combinadas pelo *Capital*, como evidencia o depoimento desta testemunha das operações²⁰³:

Nos anos 60 e 70 fui auditor do BANPARÁ e acompanhei alguns processos de demissões, pois antes dessa função, cheguei a ser gerente por muito tempo. O cumprimento às cotas de serviços eram mais rígidas e eram comuns as suspensões. Alguns bancários não agüentavam o tranco e por isso procuravam o sindicato que não fazia muita coisa. Talvez não pudesse. Essas coisas eram internas nos bancos e obedeciam tarefas vindas de cima.

Por fim, os processos de ações trabalhistas estão à margem das mediações construídas pelas lideranças sindicais. São ações individuais, pouco acompanhadas, mas revelam relações sociais pautadas no conflito, onde a “noção de cooperação entre o capital e o trabalho não é a referencia para os sujeitos em disputa, que lutam para definir suas ações no âmbito da Justiça do Trabalho” (FONTES, 2002: 137), estabelecendo, portanto, bases de conflitualidades pautadas em interesses de classe que, quando dimensionadas ao espaço institucional, teria o *Estado* como órgão mediador, mas que na prática, responde com decisões majoritariamente desfavorável ao *Trabalho*.

No cotidiano do trabalho bancário, estavam trabalhadores efetuando ações de conflito, ainda que nos limites do espaço institucional da Justiça do Trabalho, sob os tentáculos de um *Estado Autoritário*. Entre os *Bancos* e a *Espada*, os trabalhadores

²⁰³ Depoimento de ELIAS JOSÉ DAVID ISRAEL. Bancário aposentado do BANPARÁ. Entrevista realizada em 23 de março de 2003 (vide Referências/Fontes Orais).

constroem um enredo, para além da mediação negociada de suas lideranças sindicais representativas. Neste enredo, suas ações se tornam resistências misteriosas e ocultas para aplicar e valer seus direitos que entendem também como componente de sua história, de suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O estudo procurou demonstrar algumas conclusões que foram pormenorizadas no desenvolvimento de cada capítulo desta dissertação. A partir do que ensejou problematizar na investigação teórica suscitada em torno da mediação sindical bancária no contexto sócio-histórico delimitado, algumas observações adicionais se tornam pertinentes aos resultados que objetivou demonstrar.

As lideranças sindicais se fizeram como sujeitos em sua própria história social, sob ritmos diversos dos trabalhadores que postulam representar. Os sindicatos expressaram e acobertaram práticas diversas, no que objetivam suas direções e no que exercitam suas bases representativas no mundo do trabalho. Nesse sentido, as trajetórias traçadas entre lideranças sindicais e trabalhadores de base, caminham paralelamente, mas se entrecruzam nas experiências e tradições que o campo do trabalho, percebido na dimensão de um fazer cultural e fato social em permanente movimento, conecta.

No construto das experiências e das tradições, mais que instituições, os sindicatos se constituíram como movimento vivo, orgânico, plasmados pela ação direta dos sujeitos e texturas institucionais-corporativas, sob matrizes que se reproduziram e se reelaboraram nas ações dos trabalhadores. No tecido das relações que as classes trabalhadoras alinhavaram historicamente, os fios condutores das estratégias mediadoras se constituíram sob tessituras solidárias com traços característicos marcadamente associados a simbiótica relação entre as negociações e os conflitos. Nesse sentido, as tradições sindicais tornaram os sindicatos espaços de experiências das classes trabalhadoras, junto com o espaço

do trabalho e das atividades cotidianas, estabelecidas como instituições de autodefesa e campo simbólico de trincheiras na luta permanente com o *Capital*.

Ao longo da modernidade, em meio aos processos de reestruturações produtivas em curso, as estratégias sindicais passaram a combinar dilemas comuns no campo da conflitualidade social, nas relações com as bases representativas e nos canais de interlocução com o *Capital* e o *Estado*. Os sindicatos, por meio das ações de suas lideranças, passaram a substituir a ação direta pela mobilização integradora ao mundo do consumo, possibilitando ocupar espaços para atuações negociais seguras e de resultados objetivos às bases representativas. As crises nos padrões de acumulação e os constantes quadros recessivos incidiram sobre as formas de atuação dos sindicatos, consagrando marcas na *práxis* dos atores, traçando um quadro amplo e complexo nas mediações estabelecidas no campo da conflitualidade social.

No Brasil, os sindicatos traduziram as marcas eivadas de outras tradições, mas produziram efeitos diversos em suas ações. Refletiram etapas diferenciadas dos graus de organização da economia nacional, definindo, junto às diversas experiências das classes trabalhadoras, práticas de permanências e rupturas. Suas lideranças produziram frentes de mobilização que permearam atuações radicais, relações com o *Estado* e práticas de negociações.

No movimento sindical bancário, seus agentes também foram tecendo os fios da mediação, compondo em suas resistências e estratégias mediadoras o tecido das relações capitalistas no país, no interior do sistema financeiro, marcado por lutas, concessões, conflitos, resistências e acomodações, cujas ações foram permanentemente impactadas por mudanças tecnológicas deste sistema. Impactos estes, que também se fizeram refletir sobre a condição de ser bancária, no espaço

de reprodução do labor nos bancos e ampliação dos lucros nas mesas de operações de seus agentes. No Pará, a organização sindical e o movimento bancário, trilharam pelos caminhos da mediação, mas com experiências de lutas específicas que as ações dos atores pontuaram em seu devir.

Em um cenário marcado pelo estabelecimento do *Estado Autoritário* e reestruturação produtiva no sistema financeiro, via *Reforma Bancária*, em sua primeira versão entre 1964 e 1967, a direção mantida à frente da entidade no Pará, oriunda de uma dada tradição de experiência de classe, procurou privilegiar a síntese da luta social entre o ativismo de base e a negociação.

O estudo das práticas de suas lideranças possibilitou reconhecer os diversos caminhos das mediações que foram sendo construídas, na relação com o *Capital*, a partir das tradições de luta que moldaram sua experiência de classe. Pode-se aferir que a mediação estabelecida pelo sindicato dos bancários, no período delimitado, foi o resultado de específicas tradições de luta, em um momento peculiar de transformações operadas na organização do trabalho bancário e de consolidação de um *Estado Autoritário*.

A mediação tecida pelas lideranças bancárias, que se auto-representavam como *Independentes*, teve como canal de interlocução, os espaços institucionais e legais permitidos pelo regime militar. Na perspectiva de atendimento às históricas demandas econômicas e salariais, buscavam a interlocução com as *Espadas*, no que acreditavam ser a estratégia mais adequada para a resolução dos conflitos.

No uso de suas estratégias mediadoras a ação das lideranças sindicais pontuava-se sob o espectro da *Reforma Bancária* e do *Estado Autoritário* estabelecendo processos sociais diversos nas relações com o *Capital* e o *Estado*, sob bases de *cooperação* e *acomodação institucional*, reveladores de conflitos e

tensões por meio das atuações negociais. No que pontuavam negociar, construíram relações negociadas, mas nas tensões com as bases representativas, atuavam nas tênues fronteiras da conflitualidade. Entre o ativismo de base e as negociações acordadas construíram um enredo de representação no qual se constituíram como atores sociais e sujeitos de sua própria história.

As ações destes atores sociais mantiveram em atividade um sindicato que passava por um processo de intervenção e teriam construído um enredo no movimento sindical bancário local entre as ações de base e o assistencialismo, o que pode ter retirado de suas lideranças a possibilidade de ação reivindicativa mais radical. A constatação desse modelo de prática veio à tona com a decretação pelo regime militar do *Ato Institucional nº 05 – AI-05*, em 1968, com reflexos imediatos nas políticas efetivadas pela direção sindical, no momento de maior cerceamento das liberdades democráticas no país.

A altivez reivindicatória das tradições de luta dos períodos anteriores ao golpe de 1964 – importante fator de mobilização e organização da atividade sindical – foi cedendo espaço ao assistencialismo como forma de expansão de associados e à negociação como encaminhamento de luta.

A experiência de classe forjada na luta social da categoria bancária se fez presente na prática sindical de suas lideranças ao assumirem posturas mediadoras junto aos representantes oficiais do *Estado Autoritário* na defesa das demandas bancárias. Em torno de suas práticas persistia a herança de uma larga tradição anterior, que se fazia presente na práxis sindical entre o ativismo político reivindicatório e o pragmatismo resistente, no bojo de um sindicalismo de resultados objetivos, inserido no quadro conjuntural de repressão e desemprego estrutural.

De um lado, a repressão e o controle sindical por parte do *Estado*; por outro, os impactos da *Reforma Bancária* provocando demissões e redução de associados. Este cenário se constituía propício à retração da política reivindicativa – junto ao fortalecimento do assistencialismo – e a reinvenção de novas formas de mediação na relação entre o *Capital* e o *Trabalho*. Poder-se-ia afirmar que a práxis destes atores combinaram experiências de luta diversas, acionando formas de atuação que combinavam o passado ativo com o presente negociador, a partir das relações de conflito estabelecidas com o *Capital*.

Enquanto sujeitos, suas ações revelaram práticas que não os tipificam sob estruturas monolíticas exclusivamente resultantes das relações de produção, por expressarem vivências de um cotidiano laboral que se fez e se reconstruiu no mundo e para além do mundo do trabalho bancário. Constituíram-se como *classe* em sua militância, representação e *fazer-se* na perspectiva de um fenômeno histórico ocorrido no plano de relações sociais, que unificou uma série de acontecimentos díspares e aparentemente apartados na matéria-prima da experiência e da consciência.

A Reforma Bancária e o Estado Autoritário pós-64 no Brasil foram acontecimentos históricos objetivos e *forças ambienciais* impactantes sobre as estratégias de mediação sindical, aparentemente desconectados, mas com fortes interferências no mundo do trabalho bancário e para além deste. Estes elementos, porém não impediram tentativas de resistências arraigadas nas experiências de classe da categoria sob relações sociais tensas com o capital financeiro representado pelos banqueiros.

A Reforma Bancária teria sedimentado formas de dominação profissional e social contra a qual a luta dos trabalhadores bancários se levantou ao longo de suas

diferentes etapas, mas não criou, nem foi exclusivamente determinada pelo *Estado Autoritário*. Assim, a análise da *práxis* desta parcela de trabalhadores bancários – representativos em seus papéis de lideranças e agentes sociais – precisou ser descolada, enquanto conceito, de definições apriorísticas de dominação social.

A ação das lideranças sindicais (atores sociais) nos espaços permitidos e/ou possíveis pelo *Estado Autoritário*, possibilitou estabelecer doses graduais de subjetividade crítica naquilo que buscaram mediar na luta social. Se a *1ª Reforma Bancária* aumentou a dominação social do trabalho, por outro lado, ampliou e permitiu o desvelo da reflexão crítica sobre aquilo que racionalmente procurou ocultar. Alçada ao patamar do desenvolvimento técnico e produtivo e fetichizada pelo sistema financeiro, ela se tornou um marco de modernidade com sua racionalidade instrumental, porém abriu a possibilidade da reflexividade na crítica que ensejou aos atores sociais.

Para além do enredo tecido pela mediação das lideranças, entre os *Bancos* e as *Espadas*, outros sujeitos postulavam demandar direitos. Eram bancários e bancárias que, muitas vezes, ao largo das representações oficiais de suas lideranças representativas e legítimas, procuravam também a intervenção do *Estado*, pelos tortuosos – nem sempre vitoriosos – caminhos das ações trabalhistas. Atuaram também entre os *Bancos* e a *Espadas*, em torno de suas próprias experiências, exigindo melhores condições de trabalho e de vida, salários justos, direitos subtraídos nas rescisões contratuais. Fizeram-se sujeitos em sua história, articulando interesses e estabelecendo antagonismos com o *Capital*, em suas resistências *vistas de baixo*, para além do *Estado* e do seu sindicato representativo.

Em histórias entrecortadas e cruzadas por caminhos diversos, entre a institucionalidade e a recorrência a direitos, estes trabalhadores construíram enredos e teceram os fios de sua condição sob lógicas próprias, mas interesses comuns em suas experiências. O tornar-se bancário os articulou, seja em ações institucionais de lideranças representativas, seja na reprodução do labor nos espaços dos bancos. Neste construto, se constituíram enquanto *classe* em um *fazer-se* indeterminado e, ainda que cadastrados pela lógica de um sistema em reestruturação, extraídos em seu labor pelo fetiche da *mercadoria-dinheiro*, mediaram e construíram identidades nas lembranças rememoradas e nas ações partilhadas que as experiências e as tradições vão continuar a amalgamar.

Em tempos de crise do trabalho e da identidade de atores coletivos, podem os trabalhadores bancários, em via de desaparecer ou metamorfosear-se em outras categorias e representações sob novos processos de reestruturações produtivas, construir sua história social em suas experiências e atitudes ressignificadas, reelaborando sua *práxis* naquilo que as incertezas podem trazer de riscos e aventuras. No que possam refletir e olhar o passado, sem receber lições, podem também se perceber como sujeitos e construir seus destinos diante dos demiurgos das verdades universais e cadastradas que celebram mundos opacos e sem sentidos, ávidos porém em extenuar o labor e reproduzir a barbárie.

REFERÊNCIAS

1. Bibliográficas.

ACCORSI, André. *Automação: bancos e bancários*. Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 1986.

AGOSTI, Aldo. Internacionalismo. In: BOBBIO, Norberto et. al. (org.). *Dicionário de Política* vol 1. Brasília: UNB, 2000, pp. 642 – 648.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Crise Econômica e Interesses Organizadores*. São Paulo: Edusp, 1996.

ALVES, Armando et al. *Pontos de História do Pará*. Vol. 2. Belém: PaKa-Tatu, 2002.

ALVES, Giovanna. Do “novo sindicalismo” à “concertação social”. Ascensão e crise do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Revista Sociologia Política*. Nov. 2000 nº 15, pp 111 – 124.

ANDRADE, Cássio Guilherme Franco de. *Memória e Fazer-se: os 70 anos do SEEB/Pa-Ap – 1933-2003*. (Texto digitado). Belém: SEEB/Pa-Ap, 2003.

_____. *Trabalho, Integração e Identidade: fato e questão social?*. Artigo de conclusão da disciplina “Sociologia do Trabalho” do Programa do Mestrado em Sociologia/ PPCS/CFCH/UFGA (Texto digitado). Belém, 2004.

ANTUNES, Ricardo. *Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil – da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____, (org.) et al. *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: Reestruturação Produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 1997.

_____. *Os Sentidos do Trabalho...* São Paulo: Boitempo, 2000.

_____ & SOTELO, Adrián. A Crise da Sociedade do Trabalho: entre a perenidade e a superficialidade. In: ROMÃO, José Eustáquio & OLIVEIRA, José Eduardo de (Coord.). *Questões do Século XXI*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 101 – 120.

_____ et al. *Sindicatos, Cooperativas e Socialismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ALEXANDER, Jeffrey. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Antony & TURNER, Jonathan (org.). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Unesp, 1998, pp. 23 – 49.

BADALONI, Nicola. Gramsci: a filosofia da práxis como previsão. In: HOBBSAWM, Eric (org.). *História do Marxismo: O marxismo na época da Terceira Internacional – de Gramsci à crise do stalinismo* (vol X). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 13 – 128.

BANDEIRA, Lourdes. *Metodologia em Ciências Sociais*. texto digitado de Mini-Curso. Belém: UFPA/CFCH/Departamento de Sociologia/Mestrado em Sociologia, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECK, Ulrich. *Modernização Reflexiva*. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. *La Société du Risque: sur la voie d'une autre modernité*. Paris: Aubier, 2001.

BEDESCHI, Giuseppe. Comunismo. In: BOBBIO, Norberto et. al. (org.). *Dicionário de Política* vol 1. Brasília: UNB, 2000, pp. 204 – 210.

BLASS, Leila Maria da Silva. *Estamos em Greve! Imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários*. São Paulo: Hucitec/ Sindicatos dos Bancários de São Paulo, 1992.

_____. Novo Sindicalismo: resistência e descontinuidade. In: RODRIGUES, Iran Jácome (org.). *O Novo Sindicalismo. Vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 33 – 49.

_____. Novo sindicalismo e a reinvenção dos sindicatos. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (org.) et al. *Transformações no trabalho no século XXI*. Pelotas: Educat, 2003, pp. 33 – 48.

BOITO JR. Armando (org.) et al. *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Éve. *El Nuevo Espíritu del Capitalismo*. Madrid: Ediciones Akal S.A., 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. São Paulo: Difel, 1989.

_____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOUVIER, Pierre. *Le Travail*. Paris: Press Universitaires de France (coll. Que suis-je?), 1994.

BRAVO, Gian Mario. Anarquismo. In: BOBBIO, Norberto et. al. (org.). *Dicionário de Política* vol 1. Brasília: UNB, 2000a, pp. 23 – 28.

_____. Movimento Operário. In: BOBBIO, Norberto et. al. (org.). *Dicionário de Política* vol 2. Brasília: UNB, 2000b, pp. 781 – 786.

BRITO, Daniel. Reforma do Estado e Sustentabilidade: a questão das instituições desenvolvimentistas da Amazônia. In: COSTA, Maria José Jackson (org.). *Sociologia na Amazônia. Debates teóricos e experiências de pesquisa*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001, pp. 71 – 103.

CANEDO, Leticia Bicalho. *Bancários, movimento sindical e participação política*. Campinas: Unicamp, 1986.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Notas sobre Estado e Dependência*. São Paulo: Brasiliense, 1975.

CARLEIAL, Liana; VALLE, Rogério (organizadores). *Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil*. São Paulo: Hucitec-Abet, 1997.

CARMO, Paulo Sérgio. *História e ética do trabalho no Brasil*. São Paulo: Moderna, 1998.

CARONE, Edgard. *Classes Sociais e Movimento Operário*. São Paulo: Ática, 1989.

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do Salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama; AMORIM, Wilson A. da Costa. Evolução e característica do emprego do emprego no setor bancário. In: CARLEIAL, Liana; VALLE, Rogério (org.). *Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil*. São Paulo: Hucitec-Abet, 1997, pp. 399 – 418.

CIGNOLLI, Alberto. *Estado e Força de Trabalho – introdução à política social no Brasil*. São Paulo: Brasiliense (Primeiros Vôos), 1985.

COHN, Gabriel. A Sociologia e o novo padrão civilizatório. In: BARREIRA, César (org.). *Memória, Imaginação e Utopia*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 132 – 145.

CONDURU, Marise Teles; PEREIRA, José Almir Rodrigues. *Elaboração de Trabalhos Acadêmicos: Normas, Critérios e Procedimentos*. Belém: NUMA/UFPA/EDUFPA, 2005.

CORIAT; SABÓIA, J. *Regime de Acumulação e Relação Social no Brasil: um processo de fordização forçada e contrariada*. Porto Alegre: Ensaio, FEE, nº 09 (2), 1988, pp. 3-45.

COSTA, Gracione da Mota. *Sindicatos dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Pará e Amapá – SEEB/Pa-Ap: atuação negocial em tempos de crise*. Dissertação de Mestrado. Belém: Curso de Pós-Graduação em Direito do Trabalho/UNAMA, 2002.

DE DECCA, Edgar. *O Silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DUTRA, Eliana. *O Ardil Totalitário...* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FARIAS, André Assunção de. *Reinserção dos ex-bancários no mercado de trabalho*. Monografia de Especialização. Belém: NAEA/FIPAM/UFPA, 1999.

FERNANDES, Florestan, *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

FIORI, José Luís. *Economia política del estado desarrollista en Brasil*. Santiago de Chile: Revista de La Cepal, nº 47, ag. 1992, pp. 187 – 201.

FOA, Lisa. Bolchevismo. In: BOBBIO, Norberto et. al. (org.). *Dicionário de Política* vol 1. Brasília: UNB, 2000, pp. 114 – 118.

FONTES, Edilza. *Sindicalismo e Movimento Operário em Belém: 1945 a 1947*. In: Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Belém: UFPA/CFCH, (16), abr./jun, 1998, pp. 85 – 107.

_____. *O Pão Nosso de Cada Dia*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

FÜCHTNER, Hans. *Os Sindicatos Brasileiros / Organização e Função Política*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GONÇALVES, Ida Lenir. *Ex-bancário procura emprego...* Dissertação de Mestrado. Belém: Mestrado em Sociologia/CFCH/UFPA, 2002.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GORZ, André. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

_____. *Adeus ao proletariado*. Para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GRAUERT, E. *Indústria, comércio e bancos*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1977.

GRISCI, Carmem Lima Iochins; BESSI, Vânia Gisele. *Modos de trabalhar e ser na reestruturação bancária*. Sociologias, jul/dez, 2004, nº 12, p. 160 – 200.

HABERMAS, Jürgen. *Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

HALL, M. ; PINHEIRO, P. S. *A classe operária no Brasil (1889-1930): o movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HARBISON, Frederick H. ; COLEMAN, John R. *Estratégia nos Dissídios Coletivos de Trabalho*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão – vida operária e cultural anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

HOBBSAWM, Eric. Prefácio; Marx, Engels e o socialismo pré-marxiano. In. _____ (org.). *História do Marxismo – O marxismo no tempo de Marx* (vol I). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 13 – 67.

_____. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. *Era dos Extremos: Breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

IANNI, Octávio. *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. Sociologia do Futuro. In. BARREIRA, César (org.). *Memória, Imaginação e Utopia*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 107 – 131.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil – 1963*. IBGE: Conselho Nacional de Estatística, 1964.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil – 1964*. IBGE: Conselho Nacional de Estatística, 1965.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil – 1965*. IBGE: Conselho Nacional de Estatística, 1966.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil – 1970*. IBGE: Conselho Nacional de Estatística, 1971.

JINKINGS, Nise. *O Mister de fazer dinheiro: automatização e subjetividade no trabalho bancário*. São Paulo: Boitempo, 1995.

_____. *Trabalho e Resistência na “fonte misteriosa”: os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2002.

KAREPOVS, Danis (Coord.). *A História dos Bancários: lutas e conquistas, 1923-1993*. São Paulo: Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região. São Paulo: SEEB/SP, 1993.

LAKATOS, E. M. ; MARCONI, M. de A. *Metodologia Científica...* São Paulo: Atlas, 1991.

LARANGEIRA, Sônia. *Automação no setor bancário: emprego e organização do trabalho*. Porto Alegre: ANPOCS, 1990.

_____. *As novas tecnologias e a ação sindical no setor bancário: as experiências britânica e brasileira*. Caxambu: ANPOCS – ST05, 1993.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: Estado, Homem, Natureza*. Belém: Cejup, 1992.

_____. *A Formulação de um Problema de Pesquisa*. Texto digitado. Belém: UFPA/CFCH/Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2004.

LIMA, Rogério Mendes de. Uma categoria fora dos trilhos: reflexões sobre a crise de identidade entre os ferroviários do Rio de Janeiro. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (org.) et al. *Transformações no trabalho no século XXI*. Pelotas: Educat, 2003, pp. 49 – 78.

MALLOY, James M. *Política de Previdência Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MAGNANI, Sílvia Lang. *O movimento anarquista em São Paulo*. São Paulo: brasiliense, 1982.

MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e democratização*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

MÁREK, Franz. A desagregação do stalinismo. In: HOBBSAWM, Eric (org.). *História do Marxismo: O marxismo na época da Terceira Internacional – de Gramsci à crise do stalinismo* (vol X). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 307 – 319.

MARTINS, Antônio Maria. Sistema de emprego em desestruturação. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (org.) et al. *Transformações no trabalho no século XXI*. Pelotas: Educat, 2003, pp. 11 – 32.

MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política* / volume I. São Paulo: Nova Cultural (Os Economistas), 1985.

_____. *Ideologia Alemã*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

_____. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. Lisboa: Edições 70, 1987.

_____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. *La lotte di classe in Francia dal 1848 al 1850*. Roma: Editori Riuniti, 1989.

MATOSO, Jorge. *A Desordem do Trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.

MENDONÇA, Sônia. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Moderna, 1995.

MINELLA, Ary César. *Previdência Social e Classe Operária no Brasil*. São Paulo: Estudos Cebrap, nº 15, 1976.

_____. *Banqueiros - organização e poder político no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Anpocs, 1988.

_____. Transformações dos atores sociais dominantes: a burguesia bancário-financeira no Brasil. In: LARANGEIRA, Sônia. *Classes e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Hucitec, 1990, pp. 83 – 106.

MONTEIRO, Marcílio. *Reestruturação Produtiva e o Trabalho Bancário*. Monografia de TCC. Belém: UFPA, fevereiro de 1996.

MORIN, Edgar. *O Método 4: As idéias*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

NEGRO, Antônio Luigi. Nas origens do “novo sindicalismo”: o maio de 59, 68 e 78 na indústria automobilística. In: RODRIGUES, Iran Jácome (org.). *O Novo Sindicalismo. Vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 09 – 31.

_____. *Linhas de Montagem: O industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1964-1978)*. São Paulo: Boitempo, 2004.

OPAT, Jaroslav. Do antifascismo aos “Socialismos Reais”: as democracias populares. In: HOBBSAWM, Eric (org.). *História do Marxismo: O marxismo na época da Terceira Internacional – de Gramsci à crise do stalinismo (vol X)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 231 – 250.

PASQUINO, Gianfranco. Movimentos Sociais. In: BOBBIO, Norberto et. al. (org.). *Dicionário de Política* vol 2. Brasília: UNB, 2000a, pp. 787 – 792.

_____. Stalinismo. In: BOBBIO, Norberto et. al. (org.). *Dicionário de Política* vol 2. Brasília: UNB, 2000b, pp. 1221 – 1225.

_____. Trotskismo. In: BOBBIO, Norberto et. al. (org.). *Dicionário de Política* vol 2. Brasília: UNB, 2000c, pp. 1260 – 1267.

PESSANHA, Elina G. da Fonte; MOREL, Regina Lúcia M. Mudanças recentes no modelo de relações de trabalho no Brasil e novo sindicalismo. In: RODRIGUES, Iran Jácome (org.). *O Novo Sindicalismo. Vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 95 – 112.

PETIT, Pere. *A Esperança Equilibrista: a trajetória do PT no Pará*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996.

PIANCIOLA, Cesare. Socialismo. In: BOBBIO, Norberto et. al. (org.). *Dicionário de Política* vol 2. Brasília: UNB, 2000, pp. 1196 – 1202

POULANTZAS, Nicos. *Teoria Política e Classes Sociais*. Lisboa: Editora Portucalense, 1971.

PRESTES, Maria Lúcia de Mesquita. *A Pesquisa e a Construção do Conhecimento Científico*. São Paulo: Respel, 2002.

REGALIA, Ida. Contrato Coletivo. In: BOBBIO, Norberto et. al. (org.). *Dicionário de Política* vol 1. Brasília: UNB, 2000a, pp. 269 – 272.

_____. *Organizações Sindicais*. In: BOBBIO, Norbert et. al. (org.) *Dicionário de Política* vol 2. Brasília: UNB, 2000b, pp. 870 – 873.

REGINI, Marino. Sindicalismo. In: BOBBIO, Norberto et. al. (org.). *Dicionário de Política* vol 2. Brasília: UNB, 2000, pp. 1150 – 1157.

REGONINI, Gloria. O Estado do Bem-Estar. In: BOBBIO, Norberto et. al. (org.). *Dicionário de Política* vol 1. Brasília: UNB, 2000, pp. 416 – 419.

RODRIGUES, Iran Jácome. A trajetória do novo sindicalismo. In: _____. *O Novo Sindicalismo no Brasil. Vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 73 – 94.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1968.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação de centrais sindicais. In: BOITO JR., Armando (org.). *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp. 11 – 42.

_____. *Destino do Sindicalismo*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1999.

RUDÉ, George. *A multidão na História. Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991.

SADER, Emir & GENTILI, Pablo (org). *Pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SALERNO, Mário Sérgio. *Da rotinização à flexibilização: ensaio sobre o pensamento brasileiro na organização do trabalho*. Gest. Prod. Jan/abr, 2004, vol 11, nº 01, pp. 21 – 32.

SANTANA, Marco Aurélio. Política e história em disputa: o “novo sindicalismo” e idéia de ruptura com o passado. In: RODRIGUES, Iran Jácome (org.). *O Novo Sindicalismo. Vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 133 – 161.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Os Processos de Globalização*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Trabalhar o mundo. Os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. A Sociologia para o século XXI: análise, responsabilidade e imaginação. In: BARREIRA, César (org.). *Memória, Imaginação e Utopia*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 195 – 213.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Sistema Financeiro. In:_____. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001. Pp. 185-197.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *Leis Sociais e custo da mão-de-obra no Brasil*. São Paulo: LTr Editora/ Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

SANTOS, Theotônio dos. A crise da teoria do desenvolvimento na América Latina. In: JAGUARIBE, Hélio et. al. *A Dependência político-econômica da América Latina*. São Paulo: Cortez, 1976.

SETTEMBRINI, Domenico. Reformismo. In: BOBBIO, Norberto et. al. (org.). *Dicionário de Política* vol 2. Brasília: UNB, 2000a, pp. 1077 – 1080.

_____. Social-Democracia. In: BOBBIO, Norberto et. al. (org.). *Dicionário de Política* vol 2. Brasília: UNB, 2000b, pp. 1188 – 1192.

SILVA, Artur Gomes da. *Nos Bastidores do Sindicato dos Bancários do Pará e Amapá, no período de 1961/1964*. Edição Limitada. Belém: Produção Independente, 1997.

SIMÃO, Azis. *Sindicatos e Estado*. São Paulo: Ática, 1999.

SPRIANO, Paolo. O movimento comunista entre a guerra e o pós-guerra: 1938-1947. In: HOBBSAWM, Eric (org.). *História do Marxismo: O marxismo na época da Terceira Internacional – de Gramsci à crise do stalinismo (vol X)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 129 – 212.

STEVENS, Carl M. A mediação e o papel do neutro. In: DUNLOP, John T.; CHAMBERLAIN, Neil W. (Org.). *Fronteiras da negociação coletiva*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1967, pp. 311 – 331.

STOCKINGER, Gottfried. A Reestruturação de relações tradicionais na Amazônia numa Era de Modernização Forçada (1960-1980). In: COSTA, Maria José Jackson (org.). *Sociologia na Amazônia. Debates teóricos e experiências de pesquisa*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001, pp. 105 – 140.

TEIXEIRA, F. *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva*. São Paulo: Cortez, 1996.

THOMPSON. E. *A Formação da Classe Trabalhadora...* V.I. Ed. Revista. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOSI, Alberto (Coord.) et alli. *Bancários: 60 anos de história, 1934-1994*. Vitória: SEEB – Espírito Santo, 1994.

TOURAINÉ, Alan. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

TRINDADE, José Raimundo *Barreto*. *A Metamorfose do Trabalho na Amazônia: Para além da Mineração Rio do Norte*. Belém: UFPANAEA, 2001.

TUMOLO, Paulo Sérgio. *Reestruturação Produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica*. Educ. Soc., dez 2001, vol 22, nº 77, pp. 71 – 99.

WATERMAN, Peter. Emancipar o internacionalismo operário. In. SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Trabalhar o mundo. Os caminhos do internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 405 – 456.

WEBER, Max. *A Burocracia*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1976.

_____. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Lisboa: Presença, 1996.

WEBSTER, Edwarf; LAMBERT, Rob. Emancipação social e o novo internacionalismo operário: uma perspectiva do sul. In. SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Trabalhar o mundo. Os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 79 – 133.

VÉRAS, Roberto. O sindicalismo metalúrgico, o “festival de greves” e as possibilidades do contrato coletivo nacional. In. SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Trabalhar o mundo. Os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 135 – 169.

2. Fontes Documentais.

ALONSO ROCHA/ DADOS PESSOAIS. Belém: documento digitado/ Arquivo Pessoal de Raimundo Alonso Pinheiro Rocha, março de 2005.

ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL, de 1946 a 1968.

ANAIS DO CONGRESSO DOS TRABALHADORES DA AMAZÔNIA – 06, 07 e 08 de setembro de 1963 – Belém/Pará.

ANAIS DO VII CONGRESSO NACIONAL DOS BANCÁRIOS. Declaração de Princípios e Resoluções. Belo Horizonte: 21 a 27 de abril de 1958.

CENTRO PARAENSE DE DESPORTOS DOS BANCÁRIOS. Portaria nº 07/60 – Documento. Belém: arquivo pessoal de Raimundo Alonso Pinheiro Rocha, de 18 de junho de 1960.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE CRÉDITO. Credencial de Delegado do SEEB/Pa-Ap da II Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais. Rio de Janeiro: CONTEC/IIª Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais / Documentos, 13 a 14 de novembro de 1967.

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO/PA. Livros de Assentamentos. Processos de 1936 a 1955 / 1967 A 1974.

_____. Processo DRPA – 3163/67. Belém: DRPA – Not. S.F. nº 18/67, de 27 de junho de 1967.

_____. Processo DRPA – 3163/67. Belém: DRPA – Depoimento de RAIMUNDO ALONSO PINHEIRO ROCHA, de 03 de julho de 1967.

_____. Acordo Salarial entre a Associação Profissional dos Bancos do Estado do Pará e o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários: Vigência de 1º.09.67 a 31.08.68. Belém: Registro na Secção de Emprego da DRT/Pa em 02.02.1968.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO PARÁ. Arquivos de 1945 a 1964 (fichas catalogadas).

FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DO NORTE E NORDESTE. Documentos de Credenciais Sindicais. Fortaleza: Federação dos Bancários do Norte e Nordeste, 1968.

IIª CONFERÊNCIA NACIONAL DE DIRIGENTES SINDICAIS. Ata de Reunião Preparatória e de Instalação da Comissão de Previdência Social. Belém: arquivo pessoal de Raimundo Alonso Pinheiro Rocha, 13 de novembro de 1967.

_____. Comissão de Previdência Social. Belém: arquivo pessoal de Raimundo Alonso Pinheiro Rocha, 14 de novembro de 1967.

II ENCONTRO DE DIRIGENTES SINDICAIS DO PARÁ. Documentos para arquivar expedientes. Belém: arquivo pessoal de Raimundo Alonso Pinheiro Rocha, 1968.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS BANCÁRIOS – IAPB / JUNTA INTERVENTORA NO CONSELHO ADMINISTRATIVO. GRS – C 423/66. Rio de Janeiro: IAPB, 28 de setembro de 1966.

JINKINGS, Raimundo Antônio da Costa. Manifesto à Classe Bancária / Programa. Belém: SEEB/Pa-Ap, 18 de dezembro de 1961.

SEEB/Am. Carta enviada ao SEEB/Pa-Ap. Manaus: SEEB/Am, 1968.

SEEB/Pa-Ap. Livro de Frequência e de Atas das Assembléias Gerais do Sindicato dos Bancários do Pará de 1935 a 1937. Belém: SEEB/Pa-Ap, 1935.

_____, Livro de Atas e de Frequências das Assembléias Gerais do Sindicato dos Bancários do Pará em 1941. Belém: SEEB/Pa-Ap, 1941.

_____. Carta de Reconhecimento Legal. Belém: SEEB/Pa-Ap, 18 de outubro de 1941.

_____. Correspondências Expedidas e Recebidas. Belém: SEEB/Pa-Ap, 1946a.

_____. Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do MTIC / Inquérito Sindical de 1945. Belém: SEEB/Pa-Ap, 1946b.

_____. Pastas dos Acordos Salariais de 1956 a 1979. Belém: Diretoria de Assuntos Jurídicos / Divisão nº 17, 1979.

_____. Livro de Atas e Reuniões do Sindicato dos Bancários do Pará de 1948 a 1951. Belém: SEEB/Pa-Ap, 1948.

_____. Livro de Atas de Assembléias Gerais do Sindicato dos Bancários do Pará de 29 de abril de 1959 a 26 de agosto de 1960. Belém: SEEB/Pa-Ap, 1959.

_____. Livro de Presença das Reuniões de Assembléia Geral do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Pará de 1961 a 1963. Belém: SEEB/Pa-Ap, 1961.

_____. Pasta de documentos do I Encontro Sindical dos Trabalhadores do Estado do Pará/Entidade Classista. Belém: arquivo pessoal de Raimundo Alonso Pinheiro Rocha, 05 de agosto de 1962.

_____. Relatório da Diretoria do Sindicato de Empregados em Estabelecimentos Bancários de 1963. Belém: SEEB/Pa-Ap, 1963.

_____. Relatório da Diretoria do Sindicato de Empregados em Estabelecimentos Bancários de 1964. Belém: SEEB/Pa-Ap, 1964.

_____. Panfleto – Campanha Salarial. Belém: SEEB/Pa-Ap, 1964.

_____. Relatório da Diretoria do Sindicato de Empregados em Estabelecimentos Bancários de 1964. Belém: SEEB/Pa-Ap, 1965.

_____. Carta ao Excelentíssimo Senhor Senador Jarbas Gonçalves Passarinho – Ministro do Trabalho e Previdência Social. Belém: SEEB/Pa, 31 de março de 1967.

_____. Expedientes do II ENCONTRO DE DIRIGENTES SINDICAIS DO PARÁ. Belém: arquivo pessoal de Raimundo Alonso Pinheiro Rocha, 02, 03 e 04 de agosto de 1968.

_____. Convite ao Exmo. Sr. Marechal Arthur da Costa e Silva. Belém: arquivo pessoal da Raimundo Alonso Pinheiro Rocha, 24 de agosto de 1968.

_____. Convite ao I Encontro Sindical dos Trabalhadores no Estado do Pará. Belém: arquivo pessoal de Raimundo Alonso Pinheiro Rocha, 05 de agosto de 1968.

_____. Livro de Atas e de Frequência das Reuniões de Assembléia Geral do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Pará de 1969 a 1974. Belém: SEEB/Pa-Ap, 1969.

_____. Relatório da Diretoria do Sindicato de Empregados em Estabelecimentos Bancários de 1969. Belém: SEEB/Pa-Ap, 1970.

_____. BRASILEIROS, AMEMO-NOS! – Boletim “O BANCÁRIO”, nº 25. Belém: arquivo pessoal de Raimundo Alonso Pinheiro Rocha, 04 de setembro de 1970.

_____. Relatório da Diretoria do Sindicato de Empregados em Estabelecimentos Bancários de 1971. Belém: SEEB/Pa-Ap, 1971.

_____. Estatuto do Sindicato dos Bancários do Pará e Amapá. Belém: 2º Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, 01.02.1993.

_____. Tabulação das manifestações políticas do movimento sindical (1945 a 1964). Belém: Documentos de Jaime Teixeira (mimeografado) doados pela historiadora Edilza Fontes ao acervo da Diretoria de Formação Política e Cultural do SEEB/Pa-Ap em 2003a.

_____. O Golpe de 64 / Governo Jarbas Passarinho – Notícias. Belém: Documentos de Jaime Teixeira (mimeografado), doados pela historiadora Edilza Fontes ao acervo da Diretoria de Formação Política e Cultural do SEEB/Pa em 2003b.

_____. ENTREVISTA COM RAIMUNDO JINKINGS A JAIME TEIXEIRA. Belém: Documentos de Jaime Teixeira, em cópia (mimeografado), doado pela Historiadora Edilza Fontes ao acervo da Diretoria de Formação Política e Cultural do SEEB/Pa-Ap em 2003c.

TRIBUNAL REGIONAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ – 8ª REGIÃO. Resolução de Acordo – processo TRT 158/62. Belém: TRT/8ª Região, em 14 de novembro de 1962.

_____. Acórdão nº 3306 – Processo TRT – 255/64. Livros de Acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 1964.

_____. Acórdão nº 3077 – Processo TRT – 2/64. Livros de Acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 1964.

_____. Acórdão nº 3.556 – Processo TRT – 198/65. Livros de Acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 1965.

_____. Acórdão nº 3.539 – Processo TRT – 199/65. Livros de Acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 1965.

_____. Acórdão nº 3.705 – Processo TRT – 345/65. Livros de Acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 1965.

_____. Acórdão n° 3.754 – Processo TRT – 49/66. Livros de Acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 1966.

_____. Acórdão n° 3.881 – Processo TRT – 153/66. Livros de Acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 1966.

_____. Acórdão n° 3.724 – Processo TRT – 15/66. Livros de Acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 1966.

_____. Acórdão n° 4.122 – Processo TRT – 55/67. Livros de Acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 1967.

_____. Acórdão n° 4.426 – Processo TRT – RO 154/68. Livros de Acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 1968.

_____. Acórdão n° 4.466 – Processo TRT – RO 169/68. Livros de Acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 1968.

_____. Acórdão n° 4.714 – Processo TRT – RO 24/69. Livros de Acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 1969.

_____. Acórdão n° 5.090 – Processo TRT – RO 124/70. Livros de Acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 1970.

_____. Acórdão n° 5.255 – Processo TRT – RO 71/71. Livros de Acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 1971.

_____. Acórdão n° 5.698 – Processo TRT – RO 13/72. Livros de Acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 1972.

_____. Acórdão n° 6.114 – Processo TRT – RO 19/73. Livros de Acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 1973.

_____. Acórdão n° 6.651 – Processo TRT – RO 20/74. Livros de Acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 1974.

3. *Fontes Orais.*

ALTAIR GUIMARÃES CARNEIRO. Bancário aposentado do Banco da Amazônia/BASA. Entrevista realizada em 09 de abril de 2003.

ARTUR GOMES DA SILVA. Dirigente do SEEB/Pa-Ap nos anos 50 e 60 e presidente durante a intervenção militar. Entrevista realizada em 01 de abril de 2003.

ELIAS JOSÉ DAVID ISRAEL. Bancário aposentado do Banpará. Entrevista realizada em 23 de março de 2002.

JOSÉ RAUL DE SOUZA RODRIGUES. Bancário aposentado do Banco do Brasil. Entrevista realizada em 28 de abril de 2003.

LUIZ ALBERTO BARBOSA. Funcionário do SEEB/Pa-Ap, desde 1973. Entrevistas realizadas entre dezembro de 2002 e março de 2003.

RAIMUNDO ALONSO PINHEIRO ROCHA. Dirigente da Federação dos Bancários e militante do movimento sindical bancário paraense nos anos 50 e 70. Entrevistas realizadas entre abril e maio de 2003 e agosto de 2005.

RAIMUNDO NONATO OLIVEIRA TAVARES DA SILVA. Bancário aposentado do Banco do Estado Pará/ BANPARÁ. Entrevista realizada em 10 de abril de 2003.

4. *Periódicos.*

A PROVÍNCIA DO PARÁ – jornal diário de 1968 a 1970.

DEBATE SINDICAL – publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais/ CIES. São Paulo: Parma, ano 14, nº 33, mar/abr/maio – 2000.

ESTADO DO PARÁ – jornal diário de 1960 a 1964.

ESTADO DE SÃO PAULO – edição extra de 31.03.1984.

FOLHA VESPERTINA – jornal diário de 1946 a 1955.

O BANCÁRIO. Boletim Informativo do SEEB/Pa-Ap. Belém: SEEB/Pa-Ap, 27 de abril de 1964.

_____. Boletim Informativo do SEEB/Pa-Ap nº 25. Belém: SEEB/Pa-Ap, 12 de maio de 1964.

_____. Boletim Informativo do SEEB/Pa-Ap nº 73. Belém: SEEB/Pa-Ap, nº 73, 07 de dezembro de 1964.

_____. Boletim Informativo do SEEB/Pa-Ap – Campanha Salarial setembro/1967 a agosto; 1968. Belém: arquivo pessoal de Raimundo Alonso Pinheiro Rocha, 05 de abril de 1968.

_____. Boletim Informativo do SEEB/Pa-Ap nº 06. Belém: arquivo pessoal de Raimundo Alonso Pinheiro Rocha, 22 de abril de 1970.

O ESTADO DO PARÁ. Jornal diário de 1962 a 1968.

O LIBERAL – Jornal diário de 1960 a 1968.

ANEXOS

ANEXO A - Panorâmica geral da Sessão de abertura do V Congresso Nacional dos Bancários, realizado em São Paulo, 1954 – a representação do Pará foi acordada entre *Comunistas e Independentes*.



ANEXO B - Encontro sindical bancário sob os ditames das intervenções patrocinadas pelo governo militar.



ENCONTRO NACIONAL DE BANCÁRIOS E SECURITÁRIOS
São Paulo dias 25, 26 e 27 de julho de 1968

ANEXO C - Primeira negociação salarial entre banqueiros e bancários no Pará, após o golpe de 1964.



ANEXO D - Teófilo Conduru (o segundo, da esquerda para a direita na foto) foi a mais expressiva liderança sindical bancária local nos anos 40. Representa um dos últimos da geração dos fundadores do SEEB/Pa-Ap e o presidiu entre o fim do *Estado Novo* e a *Redemocratização*. Último elo das ligações entre os sindicalistas bancários e as forças políticas locais associadas ao *Baratismo*.



ANEXO E - Delegação do Pará no histórico *Congresso Bancário* de 1958, em Belo Horizonte, que institucionalizou a CONTEC. Representantes das três correntes que atuam no SEEB/Pa-Ap: *Comunistas, Ministerialistas e Independentes*.



ANEXO F - Lideranças bancárias do grupo dos *Independentes* que atuam no SEEB/Pa-ap, hegemonicamente entre 1964 e 1974.



ANEXO G - *Raimundo Jinkings* e *Alonso Rocha* em foto entre o final dos anos 80 e início dos anos 90 – o livreiro e o poeta trilham história comum, sob o signo de um passado de diferenças.



ANEXO H - Entrevista realizada com Raimundo Alonso Pinheiro Rocha em 08 de agosto de 2005, em sua residência, em Belém (PA).

PESQUISADOR: Você foi dirigente sindical bancário no Pará, entre 1964 e 1974?

ALONSO ROCHA: Na direção do sindicato não, mas fui representante do Conselho de Representantes e na Federação Norte-Nordeste dos Bancários.

P. Chegou a exercer cargo de confiança no banco que trabalhava, durante o período da militância sindical?

A.R. Sim, no Banco de Londres.

P. Você era liberado do banco para exercer a prática de dirigente sindical?

A.R. Não, mas tinha este direito assegurado.

P. No debate político e ideológico dos anos 60 e 70, que posição política você chegou a assumir no movimento sindical bancário?

A.R. Considerava-me como independente, em relação a transformar o sindicato em órgão de influência de qualquer partido político, mas eu assumia as bandeiras políticas das reformas de base e do nacionalismo, como até hoje eu defendo.

P. Sofreu algum tipo de retaliação ou pressão política do Estado Autoritário, durante o exercício da direção sindical?

A.R. Eu diria que pressão interna dos gerentes, do governo, mas retaliação propriamente dita não.

P. Que (ais) objetivo (s) pretendia alcançar quando vocês recorriam às Forças Militares no Pará?

A.R. Posso dizer os seguintes: alcançar as demandas da categoria por meio das pressões que fazíamos sobre as Forças Armadas para que elas pressionassem os banqueiros, resolver problemas relacionados ao desemprego dos bancários, encontrar soluções políticas para casos de perseguições sindicais e fazer valer a liderança dos bancários durante os conflitos com o governo.

P. Que (ais) objetivo (s) pretendia alcançar nas negociações com os banqueiros, durante os dissídios coletivos?

A.R. Aquilo que sempre a gente brigou com os bancos: reajustes salariais, proibições de extensões de jornadas de trabalho e redução da carga horária para 06 horas diárias.

P. Que estratégia (s) era (m) utilizada (s) na relação com as forças militares?

A.R. O respeito com as instituições militares. Procurávamos fazer diálogos com alguns militares que serviam como nossos interlocutores de preferência como o Coronel Palhano e o Tenente-Coronel Jarbas Passarinho, de forma oficiosa. Nossa tática era a de fazer uma negociação com os banqueiros, acordada com os militares, para ajudar na pressão.

P. Que estratégia (s) era (m) utilizada (s) na relação com os banqueiros?

A.R. *Era na sobriedade e dureza no trato das questões da categoria. Utilizávamos também movimentos paredistas com banqueiros arredios aos acordos durante as negociações de dissídios. Fazíamos greve como último recurso na negociação e quase sempre optávamos pela grevilha que era greve contra um determinado banco.*

P. Que estratégia (s) era (m) utilizada (s) na relação com os bancários?

A.R. *Era evitar confrontos diretos com os bancos, conseguindo movimentos de base calcados na negociação.*

P. Que fator político mais influenciou a prática sindical no período?

A.R. *Sem dúvida, o fato de o governo ser militar. Esse aspecto dificultava o livre diálogo e nem todos eram bons interlocutores. Dirigíamos a alguns desses bons interlocutores para facilitar as negociações.*

P. Que fator econômico mais influenciou a prática sindical no período?

A.R. *Creio que a exploração do trabalhador bancário com a exploração feita nos bancos, a intensa jornada de trabalho e o desemprego. O problema maior foi a informática quando foram criados os Centros de Processamento de Dados.*

P. O que gerava relações de conflitos com os bancos?

A.R. *Acho que o papel das lideranças sindicais, pois os banqueiros nos odiavam. Os banqueiros não gostavam do poder dos sindicatos como instituição forte, politicamente falando. Os banqueiros negavam de costume as conquistas bancárias. As grevilhas também causavam muitos conflitos.*

P. O que gerava relações de cooperação ou acomodação com os bancos?

A.R. *Quando recorríamos aos bancos para ajudar-nos em práticas culturais e esportivas, como forma de associação sindical. A harmonia dos interesses com o capital em benefício da produção do desenvolvimento econômico, unindo produtividade com o lucro. A cooperação era feita quando possuíamos relações claras com o capital.*

P. O que gerava relações de conflitos com os militares?

A.R. *Os textos que apontavam linguagem considerada subversiva.*

P. O que gerava relações de cooperação ou acomodação com os militares?

A.R. *Quando evitávamos a greve. Mas, quero deixar claro que isto não significava cooperarmos ou nos acomodarmos com o regime militar. Buscávamos alguns interlocutores militares, mas não éramos subservientes aos bancos, nem subservientes ao regime.*

ERRATA

Pág. 198 – nota de rodapé 149: **Onde se lê:** “ver página 183 deste capítulo”; **Leia-se:** “ver ANEXO H”.

Pág. 216 – nota de rodapé 176: **Onde se lê:** “vide dados da TABELA 06, p. 176”; **Leia-se:** “vide dados da TABELA 06, p. 177”.

Pág. 254 – REFERÊNCIAS / Fontes Documentais: **Onde se lê:** “TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ”; **Leia-se:** “TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 8ª REGI/AO/PARÁ”.